



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A SINTAXE DAS CONSTRUÇÕES
DE PREDICAÇÃO SECUNDÁRIA DEPICTIVA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Elisabete Luciana Morais Ferreira

Brasília
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Elisabete Luciana Morais Ferreira

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A SINTAXE DAS CONSTRUÇÕES
DE PREDICAÇÃO SECUNDÁRIA DEPICTIVA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística
Orientadora: Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente

Brasília
2017

Elisabete Luciana Morais Ferreira

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A SINTAXE DAS CONSTRUÇÕES
DE PREDICAÇÃO SECUNDÁRIA DEPICTIVA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente (UnB) — Presidente

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho (UnB)

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes (USP)

Profa. Dra. Rozana Reigota Naves (UnB) — Suplente

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF383c Ferreira, Elisabete Luciana Moraes
Considerações sobre a sintaxe das construções de
predicação secundária depictiva no português
brasileiro / Elisabete Luciana Moraes Ferreira;
orientador Helena da Silva Guerra Vicente. -- Brasília,
2017.
233 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. Predicação secundária. 2. Depictivo. 3.
Sintaxe. 4. Concordância. 5. Small clause. I. Guerra
Vicente, Helena da Silva, orient. II. Título.

Agradecimentos

Absolutamente tudo que existe é sustentado e mantido por Deus. Por isso, dou graças a Nosso Senhor por tudo em minha vida, inclusive por minha trajetória acadêmica durante o Mestrado e pela escrita desta dissertação. Muito obrigada, meu Deus, por atender minhas orações e por permitir que eu concluísse essa etapa. Peço a Ele que o sofrimento que vivi escrevendo esse texto (que deu bastante trabalho!) me aproxime mais de Cristo e me ajude a amá-Lo. Também agradeço a Deus por ter transformado a escrita desta dissertação em uma oportunidade de dirigir pedidos à Santíssima Virgem Maria.

Durante o período do Mestrado, convivi com várias pessoas que me ajudaram muito na escrita deste trabalho. Quero destacar aqui algumas delas. Em primeiro lugar, minha orientadora, a professora Helena Guerra Vicente, a quem agradeço pela paciência, pelo constante incentivo e pelo exemplo de profissionalismo. Helena, admiro sua inteligência, sua organização e o seu zelo com seus orientandos. Fico feliz pela amizade que pudemos construir e por sua disposição em discutir comigo minhas ideias desde a graduação! Agradeço a você também por ler este trabalho e por discutir vários pontos dele comigo. Também gostaria de agradecer ao professor Marcus Lunguinho, que tanto me ajudou com nossas reuniões de trabalho, com seus comentários ao meu projeto de qualificação e com suas aulas tão proveitosas. Muito obrigada, Marcus, por tudo isso e por aceitar participar da comissão examinadora desta dissertação. Vejo você como um exemplo de professor e de linguista. Agradeço também ao professor Julio Barbosa, que me ajudou em um momento crítico da minha pesquisa e discutiu várias ideias importantes comigo. Por sua amizade e por sua disposição, eu te agradeço muito.

Estendo também meu agradecimento aos demais professores do departamento de Linguística da UnB: a professora Heloisa Salles (a quem agradeço por discutir comigo algumas ideias da minha pesquisa), a professora Rozana Naves (por aceitar participar da comissão examinadora desta dissertação), a professora Marina Magalhães (pelas ótimas aulas), o professor Paulo Medeiros e a professora Eloisa Pilati, pelo incentivo. Também agradeço ao professor Jairo Nunes por aceitar participar da minha banca de defesa, pelo que fico honrada. Também agradeço ao Jairo e ao Marcus pelos comentários valiosos feitos ao meu trabalho, alguns dos quais não pude implementar apropriadamente na versão final da dissertação por uma questão de tempo.

Quero também manifestar minha gratidão aos meus colegas de pós-graduação. Aos meus “irmãos” acadêmicos, Wagner Santos, Arion de Souza, Rafael Martins e Carol Aguiar: muito obrigada pela amizade e pela parceria nos estudos. Rafa, obrigada pelos momentos de estudos nas diversas matérias e pelo “sofrimento acadêmico” compartilhado em tantas ocasiões. Sua presença certamente enriqueceu esses anos de UnB. Arion, obrigada pela ajuda com a burocracia acadêmica no momento tenso antes da defesa e por ser tão prestativo comigo. Wagner, obrigada por sua alegria e por seu apoio constante: você é um *rimão* muito atencioso. Às meninas que formaram comigo o tal “quarteto fantástico”, Paula Baron, Cristiany Fernandes e Bruna Moreira, agradeço *demais* pela amizade que nós construímos, pelas parcerias acadêmicas (no *Tardes*, no *Caderno* e nos congressos da vida) e pela ajuda de vocês com julgamentos e com minha pesquisa.

Agradeço em especial à Bruna Moreira, pela imensa disposição em se reunir comigo para discutir meu trabalho, por ler e comentar esta dissertação e pelas parcerias em diferentes momentos na vida. Também quero agradecer ao pessoal do grupo de estudos do LEFOG que não citei, o Marco Tulio, a Giovana Santiago e o Bruno Pilastre, por me introduzirem no mundo da teoria gerativa. À Sarah Rabêlo, agradeço pela amizade, pelos momentos de estudo e por ouvir meus desabaços com a pesquisa. Às colegas Alzira Sandoval, Stefania Zandomênicó e Lizandra, agradeço pelo incentivo.

Agradeço aos meus pais, Brasilene e Paulo, pelo carinho e pelo amor imenso. O que eu faria sem vocês? Vocês são maravilhosos e eu sou muito grata pelo seu apoio incondicional. Amo muito vocês. Agradeço também aos meus irmãos amados, Léia e Lucas, pela paciência comigo e por me ajudarem da forma como puderam durante esse momento da minha vida. Ao meu namorado, Gustavo, agradeço pelo companheirismo, pelo amor, pela paciência e pela dedicação de anos: você é uma bênção na minha vida e me ajudou muito nessa etapa da minha vida. Agradeço também à minha sogra, Nélia, pelo apoio e por ser tão maravilhosa comigo. Também quero expressar minha gratidão aos meus demais familiares, especialmente meus avós, João e Léia, que são exemplos de vida para mim. Também agradeço aos membros da minha “segunda” família, a dos meus tios, Orfeu e Silvana, por me acolherem em sua casa sempre que eu preciso estar lá e pelo apoio incrível que sempre me dão. À minha prima Mari e ao Jeovah, agradeço pelo incentivo, pelos conselhos e por me ajudarem a não perder a visão sobrenatural das coisas.

Às amigas do curso de Letras, Danielle Bremgartner, Ana Beatriz Miranda e Anna Lucena, agradeço pela fofura de vocês, pelo apoio e pela amizade para todas as horas. Às *miguinhas* de longa data, Nathália e Fernanda, agradeço por tudo, principalmente por se preocuparem comigo e pela presença constante: vocês são lindas e com certeza me ajudaram a manter minha sanidade mental nesses anos de Mestrado. Ao Fábio Salgado de Carvalho: agradeço a você por ler e comentar parte desta dissertação e pelas várias discussões e indicações bibliográficas ao longo desses anos de amizade, que me fizeram buscar a Verdade.

Ao amigo Vittor Azevedo, agradeço por me ajudar a solucionar diferentes dúvidas dentro da nossa área de estudo e pelo entusiasmo contagiante nas conversas sobre a língua portuguesa. Ao Murilo Marinho, agradeço pelo apoio no período de seleção para o Mestrado e por me ensinar a ferramenta que utilizei para fazer as árvores sintáticas na dissertação. Também quero aproveitar a ocasião para agradecer ao amigo de anos, Lucas Jardim, por estar sempre presente na minha vida, e ao amigo Marcos Lopes, pelos anos de convivência e amizade durante o curso de Letras.

À CAPES, agradeço pelo apoio financeiro. Também agradeço ao pessoal do Departamento, pela cordialidade e pela eficiência em auxiliar os alunos nas mais diversas situações. Aos demais amigos e colegas acadêmicos, muito obrigada também.

Resumo

FERREIRA, Elisabete (2017). *Considerações sobre a sintaxe das construções de predicação secundária depictiva no português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.

Esta dissertação investiga um tipo específico de sentença, classificada como uma construção de predicação secundária depictiva (e.g., *A Maria dirigiu o carro bêbada, O Pedro comeu a carne crua*) (cf. Rothstein, 1983; Himmelmann & Schultze-Berndt, 2005), com foco no português brasileiro (PB). O interesse nesse tipo de sentença reside no fato de haver um intenso debate na literatura a respeito de sua correta representação sintática. Frequentemente, a discussão sobre esse tópico é reduzida à questão de haver ou não a formação um constituinte *small clause* (SC) pelo depictivo e por seu sujeito (cf. Stowell, 1983; Chomsky, 1981; Williams, 1980; Rothstein, 1983, entre outros). Outras questões relativas a essas sentenças são as seguintes: como explicar a concordância verificada entre o depictivo e o DP ao qual ele se orienta? Como explicar, do ponto de vista derivacional, a dupla atribuição de papel temático a um argumento? Essas questões ganham especial relevância dentro de uma ótica minimalista (cf. Chomsky, 2000, 2001), principalmente para uma proposta que dispense PRO (categoria utilizada em trabalhos como o de Stowell (1983), por exemplo) e que deseje analisar de maneira uniforme a concordância que se estabelece no nível da oração sentencial e no âmbito da predicação depictiva. Além disso, pesa o fato de que a questão da concordância permanece em aberto em trabalhos sobre o PB, como Carreira (2015) e Foltran (1999). Diante disso, os principais objetivos desta pesquisa são os seguintes: (i) caracterizar as construções depictivas, realizando uma comparação entre essas estruturas e outras semelhantes; (ii) definir a representação sintática dessas construções, de modo a determinar se elas apresentam um constituinte SC; e (iii) propor um esboço de análise para essas sentenças, apresentando uma derivação que esteja no caminho de explicar os fatos de concordância observados e a dupla atribuição de papel temático ao argumento partilhado. Quanto a (i), fornecemos uma ampla caracterização das sentenças depictivas, apresentando suas propriedades sintáticas e semânticas gerais. Além disso, realizamos uma reflexão sobre a noção de predicação e uma exposição detalhada de outras estruturas relacionadas à discussão. Quanto a (ii), oferecemos argumentos a favor de uma análise que propõe a formação de uma SC pelo depictivo e o seu sujeito (uma categoria vazia), estando essa SC em posição de adjunção. Quanto a (iii), apresentamos uma proposta de derivação para as sentenças em questão, assumindo o quadro minimalista, com algumas modificações essenciais: assumimos que o sistema permite instâncias de movimento lateral (cf. Nunes, 1995; Hornstein, 1999; Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010), não submetido à condição de c-comando (Hornstein, 1999), e que o movimento para posições- θ é lícito (cf. Hornstein, 1999, entre outros). Vamos propor que o sujeito do depictivo (o DP) se move da SC para uma posição- θ na oração matriz e que a SC é de categoria Asp. O DP nessas construções entra em relação de concordância via *Agree* com Asp (valorando os traços- ϕ dessa sonda) e com outra sonda na oração matriz. Sendo Asp ϕ -incompleta, esse núcleo é incapaz de valorar o traço de Caso do DP, o que permite que ele se mova para a oração matriz. No que diz respeito às relações temáticas, o DP recebe um papel- θ no âmbito da SC e outro, de um predicado na oração principal. Assim, esse esboço de análise possui a vantagem de dispensar PRO, unificar o tratamento de concordância e explicar a dupla atribuição de papel- θ ao DP.

Palavras-chave: Predicação secundária. Depictivo. Sintaxe. Concordância. *Small clause*.

Abstract

FERREIRA, Elisabete (2017). *Considerações sobre a sintaxe das construções de predicação secundária depictiva no português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.

This thesis investigates depictive secondary predication constructions (cf. Rothstein, 1983; Himmelmann & Schultze-Berndt, 2005) in Brazilian Portuguese (BP), e.g., *A Maria dirigiu o carro bêbada* ('Maria drove the car drunk'), *O Pedro comeu a carne crua* ('Pedro ate the meat raw'). The syntactic representation of depictive constructions has been a matter of debate in the literature, and the main issue regarding these constructions concerns whether or not the depictive predicate is a constituent of a small clause (SC) (cf. Stowell, 1983; Chomsky, 1981; Williams, 1980; Rothstein, 1983). However, other questions concerning these sentences arise, such as: how can we explain the agreement pattern between the depictive predicate and its subject? And how can we explain the fact that a singular DP bears more than one θ -role in depictive constructions? These issues become particularly relevant within a minimalism setting (cf. Chomsky, 2000, 2001), especially if one wants to put forward an analysis that dispenses with PRO (contra Stowell, 1983) and provide a unified analysis for the agreement relations that occur in the main clause and the agreement relation that holds between the depictive and its subject. Furthermore, it is worth noting that previous proposals focused on BP (Carreira, 2015; Foltran, 1999) do not provide an analysis for the agreement relation between the depictive and the DP. Given this scenario, the goal of this study is threefold: (i) to describe the main properties of depictive secondary predication constructions, by making a comparison between these constructions and other similar sentences; (ii) to define the syntactic structure of depictive constructions, in order to determine whether they present a small clause constituent or not; and (iii) to put forward an analysis for (subject-oriented and object-oriented) depictive constructions that enables us to further explain the thematic relations and the agreement facts in these sentences. As for the first goal, (i), this thesis provides a broad picture of depictive constructions in BP (and other languages). Moreover, we provide a detailed description of other related phenomena. As for the second goal, (ii), we argue against the anti-SC analysis of depictive secondary predication, providing evidence for a SC constituent (with an empty category as its subject). We take the depictive SC to be an adjunct. As for the third goal, (iii), this thesis presents an analysis for depictive sentences within the minimalist framework proposed by Chomsky, with some modification: we assume that sideward movement is licit (cf. Nunes, 1995; Hornstein, 1999; Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010), that movement does not require c-command (Hornstein, 1999) and that movement to a thematic position is permitted (cf. Hornstein, 1999). That being so, we propose that the DP moves from the SC to the matrix clause. We also take the small clause to be a projection of a functional head Asp, which has an incomplete set of φ -features. The operation *Agree*, which establishes a relation between the DP and Asp, deletes the φ -set of Asp. However, the DP that moves to the specifier position of Asp cannot have its Case feature valued, given that Asp is defective: this explains why the DP is free to undergo further movement. A DP in these constructions receives two θ -roles (one within the SC, and other within the main clause). The proposal presented here (which still needs to be developed) dispenses with PRO, unifies the agreement phenomena and explains how a DP can receive two θ -roles.

Keywords: Secondary predication. Depictive. Syntax. Agreement. Small clause.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 Predicação secundária depictiva: caracterização do fenômeno e delimitação dos dados	10
1. A relação de predicação	11
1.1 As noções de sujeito e predicado	11
1.2 Teorias de predicação: algumas abordagens	17
2. Predicação primária, predicação secundária e a Teoria de <i>Small clauses</i>	27
2.1 Definindo predicação primária e predicação secundária	27
2.2 Predicação primária: caracterizando construções de SC complemento	33
2.3 Predicação secundária: caracterizando construções depictivas	41
3. Distinções entre predicações depictivas e outras construções	50
3.1 Depictivos e resultativos	51
3.2 Depictivos e advérbios	66
3.3 Depictivos e modificadores atributivos	70
3.4 Outras distinções relevantes	74
4. Conclusões parciais	78
Capítulo 2 Representação sintática de construções depictivas no PB	80
1. Breve histórico de propostas de representação sintática de depictivos na literatura	82
2. A sintaxe dos depictivos no português brasileiro	86
2.1 Evidências de uma mini-orção depictiva [<i>ec</i> AP]	87
2.1.1 A sequência “DP AP” não forma um constituinte	87
2.1.1.1 Evidência da voz passiva	88
2.1.1.2 Teste da clivagem	90
2.1.1.3 Possibilidade de inversão da ordem dos constituintes	92
2.1.2 Estrutura interna das construções depictivas: constituência de [<i>ec</i> AP]	94
2.1.2.1 Observações preliminares (I): estruturas de controle e fatos de concordância	94
2.1.2.2 Observações preliminares(II): Teoria de Ligação	100
2.1.2.3 Pronomes e anafóricos: evidências a partir de Legendre (1997)	105
2.1.2.4 Expressão anafórica “uns... os outros”: evidência a partir de Legendre (1997)	112
2.1.2.5 Quantificador “ambos”: evidência com base em Legendre (1997)	116

2.2 Sobre o local de adjunção do depictivo	125
2.2.1 <i>Small clause</i> depictiva orientada para objeto direto: adjunção a VP	126
2.2.2 <i>Small clause</i> depictiva orientada para sujeito: adjunção a vP	135
2.3 Uma previsão correta: <i>binding</i> em sentenças com objeto indireto	138
3. “Apêndice”: observações sobre outras possibilidades de orientação do depictivo no PB e de concordância	141
4. Conclusões parciais	148
Capítulo 3 Construções depictivas: concordância e esboço de derivação	151
1. Pressupostos teóricos: Minimalismo	153
1.1 <i>Background</i> e pressupostos gerais	154
1.2 Arquitetura do sistema, operações e <i>sideward movement</i>	157
1.3 Categorias funcionais, traços não-interpretáveis e fase	162
1.4 Concordância: detalhando o mecanismo de <i>Agree</i>	165
1.5 A respeito de papéis temáticos	173
2. Proposta de derivação e de valoração de traços- ϕ nas construções depictivas	180
2.1 Resumo das hipóteses adotadas e estrutura interna da <i>small clause</i> depictiva	181
2.2 Derivando construções depictivas de sujeito	183
2.3 Tentativa de derivar construções depictivas de objeto (e alguns problemas)	193
3. Conclusões parciais	200
Conclusão	203
Referências Bibliográficas	213

Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo as construções de predicação secundária depictiva no português brasileiro (PB). Nosso interesse reside, em particular, nas sentenças com depictivo orientado para o sujeito da oração matriz e nas sentenças com depictivo orientado para o objeto direto, ilustradas em (1a) e em (1b), respectivamente. Nesses exemplos, o predicado secundário depictivo está em itálico. Com relação à categoria do depictivo, nosso foco recai sobre os adjetivos.

- (1) a. A Maria_i dirigiu o carro *bêbada*_i.
b. O Pedro comeu a carne_i *crua*_i.

Uma das principais características desse tipo de construção é o fato de haver dois predicados partilhando um mesmo argumento, que recebe mais de um papel temático. Em (1a), *a Maria* é o argumento comum ao verbo *dirigiu* e ao depictivo *bêbada*, de forma que recebe um papel temático de cada um desses predicados. Como *a Maria* é o sujeito da oração matriz, diz-se que o depictivo está orientado para sujeito. Semelhantemente, em (1b), *a carne*, objeto direto da oração matriz, recebe um papel temático de *comeu* e outro do depictivo *crua*, que está orientado a esse objeto. A caracterização desse tipo de predicado como depictivo remonta a Halliday (1967), e a classificação inicial de depictivos como predicados secundários remete a Rothstein (1983).

Do ponto de vista semântico, de modo geral, um depictivo expressa um estado, (relativo a um participante da oração matriz) que coincide com o momento em que se dá a eventualidade denotada pelo predicado da oração principal (Halliday, 1967: 63; Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 60). Além disso, entende-se que um depictivo veicula uma propriedade transitória, identificada por certos autores como aquilo que Carlson (1977) classifica como predicado *stage level* (cf. Foltran, 1999: 42). Desse modo, a sentença em (1a) pode ser parafraseada como “a Maria estava bêbada quando dirigiu o carro”, enquanto a sentença em (1b) pode ser parafraseada como “a carne estava crua quando Pedro a comeu”.

Do ponto de vista sintático, depictivos são comumente analisados como adjuntos, pois não são selecionados pelo predicado da oração matriz da forma como um argumento

é selecionado. Isso é evidenciado pelo fato de que a retirada de um depictivo da sentença em que ele ocorre não modifica as relações estruturais estabelecidas entre os demais constituintes (Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 65). Em outras palavras, sua remoção não causa agramaticalidade ou degradação da sentença, como se verifica com os dados em (2).

- (2) a. A Maria dirigiu o carro.
b. O Pedro comeu a carne.

No entanto, a questão da sintaxe dos predicados depictivos não é uma matéria de consenso na literatura gerativa. Pode-se afirmar que há um intenso e contínuo debate na área sobre as propriedades sintáticas de construções como as que se encontram em (1). De maneira geral, grande parte dos trabalhos sobre esse tipo de sentença busca responder a essa pergunta fundamental: qual é a estrutura sintática de uma construção de predicação secundária depictiva?

Considerando-se que o depictivo e o DP ao qual ele se orienta estabelecem uma relação de predicação, o questionamento apontado pode ser reduzido a uma questão de como representar corretamente essa relação. Uma linha de análise, advogada por autores como Stowell (1981, 1983), considera que uma predicação se estabelece no âmbito de uma projeção predicativa XP, com o sujeito na posição de especificador desse sintagma (cf. Legendre, 1997: 43). Esse pressuposto fundamentou a proposta de que predicados secundários depictivos formam uma *small clause* (SC) adjunta com uma categoria vazia PRO como seu sujeito, conforme esquematizado em (3).

- (3) a. A Maria_i dirigiu o carro [_{SC} PRO_i bêbada_i].
b. O Pedro comeu a carne_i [_{SC} PRO_i crua_i].

Uma segunda linha de trabalhos responde ao questionamento apontado acima defendendo que não há a formação de *small clauses* em construções de predicação secundária como essas em (1). Esse tipo de postura é sustentado por autores como Williams (1980), Chomsky (1986), Lobato (2016 [1990]), Rothstein (1983), Roberts (1988), entre outros. As análises que representam as sentenças com depictivos sem fazer uso de uma mini-oração divergem entre si em diversos aspectos, mas possuem em comum o fato de não considerarem que o adjetivo depictivo e o seu sujeito formam um constituinte *small clause*. Nessa linha de análise “anti-SC”, já se propôs, por exemplo, que uma construção de predicação secundária depictiva é formada por meio da simples

adjunção do depictivo à oração matriz (cf. Lobato, 2016 [1990]; Foltran, 1999; entre outros). Também há aqueles que propõem a formação de um predicado complexo nesse tipo de construção (e.g. Irimia, 2012).

Além do tópico da representação sintática de sentenças que contam com um depictivo, que muitas vezes é resumido como um debate a favor ou contra a presença de *small clauses* nessas estruturas, existem outras questões sobre esse assunto que permanecem em aberto, como a que se refere aos fatos de concordância observados nessas construções. Sobre isso, nota-se que o português brasileiro é uma língua que apresenta marcas morfológicas de concordância (de gênero e número) entre o depictivo e o DP ao qual ele se orienta. Aos dados em (1), podemos acrescentar os exemplos em (4), para ilustrar melhor esse ponto. Nesses exemplos a seguir, o depictivo e o DP ao qual ele se refere partilham dos traços [masculino] e [plural].

- (4) a. Os meninos_i fizeram a tarefa cansados_i.
b. A Maria comprou os chaveiros_i quebrados_i.

A pergunta a ser formulada aqui, portanto, seria: como explicar a concordância entre o depictivo e o DP nas referidas construções de predicação secundária? Pelo menos no caso dos trabalhos em gerativa que abordam predicações depictivas no português brasileiro, parece haver uma lacuna quando o assunto é concordância (cf. Foltran, 1999; Carreira, 2015; Lobato, 2016 [1990]; Pinto, 1991). A esse respeito, podemos afirmar que esses trabalhos não se dedicam a apresentar uma proposta de análise que explique especificamente como ocorre esse tipo de concordância. Isso não quer dizer, no entanto, que não existam trabalhos sobre outras línguas que apresentem alguma análise para os padrões de concordância observados entre o depictivo e o seu sujeito; de fato, há algumas propostas nesse sentido (e.g. Legendre, 1997; Ikawa, 1995; Asada, 2012, Irimia, 2012).

Além disso, existe o tópico das relações temáticas que se estabelecem entre o argumento e o predicado da oração matriz e entre esse argumento e o predicado depictivo. Tendo em vista que esse tipo de relação é traduzido na teoria gerativa em termos da noção de atribuição de papel- θ (cf. Chomsky, 1981, 1986, entre outros), o questionamento envolvendo esse assunto passa a ser o seguinte: como explicar o fato de um mesmo DP receber mais de um papel- θ ? Esse tipo de pergunta é relevante por dois motivos: (i) há uma certa tradição na literatura gerativa que nega a possibilidade de um DP receber mais de um papel temático (cf. Chomsky, 1981); (ii) há autores que negam a possibilidade de movimento de um argumento para outra posição temática (cf. Chomsky, 2000).

Para propostas que defendem uma representação como (3), o questionamento apontado sobre as relações temáticas não apresenta maiores problemas, uma vez que, presumivelmente, a categoria PRO receberia um papel- θ do depictivo, enquanto o DP manifesto receberia outro, do predicado matriz, de forma que o DP e PRO apresentariam uma relação de controle. Contudo, para uma proposta que dispense uma análise em termos de PRO e adote uma análise de movimento do DP (de dentro da *small clause* para uma posição temática no âmbito da oração principal), por exemplo, esse questionamento se mostra pertinente e desafiador.

Dito isso, esta dissertação resgata e reacende o debate a respeito das sentenças de predicação secundária depictiva, como essas exemplificadas em (1) e (4). Diante do panorama realizado e das questões apontadas, este trabalho possui os seguintes objetivos.

(5) OBJETIVOS DESTE TRABALHO

- (i) Caracterizar as construções de predicação secundária depictiva, realizando uma comparação entre essas estruturas e outras construções semelhantes.
- (ii) Definir a representação sintática das construções de predicação secundária depictiva, de modo a determinar se elas apresentam um constituinte *small clause* (e, em caso afirmativo, identificar o seu local de adjunção).
- (iii) Propor um esboço de análise para sentenças com predicados depictivos, apresentando uma derivação que esteja no caminho de explicar os fatos de concordância observados e a dupla atribuição de papel temático ao argumento partilhado.

Para cumprir esses objetivos, esta dissertação está dividida em três capítulos. O **Capítulo 1** é destinado a cumprir o objetivo em (5i). Trata-se de um capítulo mais expositivo, voltado a delimitar o tipo de dado que será discutido nos capítulos seguintes. Nesse capítulo, nós tratamos do tema da predicação de maneira mais ampla, de modo a evidenciar que as noções de *sujeito* e *predicado* na teoria linguística gerativa são, de certa forma, problemáticas e apresentam um desafio para teorias sintáticas de predicação. Em seguida, tratamos das noções de “predicação primária” e “predicação secundária”, apresentando nossas definições de trabalho sobre o assunto, de forma a explicitar por que estamos entendendo um depictivo como um predicado do tipo secundário. Feitas essas explicações, partimos para o objetivo central do capítulo, que é caracterizar as

construções depictivas e diferenciá-las de outras estruturas similares. Utilizamos dados do PB e de outras línguas, mas nosso foco é o português brasileiro.

Ainda nesse primeiro capítulo, portanto, comparamos essas sentenças com as chamadas construções de *small clause* complemento, que motivaram o surgimento da Teoria de *Small Clauses*. Depois, tratamos da distinção entre depictivos e resultativos, que também são considerados predicados secundários em certas análises. Em seguida, abordamos a diferença entre depictivos e advérbios, de forma a esclarecer que as construções em que eles aparecem não são equivalentes. Também apresentamos a diferença entre sentenças depictivas e construções com modificadores atributivos. Por fim, tratamos da distinção entre sentenças com predicados secundários depictivos e construções de alçamento, construções de *small clauses* livres e construções copulares complexas.

O **Capítulo 2** é voltado a cumprir o objetivo apontado em (5ii), que, basicamente, está direcionado a responder a primeira questão formulada nesta Introdução: qual é a estrutura sintática de uma construção de predicação secundária depictiva? Utilizando dados do português brasileiro, vamos defender nesse capítulo a hipótese de que as construções de predicação secundária depictiva apresentam, sim, um constituinte *small clause*. Nesse aspecto, o presente trabalho se opõe às propostas “anti-SC” para essas estruturas (e.g. Foltran, 1999; Lobato, 2016; etc.) e se alinha aos trabalhos que consideram que o depictivo e o seu sujeito formam um constituinte mini-oracional (Stowell, 1983, 1983; Bowers, 2001; Legendre, 1997; entre outros).

Nesse segundo capítulo, mostramos que o depictivo forma uma SC com seu sujeito (uma categoria vazia (*ec*)) e que ele não forma um constituinte com o “DP manifesto”. Os testes que utilizamos para chegar a essa conclusão advêm, em grande parte, do texto de Legendre (1997). As evidências resultam de: sentenças na voz passiva; sentenças com constituintes clivados; frases em que se verifica a possibilidade de inversão da ordem dos constituintes; e fatos da Teoria de Ligação em sentenças depictivas com pronomes e anafóricos, sentenças com a expressão anafórica “uns... os outros” e sentenças com o quantificador “ambos”. Nesse capítulo, nós ainda não tratamos da estrutura interna e da categoria dessa SC, nem da natureza da categoria vazia. Apresentamos, nesse ponto, as seguintes representações provisórias para as construções sob análise aqui:

- (6) a. [Os meninos]_i fizeram a tarefa [_{SC} *ec*_i cansados]_i.
- b. A Maria comprou [os chaveiros]_i [_{SC} *ec*_i quebrados]_i.

Quanto à posição dessa *small clause* na sentença, vamos assumir que se trata de uma SC adjunta. Com relação ao local de adjunção, vamos adotar o entendimento de que a SC depictiva de sujeito se adjunge ao nível do *vP*, enquanto a SC depictiva de objeto direto se adjunge ao nível de *VP*.¹ Para chegar a essas conclusões nesse capítulo, retomamos principalmente testes e evidências apresentadas em Foltran (1999). Ainda sobre o segundo capítulo, nós optamos por incluir nele uma espécie de “apêndice”, apresentando outras possibilidades de orientação de um depictivo no PB; ou seja, além da possibilidade de orientação a objeto direto e a sujeito, elencamos outros contextos sintáticos em que um depictivo ocorre (por exemplo, a possibilidade de um depictivo modificar um objeto indireto). Além disso, apresentamos também nesse “apêndice” um pequeno conjunto de dados que mostra diferentes possibilidades de concordância entre o depictivo e um DP (e entre o depictivo e dois DPs coordenados).

No **Capítulo 3**, pretendemos cumprir o objetivo em (5iii). Vê-se que esse objetivo está relacionado com as outras duas questões que apresentamos nesta Introdução: como explicar a concordância entre o depictivo e o DP nas referidas construções de predicação secundária? Como explicar o fato de um mesmo DP receber mais de um papel- θ ? Para tentar responder a esses questionamentos e, dessa forma, realizar o objetivo traçado, apresentamos nesse capítulo os pressupostos teóricos nos quais nossa proposta se sustenta. De maneira geral, adotamos o quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981, 1986), em sua versão minimalista (Chomsky, 1995, 2000, 2001, entre outros). Basicamente, adotamos os pressupostos de Chomsky com relação à derivação de uma sentença e com relação à natureza e ao funcionamento das operações *Merge* e *Agree* (associadas, respectivamente, à formação de objetos complexos a partir de itens lexicais em uma dada Numeração e ao mecanismo de concordância), por exemplo.

No entanto, divergimos de Chomsky em dois pontos cruciais: no que se refere ao entendimento acerca de operações de movimento e no que se refere ao entendimento a respeito da atribuição de papel temático. Com relação ao movimento, adotamos a teoria de movimento por cópia — que reduz “movimento” a instâncias de *Copy* e *Merge* (cf. Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010) — e assumimos a possibilidade de movimento lateral (*sideward movement*) em uma sentença (Nunes, 1995, 2001, 2004, entre outros). Quanto às relações temáticas, assumimos que um DP pode receber mais de um papel- θ e que o

¹ Contudo, apontamos de antemão que esse tipo de análise para as SC depictivas de objeto resultará em alguns problemas, apresentados no Capítulo 3, que podem indicar que a SC depictiva de objeto direto talvez não esteja nessa posição.

movimento de argumentos para posições temáticas é permitido (seguindo Hornstein, 1999, 2001; entre outros).

Tomando por base essas ferramentas teóricas, que serão explicadas detalhadamente no terceiro capítulo, especificamos melhor a estrutura interna que vamos assumir para uma *small clause* depictiva, propondo que elas são uma projeção AspP. Em nossa análise, Asp é um núcleo funcional que seleciona uma projeção AP que, por sua vez, contém o depictivo e o seu sujeito. No entanto, o sujeito desse depictivo não é um PRO, segundo nossa proposta; trata-se de um DP que, eventualmente, vai se “mover” para outras posições. Nesse sentido, a proposta pode ser entendida como uma consequência da teoria de controle como movimento (*Movement Theory of Control*) (Hornstein, 1999, 2001).² Ao rejeitar a análise em termos de uma SC com PRO, nosso trabalho se difere de propostas como Legendre (1997), Bowers (2001) e Ikawa (1995), para citar alguns. Dito isso, estamos assumindo a seguinte estrutura interna para uma *small clause* depictiva (veja-se que o DP se move de dentro do AP para [Spec, Asp] e que a SC não apresenta uma projeção de T, categoria associada à finitude):

- (7) [AspP DP_i [Asp' Asp [AP DP_i A]]]

A partir da estrutura apontada em (7), vamos mostrar nesse terceiro e último capítulo como prosseguiria a derivação de uma sentença que contém uma *small clause* depictiva se assumirmos as representações sintáticas delineadas no Capítulo 2 (i.e., adjunção da SC depictiva de sujeito ao vP e adjunção da SC depictiva de objeto ao VP). Resumidamente, nós vamos apresentar o tipo de derivação que está exemplificado de modo simplificado em (8): observa-se que, nessa proposta, o DP (sujeito do depictivo) sai de dentro da *small clause* e se move para uma posição temática no interior da oração principal — no caso da SC de sujeito, em (8a), o DP se move (por movimento lateral) para [Spec, v], enquanto no caso da SC de objeto, vide (8b), o DP se move para a posição de complemento de V. Posteriormente, a *small clause* se adjunge à oração matriz.

- (8) a. [vP [vP João_i trabalhou] [AspP [DP João_i] [Asp' Asp [AP [DP João_i] cansado]]]]
 b. [vP [VP comeu a carne_i] [AspP [DP a carne_i] [Asp' Asp [AP [DP a carne_i] crua]]]]

² Carreira (2008) discute uma proposta de análise para um tipo de sentença de predicação secundária depictiva que combina a teoria de Hornstein (1999, 2001) com a de Nunes (2004), mas o autor se preocupa mais detidamente com o fenômeno do deslocamento da *small clause*. Embora a análise desenvolvida nesta dissertação não seja a mesma da análise discutida em Carreira (2008) (por exemplo, o autor ainda assume uma categoria PRO como sujeito da *small clause*), remetemos o leitor ao referido trabalho do autor, pelo fato de partilharmos dessas ferramentas teóricas e do objeto de estudo, em certo sentido.

Nessa análise, o DP partilhado recebe um papel do adjetivo, no interior da SC, e outro do predicado na oração matriz. Diante dos pressupostos teóricos que estamos assumindo, fica explicado, portanto, como o DP receberia dois papéis temáticos nessas construções. O DP que está dentro da SC é entendido como uma categoria vazia por ser analisado como uma cópia que eventualmente é apagada pelo sistema. Com relação à concordância, a explicação que vamos tentar fornecer também segue das hipóteses que estamos assumindo. Entendemos, com Chomsky (2000, 2001), que o mecanismo de concordância é realizado por meio da operação *Agree*, que é aplicada na relação entre uma sonda e um alvo. Tomando Asp como uma categoria ϕ -incompleta (defectiva), a consequência é que o DP que se move para o seu especificador continua ativo para movimentos-A posteriores, pois uma categoria defectiva é incapaz de tornar inativo o traço de Caso do DP, que o habilita a se mover. Nessa relação, contudo, Asp tem seus traços de concordância (não-interpretáveis) valorados. Por meio de sua relação com Asp (após a valoração), o adjetivo “receberá” suas marcas morfológicas de gênero e número.

Dessa forma, essa análise incipiente explica (ou propõe um caminho para se explicar) a concordância entre o depictivo e o DP, além de explicar como esse DP está apto a participar de outras relações temáticas e de concordância no interior da oração matriz. Uma das vantagens de uma proposta nas linhas do que estamos apresentando aqui é o fato de ela não fazer uso de uma categoria PRO, que já se mostrou bastante problemática e indesejável sob uma perspectiva minimalista (cf. discussão em Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010). Outra vantagem é o fato de ela conseguir unificar o fenômeno de concordância que ocorre no âmbito sentencial e no âmbito da *small clause*, uma vez que a mesma operação (*Agree*) é utilizada para dar conta da concordância entre o DP e um depictivo e o DP e uma sonda na oração matriz.

Contudo, a análise apontada aqui ainda apresenta problemas, de forma que requer um refinamento ou alguma modificação, o que deve ser implementado em trabalhos futuros. Por exemplo, vamos verificar, no Capítulo 3, que a tentativa de análise das construções depictivas de objeto direto nas linhas do que é proposto em (8b) leva a diferentes problemas, como, por exemplo, o fato de que essa análise é incompatível com outros dados do PB que atestam a impossibilidade de controle do objeto direto para dentro de um adjunto e o fato de que a análise em (8b) viola o princípio *Merge-over-Move*. Por outro lado, a análise desenvolvida no terceiro capítulo para as construções depictivas de sujeito, esquematizada em (8a), parece estar no caminho correto. Na **Conclusão**, ao fim da dissertação, apresentamos um balanço geral do que foi feito nesta dissertação e

voltamos a mencionar alguns desses problemas e possíveis contribuições do presente trabalho.

Para finalizar essa Introdução, convém darmos uma palavra sobre a terminologia usada nesta dissertação, sobre a apresentação de dados de modo geral e sobre a metodologia com relação aos julgamentos de dados do PB. Estamos utilizando os termos “construção depictiva”, “construção de predicação secundária depictiva” e similares para nos referir a dados como (1). O termo “construção” é usado informalmente, apenas para indicar um tipo específico de dado linguístico. Utilizamos a expressão “sujeito do depictivo” em referência ao DP ou à categoria vazia na posição de sujeito estrutural do depictivo no interior da SC, mas também no sentido mais amplo de “DP ao qual o depictivo se orienta”. O termo “DP manifesto” se refere ao DP na posição em que ele é foneticamente realizado (i.e., na oração matriz). Quanto à representação do sintagma nominal, não faremos distinção entre “DP” e “NP”, utilizando as duas categorias de modo intercambiável em certos momentos. Contudo, a rigor, entenda-se que o sujeito do depictivo é um DP. Talvez seja mais apropriado tratar de “NP” em construções com um modificador atributivo (e.g. “A menina inteligente”), visto que, nesse tipo de sentença, o adjetivo se relaciona com o NP (cf. Lobato, 2016). Com relação aos dados retirados de outros trabalhos e apresentados na forma de exemplos nesta dissertação, vamos colocar à direita, abaixo do exemplo, a fonte de onde o dado foi extraído; em outras situações de citação, a fonte está indicada de outra forma. Por fim, quanto aos julgamentos das sentenças elaboradas por nós, gostaríamos de observar que nós contamos apenas com um pequeno grupo de informantes, além de nossa própria intuição linguística. Portanto, não utilizamos dados de *corpora*, nem realizamos uma pesquisa experimental e controlada com muitos falantes.

Capítulo 1

Predicação secundária depictiva: caracterização do fenômeno e delimitação dos dados

A noção de *predicação* é de fundamental relevância no âmbito dos estudos linguísticos, por denotar uma relação que afeta diferentes aspectos em uma teoria gramatical. Na literatura gerativa produzida desde as últimas décadas, são variadas as pesquisas que investigam esse tema ou se reportam a ele (cf. Williams, 1980, 1983; Napoli, 1989; Rothstein, 1983, 2006; Stowell, 1981, 1983; Schein, 1995; Bowers, 1993, 2001; Koizumi, 1994; Den Dikken, 2006; entre outros). Dentre as instâncias de predicação estudadas, a chamada *predicação secundária*, em particular, tem recebido atenção especial dos trabalhos que buscam compreender suas particularidades em relação ao tópico mais amplo da predicação. Uma das relações de predicação secundária mais interessantes, por propor um desafio às teorias linguísticas devido às peculiaridades de sua natureza, é a *predicação secundária depictiva*. Esse é o objeto de estudo desta dissertação, que se dedica a tratar da sintaxe dessas construções no português brasileiro.

Antes de abordarmos esse aspecto específico dos predicados depictivos, no entanto, julgamos importante discutir, em um primeiro momento, as noções mais básicas de “predicação” e de “predicação secundária” e caracterizar as construções de predicação secundária depictiva, tratando de seus aspectos sintáticos e semânticos de forma mais descritiva e abrangente. Também consideramos pertinente comparar as estruturas de predicação depictiva a outras construções semelhantes, no português brasileiro e em outras línguas, para que possamos distinguir os predicados depictivos diante de uma compreensão global de diferentes tipos de predicação. Trata-se de um percurso que consideramos necessário, pois isso nos permitirá isolar as noções que adotaremos neste trabalho e delimitar o tipo de dado com o qual trabalharemos, situado em um amplo quadro de possibilidades que o tema “predicação” evoca. Este capítulo, assim, está reservado para cumprir essas finalidades e realizar esses recortes.

Tendo em vista o quadro delineado, este capítulo está organizado da seguinte maneira: a primeira seção trata da noção de predicação e apresenta algumas abordagens teóricas para o tratamento da predicação linguística; a segunda seção aborda a distinção

entre predicação primária e predicação secundária, apresentando a teoria de *small clauses* e caracterizando as construções de *small clause* complemento (tipo de predicação primária) e as construções depictivas (tipo de predicação secundária), de modo comparativo; feita uma caracterização geral dos predicados depictivos, a terceira seção diferencia as construções depictivas de outras construções similares; a quarta seção finaliza o capítulo, retomando algumas noções adotadas nesta dissertação e resumindo as propriedades sintáticas e semânticas das construções depictivas abordadas.

1. A relação de predicação

Nesta seção, discutimos as noções de sujeito e predicado (subseção 1.1) e, em seguida, apresentamos algumas abordagens teóricas para o tratamento da predicação linguística na literatura gerativa (subseção 1.2).

1.1 As noções de sujeito e predicado

A definição de uma sentença declarativa como uma união entre um *sujeito* e um *predicado* tem sua origem no pensamento filosófico ocidental, com os trabalhos de Platão e Aristóteles. Na teoria aristotélica, o predicado pode ser identificado como “aquilo que se afirma do sujeito”, enquanto o sujeito, por sua vez, é concebido como “aquilo de que trata a sentença”, de acordo com Den Dikken (2006: 8).¹ Como se pode notar, tais definições estão centradas na noção de *proposição*, que remete à “declaração de um fato em relação a um sujeito”, nas palavras de Foltran (1999: 8).² Um exemplo de predicação sob essa ótica encontra-se em (1a), cuja forma está representada em (1b):

- (1) a. Sócrates é (um) homem.
b. S é P.

(Bäck, 2000: 2)³

Nessa dicotomia, afirma Den Dikken (2006: 8), a concepção de “predicado” elaborada por Aristóteles se bifurca, ainda, do ponto de vista terminológico, em duas

¹ As definições entre aspas para “predicado” e “sujeito” são traduções nossas (adaptadas) dos trechos “the sign of what holds ... of a subject” e “that which the sentence is about”, respectivamente, ambos retirados de Den Dikken (2006: 8).

² Atualmente, o conceito de “proposição” tem um uso um tanto amplo, como afirma McGrath, podendo significar “portador de valor de verdade”, “objeto de crença”, “significado de uma sentença”, entre outras acepções (McGrath, 2014).

³ Os exemplos em (1) são traduções de “Socrates is (a) man” e “S is P” (Bäck, 2000: 2), no original.

acepções distintas: uma noção de predicado gramatical, *kategorouímenon*, que indica o constituinte sintático que denota a propriedade atribuída ao sujeito; e uma noção de predicado lógico, *symbebekós*, termo que se refere à propriedade denotada pelo predicado. Contudo, ainda segundo o autor, Aristóteles não realiza uma distinção terminológica semelhante quanto ao sujeito, visto que o filósofo utiliza um único termo, *hypokeímenon*, para se referir apenas à noção lógica, sem estabelecer a terminologia que apontaria para o sujeito gramatical.

Den Dikken (2006: 8) afirma que essa falha na distinção entre o plano gramatical e o plano lógico na teoria de predicação aristotélica, identificada por Ackrill (1963: 120), é somada ao fato de que a tradução latina reuniu ambas as acepções gregas de “predicado” em um único vocábulo, *praedicatum*. Esses dois aspectos, segundo o autor, teriam contribuído para uma confusão terminológica e para o problema de, muitas vezes, ser difícil entender o que as pessoas querem dizer quando usam os termos “sujeito” e “predicado”. Essa dificuldade, acrescentamos, talvez seja a origem da complexidade da tarefa de descrever com precisão a relação de predicação, especialmente se se deseja acomodá-la em uma teoria gramatical de base sintática.

Apesar desses obstáculos, muitos autores mantêm, em suas teorias, a noção aristotélica descrita acima, resumida por Den Dikken (2006: 8) como a ideia de que uma sentença é formada por um predicado, “algo que atribui uma certa propriedade a alguma coisa”, e por um sujeito, “entidade a que se atribui tal propriedade”.⁴ No entanto, há também os autores que teorizam a relação de predicação sem se comprometerem com essa distinção proposta por Aristóteles, ou até mesmo recusando a análise da sentença decomposta dessa maneira. Esse é o caso de Frege (1879), que, conforme observa Foltran (1999: 19), distancia-se radicalmente do estudo da estrutura gramatical de uma oração. Frege dispensa os conceitos aristotélicos de sujeito e predicado, substituindo-os pelas noções de *argumento* e *função* (Frege, 2009 [1879]: 48).

Na teoria de Frege, uma função é incompleta (ou insaturada) e pode ter um ou mais argumentos (Alcoforado, 2009: 26). Adotando-se o raciocínio com o qual o termo “função” é utilizado aqui, diz-se, então, que uma função se *aplica* a um argumento. Alcoforado (2009: 13) exemplifica esse tratamento afirmando que uma sentença como “Pedro é mortal” poderia ser formalizada como “a função ξ é mortal é aplicada ao

⁴ Observações: (i) os trechos entre aspas são traduções nossas de “something that ascribes a certain property to something else” e “the entity to which this property is ascribed”, retirados de Den Dikken (2006: 8); (ii) não vamos abordar aqui a discussão, que o exemplo (1) pode suscitar, a respeito da diferença entre expressão de uma propriedade e expressão de uma identidade (cf. Sibaldo, 2009a: 23-24).

argumento *Pedro*”. Nessa perspectiva, uma função é a parte invariável da expressão, enquanto o argumento, uma expressão nominal, ocupa a posição suscetível a variação (Foltran, 1999: 19). Com os exemplos a seguir, Ilari & Galdi (1985: 17–18) mostram que é possível formar predicados, no sentido fregeano, esvaziando-se posições nominais de uma sentença como (2a):

- (2) a. Quinze é maior que doze.
b. ... é maior que doze.
c. Quinze é maior que ...
d. ... é maior que ...

(Ilari & Galdi, 1985: 18)

A ideia de “argumento”, como verifica Den Dikken (2006: 9–10), não aponta para um constituinte sintático em uma posição fixa em uma estrutura gramatical: por poder preencher diferentes posições de nominais em uma expressão, incluindo o lugar de objeto, um argumento não está necessariamente ligado à posição de sujeito (cf. também Foltran, 1999: 19). Além disso, como aponta Den Dikken (2006: 9), a noção de “função” também não parece coincidir com algum constituinte sintático — vide (2c) e (2d), estruturas que não se configuram como um constituinte do ponto de vista linguístico. Nota-se, com isso, que é difícil estabelecer uma correspondência entre os conceitos adotados por Frege e o plano gramatical pelo qual gostaríamos de identificar o “sujeito” e o “predicado” de uma oração.

Devido ao problema terminológico mencionado e à dificuldade na transposição das noções de predicado-sujeito e função-argumento para a esfera gramatical, o estado atual da teoria linguística, herdeira da tradição filosófica, conta com conceitos heterogêneos para lidar com a relação de predicação. Como afirma Den Dikken (2006: 10), as teorias linguísticas atuais parecem abarcar tanto a ideia de predicados de n-lugares, com base em Frege, quanto as diferentes interpretações da dicotomia aristotélica de sujeito-predicado. Tendo em vista esse panorama e a confusão subjacente a essa discussão, cabe, portanto, realizar mais algumas considerações a respeito da relação de predicação, a fim de melhor compreender esse tópico.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que, até o momento, a discussão em torno da ideia de “predicação” calcada na tradição aristotélica versou sobre essa relação do ponto de vista filosófico e metafísico, e não (exclusivamente) linguístico. Em outras palavras,

o foco desse tipo de abordagem é discutir, sobretudo, a relação entre entidades e propriedades. Podemos identificar essa ideia de predicação com o que Stalmaszczyk (1998: 101), com base em Lewis (1991), denomina *predicação metafísica*. Esse tipo de predicação, no entanto, deve ser distinto da noção de *predicação linguística*, segundo o autor, que afirma que a predicação metafísica trata da relação sujeito-predicado como uma relação entre um item na ontologia e um item metafísico, enquanto a predicação linguística se ocupa da relação entre sujeito e predicado enquanto itens gramaticais.

A partir dessa primeira diferenciação, Stalmaszczyk (1998: 102) distingue, em seguida, dois tipos de predicação linguística: a *semântica* e a *sintática* (ou *estrutural*). Como explica o autor, na teoria gerativa, a predicação semântica refere-se à seleção de argumentos por um predicado e à atribuição de papéis temáticos a tais elementos, enquanto a relação de predicação sintática trata das relações entre nódulos em marcadores sintagmáticos, do ponto de vista estrutural. Conforme o autor, essa distinção entre os dois tipos de predicação linguística é importante pelo fato de cada tipo estar associado a um mecanismo teórico diferente que regula sua realização.

A predicação semântica, segundo afirma Stalmaszczyk (1998: 102), é regulada pela Teoria Theta (ou Teoria- θ), módulo concebido no âmbito do modelo gerativo de *Government and Binding* (GB) (e.g., Chomsky 1981, 1986). Segundo o que afirma Den Dikken (2006: 9), essa Teoria tem relação com o desenvolvimento da estrutura função-argumento de Frege e com a ideia de saturação, de onde se explica, em última análise, o tratamento da predicação semântica em termos de relações entre argumentos e predicados de n-lugares, i.e., predicados com uma grade argumental (ou temática). Nessa abordagem, tem-se que a estrutura argumental de um núcleo predicador (N, V, A e P) está representada no léxico, e cabe à Teoria Theta explicar como esse item lexical atribui um papel- θ a cada argumento (Lobato, 1986: 437, 438; Stalmaszczyk, 1998: 102). No exemplo a seguir, (3a) apresenta um esquema geral de predicação semântica, e (3b) ilustra o caso específico da grade temática de um verbo como “dar”:

- (3) a. Predicado: < Argumento₁, Argumento₂, ... >
b. *dar*: <Agente, Tema, Alvo>

(Stalmaszczyk, 1998: 102)⁵

⁵ Os exemplos em (3) são traduções nossas dos exemplos (3,1) e (3,2a) de (Stalmaszczyk, 1998: 102) .

O exemplo em questão mostra que um predicado, do ponto de vista semântico, pode exigir mais de um argumento para que seja saturado — ou seja, pode ser *poliádico*, conforme afirma Stalmaszczyk (1998: 102). A predicação sintática, por outro lado, é *monádica*, segundo o autor: refere-se a um predicado que tem sua saturação satisfeita por um único elemento. Ilustrando esse tipo de predicação, o autor explica que, no caso de um predicado verbal, como o do exemplo em (4a) abaixo, o VP (predicado) está incompleto e sua saturação é feita por um único argumento, o DP (sujeito). O esquema em (4b) representa a estrutura subjacente a essa sentença. Stalmaszczyk (1998: 103) nota que a estrutura interna do VP, nessa perspectiva, não é relevante para a saturação sintática, e também nota que o DP é internamente saturado:

- (4) a. [O garoto]_{DP} [quebrou a janela com um bastão]_{VP}
b. [Sujeito [Predicado]]

(Stalmaszczyk, 1998: 102, 103)⁶

Resumindo os conceitos vistos até o momento, estamos em melhores condições de compreender o que pode estar em jogo quando se fala em “predicado” na teoria linguística atual. Por um lado, como resume Den Dikken (2006: 10), é possível entender como predicado um item lexical que possui uma grade temática (predicação semântica, poliádica); por outro lado, também entendemos como predicado o constituinte sintático que é formado por um núcleo predador e por seus argumentos internos (predicação sintática, monádica) (cf. também Chomsky, 1986: 116). Na literatura em linguística gerativa, muitas vezes esses dois conceitos de predicação se misturam, havendo autores que buscam incorporar a noção de predicação semântica à de predicação sintática e autores que não se preocupam em realizar explicitamente essa distinção.

Com relação ao que se entende por “sujeito” na perspectiva linguística moderna, por sua vez, Den Dikken (2006: 25) afirma haver pelo menos três noções disponíveis: (i) sujeito *temático* (argumento externo); (ii) sujeito *gramatical* (i.e., elemento na posição de sujeito); e (iii) sujeito *lógico* (“tema” ou “tópico”, noção aristotélica de “aquilo de que trata a sentença”). Com os exemplos a seguir, o autor ilustra essas três possibilidades: “Imogen” é um sujeito na acepção (i) em (5a), (5b) e (5d); nas sentenças (5a), (5b) e (5c), os elementos em *itálico* exibem sujeitos na acepção (ii); e o elemento em *itálico* na sentença em (5d) é um sujeito na acepção (iii) (Den Dikken, 2006: 25):

⁶ Os exemplos em (4) são traduções nossas dos exemplos (4c) e (5) de Stalmaszczyk (1998: 102, 103).

- (5) a. *Imogen* beijou *Brian*.
b. *Brian* foi beijado por *Imogen*.
c. *Brian* caiu.
d. *Brian*, *Imogen* realmente adora.

(Den Dikken, 2006: 25)⁷

Com os exemplos em (5), Den Dikken (2006: 25) mostra que a falta de distinção entre um “sujeito lógico” e um “sujeito gramatical” na teoria de Aristóteles parece ter reflexos no tratamento linguístico atual, tendo em vista que o termo “sujeito” é usado conforme as diferentes noções apresentadas. Diante do quadro exposto e das possíveis confusões no tratamento desses termos, vê-se que não é descabida a existência de um amplo campo de discussão sobre as noções de “sujeito” e “predicado”. De fato, a tarefa de delimitar essas noções é mais complexa do que essa primeira aproximação faz parecer (cf. discussão em Rothstein, 2004a [2001], por exemplo).⁸

Em resumo, a breve exposição feita nesta subseção traz à luz o fato de que, de modo geral, quando se fala em “predicação”, “sujeito” e “predicado” em uma teoria linguística (em particular, a teoria gerativa), é possível que o autor esteja se referindo a qualquer uma das noções apresentadas (sujeito-predicado, função-argumento, grade temática, saturação, tópico, sujeito gramatical, etc.), entendimento que deve guiar a leitura das próximas seções.

Realizando nosso primeiro recorte, salientamos que nosso estudo está focado na relação de *predicação linguística* (não metafísica) e, portanto, nas noções *gramaticais* de “sujeito” e “predicado”. Dentro do que se entende por predicação linguística, excluimos de nosso escopo a noção de sujeito como “tópico”, mas mantemos a questão da atribuição de papel temático e a noção de predicação sintática como características importantes da relação de predicação. Ou seja, usamos informalmente o termo “predicado” para cobrir tanto o elemento que atribui um papel temático (predicação semântica) quanto o elemento saturado por um único termo (predicação sintática).

⁷ Os exemplos em (5) são traduções nossas dos exemplos em (22) de Den Dikken (2006: 25).

⁸ Ao longo deste trabalho, vamos citar o ano de 2004 para nos referir a esse trabalho de Rothstein, pois a edição a que tivemos acesso está datada dessa maneira. Contudo, o ano da obra citado pela autora em trabalhos posteriores que publicou é o de 2001.

1.2 Teorias de predicação: algumas abordagens

Nesta subseção, separamos algumas propostas na teoria gerativa para o tratamento da predicação linguística, que, como vimos, aborda a relação entre sujeito e predicado enquanto itens gramaticais. Realizar essa compilação é importante porque ela nos permitirá ter uma noção da complexa tarefa que é definir a relação de predicação e porque as análises e propostas de representação de predicados secundários presentes na literatura estão vinculadas a alguns dos conceitos que serão apresentados aqui.

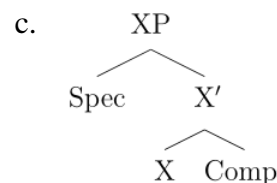
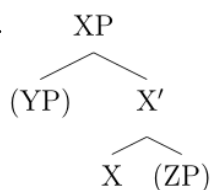
Tendo isso em mente, vamos nos limitar a introduzir quatro tipos de abordagem: (i) uma noção de predicação com base no quadro teórico de *Government and Binding*, no qual se desenvolveu a Teoria X-barras (e.g., Chomsky, 1981, 1986; Stowell, 1981); (ii) a proposta de coindexação de Williams (1980, e trabalhos posteriores); (iii) a abordagem de Rothstein (1983, 2004a); e (iv) um posicionamento que assume haver uma projeção funcional mediando a relação de predicação (Bowers, 1993, 2001). Notamos que essa demarcação possui caráter introdutório e objetiva apenas balizar nossa compreensão sobre possibilidades de representação estrutural da relação de predicação; outros tipos de abordagem, assim, foram excluídos dessa exposição (cf. Napoli, 1989; Den Dikken, 2006, por exemplo).

Quanto ao primeiro item, vê-se que as obras de Chomsky em que se conceberam o modelo GB e a Teoria X-barras (e.g., Chomsky, 1981, 1986) apresentam modificações consideráveis com relação a trabalhos anteriores do autor. Lobato (1986: 284) mostra como essa abordagem trouxe vantagens para o tratamento da estrutura sintagmática, por exemplo. Como explica a autora, no sistema anterior, em *Aspects* (Chomsky, 1965), propunha-se uma sintaxe com regras de reescrita de sintagmas; com a sintaxe X-barras, essas regras sintagmáticas passam a ser agrupadas conforme uma generalização (cf. Chomsky, 1970: 210) capaz de captar o comportamento de diferentes categorias lexicais, o que gerou as regras em (6a) e a estrutura em (6b), nas quais a variável X se refere às categorias N, V, A e P (cf. Lobato, 1986: 283–284; Chomsky, 1986: 160):

(6) a. REGRAS (TEORIA X-BARRA):

$XP \rightarrow (YP) X'$

$X' \rightarrow X^0 (ZP)$



(Stalmaszczyk, 1998: 107)

Como ilustra (6c), o esquema em (6b), gerado pelas regras em (6a), é entendido da seguinte forma, de acordo com Chomsky (1986: 160): X (ou: X^0) é o núcleo do sintagma; X' é a projeção (intermediária) de X, compreendendo X e seu complemento (*Comp*), ZP; e XP (ou: X'') é a projeção máxima de X, contendo a projeção X' e seu especificador (*Spec*), YP.⁹ Nessa abordagem, como afirma Stalmaszczyk (1998: 106, 107), a relação de predicação é entendida de forma relacional, i.e., funções gramaticais como “sujeito”, “objeto” e “predicado” não são tomadas como primitivas, mas como relativas a outro elemento em uma determinada posição estrutural. Dessa forma, interpretando as regras da Teoria X-barras a partir das definições propostas em *Aspects* para as noções “Sujeito-de” (= [NP, S]) e “Predicado-de” (= [VP, S]) (Chomsky, 1965: 71), e da introdução do “Sintagma Predicado” (“Predicate Phrase”, nóculo que domina o verbo auxiliar, o VP e advérbios) em Chomsky (1965: 102), Stalmaszczyk define a relação de predicação nos termos da Teoria X-barras como enunciado em (7):

(7) PREDICAÇÃO (EM TERMOS DA TEORIA X-BARRAS)

Na estrutura [XP Spec, X'], gerada pela regra (i), com as relações (ii) e (iii):

(i) $XP \rightarrow \text{Spec } X'$

(ii) Sujeito-de: [Spec, XP]

(iii) Predicado-de: [X' , XP]

Predicação é a relação de [X' , XP] com [Spec, XP]

(Stalmaszczyk, 1998: 108)¹⁰

Sobre a formulação em (7), em que a função de sujeito aparece neutramente associada à posição de especificador de uma categoria X, é preciso observar, contudo, que ela não reflete exatamente o entendimento de Chomsky no âmbito da Teoria X-barras sobre a noção de sujeito ou o percurso teórico ligado a essa discussão. A esse respeito, Stowell (1981: 252) afirma que mesmo o quadro da Teoria X-barras, posterior às considerações em Chomsky (1970) que forçaram o abandono da ideia proposta em *Aspects* (Chomsky, 1965) da posição de sujeito como restrita à categoria S, assumia implicitamente que N e S eram as únicas categorias que podiam conter uma posição estrutural de sujeito. Nesse sentido, pode-se dizer que é principalmente com os trabalhos de Stowell (1981, 1983) que passamos a ver um posicionamento mais explícito na literatura, e em conformidade com os princípios da Teoria X-barras, em defesa da tese de

⁹ Retiramos os esquemas em (6a) e (6b) dos exemplos (19) e (20) de Stalmaszczyk (1998: 107), e adaptamos (6c) a partir do exemplo (24) do autor.

¹⁰ (7) é uma tradução da formulação (25) do autor (Stalmaszczyk, 1998: 108).

que outras categorias sintáticas têm uma posição de sujeito (portanto, S, NP, VP, AP, etc.) (Stowell, 1983: 285). Nota-se que mesmo Chomsky (1986) não parece tratar a relação de predicação de forma tão abrangente, pois define a função gramatical “Sujeito-de” como “o NP de S” (Chomsky, 1986: 59), embora estenda o contexto de realização dessa função a outros casos, como os de nominalização (cf. Chomsky, 1986: 63, 64) e os de predicação adjetiva (cf. Chomsky, 1986: 121), por exemplo.

Ainda com relação a esse tópico, Stalmaszczyk (1998: 105) observa que a noção de “predicação” não era definida de maneira clara nos trabalhos iniciais em teoria gerativa, nem era o foco principal das pesquisas da época, o que explica por que o próprio autor tenta precisar esses conceitos em seu trabalho, como se verifica com a sua formulação em (7). O autor também nota que o referido “Sintagma Predicado” proposto por Chomsky (1965) remonta à noção de que um predicado seria “toda a sentença menos o sujeito” (Stalmaszczyk, 1998: 105), o que parece corresponder à ideia de predicação sintática monádica, i.e., saturada por um único elemento. O autor não tece considerações adicionais sobre as formulações acerca da “predicação semântica” nessa abordagem, regulada no módulo da Teoria Theta, mas notamos de antemão que um argumento, sob esse ponto de vista, estaria submetido ao critério enunciado em (8), o que será comentado por nós oportunamente (cf. Capítulo 3):

(8) CRITÉRIO TEMÁTICO (CHOMSKY 1981)

Cada argumento carrega um, e apenas um, papel- θ , e cada papel- θ só pode ser atribuído a um, e apenas um, argumento.

(Chomsky, 1981: 36)¹¹

Interessantemente, Chomsky (1986: 116) associa as duas noções de predicação destacadas aqui (semântica e sintática) ao chamado *Princípio de Projeção Estendida* (EPP), desenvolvido a partir de Chomsky (1981: 29) e Chomsky (1982). O autor explica que esse princípio reúne duas cláusulas que dispõem sobre a derivação de sentenças em uma determinada língua: (i) o princípio de que os complementos de um núcleo lexical devem ser representados em cada nível sintático; e (ii) a exigência de que toda oração (*clause*) deve ter um sujeito (Chomsky, 1986: 116). A primeira disposição, conforme o autor, estaria relacionada com a necessidade de preenchimento da grade temática de um

¹¹ No original: “Each argument bears one and only one θ -role, and each θ -role is assigned to one and only one argument” (Chomsky, 1981: 36).

núcleo lexical por argumentos, de modo que o autor identifica esse núcleo como uma “função lexical” a ser saturada, no sentido fregeano do termo. Quanto à segunda cláusula, Chomsky identifica uma projeção máxima como uma “função sintática” que deve ser saturada por um sujeito do qual predica. Dessa forma, Chomsky afirma que EPP seria um princípio geral segundo o qual todas as funções devem ser saturadas (Chomsky, 1986: 116), o que, de certa forma, unifica o tratamento dessas duas facetas da relação predicação em termos da noção mais ampla de saturação de funções.¹²

A segunda abordagem para a relação de predicação a ser mencionada aqui é o tratamento clássico de Williams (e.g., 1980, 1983), que difere da abordagem que vimos anteriormente de modo substancial. Na teoria de Williams, a relação entre um sujeito e um predicado é indicada por coindexação em um nível de representação que o autor denomina *predicate structure* (PS). Os procedimentos da operação de coindexação poderiam ocorrer em diferentes cenários, como ilustrado em (9) — exemplo em que o predicado é um adjetivo, categoria que o autor afirma ser a única obrigatoriamente interpretada como um predicado (Williams, 1980: 206):

- (9) a. ... NP ... AP ... → ... NP_i ... AP_i ...
b. ... NP_i ... AP ... → ... NP_i ... AP_i ...
c. ... NP ... AP_i ... → ... NP_i ... AP_i ...

(Williams, 1980: 205)

Para que ocorra a coindexação entre sujeito e predicado nessa abordagem, entretanto, algumas condições devem ser obedecidas. Essas restrições, resumidas por Winkler (1997: 4) no exemplo a seguir, são denominadas “regras de predicação” aqui e estão enunciadas em (10):

- (10) REGRAS DE PREDICAÇÃO (WILLIAMS 1980)
(i) o sujeito deve ser um NP;
(ii) o predicado deve ser uma projeção máxima;
(iii) o sujeito recebe do predicado um papel temático externo, devendo c-comandar o predicado e ser c-subjacente a ele.

(Winkler, 1997: 4)¹³

¹² Presumivelmente, de acordo com essa concepção, a saturação de uma sentença por um expletivo estaria incluída na noção de saturação de uma função sintática.

¹³ No original, em inglês, lê-se: “(i) the subject must be an NP; (ii) the predicate must be a maximal projection; (iii) the subject, which appears as an external argument, must c-command the predicate, and must be c-subjacent to the predicate” (Winkler, 1997: 4).

Nota-se que, para Williams, a relação de predicação se estabelece entre uma projeção máxima não argumental e um sintagma (nominal) argumental.¹⁴ Além disso, é importante observar que a noção de sujeito, para o autor, não é definida em termos estritamente estruturais, como é feito na teoria de Stowell (1981), por exemplo. Ou seja, Williams não define “sujeito” como o NP dominado por alguma categoria (Williams, 1983: 287) ou como o elemento na posição de especificador (cf. Foltran, 1999: 63): diferentemente, assume que “o sujeito de um sintagma predicativo XP é o único argumento de X localizado fora da projeção máxima de X” (Williams, 1983: 287).¹⁵ Trata-se, portanto, de uma definição de sujeito enquanto argumento externo. Como observa Foltran (1999: 13), a teoria de Williams é de base temática, no sentido de que a relação de predicação necessariamente envolve uma relação de atribuição de papel temático.¹⁶ Rothstein (2006: 215) resume a perspectiva teórica de Williams como formulado em (11):

(11) DEFINIÇÃO DE “SUJEITO” E “PREDICADO” (WILLIAMS 1980)

Um predicado α é uma projeção máxima que atribui um papel temático externo. O sujeito de um predicado α é esse NP ao qual α atribui um papel temático.

(Rothstein 2006: 215)¹⁷

Um terceiro posicionamento que podemos isolar aqui é o de Rothstein (1983, e outros trabalhos). Na teoria da autora, a predicação é entendida de forma estritamente sintática. O predicado é um constituinte sintático estruturalmente aberto, o sujeito é um constituinte estruturalmente fechado, e a relação de predicação consiste em o sujeito “fechar” o predicado (Rothstein, 2004a: 42). Segundo a autora, seu posicionamento se difere do de Williams na medida em que ela considera que a relação temática não faz parte da relação de predicação (Rothstein 2004a: 43). A autora afirma que um adjetivo,

¹⁴ Sobre (10iii), gostaríamos de esclarecer que Williams (1980: 204) define “c-comando” e “c-subjacência” da seguinte forma, respectivamente: “A c-commands B iff every branching node which dominates A dominates B” e “B is c-subjacent to A iff A is dominated by at most one branching node which does not dominate B”. Na teoria de Williams, a condição de c-comando se dá no nível de PS e também atua sobre vestígios coindexados com o predicado (Williams, 1980: 205).

¹⁵ O trecho entre aspas é tradução nossa de “The subject of a predicative phrase XP is the single argument of X that is located outside of the maximal projection of X” (Williams 1983: 287).

¹⁶ No entanto, isso não significa que a teoria de Williams não seja configuracional; de fato, a própria regra em (10iii) diz respeito a uma condição estrutural sobre a relação de predicação. O que quisemos enfatizar aqui é o fato de que Williams associa à *definição* de sujeito uma noção temática, de forma que a maneira como a predicação é entendida em sua teoria não é *estritamente* sintática ou estrutural. Agradeço ao professor Jairo Nunes por me alertar sobre a necessidade de esclarecer esse ponto.

¹⁷ Tradução nossa de “A predicate α is a maximal projection which assigns an external theta-role. The subject of a predicate α is that NP which is assigned a thematic role by α ” (Rothstein, 2006: 215).

por exemplo, não é um predicado por ter um papel temático a atribuir, mas por ser um constituinte inerentemente aberto (incompleto) (Rothstein, 2004a: 43). Conforme a autora, uma consequência de se assumir que a relação de predicação não é temática é a de que um predicado pode ter um sujeito expletivo (*pleonastic*), com o qual não possui relação temática, o que confirmam os dados em (12), do inglês:

- (12) a. It seems that John is late.
EXPL parece que John está atrasado
'Parece que John está atrasado'.
- b. John considers it unlikely that they will arrive on time.
John considera EXPL improvável que eles chegarão a tempo
'John considera improvável que eles cheguem a tempo'.
- c. They made it impossible for anyone to win the lottery.
Eles fizeram EXPL impossível a qualquer um ganhar a loteria.
'Tornaram impossível para qualquer pessoa ganhar na loteria'.

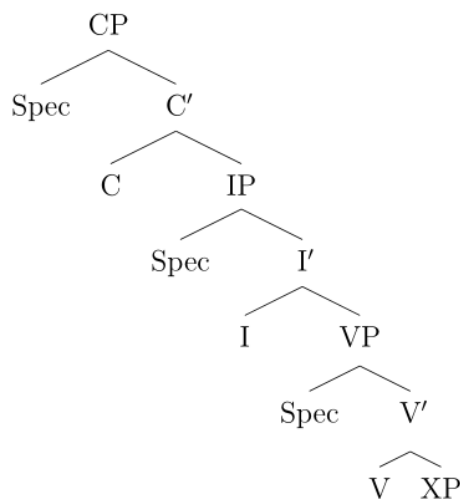
(Ex. (12a) de Rothstein (2004a: 38), ex. (12b, c) de Rothstein (2006: 216))

Rothstein observa que sua definição de predicado envolve essencialmente a noção de saturação de função presente em Frege, de modo que a autora considera o predicado sintático como um elemento que requer saturação (Rothstein, 2004a: 43). A esse respeito, nota-se, ainda assim, que se trata de um predicado monádico, pois sua saturação é feita por um único elemento. Rothstein (2004a: 43) assume que as expressões fechadas da língua, capazes de saturar um predicado, são os sintagmas nominais (DPs) e sentenças. Além disso, Rothstein (2004a: 39) observa que sua proposta difere de abordagens que atrelam a relação de sujeito-predicado a propriedades sintáticas de flexão, como em Borer (1986), ou de atribuição de caso, como em Fukui & Speas (1986). De fato, segundo a autora, as sentenças em (12b) e (12c) mostram que um sujeito pleonástico (expletivo) aparece mesmo em contextos de predicação em que não há flexão sentencial, o que favorece o seu tratamento teórico.

Por fim, podemos mencionar aqui uma abordagem para a relação de predicação que envolve a presença de categorias funcionais, apresentando, primeiramente, a noção de categorias funcionais. Como observa Stalmaszczyk (1998: 111), o quadro da era GB diferenciava elementos lexicais de elementos não-lexicais (funcionais), e propunha um sistema com base nos traços $[\pm N]$ e $[\pm V]$ para caracterizar as categorias lexicais,

subdivididas em substantivos (nomes e adjetivos) e predicados (verbos e adjetivos) (cf. Chomsky, 1981: 48). Nessa perspectiva, um nome é definido como [+N, -V], um verbo, como [-N, +V], e um adjetivo, como [+N, +V]. Além dessas categorias, o autor observa que são introduzidas nessa abordagem as categorias funcionais Infl (I), para “flexão”, e Comp (C), para o “complementizador” (cf. Chomsky, 1981: 50–52; 1986: 160–161), gerando-se a seguinte estrutura para uma sentença nos moldes da Teoria X-barra:

(13)



(Stalmaszczyk, 1998: 112)

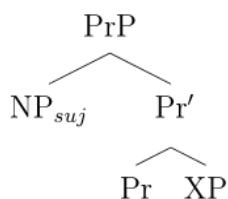
Como mostra a estrutura em (13), é importante notar que, nessa abordagem, as categorias funcionais se enquadram no esquema X-barra e seguem as regras apresentadas em (6) assim como as categorias lexicais, no sentido de que um elemento funcional também é o núcleo das categorias que projeta, conforme coloca Stalmaszczyk (1998: 112). Nesse quadro teórico, como afirma o autor, entende-se que os elementos funcionais projetam categorias independentes, acima das categorias lexicais. A categoria de flexão, IP (InflP), especialmente relevante para essa discussão, seria caracterizada por conter traços de finitude (*tense*) da sentença, elementos de concordância sentencial e modais, conforme Chomsky (1986: 160–161). A projeção máxima dessa categoria de flexão passa a ser interpretada como o que Chomsky vinha denominando “S” (Chomsky, 1986: 161). Portanto, *grosso modo*, pode-se dizer que a posição de sujeito de uma sentença plena passa a estar, de alguma forma, associada à posição de especificador de IP nesse momento da teoria (cf. Bowers, 2001: 300).

É interessante observar que a questão das categorias funcionais no quadro da teoria gerativa motivou pesquisas muito ricas a esse respeito, incluindo aquelas que

desejavam aumentar o inventário desse tipo de categoria. O importante trabalho de Pollock (1989), por exemplo, com a hipótese do IP cindido, propôs a divisão do IP em um sintagma TP (associado à finitude da sentença) e um sintagma AgrP (associado aos traços de concordância).¹⁸ A discussão sobre o *status* das categorias funcionais também motivou o surgimento de análises que buscavam compreender a relação de predicação nesse novo horizonte e, conseqüentemente, discutir a questão de onde seria gerado um sujeito (se internamente a uma categoria lexical, se na posição de especificador de uma categoria funcional) (cf. Koopman & Sportiche, 1991; Stowell, 1981, entre outros).¹⁹

É nesse tipo de cenário que se apresenta a teoria de predicação de Bowers (1993, 2001). Para lidar com a relação de predicação, o autor estipula uma nova categoria funcional, Pr (de “predicação”), que relaciona um argumento na posição [Spec, Pr] e um predicado na posição de complemento de Pr (Bowers, 1993: 596). O esquema em (14) representa a estrutura geral para a relação de predicação na teoria do autor:

(14)



(Bowers, 1993: 595; adaptado)

Antes de citarmos algumas vantagens teóricas da proposta de Bowers (1993, 2001), é preciso salientar o fato, já apontado anteriormente (a respeito dos dados em (12b) e (12c), por exemplo), de que a relação de predicação não ocorre apenas em contextos de sentenças finitas, em que o predicado é um verbo flexionado. Nesse sentido, poderíamos organizar as instâncias de predicação em dois grupos: um tipo de predicação sentencial, como ilustrado em (15a), caracterizado pela presença de *flexão verbal* (vide a relação entre o sujeito “John” e o predicado “ate a sandwich”); e um tipo de predicação cujo predicado *não é um verbo flexionado*, como exemplificado em (15b)

¹⁸ Trabalhos posteriores de Chomsky implementaram a análise de Pollock (1989), embora com modificações. Contudo, desenvolvimentos mais recentes de sua teoria apresentam uma mudança teórica bastante expressiva, de modo que foi modificado o entendimento acerca das categorias funcionais e do mecanismo de concordância, por exemplo (cf. Chomsky, 2000, 2001, 2004, entre outros). Tratamos de categorias funcionais sob o viés minimalista no Capítulo 3.

¹⁹ Nessa exposição, estamos simplificando consideravelmente o intenso debate na literatura acerca da posição de sujeito, que envolve principalmente a hipótese do sujeito gerado internamente a uma categoria lexical e a hipótese do sujeito gerado na posição de especificador de uma categoria funcional (cf. Bowers, 1993: 301–302). Também estamos ignorando neste momento as particularidades de cada língua quando se trata desse tópico, estudadas no quadro da teoria de Princípios e Parâmetros.

e em (15c) (vide a relação entre os elementos indicados).²⁰ Seguindo Chomsky (1981: 107), podemos afirmar que um dos aspectos que marca a relação de predicação destacada em (15b) é a ausência de uma categoria Infl (ou: IP, TP) (cf. também Cardinaletti & Guasti, 1995: 2–4), o que também pode ser estendido ao caso de (15c):²¹

- (15) a. John_i [ate a sandwich]_i.
 ‘John comeu um sanduíche’.
- b. I consider Fred_i insane_i.
 ‘Eu considero Fred insano’.
- c. John painted [the model]_i nude_i.
 ‘John pintou a modelo nua’.

(Bowers, 2001: 299, 300, 304; adaptado)

Devido à ausência de forma verbal flexionada, predicções como a indicada em (15b) têm sido chamadas na literatura como *small clauses* (“mini-oracões”, SCs), constituintes formados por um sujeito DP e um predicado XP, em que X não é um verbo flexionado (Cardinaletti & Guasti, 1995: 2). O termo foi introduzido primeiramente em Williams (1975), mas a discussão teórica acerca dessas estruturas se estabeleceu propriamente a partir de outros trabalhos (e.g. Stowell, 1981, 1983, 1995; Williams, 1983).²² Quando afirmamos, a respeito do esquema X-barra em (7), que Stowell (1981) buscava generalizar a posição de sujeito para outras categorias além de S e N, eram essas construções, as *small clauses*, que estavam subentendidas em nosso breve comentário. A teoria de *small clauses* e a caracterização de construções como (15b) e (15c) serão apresentadas com mais detalhes na próxima seção.

Voltando à análise de Bowers (1993, 2001) diante desse cenário, o autor argumenta que uma das vantagens de sua proposta é o tratamento unificado da relação de predicação, visto que considera que tanto a predicação sentencial (*main clause*) quanto a predicação estabelecida no âmbito de *small clauses* envolvem a presença da categoria funcional Pr, mediando a relação entre sujeito e predicado (Bowers, 1993:

²⁰ Aqui e em outros momentos deste texto, utilizamos a coindexação apenas para indicar os elementos em relação de predicação, i.e., não no sentido teórico do mecanismo empregado na teoria de Williams (1980).

²¹ Estamos desconsiderando a questão de Infl ser tomado como “finito” ou “infinitivo” na teoria de Chomsky (1981: 52), em virtude do conjunto de traços [\pm tense] da categoria, e estamos traduzindo “tense” como “finitude” ou “flexão” (sentencial) simplesmente.

²² É matéria de debate o fato de haver ou não *small clause* em construções como (15c) (essa questão será retomada no Capítulo 2).

596; 2001: 302). Em ambos os casos, Pr atuaria selecionando a projeção máxima de uma categoria lexical X; as duas predicções se diferem, contudo, na medida em que a predicção sentencial envolveria a seleção da projeção máxima PrP por uma categoria T, enquanto a *small clause* seria simplesmente a projeção máxima de Pr (PrP), sem ser selecionada por T (Bowers, 2001: 302, 304). Além disso, outra vantagem dessa abordagem, segundo o autor, é a de que ela fornece uma definição estrutural da noção de argumento externo como o argumento na posição de [Spec, Pr] (Bowers, 1993: 596).

Cabe notar também que a estipulação da categoria funcional Pr não parece desmotivada, visto que o autor atribui a ela a função semântica de transformar a expressão de uma propriedade (atribuída a XP) em uma função proposicional que requer saturação (noção fregeana de saturação), o que é feito pelo NP na posição de [Spec, Pr] (Bowers, 2001: 299, 302). A teoria de Bowers, portanto, parece atrativa, por conseguir conciliar aspectos sintáticos e semânticos da relação de predicção.²³

Tendo em vista o que foi exposto de maneira bastante simplificada nesta subseção, podemos agora tecer algumas considerações e realizar alguns recortes. Vimos aqui que os tipos de predicção podem ser divididos em dois grupos, conforme o critério “flexão verbal”: a sentencial (*main clause, full clause*), como em (15a), e a não finita, como em (15b) e (15c). Nosso interesse reside nas construções não finitas, i.e., aquelas que aparentemente não estão associadas a uma categoria de “finitude” (T). Especificamente, trataremos de construções como (15c). As diferenças entre esse tipo de estrutura, que identificamos como uma “construção de predicção secundária depictiva”, e aquele em (15b), que identificamos como “construção de *small clause* complemento”, serão abordadas na próxima seção, em que dividiremos as instâncias de predicção em “primárias” e “secundárias”.

Vimos também algumas abordagens teóricas para a relação de predicção. Embora superficial, o quadro traçado por nós nos permite visualizar que não é fácil a tarefa de se definir o que é predicção e de se eleger uma forma de representação para essa relação. Em certo sentido, escolher um tipo de abordagem nesse momento seria uma atitude arbitrária, pois não nos debruçamos suficientemente sobre essa questão de forma que justificasse nossa escolha. Por essa razão, não vamos utilizar uma definição

²³ A teoria de predicção de Den Dikken (2006) é similar à proposta de Bowers. Para Den Dikken, a relação de predicção conta com um RELATOR, ocupado por qualquer núcleo funcional que estabeleça predicção (T, Foco, etc.). A principal diferença entre essas teorias está no fato de que Bowers propõe uma nova categoria Pr, enquanto o RELATOR é um núcleo abstrato, um *placeholder* (Den Dikken, 2006: 15–16).

específica de “predicação” nesta dissertação.²⁴ Para os nossos propósitos, basta que uma noção mais geral de predicação (como “saturação”, “atribuição de propriedade”) oriente a leitura das próximas seções. Além disso, algumas das noções introduzidas aqui (e.g., *small clauses*; a teoria de predicação de Williams, etc.) serão retomadas ao longo do texto, o que justifica termos feito essa introdução geral sobre predicação antes de abordarmos diretamente os predicados secundários.

2. Predicação primária, predicação secundária e a Teoria de *Small clauses*

Esta seção possui três objetivos. O primeiro deles é discutir a distinção entre os conceitos de predicação primária e predicação secundária no âmbito linguístico, para apresentar as definições que serão utilizadas por nós (subseção 2.1). Isso nos permitirá restringir nosso escopo, que foca na predicação secundária. O segundo objetivo é discorrer sobre as chamadas construções de *small clauses* complementos de verbos como “considerar” (subseção 2.2). Embora tais estruturas estejam fora do recorte deste trabalho, por serem classificadas como predicações primárias aqui, é oportuno apresentá-las para realizar um contraponto teórico e empírico entre elas e as construções depictivas, que objetivamos caracterizar em seguida (subseção 2.3).

2.1. Definindo predicação primária e predicação secundária

Na teoria desenvolvida por Rothstein (1983, 2004a), a autora utiliza essencialmente o critério de atribuição de papel temático para diferenciar entre dois tipos de predicação: a predicação primária e a secundária. Nessa perspectiva, a predicação primária corresponde ao que a autora chama de predicação oracional (*clausal predication*) ou predicação de constituinte, enquanto a predicação secundária corresponde à predicação de adjuntos ou predicação de não-constituintes (Rothstein, 2004a: 122, 123). Segundo a autora, essas duas formas de predicação partilham o fato de que ambas consistem em relações de saturação, mas diferem quanto às restrições que operam sobre elas. Formalmente, a predicação primária é definida pela autora da seguinte maneira:

²⁴ No entanto, no Capítulo 3, utilizamos uma representação para as construções de predicação secundária que une uma abordagem como a de Stowell (sujeito gerado internamente a uma projeção lexical) e a existência de uma categoria funcional, para que possamos desenvolver alguma análise dessas estruturas.

(16) DEFINIÇÃO DE PREDICAÇÃO PRIMÁRIA (ROTHSTEIN)

- a. α é um *predicado primário* de β se, e somente se, α é predicado de β , e α e β se c-comandam mutuamente, e β não é θ -marcado fora da relação de predicação com α .
- b. Se α é um predicado primário de β , então α e β formam uma instância de *predicação primária*.

(Rothstein, 2004a: 122)²⁵

Importa notar aqui que, conforme essa perspectiva, na predicação primária, o sujeito não recebe papel temático de outro núcleo, e que o sujeito e o predicado primário formam um constituinte. Para a autora, são consideradas instâncias de predicação primária tanto IPs (predicação sentencial) quanto *small clauses* que ocorrem no contexto de construções de SC complemento — ou, dito de forma mais geral, contextos de *small clauses* ECM (Rothstein, 2004a: 123). Os exemplos em (15a) e (15b), retomados a seguir como (17a) e (17b), contemplam dados que a autora classificaria como predicados primários, sendo (17a) um caso de “predicação sentencial” e (17b) um caso de *small clause* complemento:

- (17) a. John_i [ate a sandwich]_i.
‘John comeu um sanduíche’.
- b. I consider Fred_i insane_i.
‘Eu considero Fred insano’.

(Bowers, 2001: 299, 304; adaptado)

Na predicação secundária, diferentemente, o sujeito da predicação seria necessariamente marcado tematicamente por outro núcleo lexical, que não está contido nessa relação de predicação (Rothstein, 1983: 157).²⁶ Para a autora, a classe de predicados secundários define a classe sintática de adjuntos (cf. Foltran, 1999: 33). Sobre isso, Rothstein (1983: 157) afirma que predicados que são sintagmas adjuntos exigem que seus sujeitos sejam theta-marcados por outro núcleo lexical. A relação de predicação secundária é definida por ela da seguinte forma:

²⁵ Tradução nossa dos seguintes trechos em inglês, no original: “a. α is a primary predicate of β , iff α is predicated of β , and α and β c-command each other, and β is not theta-marked outside the predication relation with α ” e “b. If α is a primary predicate of β , then α and β form an instance of primary predication” (Rothstein, 2004a: 122).

²⁶ Observa-se que essa noção viola o critério temático de Chomsky (1981), segundo o qual um argumento só deve receber apenas um papel temático.

(18) DEFINIÇÃO DE PREDICAÇÃO SECUNDÁRIA (ROTHSTEIN)

- a. α é um *predicado secundário* de β se, e somente se, α é predicado de β , e α e β se c-comandam mutuamente, e β é θ -marcado por um núcleo não contido em α .
- b. Se α é um predicado secundário de β , então α e β formam uma instância de *predicação secundária*.

(Rothstein, 2004a: 123)²⁷

Para a autora, portanto, as instâncias de predicação secundária não formam um constituinte — no sentido de que não envolvem a formação de *small clauses* (que pressupõem a formação de um constituinte compreendendo o sujeito e o predicado).²⁸ Rothstein (2004a) propõe ainda uma subdivisão dentro dessa classificação. Um tipo de predicação secundária, a orientada para sujeito, corresponderia a uma predicação indireta, em que o predicado secundário seria absorvido por outro predicado, e o predicado mais alto da oração estabeleceria uma relação de predicação primária com o sujeito da oração principal (Rothstein, 2004a: 122). No outro tipo, orientado para objeto direto, o predicado adjunto estabeleceria uma relação de predicação direta com o seu sujeito, sem ser absorvido por outro predicado. Esses dois tipos de predicados secundários — de sujeito e de objeto direto — são exemplificados, respectivamente, a seguir:

- (19) a. John_i drove the car *drunk*_i.
‘John dirigiu o carro bêbado’
- b. Mary ate the carrots_i *raw*_i.
‘Mary comeu as cenouras cruas’

(Rothstein, 2004a: 122; adaptado)

No exemplo acima, com dados do inglês, nota-se que ocorre uma dupla marcação temática em um dos argumentos das sentenças. Em (19a), “John” é marcado

²⁷ Tradução nossa do original: “a. α is a *secondary predicate* of β iff α is predicated of β , and α and β c-command each other and β is theta-marked by a head not contained in α ” e “b. If α is a secondary predicate of β , then α and β form an instance of *secondary predication*” (Rothstein, 2004a: 123).

²⁸ Concordo com o comentário do professor Jairo Nunes de que a condição de c-comando mútuo em (18a) sugere a formação de um constituinte, mas a alegação de que instâncias de predicação secundária não formam um constituinte foi retirada do texto da própria autora, especificamente do seguinte trecho: “The most obvious correlate and consequence of the difference between primary and secondary predication is that an instance of primary predication forms a constituent, while an instance of secondary predication doesn't” (Rothstein, 2004a: 123).

tematicamente pelo verbo “drove”, mas também recebe um papel temático do predicado secundário “drunk”. Em (19b), “the carrots” é o objeto direto do verbo “ate”, do qual recebe um papel temático, e é o sujeito do predicado secundário “raw”, que atribui um outro papel temático a esse argumento. Na teoria da autora, em (19a), o predicado secundário orientado para sujeito “drunk” seria absorvido pelo predicado “drive the car”; “drive the car drunk” seria absorvido pelo I’, que, por sua vez, seria predicado do sujeito “John” (Rothstein, 2004a: 122).

O português também apresenta construções de predicação secundária. Em sua tese, Foltran (1999) elenca os dados a seguir como exemplos prototípicos de predicados secundários nessa língua, que correspondem a um caso de predicado secundário depictivo orientado para sujeito (20a) e a um caso de predicado secundário depictivo orientado para objeto direto (20b). Note-se que, assim como no inglês, no exemplo em português, em (20a), temos “João” como o argumento que recebe um papel temático de “chegou” e um do predicado secundário “cansado”. Em (20b), o argumento “a carne” recebe um papel temático de “comeu” e outro de “crua”.

- (20) a. João chegou *cansado*.
b. Ele comeu a carne *crua*.

(Foltran, 1999: 35)

Retomando o ponto da definição das relações de predicação primária e predicação secundária, gostaríamos de notar que nem todos os autores adotam os conceitos elaborados por Rothstein. Para a autora, o principal critério para dividir os predicados seria a questão da marcação temática. Autores como Den Dikken (2006), por outro lado, empregam noções diferentes para definir esses dois tipos de predicação. Den Dikken (2006), com base em Napoli (1989: 88, 89), foca em outro critério para diferenciar os dois tipos de predicação, que é a característica de o ambiente em que ocorre a predicação ser ou não finito (i.e., *tensed* ou *tenseless*). A seguir, reunimos algumas observações feitas por Den Dikken a respeito desses dois tipos de predicação, em uma tentativa de reunir as definições assumidas pelo autor:

(21) DEFINIÇÕES: PREDICAÇÃO PRIMÁRIA E PREDICAÇÃO SECUNDÁRIA (DEN DIKKEN)

- a. *Predicação primária* é a relação de sujeito-predicado principal da sentença, completamente oracional e finita.

b. *Predicação secundária* é aquela que ocorre em ambientes não finitos e que envolve a formação de estruturas de *small clauses*, i.e., estruturas de sujeito-predicado que prescindem de finitude.

(Den Dikken, 2006: 48, 58, 59, 60; adaptado)²⁹

Seguindo os critérios expostos em Den Dikken, os predicados adjetivos “drunk” e “raw” nos exemplos em (19) integrariam estruturas de predicação secundária, pois são formas não flexionadas que estabelecem um domínio de predicação não finito. Dessa forma, vê-se que esse tipo de predicado seria definido como secundário tanto na abordagem de Rothstein quanto na de Den Dikken. Há, no entanto, diferença entre as duas definições apresentadas quanto à classificação das construções de *small clauses* complementos, como em (17b). Se seguirmos as noções empregadas por Den Dikken de que as predicções secundárias são aquelas que ocorrem em ambientes não finitos, esse tipo de construção — a *small clause* [Fred insane], em (17b) — passa a ser considerado um tipo de predicação secundária. Se, no entanto, seguirmos as noções adotadas por Rothstein, as construções de SC complementos são consideradas instâncias de predicação primária, por formarem um constituinte e por apresentarem um sujeito que não é marcado tematicamente fora da relação de predicação com o seu predicado.

Há uma observação importante, como aponta Carreira (2015: 35), quando confrontamos construções com um predicado secundário orientado para sujeito, como em (19a), diante das definições de Rothstein. Nesses casos, o sujeito (no caso, “John”) é marcado tematicamente fora da relação de predicação primária, visto que esse sujeito recebe um papel- θ do predicado secundário também. Portanto, se seguirmos estritamente as definições de Rothstein enunciadas em (18), um caso como (19a) comportaria, na verdade, duas predicções secundárias. Contudo, com a proposta de absorção do predicado “drunk” pelo predicado “drive the car” e a consequente predicação indireta, como mencionamos anteriormente, Rothstein (2004a) se esquivou desse problema, por considerar haver aí um caso de predicação primária e um caso de predicação indireta via absorção (uma espécie de predicado complexo). Como dito, nessa proposta, “drunk” é absorvido por “drive the car”, e “drive the car drunk” é absorvido à projeção I’, que predica diretamente do sujeito “John” (Rothstein, 2004:

²⁹ As definições apresentadas foram elaboradas a partir de traduções nossas dos seguintes trechos: “The primary predication is the main, tensed subject-predicate relationship of the clause” (Den Dikken, 2006: 48), “A small clause is a subject-predicate structure lacking tense” e “I will assume here that all secondary predication constructions involve a small-clause structure” (Den Dikken, 2006: 60).

122; Carreira, 2015: 35). Contudo, não vemos motivos, neste momento, para classificar de modo diferente o predicado secundário orientado para sujeito e o orientado para objeto, motivo pelo qual não adotaremos essa análise da autora neste trabalho.

Assim, para evitar o problema que surgiria na classificação de predicados secundários orientados para sujeito caso adotássemos as definições de predicação primária e de predicação secundária propostas por Rothstein (2004a), adotaremos outras definições nesta dissertação. Contudo, também não são as definições de Den Dikken (2006) que adotaremos aqui, pois consideramos que o conceito de “predicação secundária” adotado pelo autor é muito amplo e abarca muitas estruturas que não se comportam exatamente como os predicados ilustrados em (19a) e (19b). Por exemplo, tanto os predicados em *small clauses* complemento como os predicados em (19) receberiam a mesma classificação de “predicados secundários” nessa abordagem, mas não desejamos isso, principalmente diante do fato de que esses dois tipos de construção apresentam propriedades bastante distintas, como veremos nas próximas subseções.

As definições de predicação primária e predicação secundária com as quais trabalharemos nesta dissertação levam em consideração tanto o critério atribuição de papel temático ao sujeito quanto o critério da finitude da predicação. Portanto, nossas definições vão seguir parcialmente o que é apresentado no trabalho de Den Dikken (2006) e parcialmente o que é adotado por Rothstein (2004a). Por um lado, mantemos a noção presente na definição de Rothstein de que o predicado secundário necessariamente atribui um papel temático a um argumento que está em uma relação de predicação com outro núcleo lexical. Por outro lado, vamos manter a noção com a qual trabalha Den Dikken de que a predicação secundária só ocorre em ambientes não finitos. Existem, assim, duas condições que uma relação de predicação deve cumprir para que nós a consideremos como secundária. A predicação primária, diferentemente, pode cumprir uma das duas condições a seguir (ou as duas): ocorrer em um ambiente finito ou apresentar um sujeito não marcado tematicamente por outro núcleo lexical. Em resumo, as definições adotadas nesta dissertação estão em (22):

(22) PREDICAÇÃO PRIMÁRIA E PREDICAÇÃO SECUNDÁRIA (NOSSA DEFINIÇÃO)

- a. Uma *predicação primária* é uma relação de sujeito-predicado que ocorre em um ambiente finito (e.g., oração sentencial) **ou** apresenta um sujeito não theta-marcado duplamente;

- b. Uma *predicação secundária* é uma relação de sujeito-predicado que ocorre em um ambiente não-finito e apresenta um sujeito duplamente theta-marcado.

De acordo com nossa definição informal, cujo propósito é apenas facilitar a delimitação de algumas estruturas, toda predicação secundária é não finita, mas nem toda predicação não finita é secundária.³⁰ As SC complemento, por exemplo, são predicações não finitas e primárias em nosso entendimento.³¹ Podemos interpretar o fato de um ambiente sintático ser ou não finito em termos de presença ou ausência da categoria T, que codifica as informações temporais em uma estrutura.

Dessa maneira, ao focarmos nosso estudo nas construções de predicação secundária (ou seja, em sentenças que apresentam uma predicação primária, relativa à oração matriz, e uma predicação secundária), excluimos do nosso escopo tanto os casos de simples predicação sentencial quanto os casos de predicação de SC complemento, visto que ambos são considerados instâncias de predicação primária em nossa visão. Vale notar também que, na perspectiva que estamos adotando, os casos de construções com predicados secundários orientados para sujeito, como em “John drove the car drunk” em (19a), não são um problema para nós como são para as definições Rothstein. Nesse caso, o fato de o sujeito do predicado primário “drove the car” ser marcado tematicamente fora da relação de predicação não afeta a caracterização dessa relação de predicação (entre “John” e “drove the car”) como primária, visto que ela é finita. Além disso, a característica de a relação de predicação entre “John” e “drunk” nesse exemplo envolver um ambiente não finito e com dupla marcação temática do sujeito leva à classificação dessa predicação como secundária. Outra vantagem da definição adotada por nós é que, por meio dela, não nos comprometemos com a hipótese de Rothstein de que a predicação secundária não envolve a formação de um constituinte *small clause* compreendendo um predicado secundário e seu sujeito.

2.2. Predicação primária: caracterizando construções de SC complemento

Passamos agora a desenvolver com mais detalhes o tópico das construções de *small clauses* complemento de verbos como “considerar”, tomadas como um tipo de

³⁰ O objetivo principal de realizar essas definições informais é apenas possibilitar a delimitação de alguns dados. Não possuímos a intenção de refletir a fundo sobre essas definições, nem pretendemos utilizá-la para catalogar as diferentes instâncias de predicação no PB.

³¹ Neste momento, estamos apenas assumindo a hipótese de que o sujeito da *small clause* complemento, como em “I consider [Fred_i insane_i]”, recebe apenas um papel temático, proveniente do predicado da SC, visto que ele não seria um objeto selecionado pelo verbo da oração matriz. Contudo, na seção 2.2, veremos argumentos que reforçam essa hipótese.

predicação primária aqui. Como mencionado anteriormente, essas estruturas não fazem parte do escopo desta pesquisa, mas optamos por tratar delas por duas razões: por ser útil caracterizar as predicções secundárias depictivas posteriormente a partir de uma comparação entre as duas construções; e também pela razão de a análise das SC complemento na literatura ter motivado a teoria de *small clauses*, abordagem que é estendida por alguns autores também para a representação de predicções secundárias (cf. Capítulo 2).

As construções sob consideração nesta subseção são estruturas que ocorrem em seqüências do tipo [V NP XP_{PRED}] (Cardinaletti & Guasti, 1995: 2), como em (23):

- (23) I consider [John dangerous]
‘Eu considero John perigoso’.

Rothstein (2004a: 49)

A respeito dessa configuração estrutural, um tópico que tem sido muito investigado no decorrer de anos de pesquisa na literatura linguística é a questão da formação de um constituinte SC pela seqüência [NP XP] que segue o verbo, que exibiria uma suposta relação de sujeito e predicado (Cardinaletti & Guasti, 1995: 2). Segundo Winkler (1997: 18), a motivação para a proposta de que o NP em construções como (23) é, de fato, um sujeito, que forma um constituinte com o predicado XP, surgiu do contraste de gramaticalidade observado nos dados em (24):

- (24) a. Louise considers the president proud of himself.
‘Louise considera o presidente orgulhoso de si mesmo’.
b. *Louise considers the president proud of herself.
‘Louise considera o presidente orgulhoso de si mesma’.

(Winkler, 1997: 18)

Conforme aponta a autora, não é possível captar o contraste verificado nas sentenças acima se levarmos em consideração apenas a definição de “sujeito” proposta em Chomsky (1965: 80). Segundo essa definição, afirma Winkler, “sujeito” é uma função gramatical exercida por um elemento de categoria NP na configuração [NP, S]. Aplicando-se essa definição às sentenças acima, “Louise” seria o NP sujeito do segmento [considers the president proud of himself/herself]. Contudo, segundo a autora,

os dados revelam que “the president”, e não “Louise”, é o antecedente do anafórico, e que, portanto, “the president” deve ser considerado um sujeito com base no quadro teórico da Teoria de Ligação (cf. Chomsky, 1981), por ligar esse pronome em um domínio de ligação.³²

Esse argumento, segundo Winkler, fundamentou a proposta que introduz um nóculo oracional dominando “the president” e “proud of himself”, ou seja, uma mini-oração contendo um NP sujeito e o predicado AP, que, nesse caso, seria o complemento da oração matriz. Conforme a autora, além desse fato relativo à Teoria de Ligação, há outros argumentos empregados por proponentes da abordagem de *small clauses* para reafirmar a existência de um constituinte SC do tipo [NP AP]. Uma das evidências vem das observações de Safir (1983: 732) sobre o exemplo (25) a seguir, no qual o segmento [workers angry about the pay] ocupa a posição de sujeito da sentença com o verbo “be” (“ser”) (Winkler, 1997: 19). Conforme coloca Winkler, o raciocínio por trás desse argumento é o de que apenas verdadeiros constituintes podem ocupar a posição de sujeito da sentença, de onde se infere que a sequência em questão forma, necessariamente, um constituinte (cf. também Stowell, 1983: 299).³³

- (25) [Workers angry about the pay] is just the situation that the ad campaign was designed to avoid.
‘Trabalhadores irritados com o pagamento é exatamente a situação que a campanha publicitária foi feita para evitar’.

(Safir, 1983: 732)

Outro argumento, apresentado por Stowell (1983), envolve considerações de cunho teórico sobre subcategorização e grade argumental. Segundo o autor, alguns opositores de sua análise (e.g., Williams, 1980) defendem que o sujeito do que estamos chamando aqui de SC complemento seria, na verdade, um objeto subcategorizado pelo verbo, visto que o NP em tais estruturas sempre ocorre na posição de objeto direto do verbo matriz (Stowell, 1983: 299). No entanto, Stowell (1983: 300) aponta que um

³² Nota-se que, em inglês, o adjetivo *proud* não apresenta marca morfológica de flexão de gênero, enquanto o adjetivo equivalente em português apresenta (cf. “orgulhoso” / “orgulhosa”).

³³ Safir (1983: 732) observa que a sequência [Workers angry about the pay] não tem a leitura de oração relativa reduzida, o que se evidencia pela flexão da cópula no singular. Essa sentença é contrastada pelo autor com o dado “*Workers angry about the pay pleases Maybelle” (Safir, 1983: 732), com um verbo no plural, que, segundo o autor, deveria ser gramatical se a sequência em questão veiculasse essa leitura de oração relativa reduzida. Como não é, Safir conclui que se trata de uma *small clause* que expressa uma situação e que o NP não é o núcleo do constituinte (Safir, 1983: 732, 733; Winkler, 1997: 19).

verbo subcategoriza apenas constituintes sintáticos aos quais atribui papel temático. Nesse raciocínio, conforme o autor, se o NP da *small clause* fosse um elemento subcategorizado pelo verbo, então essa situação seria bastante peculiar quanto ao que o autor pressupõe sobre subcategorização, dado que esse NP não recebe papel temático do verbo.

A proposta de Stowell (1983: 300), assim, é a de que um verbo como “consider” toma como complemento toda a sequência [NP XP]. Dessa forma, o autor evita a suposição de que haveria dois processos de subcategorização distintos — um para os argumentos internos marcados tematicamente pelos verbos que os subcategorizam, e outro supostamente para o NP dessas construções, em que não ocorreria tal atribuição de papel temático pelo verbo matriz ao NP.³⁴ Do ponto de vista empírico, Rothstein (2004a: 50–53) apresenta evidências de que o NP, de fato, não é selecionado pelo verbo matriz em tais construções, e também argumenta a favor da análise de *small clauses* complemento. Segundo a autora, os dados a seguir revelam que as relações de acarretamento que normalmente se dão entre um verbo e seu objeto não ocorrem entre o verbo “consider” e o NP da *small clause*:

- (26) a. I considered that problem uninteresting.
‘Eu considerei aquele problema desinteressante’.
- b. #I considered that problem.
‘Eu considerei aquele problema’.

(Rothstein, 2004a: 51; adaptado)

Rothstein observa que embora o verbo “consider” comporte uma leitura em que seleciona um objeto NP, como em (26b), a sentença em (26a) não acarreta tal leitura. A autora interpreta esse fato como evidência de que o elemento nominal em (26a) não é irmã de V, sob a hipótese de que apenas elementos selecionados por um núcleo V ocorrem nessa posição. Logo, segundo a autora, teríamos de admitir que “consider” tem duas possibilidades de seleção: uma em que o objeto do verbo é o DP, e outra em que uma *small clause* é selecionada como complemento (Rothstein, 2004a: 52).

³⁴ O autor trata construções como as que ocorrem em colchetes em (i) como a contraparte infinitiva de SC complementos, de modo que tais estruturas recebem a mesma análise em termos de subcategorização pelo verbo (cf. Stowell, 1983: 296, 300):

(i) We consider [the mayor to be dishonest].
‘Nós consideramos ser o prefeito desonesto’.

Dessa forma, Rothstein (2004a: 50) argumenta que o DP da mini-orção complemento não é selecionado semântica ou sintaticamente pelo verbo matriz, mas satisfaz os requisitos do predicado da SC. Contudo, para a autora, o elemento nominal ainda mantém uma relação com o verbo matriz: em sua análise, o DP é regido pelo verbo, o que explica a marcação de Caso desse DP pelo verbo, e a possibilidade de passivização.³⁵ Por esse motivo, os verbos como “consider” são tratados como um verbo ECM na análise da autora, dado que atribuem Caso (acusativo) ao sujeito da mini-orção (cf. Rothstein, 2004a: 53). Stowell (1983: 299) também assume que a *small clause* depende do verbo matriz para a atribuição de Caso, admitindo haver aí uma exigência de adjacência.

Uma vez estabelecida a constituição da sequência [DP XP], restaria identificar a categoria dessa *small clause* (Winkler, 1997: 19). Enquanto Chomsky (1981: 106, 107) propõe que as SCs sejam todas de categoria S, Stowell (1981; 1983: 301) se opõe a essa análise, e considera que tais constituintes são projeções máximas da categoria do predicado. Conforme aponta Winkler (1997: 19), o argumento utilizado por Stowell é o de que o verbo de uma orção matriz que subcategoriza uma SC como complemento é sensível à categoria do predicado dentro dessa SC (podendo o predicado ser um AP, um PP, um VP, etc.). Alguns dados ilustram esse fato, como se verifica a seguir:³⁶

- (27) a. John considers [_{AP} Bill [_{A'} *very stupid*]].
‘John considera Bill muito estúpido’.
- b. * John considers [_S Bill *off my ship*].
LIT. ‘John considera Bill fora do meu navio’.
- c. I expect [_{PP} that sailor [_{P'} *off my ship*]].
LIT. ‘Eu espero aquele marinheiro fora do meu navio’.
‘Eu espero que aquele marinheiro fique fora do meu navio’.

³⁵ A autora argumenta que um verbo pode reger um DP que não seleciona, apresentando como evidência os seguintes dados com verbos intransitivos que não selecionam um DP, mas o regem e marcam seu Caso, discutidos em Rothstein (1992) e Rothstein (2004a: 50):

- (i) They laughed John off the stage.
‘Eles riram até tirar John do palco’.
- (ii) He_i was laughed t_i off the stage.
‘Ele saiu do palco como resultado de terem rido dele’.

³⁶ O exemplo faz notar também que outros verbos, além de “considerar” podem aparecer nesses contextos de construção de *small clause* complemento, como causativos, verbos de percepção e outros verbos ECM (caso de “expect” em (27c, d)). Ver Winkler (1997: 22) a respeito dessas possibilidades.

d. * I expect [_s that sailor *very stupid*].

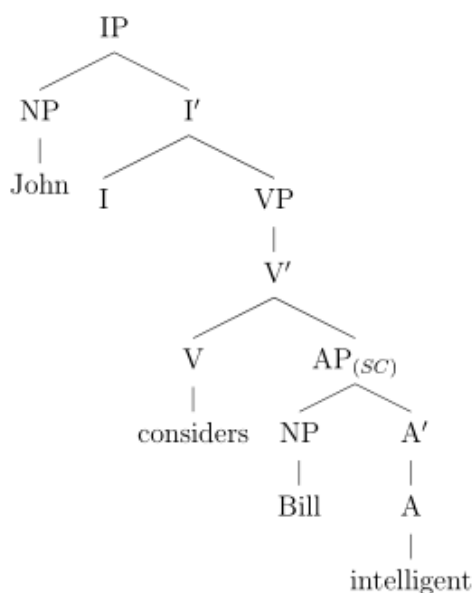
LIT. ‘Eu espero aquele marinheiro muito estúpido’.

(Winkler, 1997: 20)

De acordo com o raciocínio de Stowell, se um verbo seleciona como complemento uma *small clause* de categoria S e atribui um papel- θ a todo esse constituinte, ele não deveria ser sensível a traços categoriais de subpartes da mini-oração, mas apenas à categoria da SC como um todo, o que segue como consequência de princípios de subcategorização que o autor assume (Stowell, 1983: 300, 301). No entanto, como se nota nos contrastes de gramaticalidade presentes nos exemplos em (27), existe uma relação de seleção entre a categoria do predicado da SC e o verbo. Dessa forma, como mencionamos, o autor propõe que as SCs sejam projeções dos predicados lexicais que elas contêm, o que é compatível com o entendimento do autor acerca das regras de subcategorização e explica satisfatoriamente os dados em análise.

A representação sintática a seguir, retirada de Winkler (1997: 22), exemplifica a estrutura interna das construções de SC complemento conforme a análise de Stowell (1981, 1983). A *small clause* aqui é irmã de V, o seu sujeito está na posição de especificador da mini-oração, e sua categoria, nesse exemplo, é A (visto que o predicado “intelligent” é adjetivo):

(28)



(Winkler, 1997: 22; adaptado)

Winkler (1997: 19) observa que a questão do rótulo do constituinte *small clause* é crucial, visto que, dentre outras razões, a discussão em torno disso motivou o desenvolvimento de uma importante generalização quanto à posição de sujeito. Stowell (1983: 295) define “sujeito” de um sintagma XP como o argumento de X ou X’ diretamente dominado por X”. De acordo com o que explica Winkler (1997: 21), ao assumirmos com Stowell que *small clauses*, que são interpretadas como orações em LF, são projeções de categorias lexicais, segue-se, então, que a posição de sujeito existe, de maneira generalizada, em todas as categorias sintáticas (Stowell, 1983: 301). Esse resultado é importante pois, como observa Winkler (1997: 21), representa uma generalização do Princípio de Projeção Estendida de Chomsky (1982), segundo o qual toda oração tem sujeito.³⁷

Voltando-nos agora para dados do português, e atendo-nos à tarefa de tratar de mais características das *small clauses* complemento de verbos como “considerar”, vemos que o predicado dessa SC pode ser de diferentes categorias nessa língua. Isso é exemplificado por Foltran (1999: 45), segundo a qual as categorias AP, NP e PP ocorrem facilmente em tais construções:

- (29) a. Maria considera o trabalho *difícil*. (AP)
b. Eu considero Maria *minha melhor amiga*. (NP)
c. Eu considero a questão *fora de alcance*. (PP)

(Foltran, 1999: 45)

Com relação ao tipo de propriedade que o predicado da *small clause* atribui ao seu sujeito, Foltran tece uma observação importante: a qualidade que esse elemento expressa nesses construções é uma propriedade conhecida na literatura como um predicado *individual level*, que se difere dos predicados *stage level*. Conforme subdivisão feita por Carlson (1977), a distinção entre esses dois tipos de predicados reside em que o primeiro tipo denota uma propriedade inerente do indivíduo, enquanto o segundo denota um atributo transitório ou uma propriedade de estados (ou estágios) do

³⁷ Uma questão pertinente sobre a categoria das *small clauses* diz respeito à endocentricidade de um sintagma, que remonta à noção pressuposta na Teoria X-barras de que as projeções de um núcleo X são todas da mesma categoria que esse núcleo (cf. Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 176–177). A esse respeito, observa-se que, na proposta de Stowell (1981, 1983), as *small clauses* são endocêntricas. Já Rothstein (2004a: 53), por exemplo, não assume que as SC sejam projeções de um núcleo lexical, adotando, assim, uma abordagem não endocêntrica para essas estruturas.

indivíduo. Tal contraste está ilustrado em (30) a seguir, em que “rasgado” denota um estágio, e “difícil”, uma propriedade inerente:

- (30) a. *Maria considera o livro rasgado.
b. Maria considera o livro difícil.

(Foltran, 1999: 45)

A autora afirma que o adjetivo “rasgado” em (30a) é incompatível com a estrutura de SC complemento porque não veicula uma propriedade inerente de “livro”, mas apenas qualifica uma propriedade transitória. Pelo motivo contrário, o adjetivo “difícil” em (30b) se encaixa adequadamente na estrutura, em seu entendimento.³⁸ A autora nota que essa é a razão de um NP ser licenciado em tais construções (vide (29b)), visto que NPs são predicados do tipo *individual level*. Outras características dessas estruturas apresentadas pela autora são a possibilidade de substituição da SC complemento por uma oração finita, introduzida por um complementizador, e a possibilidade de construção equivalente com a cópula “ser” (Foltran, 1999: 45):

- (31) a. Eu considero que Maria é inteligente.
b. Eu considero ser o livro interessante.

(Foltran, 1999: 45)

Em resumo, vimos nesta subseção uma instância de predicação primária, as *small clauses* complemento de verbos como “considerar”, algumas de suas características e a análise de Stowell (1981, 1983) para essas construções. Finalizamos esta subseção reafirmando que, em nosso entendimento, tais estruturas configuram casos de predicação primária, em que, como vimos, o verbo matriz atribui papel temático à *small clause* como um todo e atribui Caso ao sujeito dessa mini-orção.^{39,40}

³⁸ Concordo com a observação do professor Marcus Lunguinho de que o contraste entre (30a) e (30b) parece ir além de uma questão de leitura *stage level* vs. leitura *individual level*, aparentando ter relação com a compatibilidade do adjetivo com a noção de avaliação subjetiva associada ao verbo “considerar”. Nesse sentido, o professor me apontou o fato de que um livro pode ser difícil para uma pessoa e não difícil para outra, mas um livro não pode ser rasgado para uma pessoa e não rasgado para outra. Assim, esse aspecto pode influenciar na degradação da sentença em (30a).

³⁹ Em português, também podem aparecer nessas construções os seguintes verbos (com base em Foltran (1999: 46) e Bisol (1975: 41)): “julgar”, “acreditar”, “supor”, “crer”, “achar”, “saber”, “sentir”, “dizer”, “confessar”, “declarar”, “notar” (verbos opinativos ou judicativos) e “querer”, “desejar”, “esperar”, “exigir” (verbos de vontade). Foltran nota, contudo, que esses verbos não apresentam um comportamento homogêneo.

A seguir, discutimos uma instância de predicação secundária, as construções depictivas, que diferem em alguns importantes aspectos das estruturas de que acabamos de tratar.

2.3 Predicação secundária: caracterizando construções depictivas

A diferença entre as construções de *small clauses* complemento e as construções depictivas vai além de uma simples questão de definição de dois tipos de predicação (primária ou secundária). Essa distinção na classificação reflete importantes diferenças no comportamento sintático e semântico dessas estruturas. Já apresentamos algumas particularidades da SC complemento; vejamos, agora, como se caracterizam as chamadas construções de predicação secundária depictivas. As construções sob análise aqui estão ilustradas no exemplo (19), repetido aqui como (32):

- (32) a. John_i drove the car *drunk*_i.
 ‘John dirigiu o carro bêbado’
- b. Mary ate the carrots_i *raw*_i.
 ‘Mary comeu as cenouras cruas’

(Rothstein, 2004a: 122; adaptado)

Uma das características mais relevantes de estruturas de predicação secundária, segundo Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 59), é o fato de que elas são compostas por dois constituintes predicativos, sem que haja a formação de um predicado complexo.⁴¹ Em (32a), como já foi indicado anteriormente, o adjetivo “drunk” é predicado secundário de “John”, que é sujeito de “drove”, seu predicado primário. Nessa sentença, o predicado secundário se relaciona com o sujeito da oração matriz, razão pela qual se diz também que esse predicado está orientado para sujeito. Em (32b), diferentemente, o predicado secundário “raw” está orientado a um participante da oração matriz que desempenha a função de objeto direto, “the carrots”.

⁴⁰ Fora do contexto de seleção da *small clause* por um verbo, Rothstein (2004a: 54) acrescenta outros ambientes em que uma mini-oração pode aparecer, também considerados predicções primárias aqui: as construções absolutivas (i) e as construções *mad magazine* (ii):

(i) With John sick, we'll never get the job done on time
 ‘Com John doente, nós nunca terminaremos o trabalho a tempo’.

(ii) John sick? Then how can we get the job done on time?
 ‘John doente? Então como conseguiremos terminar o trabalho a tempo?’.

⁴¹ Embora haja análises de construções depictivas envolvendo a formação de predicados complexos (cf. Irimia, 2012; Neeleman, 1994), o que Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 59) estão dizendo é que essas estruturas diferem de construções com verbos seriais ou predicados perifrásticos, por exemplo.

Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 72) atentam para o fato de que predicados secundários fazem referência a *participantes* do evento descrito na oração que contém o predicado primário, e não necessariamente a um constituinte sintático expresso de modo manifesto (o que podemos interpretar como uma categoria vazia). Nesse sentido, os autores argumentam que, em algumas línguas, o depictivo pode, por exemplo, ser controlado por um agente demovido em construções passivas ou por um participante não expresso sintaticamente em construções infinitivas, como se vê em (33), do alemão. Nessa sentença, o participante a que se refere o depictivo não está expresso por meio de um constituinte manifesto:

- (33) *Bitte gespült und mit Verschluss zurückgeben.*
por favor enxaguado e com tampa retornar
[Em uma garrafa:] ‘Favor retornar enxaguada e com (sua) tampa’.

(Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 73)⁴²

Por essa razão, em seu trabalho, os autores evitam fazer menção a funções sintáticas que o controlador do predicado depictivo exerce na oração principal — embora muitos autores, assim como nós, continuem tratando de “sujeito” e “objeto” ao falar da função do controlador. Nesse sentido, Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 72) argumentam que a relação de predicação secundária se dá entre um predicado e um participante semântico (noção de predicação semântica em termos de grade argumental, como discutido na seção 1.1).

No entanto, existem também propostas no sentido de formalizar essa relação de predicação do ponto de vista sintático. Por exemplo, Stowell (1981, 1983), que, como vimos, analisa estruturas de SC complemento em termos de *small clauses*, entende que a relação de predicação secundária também ocorre por meio de uma mini-oração.⁴³ Contudo, em sua análise, esses dois tipos de representação se diferenciam em alguns aspectos importantes, particularmente quanto ao tipo de sujeito da *small clause* nas duas construções e quanto à posição da mini-oração na estrutura da sentença.

Como vimos, para Stowell, verbos como “considerar” podem subcategorizar uma *small clause*, que aparece na posição de irmã de V, com um NP na posição de

⁴² Nossa tradução desse dado em alemão se orientou pela glosa em inglês no referido texto. A tradução apresentada pelos autores é a seguinte: “[on a bottle:] Please return rinsed and with (its) lid” (Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 73).

⁴³ Observamos de antemão que a questão da representação sintática de predicados secundários é matéria de controvérsia na literatura, como será discutido no Capítulo 2.

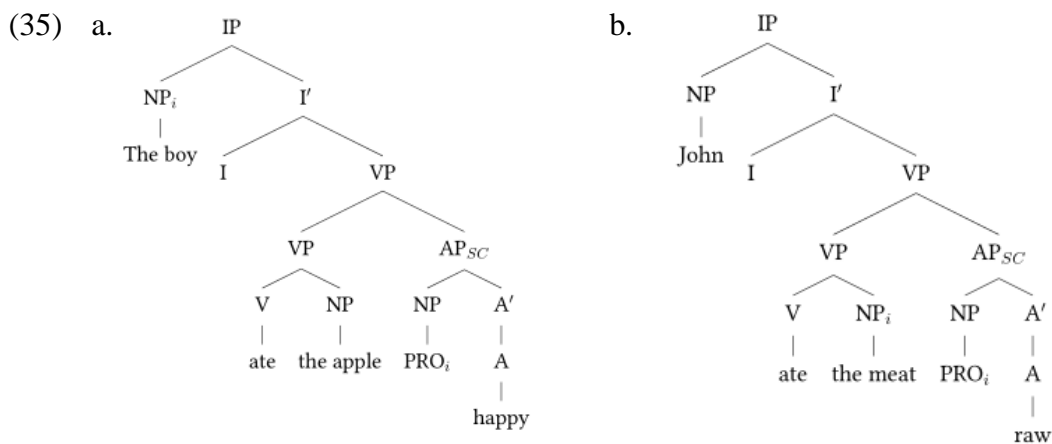
sujeito da mini-orção, conforme ilustrado em (34a). Sobre isso, Winkler (1997: 23) aponta que, dentro do quadro teórico desenvolvido pelo autor, uma categoria PRO não poderia ocupar a posição de sujeito dessa *small clause* complemento. Ou seja, uma representação como (34b) seria inadequada para as construções de SC complemento:

- (34) a. Mary considers [sc John crazy]
 b. *Mary considers [sc PRO crazy]

(Ex. (34b) de Winkler, 1997: 21)

A razão desse impeditivo ilustrado em (34b) se apoia em pressupostos teóricos assumidos por Stowell, relacionados especificamente ao mecanismo de atribuição de Caso ao sujeito da *small clause* pelo verbo, o que ocorreria via regência. Seguindo sua exposição, Winkler (1997: 21, 23) afirma que a definição de regência adotada por Stowell (1983: 295) impede que as projeções máximas de *small clauses* sejam barreiras à regência, de modo que o NP em (34a) fica livre para receber Caso do verbo. No entanto, como consequência, segue-se também que uma categoria PRO não pode ocupar essa posição de sujeito de uma *small clause* complemento, dado que PRO é uma categoria nula que não pode ser regida (cf. Winkler, 1997: 21).

Winkler (1997: 23) observa que é justamente essa restrição atuante sobre PRO que fundamenta a análise de Stowell para as construções depictivas orientadas para sujeito e para objeto. Para o autor, construções depictivas são *small clauses adjuntas*, configuração que permite um PRO como sujeito da SC, pelo fato de essa posição não ser regida nesse caso (Winkler, 1997: 23). As estruturas em (35a) e (35b) exemplificam possibilidades de representação das construções depictivas de sujeito e de objeto, respectivamente, sob a análise de Stowell:



(Exemplos elaborados com base em Winkler (1997: 24))

A respeito dessa perspectiva teórica, cabe observar ainda que a presença da categoria PRO como sujeito da *small clause* caracterizaria as construções depictivas como estruturas de controle, viabilizando a orientação do adjunto ao sujeito ou ao objeto da oração principal (Winkler, 1997: 23).⁴⁴ Essa e as demais características apontadas mostram, assim, algumas diferenças entre as construções de *small clause* complemento e as construções depictivas na análise de Stowell: enquanto as primeiras são entendidas como mini-orações subcategorizadas e que prescindem de PRO, as construções depictivas podem ser analisadas em termos de uma mini-oração em posição de adjunto, com PRO como sujeito.

Nessa análise de depictivos como adjuntos, entende-se que o DP que controla o predicado secundário integra a grade argumental do verbo matriz, mas o depictivo não é selecionado como argumento pelo verbo. Esse aspecto distingue as construções depictivas das construções de SC complemento de verbos como “considerar”. Como vimos, o DP da SC complemento não é selecionado pelo verbo da oração matriz: uma evidência disso, apresentada por Rothstein (2004a: 51), é o fato de que a retirada do predicado da mini-oração encaixada leva a uma mudança de interpretação da sentença, como já discutimos a respeito do exemplo (26), repetido aqui como (36) (cf. seção 2.2). Ou seja, (36a) não acarreta a leitura de objeto direto que se depreende de (36b):

- (36) a. I considered that problem uninteresting.
‘Eu considerei aquele problema desinteressante’.
- b. #I considered that problem.
‘Eu considerei aquele problema’.

(Rothstein, 2004a: 51; adaptado)

As construções depictivas, por outro lado, apresentam um comportamento diferente quanto à relação de acarretamento. Nesse sentido, Rothstein (2004a: 51) compara as sentenças em (36) com os exemplos em (37). Conforme a autora, ao contrário do que ocorre com a construção de *small clause* complemento em (36a), a construção de predicação secundária em (37a) notadamente possui um DP como objeto direto (“coffee”), o que se evidencia pelo fato de a sentença (37a) acarretar (37b):

⁴⁴ Além disso, uma categoria PRO nessa posição garante que não haja dupla atribuição de papel temático a um mesmo argumento, o que violaria o Critério Temático de Chomsky (1981) (cf. seção 1.2).

- (37) a. John drank coffee black yesterday.
‘John bebeu café preto ontem’.
- b. John drank coffee yesterday.
‘John bebeu café ontem’.

(Rothstein, 2004a: 51)

Associado às evidências da relação de acarretamento, como ilustrado em (37), e à análise do predicado secundário como integrante de um sintagma adjunto está o entendimento de que o depictivo seria dispensável à sentença em que ocorre. Essa possibilidade de dispensabilidade do depictivo corresponde ao que Winkler (1997: 2) identifica como “independência temática”, ou ao que Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 65) chamam de “opcionalidade” do depictivo. Isso significa, segundo Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 65), que um depictivo pode ser retirado de uma sentença sem que haja modificação na relação estrutural entre os demais constituintes, dado que são analisados como adjuntos pelos autores. Esse é um critério crucial na identificação de depictivos, na visão dos autores, visto que esse ponto diferencia a construção depictiva de estruturas como (36a), na qual o predicado da mini-orção, em posição de complemento, não pode ser retirado.

Sobre esse ponto, é interessante relembrar que, ao menos no caso de construções depictivas no português brasileiro, a tentativa de substituir uma *small clause* complemento por uma orção encaixada finita gera uma frase gramatical (vide (31a)). Contudo, como ilustrado em (38) (repetição de (20a)) e (39) a seguir, isso não ocorre com as construções de predicação secundária depictiva, segundo mostra Foltran (1999: 45). Podemos considerar esse fato do português como uma evidência de que, nas construções depictivas, o predicado secundário e o DP ao qual ele se refere não são selecionados conjuntamente como um argumento pelo verbo da predicação primária, ao contrário da análise comumente feita para as *small clauses* complemento.

- (38) a. João chegou cansado.
b. *João chegou que é cansado.
- (39) a. Pedro encontrou Maria doente.
b. # Pedro encontrou Maria que é doente.

(Exemplos de Foltran (1999: 35, 41, 45))

Outro ponto que distingue ligeiramente as construções de SC complemento das estruturas de predicação secundária em questão diz respeito à categoria do predicado em questão. Foltran (1999: 45) afirma que os predicados secundários são, preferencialmente, APs, diferentemente do predicado de SCs complementos, que pode ser de categorias variadas, como mencionado anteriormente (seção 2.2). Apesar dessa preferência, a autora afirma que a predicação secundária no PB pode ser realizada pelas categorias A, P ou N (Foltran, 1999: 33), mas observa, em outro momento, que um DP não funciona normalmente como predicado secundário depictivo (Foltran, 1999: 42).⁴⁵ Essa restrição está ilustrada no exemplo (40a), em português. Ainda segundo a autora, exemplos como (40b) seriam casos isolados nessa língua:

- (40) a. *Pedro chegou um médico.
b. Ele voltou um herói.

(Foltran, 1999: 42, 43)

Isso nos leva à questão do tipo de propriedade que o predicado secundário depictivo veicula. É comum o entendimento, na literatura, de que os predicados secundários depictivos normalmente expressam uma propriedade transitória (cf. Foltran, 1999: 42; Winkler, 1997: 11; entre outros) — ou propriedade “não inerente” (cf. Bisol, 1975: 17, 30). Alguns autores identificam esse tipo de propriedade com o que Carlson (1977) denomina predicado *stage level*, i.e., de estágios, o que os diferencia do predicado das SC complemento, que, como vimos, supostamente veicula uma leitura *individual level*, inerente. Foltran interpreta que a dificuldade de um DP ocorrer como predicado depictivo, em contraste com a possibilidade de esse tipo de sintagma ocorrer em mini-orações complemento, tem relação com essa característica, uma vez que, segundo a autora (1999: 43, 45), DPs são predicados do tipo *individual level*.

Bisol (1975: 29) apresenta alguns adjetivos no português que tipicamente denotam propriedades inerentes, citando “alto”, “grande” e “redondo” entre eles; dentre os adjetivos que denotam propriedades não inerentes ou “ocasionais”, a autora apresenta “triste”, “vitorioso” e “atrasado”. Com as sentenças em (41) a seguir, Foltran (1999: 42) mostra que são agramaticais, no português, os exemplos de predicação secundária orientada para sujeito e para objeto que se tentam construir por meio de adjetivos

⁴⁵ A autora observa que gerúndios também podem aparecer como predicados secundários nessas estruturas, visto que são formas não flexionais, como no exemplo “Ela gosta de café_i fervendo_i” (Foltran, 1999: 33).

prototipicamente de *individual level*, como “baixo” ou “difícil”. Isso explicaria, segundo a autora, o contraste observado entre as sentenças em (42), em que (42a) exibe um adjetivo que propicia a leitura *stage level*, diferentemente do adjetivo em (42b).

- (41) a. #O menino chegou inteligente.
b. #Pedro encontrou o livro difícil.

- (42) a. João comprou [um cachorro]_i [doente]_i.
b. *João comprou [um cachorro]_i [inteligente]_i.

(Exemplos de Foltran (1999: 42, 164))

A esse respeito, Foltran (1999: 42) observa que não há uma restrição sobre o tipo de adjetivo em si, mas à leitura que ele denota: segundo a autora, qualquer adjetivo pode ocorrer nessas construções, contanto que seja forçada uma leitura *stage level*.⁴⁶ Relacionado a isso está o fato de a cópula “ser” aparecer em paráfrases de construções de SC complemento (vide (31b)), pois, conforme Foltran (1999: 45), o adjetivo que integra essas construções veicula uma ideia de propriedade inerente. De modo diferente, os predicados secundários em questão são parafraseáveis por meio da cópula “estar”, o que, conforme Bisol (1975: 30), teria relação com a característica de o adjetivo possuir um traço “menos inerente”. Desse modo, as paráfrases associadas às leituras depictivas de (43a) e (44a) seriam, respectivamente, as sentenças em (43b) e (44b), formuladas por meio do conectivo “quando” e pela cópula “estar” (cf. Foltran, 1999: 41).

⁴⁶ Sobre esse tópico, contudo, gostaríamos de observar que McNally (1993: 4) se opõe a essa alegação amplamente defendida na literatura de que predicados secundários devem expressar uma propriedade transitória ou *stage level*. A autora constrói as sentenças a seguir, dentre outras, para sustentar sua contra-argumentação, incluindo algumas em que um NP aparece como predicado secundário:

(i) a. My dad was born compulsive and will die compulsive.

‘Meu pai nasceu compulsivo e vai morrer compulsivo’.

b. George Bush was born a Republican, and they will bury him a Republican.

‘George Bush nasceu um republicano, e vão enterrá-lo um republicano’.

Foltran (1999: 166) chega a observar que a distinção entre propriedades *individual level* e *stage level* não é suficiente para explicar as restrições que operam sobre predicados secundários no português, visto que a autora atesta a possibilidade de ocorrência de predicados secundários com predicados tipicamente *individual level* e também a resistência de alguns predicados *stage level* nessas construções (cf. Foltran, 1999: 165, 166). Como não vamos tratar especificamente da semântica dessas construções, a discussão em torno dessa particularidade não será aprofundada aqui, de modo que apenas simplificaremos essa característica afirmando que, de maneira geral, predicados secundários depictivos denotam propriedades *stage level*. Remetemos o leitor a McNally (1993) para considerações mais detalhadas sobre a questão de predicados *stage level* e *individual level*.

- (43) a. O menino chegou cansado.
b. O menino estava cansado quando chegou.

- (44) a. Pedro encontrou Maria; doente;
b. Maria estava doente quando Pedro a encontrou.

(Exemplos de Bisol (1975: 17, 20, 31, 39); adaptados)

As paráfrases acima expressam a simultaneidade das duas eventualidades em questão: tanto para os casos de predicação secundária depictiva orientada para sujeito quanto para a predicação secundária depictiva orientada para objeto, podemos afirmar que a eventualidade expressa pelo predicado primário e pelo predicado secundário estão em relação de “contemporaneidade”, utilizando um termo presente em Bisol (1975: 31, 40). De fato, os predicados secundários em questão são denominados “depictivos”, na terminologia de Halliday (1967: 63), justamente por descreverem um estado que coincide com a eventualidade descrita na oração principal (cf. Himmelmann & Schultze-Berndt, 2005: 4).⁴⁷ Por essa razão, Foltran (1999: 41) rejeita a possibilidade de paráfrase das estruturas de predicação secundária por meio de orações coordenadas, como as que estão exemplificadas em (45a) e (45b) (referentes a (43a) e (44b)):

- (45) a. O menino chegou e o menino estava cansado.
b. Pedro encontrou Maria e Maria estava doente.

(Foltran, 1999: 42)

Segundo o raciocínio da autora, a relação de temporalidade estabelecida entre o predicado primário e o predicado secundário não seria obtida com a coordenação. Bisol (1975) concorda com o posicionamento de que orações coordenadas não constituem boas paráfrases para esse tipo de construção, embora ancorada em outras razões. Em seu trabalho, Bisol (1975: 21, 22, 34) argumenta que a tentativa de negar as sentenças (43a) e (44a) leva a somente um tipo de interpretação possível, que é uma leitura em que a negação recai apenas sobre o adjetivo. As negações de (43a) e (44a) estão respectivamente em (46a) e (47a) a seguir, enquanto as interpretações destas sentenças estão indicadas nas possíveis paráfrases em (46b) e (47b):

⁴⁷ O termo “eventualidade” empregado aqui segue a terminologia introduzida por Bach (1986), e expressa tanto a noção de eventos quanto a de estados.

- (46) a. O menino não chegou cansado.
b. O menino não estava cansado quando chegou. (*i.e.*, *o menino estava disposto*)
- (47) a. Pedro não encontrou Maria doente.
b. Pedro encontrou Maria sã. (*i.e.*, *Maria não estava doente*)

(Exemplos de Bisol (1975: 22, 34); adaptados)

Desse modo, Bisol alega que a negação nesses casos não recai sobre o verbo da oração matriz, o que indica que o que está sendo negado em cada sentença seria apenas o estado do DP a que cada adjetivo se refere (ou seja, *o estado do menino quando chegou*, em (46a), e *o estado de Maria quando foi encontrada por Pedro*, em (47a)). A estrutura coordenada, diferentemente, apresentaria duas possibilidades de negação, vide (48) e (49) a seguir, incluindo uma em que a negação não incide sobre o adjetivo ((48a) e (49b)). Conforme o raciocínio de Bisol (1975: 21, 34), essa evidência seria suficiente para concluir que as coordenadas não são uma boa paráfrase para as construções em questão.⁴⁸

- (48) a. O menino estava cansado e não chegou.
b. O menino não estava cansado e chegou.
- (49) a. Pedro encontrou Maria e Maria não estava doente.
b. Pedro não encontrou Maria e Maria estava doente.

(Exemplos de Bisol (1975: 21, 34))

Para finalizar esta subseção, gostaríamos de mencionar brevemente uma particularidade sobre o tipo de verbo da oração principal que aparece nessas construções. Bisol (1975: 27, 38) assume em seu trabalho que o verbo que ocorre nessas estruturas deve ter sempre um traço de dinamicidade (ou “traço não estático”), quer exprima ação ou processo. Foltran (1999: 135, 164) parece corroborar esse entendimento, sugerindo que quanto maior a estaticidade do predicado principal, menor a aceitabilidade de um predicado secundário na sentença. Tendo realizado um estudo

⁴⁸ Vale observar que o trabalho de Bisol foi elaborado conforme uma perspectiva da Gerativa Transformacional, de modo que a autora considera as coordenadas como paráfrases inadequadas por não fornecerem uma base para a derivação da sentença em que a negação se refere apenas ao adjetivo (Bisol, 1975: 21). Embora não adotemos a perspectiva transformacional em nosso trabalho, mencionamos os dados e argumentos de Bisol ao longo dessa exposição por concordarmos com o julgamento de Foltran (1999: 36) de que Bisol apresenta ricas reflexões sobre as construções em questão, além de trazer dados importantes do português brasileiro.

mais detalhado sobre a semântica e o caráter aspectual de tais construções, a autora afirma que o predicado principal nesses casos deve expressar um evento, e mostra que a presença de um verbo estativo geralmente causa degradação da sentença (Foltran, 1999: e.g., 128, 129).⁴⁹ Por essa razão, dados como (50b) e (51b) soariam estranhos a um falante do português, em comparação com (50a) e (51a), respectivamente:

- (50) a. Pedro fez a lição seguro.
b. ?Pedro sabe a lição seguro.

- (51) a. Pedro vendeu os livros rasgados.
b. #Pedro possui livros rasgados.

(Exemplos (50b), (51a) e (51b) retirados de Foltran (1999: 129, 165))

Aqui estão, em suma, algumas das propriedades gerais das construções depictivas que nos permitem caracterizá-las, em um sentido mais amplo, e distingui-las das *small clauses* complemento. Vimos nesta seção que essas instâncias de predicação primária e secundária se distinguem não apenas por uma questão de definição, mas por se comportarem de modo diferente quanto a alguns aspectos sensíveis.

3. Distinções entre predicações depictivas e outras construções

Em seu trabalho, Schultze-Berndt & Himmelmann (2004) elaboram uma série de critérios para a identificação de predicados secundários depictivos em uma perspectiva translinguística. Além disso, os autores traçam distinções entre predicações depictivas e outras construções que se assemelham a elas, seja pelo fato de tais construções também apresentarem um segundo elemento predicativo, seja por serem funcionalmente relacionados a elas, ou por alguma semelhança em termos de constituição (cf. Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 60–63). Nesse mesmo espírito, objetivamos, nesta seção, apresentar diferenças entre as construções depictivas e outras construções similares. Já vimos na seção anterior como os depictivos se caracterizam e de que modo se diferenciam das SC complemento. Passamos agora a diferenciar os depictivos de resultativos (subseção 3.1), dos modificadores atributivos (subseção 3.2) e dos

⁴⁹ A relação entre o predicado primário e o predicado secundário sob a perspectiva do cenário aspectual da construção depictiva é uma questão mais complexa do que apresentamos aqui. Simplificamos a exposição, pois discutir esse tópico a fundo foge aos propósitos deste trabalho. Para mais informações a respeito dessa faceta das estruturas depictivas, remetemos o leitor aos Capítulos 4, 5 e 6 da tese de Foltran (1999).

advérbios (subseção 3.3). Outras estruturas potencialmente similares também são mencionadas (subseção 3.4).

3.1. Depictivos e resultativos

Na seção anterior, quando tratamos dos predicados secundários, mencionamos apenas os predicados depictivos como uma instância desse tipo de predicação. Contudo, na literatura sobre predicação secundária, consta também outro tipo de estrutura sob essa classificação: as construções resultativas.

Predicados depictivos e resultativos são assim nomeados a partir da terminologia introduzida por Halliday (1967: 63). A seguir, os elementos em itálico nas orações em (52a) e (52b) ilustram predicados depictivos (de sujeito e de objeto), que já foram exemplificados em seções anteriores neste trabalho. As sentenças em (52c) e (52d), por sua vez, trazem exemplos de predicados resultativos.

- (52) a. John_i drove the car *drunk*_i.
‘John dirigiu o carro bêbado’.
- b. Mary ate the carrots_i *uncooked*_i.
‘Mary comeu as cenouras cruas/não cozidas’.
- c. Jane painted the house_i *red*_i.
‘Jane pintou a casa até ela ficar vermelha’.
- d. Bill wiped the table_i *clean*_i.
‘Bill flanelou a mesa até ela ficar limpa’.

(Rothstein, 2006: 210)

Como já foi dito a respeito de sentenças como (52a, b), um predicado depictivo atribui a um elemento nominal uma propriedade que coincide com a eventualidade denotada pelo verbo matriz (cf. Irimia, 2005: 24; Rothstein, 2006: 210). Ou seja, descreve um estado do seu sujeito que perdura durante o tempo em que ocorre a ação denotada pelo verbo da oração principal, segundo Winkler (1997: 1). Assim, como já sinalizamos também, as sentenças em (52a) e (52b) significam, respectivamente, que “John estava bêbado quando dirigiu o carro”, e que “Mary comeu as cenouras quando elas estavam cruas”.

O predicado resultativo, diferentemente, atribui ao seu sujeito uma propriedade que resulta do processo denotado pelo verbo matriz (Halliday, 1967: 63) — isto é, a característica atribuída ou causada é relativa ao momento em que o processo denotado pelo predicado da oração principal culmina (Rothstein, 2006: 210). Assim, a sentença (52c) significa que “Jane pintou a casa e, como resultado dessa ação, a casa ficou vermelha”, e (52d) significa que “Bill flanelou a mesa e, como resultado dessa ação, a mesa ficou limpa”.⁵⁰

Como a própria classificação dessas duas construções como instâncias do mesmo tipo de predicação sugere, um pressuposto de algumas teorias é o de que depictivos e resultativos formam uma espécie de fenômeno unificado (conforme Winkler, 1997: 1), a despeito da diferença semântica apontada entre as duas construções. Tendo em vista essa importante questão, apresentamos a seguir alguns argumentos favoráveis a esse entendimento, tratando especificamente de dados do inglês, língua que dispõe dos dois tipos de construção referidos. Em seguida, discutimos argumentos no sentido oposto, i.e., algumas evidências de que depictivos e resultativos devem ser tratados como fenômenos distintos. Por fim, vamos discorrer especificamente sobre a realidade do português brasileiro quanto a esse tópico e explicar por que nós optamos por excluir os resultativos do escopo desta pesquisa.

Observemos, primeiramente, como essas duas construções se assemelham. Um fator que tem sido tomado como base para tratá-las como um fenômeno unificado, segundo Winkler (1997: 1), é o seu comportamento e distribuição diante da citada teoria de predicação desenvolvida por Williams (1980). Do ponto de vista dessa teoria, depictivos e resultativos são analisados do mesmo modo pelo qual se analisa a predicação que se dá no nível oracional da sentença. Rothstein (2006: 213) afirma que, ao fazer isso, Williams segue implicitamente a análise de Halliday (1967), que considera ambas as construções como instâncias de uma mesma relação de predicação secundária. Nesse sentido, Winkler (1997: 4) lembra que depictivos e resultativos são ambos comumente analisados como sintagmas máximos não argumentais que tomam como sujeito um elemento marcado tematicamente por outro núcleo lexical — daí a classificação como predicados *secundários* (cf. subseção 2.1).

Para Williams, como vimos, a relação de predicação é indicada por indexação em um nível de representação denominado *predicate structure*. Vimos também que essa

⁵⁰ A tradução para o português das referidas sentenças resultativas em inglês, especialmente a do exemplo (52d), segue o molde de tradução apresentado em Barbosa (2008).

relação obedece determinadas “regras de predicação”, que, nesse caso, fazem a indexação entre NPs e APs que o modificam na estrutura superficial (Williams, 1980: 205). Como dito anteriormente (cf. subseção 1.2), nessa teoria, para que a relação de predicação seja licenciada, ela deve satisfazer algumas restrições, resumidas em (10) e repetidas aqui como (53):

(53) REGRAS DE PREDICAÇÃO (WILLIAMS 1980)

- (i) o sujeito deve ser um NP;
- (ii) o predicado deve ser uma projeção máxima;
- (iii) o sujeito recebe do predicado um papel temático externo, devendo c-comandar o predicado e ser c-subjacente a ele.

(Winkler, 1997: 4)

Uma consequência da restrição de c-comando estabelecida pelo autor é a impossibilidade de objetos preposicionados funcionarem como sujeito de um predicado secundário (cf. Williams, 1980: 204; Winkler, 1997: 4; Rothstein, 2006: 215, 221). Isso é comprovado pelo autor com alguns dados do inglês: nos exemplos a seguir, o suposto sujeito da predicação secundária inserido em um PP não c-comanda o adjetivo, o que explicaria a agramaticalidade de (54c) e (54d), que contêm um depictivo e um resultativo, respectivamente:

(54) a. John loaded *the wagon full* with hay.

LIT.: ‘John carregou o vagão cheio com feno’.

‘John carregou o vagão com feno até (o vagão) ficar cheio’.

b. John loaded *the hay* into the wagon *green*.

LIT.: ‘John carregou o feno no vagão verde’.

‘John carregou o feno no vagão quando estava verde’ (leitura depictiva).

c. *John loaded the wagon with *hay green*.

LIT.: ‘John carregou o vagão com feno verde’.

d. *John loaded the hay into *the wagon full*.

LIT.: ‘John carregou o feno no vagão cheio’.

(Williams, 1980: 204)

Em (54c), não há c-comando entre “hay” e “green”, assim como “the wagon” não c-comanda “full” em (54d) (Williams, 1980: 204), presumindo-se que os predicados secundários não estejam dentro do PP. Essa condição estrutural, assim, explica a distribuição de depictivos e resultativos no inglês de modo unificado. A respeito dessa restrição, contudo, podemos observar paralelamente que a condição de c-comando não seria suficiente para explicar certos dados do inglês. Uma sentença como (55a), por exemplo, em que “Mary” não pode ser o hospedeiro do depictivo por estar dentro de um PP, é tão agramatical quanto (55b), em que “Mary” não está inserido em um PP, como observa Rothstein (2006: 215, 216):⁵¹

- (55) a. *John gave the book to Mary_i sick_i.
LIT.: ‘John deu o livro para Mary doente’.
- b. *John gave Mary_i the book sick_i.
LIT.: ‘John deu Mary o livro doente’.

(Rothstein, 2006: 216)

Assim, diante da agramaticalidade de sentenças como (55b), Williams estipula, além da restrição estrutural de c-comando, uma condição temática para a predicação: para os casos que envolvem um predicado inserido dentro do VP (como o depictivo “sick”), em sua análise, a predicação ocorreria entre esse predicado e o elemento com papel de tema (“the book”), e nunca entre o depictivo e o alvo (“Mary”) (cf. Williams, 1980: 207).⁵² Desse modo, de acordo com essa teoria, a agramaticalidade de (55b) se explica pelo motivo de o depictivo “sick” nunca poder modificar o alvo “Mary”, apesar de ser c-comandado por esse NP.⁵³ Embora Williams (1980) não mencione isso

⁵¹ As sentenças em (55) ilustram variantes da alternância dativa no inglês. Para mais detalhes sobre esse fenômeno, remetemos o leitor a Salles (2010) e às referências apontadas pela autora.

⁵² A agramaticalidade de (55b) contrasta com a gramaticalidade das sentenças a seguir, em que um depictivo aparece orientado para o tema do verbo nessa mesma configuração da variante de alternância dativa. Esses dados do inglês corroboram a proposta de Williams, por serem corretamente previstos por sua teoria. Agradecemos ao colega Ezekiel Panitz por julgar a gramaticalidade dessas sentenças e de outras frases em inglês neste trabalho..

(i) John gave Mary the book_i wet_i.
‘John deu a Mary o livro molhado’.

(ii) I gave John the book_i [torn to pieces]_i.
‘Eu dei a John o livro rasgado em pedaços’.

Nota-se que esses dados são similares ao seguinte exemplo, fornecido por Williams (1980: 207):

(i) John gave Bill the dog_i dead_i.

⁵³ Duas observações sobre essa aparente restrição temática: (a) ela não é verificada em outras línguas (cf. Capítulo 2); (b) mesmo no inglês, certas sentenças com o verbo leve “give” (“dar”) permitem que um objeto indireto seja modificado por um depictivo, como observado no dado (i), retirado de Maling (2001:

explicitamente, supomos que os predicados resultativos também sigam essa restrição dentro de sua análise.

Um segundo fator apontado por Winkler (1997: 8) e que poderia ser levado em consideração em um tratamento unificado de depictivos e resultativos é a dependência temporal do predicado secundário em relação ao predicado primário. Esse fator é, de certo modo, independente do que acabamos de ver com relação aos fatos explicados pela Teoria de Predicação. Essa dependência diz respeito ao entendimento de que esses predicados codificam um estado (de um argumento) com relação à eventualidade denotada pelo predicado principal (Winkler, 1997: 8; Himmelmann & Schultze-Berndt, 2005: 4; entre outros), como já foi descrito no início desta subseção a respeito das sentenças em (52). Winkler (1997: 8) relaciona esse aspecto à ausência de uma categoria INFL nas predicções depictivas e resultativas, de modo que ambas as construções partilhariam do fato de formarem uma predicação não flexional, em que não se verifica marcação temporal (cf. subseção 2.1).

De fato, em construções de predicação secundária, que contam com dois elementos predicadores, a eventualidade do predicado secundário sempre está ancorada no tempo expresso pela predicação primária. Assim, conforme afirmam Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 4), a sentença em (56a), com o depictivo “fresh”, indica que as cenouras estavam frescas no momento em que George as comprou, e a sentença em (56b), com o resultativo “soft”, aponta que as cenouras ficaram macias como um resultado da ação de terem sido fervidas:

- (56) a. George bought the carrots *fresh*.
‘George comprou as cenouras frescas’.
- b. George boiled the carrots *soft*.
‘George ferveu as cenouras até ficarem macias’.

(Himmelmann & Schultze-Berndt, 2005: 1, 4)

424); e, como observa Bruening (2015: 6), mesmo no caso de um depictivo não conseguir modificar um objeto indireto na voz ativa no inglês, o mesmo não ocorre na voz passiva, como se verifica com os dados em (ii), retirados de Koizumi (1994: 48) (cf. também Pykkänen, 2008):

- (i) The nurse gave *the patient* his medication *still-groggy/half-asleep*.
‘A enfermeira deu ao paciente_i sua medicação ainda grogue_i/sonolento_i’.
- (ii) a. *They gave *the patients* the drugs *drunk*.
‘Eles deram aos pacientes os remédios bêbados’.
- b. *The patients* were given the drugs *drunk*.
‘Aos pacientes foram dados os remédios bêbados’.

Podemos citar, por fim, uma terceira característica comum a essas construções, que, aliada ao entendimento de que elas são predicções não-flexionais, contribui para que elas sejam tratadas como um fenômeno unificado, segundo Winkler (1997: 11). Trata-se do fato de ambos depictivos e resultativos veicularem uma leitura do tipo *stage level*, isto é, denotarem uma propriedade simultaneamente temporária e intrínseca, nos termos de Rothstein (Winkler, 1997: 11).⁵⁴ Já vimos que a tentativa de construir sentenças depictivas com predicados que não denotam propriedade transitórias gera sentenças agramaticais, como demonstram (57a) e (57b), do inglês. Sentenças resultativas estão submetidas a essa mesma condição, como mostra Winkler (1997: 10), com os exemplos em (57c) e (57d):

- (57) a. * She ate the snail brown.
LIT.: ‘Ela comeu o caracol marrom’.
- b. *She met her husband intelligent.
LIT.: ‘Ela conheceu seu marido inteligente’.
- c. *She walked the dog brown.
LIT.: ‘Ela passeou o cachorro marrom’.
- d. *She taught the students intelligent.
LIT.: ‘Ela ensinou os alunos inteligentes’.

(Winkler, 1997: 10)

Esses são, assim, alguns fatores teóricos e empíricos que contribuiriam para a suposição de que predicções depictivas e resultativas formariam um fenômeno unificado, a depender da perspectiva teórica, de acordo com a exposição de Winkler (1997). Contudo, alguns autores alertam para o fato de que, apesar de depictivos e resultativos partilharem das propriedades descritas, eles diferem em aspectos fundamentais. Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 66), por exemplo, defendem que uma análise única não seria capaz de abarcar os dois tipos de estrutura. Em seu próprio texto, Winkler (1997) apresenta certas especificidades de depictivos e resultativos que algumas das condições expostas teriam dificuldade em abarcar.

⁵⁴ Como mencionado anteriormente, a divisão dos predicados entre as categorias *individual level* e *stage level* remonta a Carlson (1977).

Em primeiro lugar, Winkler apresenta duas diferenças entre depictivos e resultativos que não são explicadas aplicando-se somente as regras de predicação de Williams, resumidas em (53). A primeira delas é relativa à diferença de gramaticalidade observada em sentenças como (58). A autora mostra que, enquanto a construção com o verbo *see* ('ver'), no inglês, não permite a combinação com o resultativo "into silence" em (58a), a presença do depictivo "dead" diante do mesmo verbo torna a frase perfeitamente gramatical em inglês, como se vê em (58b):

- (58) a. *...seen her_i into silence_i.
LIT.: '...viu ela até silêncio.'
- b. ...seen her_i dead_i.
'...viu-a morta.'

(Winkler, 1997: 4)

Com isso, Winkler (1997: 4) afirma que o contraste em questão não pode ser explicado em termos de violação de c-comando — e nem em termos da condição temática estipulada por Williams, acrescentamos, visto que em ambas as sentenças estamos lidando com um argumento com papel de tema, "her". Uma solução que a autora apresenta para explicar esse tipo de dado, com base em Tenny (1987, 1992), é a de que haveria também uma condição aspectual atuando sobre os depictivos e resultativos, bem como uma restrição quanto ao tipo de verbo que pode ocorrer com esses predicados. Em linhas gerais, a ideia, segundo a autora, é a de que resultativos seriam expressões delimitadoras que só ocorrem com verbos de mudança que denotam eventos que podem ser delimitados, enquanto os depictivos não apresentariam essa restrição, podendo ocorrer com eventos delimitados ou não.⁵⁵ As sentenças com o verbo 'ver' em (58) seriam um exemplo de construção não delimitada, o que explicaria a diferença observada (Winkler, 1997: 5–6).⁵⁶

⁵⁵ Mas Winkler (1997: 6) nota que os depictivos apresentariam uma restrição diante de verbos estativos, fato que já mencionamos anteriormente (cf. seção 2.3).

⁵⁶ De modo mais específico, a ideia exposta pela autora com base na teoria aspectual é a de que um argumento interno de um verbo em uma dada construção, caso expresse um participante que é afetado por alguma mudança, é tido como o elemento que "mede" o evento denotado pelo verbo. Predicados resultativos ocorreriam apenas com verbos de mudança que tomam um argumento interno que mede o evento, e atuariam como expressões delimitadoras do evento, descrevendo o estado do argumento no momento em que o processo de mudança termina (Winkler, 1997: 5). No caso de (58a), conforme a autora, a sentença seria agramatical porque o verbo "ver" denota um evento, mas seu argumento interno

A segunda diferença entre depictivos e resultativos que a autora afirma não ser explicada apenas pelas regras de predicação em (53) diz respeito à possibilidade de co-ocorrência do predicado secundário em sentenças do inglês (Winkler, 1997: 7), como ilustrado em (59). Com o dado em (59a), a autora mostra que não pode haver dois predicados resultativos (“open” e “to pieces”) em uma mesma sentença (cf. Tenny, 1987). Os predicados depictivos, diferentemente, podem co-ocorrer na mesma sentença, seja modificando o mesmo argumento, como no caso de (59b), em que “raw” e “tender” se referem ao objeto “the meat”, seja modificando argumentos distintos, caso de (59c), em que “raw” está orientado ao objeto “the meat”, e “tired”, ao sujeito “they”.^{57,58}

- (59) a. * John kicked the door_i open_i to pieces_i.
LIT.: ‘John chutou a porta aberta em pedaços’.
- b. They eat the meat_i raw_i, tender_i.
‘Eles comem a carne crua, macia’ (i.e., eles comem a carne quando ela está crua, quando ela está macia).
- c. They_j ate the meat_i raw_i tired_j.
‘Eles comeram a carne crua cansados’.

(Winkler, 1997: 7)

não mede esse evento, pois não expressa um participante “afetado” por alguma mudança, o que impediria que o resultativo funcionasse como expressão delimitadora (Winkler, 1997: 6).

⁵⁷ A autora também relaciona essa diferença observada em (59) a uma restrição aspectual (cf. Winkler, 1997: 7), mas não vamos detalhar esse tipo de análise aqui, visto que, nesse ponto, ensejamos apenas pontuar distinções entre a distribuição de depictivos e resultativos, que apresentam desafios a algumas teorias.

⁵⁸ A respeito da suposta possibilidade de múltiplos depictivos em uma frase, agradeço ao professor Jairo Nunes e ao professor Marcus Lunguinho por observarem que a quantidade de depictivos (referentes ao mesmo argumento) em uma sentença parece ser um tanto limitada, pelo menos no que diz respeito ao português brasileiro (cf. **Eu comi a carne crua macia sangrando*; **O rapaz trabalhou exausto desatento caindo de sono*; **A menina conversava com os policiais nervosa assustada*; **Os policiais encontraram a vítima nervosa assustada*). Além disso, pode ser que haja uma assimetria, quanto ao julgamento, entre as construções com múltiplos depictivos de sujeito e construções com múltiplos depictivos de objeto direto, mas creio que seria necessário realizar testes de aceitabilidade com um número considerável de falantes para concluir algo a esse respeito, o que não tivemos tempo de fazer nesta pesquisa. Se uma assimetria dessa natureza for comprovada, ou se realmente proceder a observação de que o “empilhamento” de depictivos é limitado, isso pode ser um desafio para representações sintáticas associadas a essas construções em certas análises, especialmente as que envolvam adjunção (por ser este um processo recursivo). Os referidos professores também me atentaram para o fato de que depictivos orientados para um mesmo argumento co-ocorrem tranquilamente quando coordenados (cf. *A menina conversava com os policiais nervosa e assustada*; *Os policiais encontraram a vítima nervosa e assustada* — agradeço ao prof. Marcus por esses dados). Por questões de tempo, não exploramos mais esses aspectos neste trabalho, o que fica pendente para investigações futuras.

Um outro prisma teórico apresentado por Winkler (1997: 2) por meio do qual podemos notar mais uma diferença entre depictivos e resultativos é a teoria temática de Chomsky (1986), que lida com a distribuição sintática de argumentos. Winkler (1997: 2, 3) mostra que, desse ponto de vista, depictivos e resultativos deveriam ser tratados de modo unificado, no sentido de serem igualmente excluídos pela Teoria Theta. Isso ocorreria, segundo a autora, porque predicados secundários não fazem parte da estrutura temática do verbo matriz, visto que são geralmente analisados como sintagmas máximos não argumentais (Winkler, 1997: 2). A autora caracteriza esse aspecto supostamente comum a depictivos e resultativos como “independência temática”, como vimos.

Assumir esse fato para os predicados secundários em questão, segundo a autora, seria equivalente a afirmar que depictivos e resultativos podem ser retirados de uma sentença sem que haja violação sintática ou semântica (Winkler, 1997: 2). Já vimos na seção anterior que esse é um aspecto que, de fato, caracteriza os predicados depictivos, o que identificamos também como “opcionalidade” desse tipo de predicado (cf. seção 2.3). Essa não obrigatoriedade do depictivo está evidenciada nas sentenças em (60) do inglês, que ilustram a possibilidade de se retirar da sentença um predicado depictivo orientado para sujeito, vide (60a) e (60b), e também a possibilidade de se retirar um depictivo orientado para objeto direto, vide (60c) e (60d):

- (60) a. John_i drove the car *drunk*_i.
‘John dirigiu o carro bêbado’.
- b. John drove the car.
‘John dirigiu o carro’.
- c. Mary ate the carrots_i *uncooked*_i.
‘Mary comeu as cenouras cruas/não cozidas’.
- d. Mary ate the carrots.
‘Mary comeu as cenouras’.

(Exemplos (60a) e (60c) são repetições de (52a, b) de Rothstein (2006: 210))

Com relação aos predicados secundários resultativos, contudo, a questão da opcionalidade não é tão clara assim. Por exemplo, Winkler (1997: 2) alega que em sentenças transitivas como (61a), ou em sentenças intransitivas como (61b) e (61c), do inglês, os resultativos não podem ser omitidos sem causar estranheza ou algum tipo de

alteração semântica com relação à leitura veiculada pela oração principal. Segundo a autora, a única classe de resultativos que poderia ser retirada de uma sentença do inglês sem gerar agramaticalidade seria a de resultativos em sentenças inacusativas, como em (61d):

- (61) a. A brisk-looking young man pushed the door *open*.
‘Um jovem bonito abriu a porta empurrando-a’.
- b. I knew Eddie Mars would bleed me *white*, but I didn't care.
‘Eu sabia que Eddie Mars me faria perder todo o meu dinheiro, mas eu não me importei’.
- c. How close can we come (...) to causing Alex to laugh himself *to death*?
‘Quão perto podemos chegar de fazer Alex rir até morrer?’
- d. As early as October it will begin to snow (...) and the lake will freeze *solid*.
‘Assim que chegar Outubro, começará a nevar (...) e o lago congelará até ficar sólido.’

(Winkler, 1997: 2, adaptado)

No entanto, mesmo a situação em que o predicado resultativo poderia ser retirado, como em (61d), apresenta alguma controvérsia. Winkler (1997: 3) observa que há uma discussão a respeito de construções envolvendo o verbo inacusativo “freeze” (‘congelar’), como (61d), visto que alguns autores não consideram haver aí uma construção resultativa. Nesses casos, a autora alega que tais verbos já apresentariam uma leitura télica que caracteriza os resultativos.

Para Winkler (1997: 3), essas observações sobre os dados em (61) mostram que não podemos manter com tranquilidade a generalização de que todos os predicados secundários possuem independência temática, de modo que essa característica ficaria restrita apenas a depictivos (e possivelmente a resultativos em construções ergativas). Esse aspecto evidencia mais um problema em analisar depictivos e resultativos como um fenômeno unificado, mas do ponto de vista da teoria temática. Diante disso, a autora mostra também que, pelo menos em sentenças transitivas (vide (61a)), os resultativos apresentariam uma relação íntima com o predicado primário (Winkler, 1997: 3), diferentemente do que ocorre com os predicados depictivos.

Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 66) corroboram esse entendimento de que resultativos portam uma relação mais próxima com o predicado primário do que os

depictivos. Segundo os autores, em línguas como o inglês e o alemão, as construções resultativas podem nem mesmo constituir instâncias de predicação secundária, mas predicados complexos (Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 66), se considerarmos que um predicado secundário é necessariamente um adjunto. Os autores apresentam como evidência para esse tipo de análise o fato de que também há construções resultativas com um predicado resultativo obrigatório no alemão, como se vê em (62):

(62) a. *Ich schreibe mir die Finger wund.*
1 SG.NOM escrever 1 SG.DAT DEF dedos doloridos.
‘Eu estou escrevendo até meus dedos ficarem doloridos’ / ‘Eu estou escrevendo e, como resultado, meus dedos estão ficando doloridos’.

b. * *Ich schreibe mir die Finger.*
LIT. ‘Eu estou escrevendo meus dedos’.

(Kunze, 1997: 327 apud Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 66)⁵⁹

Esse tipo de observação é relevante porque o caráter opcional dos depictivos é justamente um dos principais fatores que motiva a análise desses predicados secundários como adjuntos (Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 65), marcando-se, assim, uma distinção fundamental entre predicados secundários depictivos e os predicados resultativos. Analisar as construções resultativas em termos de predicados complexos ou verbos complexos tem sido uma opção adotada por diferentes autores que se debruçam sobre os resultativos, ao menos no caso de línguas como o inglês e o alemão (cf. Dowty, 1979; Neeleman, 1994; Winkler, 1997), embora outras análises tenham sido propostas para essas estruturas.⁶⁰

Outras duas diferenças entre depictivos e resultativos reforçam o entendimento de que essas construções correspondem a estruturas sintáticas bem distintas. Trata-se de duas características cruciais dos predicados resultativos, conforme Rothstein (2006: 223). A primeira delas, apontada pela autora, é o fato de que os resultativos, aparentemente, só podem ser predicados de um elemento exercendo função sintática de

⁵⁹ Exemplo adaptado. Nossa tradução e glosa desse dado em alemão se guiaram pela glosa e pela tradução em inglês no texto dos referidos autores. A tradução apresentada pelos autores é a seguinte: “I am writing my fingers sore” (Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 73).

⁶⁰ O leitor poderá encontrar estudos mais completos sobre as propriedades de predicados resultativos e sobre diferentes possibilidades de análise dessas construções nas seguintes referências: Kratzer (2005), Levin & Rappaport Hovav (1995), Hoekstra (1988), Bowers (1997), Carrier & Randall (1992), entre outros. Na literatura escrita em língua portuguesa constam trabalhos como os de Barbosa (2008), Lobato (2004), Knöpfle (2010, 2014), Bertucci (2014), entre outros.

objeto direto na oração principal, como ilustra (63) a seguir, com dados do inglês (cf. também Levin & Rappaport-Hovav, 1995: 34). Já vimos que os predicados depictivos são muito mais livres nesse sentido, pois podem ser orientados para sujeito e para objeto na língua inglesa — e, se considerarmos outras línguas além do inglês, vemos que as possibilidades de funções sintáticas do controlador de um depictivo são maiores (cf. Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 73; Simpson, 2005; entre outros).

- (63) a. John painted the house_i red_i.
‘John pintou a casa até ela ficar vermelha’ / ‘A casa ficou vermelha como resultado de John tê-la pintado.’
- b. *John_i painted the house tired_i.
LEITURA PRETENDIDA: ‘John pintou a casa até ele (John) ficar cansado’.

(Rothstein, 2006: 223)

A segunda característica mencionada por Rothstein (2006: 223) é o fato de que predicados resultativos podem tomar como sujeito um NP que não faz parte da grade argumental do verbo da oração principal. Isso está exemplificado em (64) a seguir (e em algumas sentenças em (61), vistas anteriormente). Esses seriam casos de resultativos “não temáticos”, segundo a autora, visto que o NP do qual predica o resultativo não receberia papel temático do verbo da oração principal (cf. também Rothstein, 2004: 60).

- (64) a. Bill ran the soles of his shoes_i thin_i.
LIT.: ‘Bill correu as solas de seus sapatos finos’.
‘Bill tornou finas as solas de seus sapatos correndo’. / ‘Bill correu e, como resultado, as solas de seus sapatos ficaram finas’.
- b. The audience laughed the actors_i off the stage_i.
LIT.: ‘A plateia riu os atores fora do palco’.
‘A plateia riu até tirar os atores do palco’. / ‘A plateia riu e, como resultado, os atores saíram do palco’.
- c. John ate himself_i sick_i.
LIT.: ‘John comeu ele mesmo doente’.
‘John comeu até ficar doente’. / ‘John comeu e, como resultado, ficou doente’.

(Rothstein, 2006: 223)

Os exemplos (64a) e (64b) em inglês trazem verbos intransitivos inergativos que não atribuem papel temático ao NP que é sujeito do resultativo (Rothstein, 2006: 223). Disso decorre não ser possível inferir que “Bill correu as solas de seus sapatos” ou que “a plateia riu os atores”, segundo Rothstein (2006: 223). O exemplo (64c), conforme a autora, apresenta um verbo transitivo que também não atribui papel temático a um objeto sintático, pois não se infere dessa sentença que “John comeu a si mesmo” (Rothstein, 2006: 223). Essas construções contrastam com aquela exemplificada em (63a), que apresenta um verbo transitivo que atribui papel temático ao NP sujeito do resultativo, em que se depreende que “John pintou a casa”, conforme Rothstein (2006: 223). Com os exemplos em (64), Rothstein mostra, ainda, que as construções resultativas não temáticas podem ocorrer tanto com “falsos reflexivos”, como “himself” em (64c), quanto com NPs plenos que não são falsos reflexivos, como se vê em (64a) e (64b) (cf. Rothstein, 2004b: 60; Rothstein, 2006: 226; Simpson, 1983).⁶¹

Predicados depictivos, diferentemente, não podem tomar como sujeito um NP que não faça parte da grade argumental do predicado primário, devendo sempre partilhar um argumento com o predicado da oração principal, de acordo com Rothstein (2004b: 70). Essa restrição, segundo a autora, descarta a possibilidade de um depictivo ocorrer em sentenças intransitivas como (65), nas quais o NP sujeito do depictivo não é argumento do verbo matriz (comparar com (64a) e (64b)):

(65) a. *John ran Mary_i drunk_i.

LEITURA PRETENDIDA: ‘John correu quando Mary estava bêbada’ (Mary estava bêbada durante o evento denotado por “John correu”).

b. *John drove Mary_i drunk_i.

LEITURA PRETENDIDA: ‘John dirigiu quando Mary estava bêbada’ (Mary estava bêbada durante o evento denotado por “John dirigiu”).

(Rothstein, 2004b: 60, 70)

Winkler (1997: 6) afirma que dados de construções resultativas com NPs não selecionados como argumento pelo verbo principal favorecem uma análise da construção resultativa como um predicado complexo de mudança formado pelo verbo matriz e pelo predicado resultativo, no sentido de que o argumento interno nesses casos

⁶¹ A relação entre a restrição de objeto direto que atua sobre os resultativos e os casos de resultativos com objetos não temáticos tem sido matéria de discussão na literatura (cf. Rothstein 2006: 226; Rothstein, 2004b; e as referências indicadas pela autora nessas obras).

se tornaria essencial para medir os eventos expressos pelo predicado complexo. Assim, novamente nos vemos diante de argumentos que evidenciam diferenças substanciais entre depictivos e resultativos, de forma a questionarmos a classificação dos resultativos como predicados secundários. Vê-se que as especificidades dessas construções, cuja cobertura empírica nos leva a considerar fatores aspectuais, de predicação e de grade argumental, constituem desafios para teorias que levam em conta apenas uma dessas facetas em seu tratamento (cf. Winkler, 1997: 3).

Para além das distinções entre depictivos e resultativos nas línguas que foram mencionadas, há também o fato de que construções resultativas como as que foram analisadas aqui não são amplamente observadas translinguisticamente. Giannakidou & Merchant (1999), por exemplo, argumentam que o grego não dispõe da estratégia sintática utilizada no inglês para gerar construções resultativas. Os autores apresentam os dados em (66) a seguir para ilustrar que, em grego, não há construções resultativas equivalentes a sentenças resultativas da forma como inglês as apresenta. Os dados em (66a) e (66b) exibem exemplos com verbos transitivos, (66c) apresenta um verbo inacusativo e (66d) traz um verbo inergativo. As sentenças em inglês comparáveis às agramaticais do grego encontram-se abaixo das traduções:⁶²

- (66) a. O Giannis skupise to piato tu (*katharo).
O Giannis varreu / raspou / limpou DEF prato dele limpo
LEITURA AGRAMATICAL: ‘Giannis limpou seu prato raspando-o’.
CF.: *Giannis wiped his plate clean.*
- b. Mi potizis ta fita (*epipeda)!
NEG. regar.2.SG DEF plantas planas / achatadas
LEITURA AGRAMATICAL: ‘Não regues as plantas até ficarem achatadas’.
CF.: *Don’t water the plants flat.*
- c. I limni pagose (*sterei).
O lago congelou sólido
LEITURA AGRAMATICAL: ‘O lago congelou até se tornar sólido’.
CF.: *The lake froze solid.*

⁶² A glosa e a tradução em português dessas sentenças foram elaboradas por nós com base nas glosas apresentadas por Giannakidou & Merchant (1999: 94-95) e são informais (no sentido de que não traduzem rigorosamente especificações de caso, número e gênero). Ademais, notamos que as páginas do texto original de Giannakidou & Merchant (1999) não são numeradas. Optamos por seguir a referência e paginação indicadas no seguinte endereço eletrônico: <http://home.uchicago.edu/~giannaki/papers.html>.

d. * O Pavlos etrekse ta paputsia tu *lepta*.

O Pavlos correu DEF sapatos dele finos

LEITURA AGRAMATICAL: ‘Pavlos tornou os seus sapatos finos correndo’.

CF.: *Paul ran his shoes thin*.

(Giannakidou & Merchant, 1999: 94-95; adaptado)

Com relação ao português brasileiro, a presença de resultativos como os que o inglês exibe parece ser também contestável. Foltran (1999: 185) reconhece a existência de sentenças resultativas no português, mas entende que essas supostas construções são bastante restritas e não produtivas na língua, além de apresentarem características distintas das resultativas do inglês. Nesse sentido, a autora afirma que, diferentemente do inglês, os resultativos em português apresentariam uma aparente rejeição a estruturas com verbos que denotam atividade, estando limitados a sentenças com verbos de criação (Foltran, 1999: 184, 186). Os seguintes dados são alguns dos exemplos apresentados pela autora como instâncias de construções resultativas canônicas no português brasileiro:

- (67) a. Ela cortou o cabelo curto.
b. Ela costurou a saia justa.
c. Ele fez o chá fraco.

(Foltran, 1999: 183)

Outros autores que se dedicaram a estudar esse tipo de construção no português assumem um posicionamento mais radical. Barbosa (2008), por exemplo, tomando como parâmetro as construções resultativas de línguas como o inglês, defende que não há construções resultativas no português brasileiro. Barbosa (2008) recusa as sentenças em (67) como exemplos de construções resultativas. O autor alega que o complexo verbo + objeto já denota um resultado, e entende que predicados secundários como “curto”, “justa” e “fraco” possuem o papel de especificar um estado referente a esse estado resultante (Barbosa, 2008: 71, 72). Em linhas gerais, Barbosa (2008: 130) defende que o mecanismo envolvido na formação de construções resultativas no inglês não se aplica ao português brasileiro. O autor defende que enquanto sentenças resultativas como “For you I bleed myself dry” (‘Por você, eu sangro até secar’) e “Cut him loose, now!” (‘Liberte-o agora, cortando [as cordas que o amarram]’) são

produtivas no inglês, expressões semelhantes a essas no português brasileiro são agramaticais, como mostram os exemplos em (68) apresentados pelo autor:⁶³

- (68) a. *Por você eu sangro eu mesmo seco.
b. *Corte-o solto, agora!

(Barbosa, 2008: 130)

Vemos, assim, que a própria existência de construções resultativas em português é questionável e configura objeto de debate na literatura (para discussão, cf. Barbosa, 2008; Lobato, 2004; Bertucci, 2014; entre outros). Por esse motivo, esse tipo de construção está fora do recorte que propomos para este trabalho. Nós nos limitaremos, portanto, a discutir as construções de predicação secundária depictiva no português brasileiro. Além disso, pesa o fato de que mesmo as línguas que apresentam depictivos e resultativos de modo produtivo demandam um estudo mais sistematizado e aprofundado dessas construções, que leve em conta as nuances e especificidades que foram levantadas aqui. Há, ainda, diferenças em termos de prosódia e foco entre esses dois tipos de predicado que não foram mencionadas por nós e que podem acrescentar à discussão (cf. Winkler, 1997; Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 65-67).

Nesta subseção, comparamos os predicados depictivos aos predicados resultativos, ambos normalmente considerados como predicados secundários na literatura. Listamos semelhanças e diferenças que podem ser levadas em consideração em estudos futuros a respeito dessas construções. Também apontamos questionamentos quanto à classificação de resultativos como predicados secundários. Vimos que, apesar das similaridades entre esses dois tipos de predicado, há muitas diferenças entre eles, especialmente diferenças de natureza aspectual e sintática. Voltando-nos à realidade do PB, concluímos que resultativos estão fora do escopo deste estudo, pelo fato de sua existência ser controversa nessa língua. Para nós, os predicados resultativos constituem um fenômeno à parte e não serão estudados nos capítulos seguintes.

3.2. Depictivos e advérbios

Nesta subseção, nós nos limitamos a distinguir os predicados depictivos de advérbios, diante de possíveis alegações de que o adjetivo que ocorre em estruturas de predicação

⁶³ Exemplos e respectivas traduções retirados de Barbosa (2008: 130).

depictiva equivaleria a um advérbio. Discussões mais aprofundadas sobre essa nada simples distinção, que tomam por base uma perspectiva translinguística no estudo de depictivos e advérbios, podem ser encontradas em Schultze-Berndt & Himmelmann (2004) e Himmelmann & Schultze-Berndt (2005), por exemplo. Embora cientes da complexidade do assunto nesse tipo de análise tipológica, nós nos restringimos a pontuar apenas algumas características do inglês e do português brasileiro que indicam diferenças de ordem morfosintática e semântica entre as construções depictivas e as adverbiais, comumente analisadas como adjuntos.

Com relação a esse tópico, Rothstein (2006: 210) apresenta o conhecido fato de que, no inglês, a diferença entre depictivos e advérbios se manifesta morfologicamente. Nessa língua, advérbios contam com o sufixo *-ly* (que corresponde, *grosso modo*, ao nosso *-mente*, do português), ausente em predicados secundários depictivos. Isso é ilustrado no exemplo em (69) apresentado pela autora, que compara o depictivo “angry” com o advérbio “angrily”:

- (69) a. John left the room *angry*.
 ‘John deixou a sala zangado / raivoso’.
- b. John left the room *angrily*.
 ‘John deixou a sala de modo raivoso / raivosamente’.

(Rothstein, 2006: 210)

O contraste entre as interpretações das sentenças em (69) exemplifica aquele que é um dos principais fatores a distinguir predicados depictivos de advérbios, em uma primeira análise, de acordo com Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 4): a *orientação* desses elementos. Conforme os autores, o predicado depictivo está geralmente orientado a um participante da oração principal, como já mencionamos (cf. seção 2.3), ao passo que os advérbios são entendidos como orientados a eventos (Himmelmann & Schultze-Berndt, 2005: 4).

Em outras palavras, enquanto o advérbio atribui uma propriedade a um *processo*, o predicado secundário depictivo atribui uma propriedade a um *participante* do evento durante o processo, conforme explica Rothstein (2006: 210). Assim, quanto à sentença (69a), Rothstein (2006: 210) afirma que a veracidade de sua leitura depende de John estar efetivamente zangado no momento em que deixa a sala. Em contrapartida, quanto

à leitura da sentença em (69b), Rothstein (2006: 210) afirma que é possível que John deixe a sala de modo irritado ou raivoso, mas sem estar de fato irritado.

Rothstein (2004b: 63-64) comprova a diferença semântica entre orientação a participante e orientação a evento com relações de acarretamento. Com os exemplos em (70) a seguir, a autora afirma que as sentenças (70a,b) com o predicado depictivo “drunk” (‘bêbado’), implicam que alguém está bêbado (i.e., “John”), enquanto as sentenças (70c, d) com o advérbio “drunkenly” (‘bebadamente’) não acarretam alguém estar bêbado. Assim, em (70b) e (70d), a continuação “although he was sober” (‘embora ele estivesse sóbrio’), que aponta para o estado do participante, torna semanticamente infeliz a sentença com o depictivo, por indicar uma incoerência, ao passo que é perfeitamente compatível com a sentença com o advérbio:

- (70) a. John drove the car drunk
‘John dirigiu o carro bêbado’.
- b. #John drove the car drunk, although he was sober.
‘John dirigiu o carro bêbado, embora ele estivesse sóbrio’.
- c. John drove the car drunkenly.
‘John dirigiu o carro bebadamente / de forma bêbada’.
- d. John drove the car drunkenly, although he was sober.
‘John dirigiu o carro bebadamente / de forma bêbada, embora ele estivesse sóbrio’.

(Rothstein, 2004b: 64)

Rothstein (2004b: 64) interpreta essa diferença em termos de atribuição de papel temático. Para a autora, um depictivo é um predicado e, como tal, atribui papel temático ao seu sujeito, ao contrário de um advérbio. Segundo Rothstein, isso se mantém até mesmo para os casos de advérbios orientados a participantes, como “enthusiastically” (‘entusiasticamente’) ou “reluctantly” (‘relutantemente’), exemplificados em (71a). Embora esses advérbios pareçam atribuir um papel temático a um agente do evento, a autora explica que eles, na verdade, não entram em uma relação de predicação, pois não atribuem uma propriedade a um participante, mas apenas descrevem o modo como esse agente participou no evento (i.e., de modo entusiástico ou de modo relutante)

(Rothstein, 2004b: 64). Como evidência disso, a autora afirma que a sentença (71b) não representa uma contradição no inglês:

- (71) a. John greeted Mary enthusiastically/reluctantly
‘John cumprimentou Mary entusiasticamente / relutantemente’.
- b. John welcomed Mary enthusiastically although he was not enthusiastic about welcoming her.
‘John recebeu Mary entusiasticamente, embora ele não estivesse entusiasmado /entusiasmado em recebê-la’.

(Rothstein, 2004b: 64)

Com relação ao português brasileiro, a diferença entre predicativos e advérbios parece se sustentar nos mesmos moldes do que acabamos de ver para o inglês. Bisol (1975: 24), por exemplo, considera incorreto equiparar o adjetivo que ocorre como predicado em uma construção depictiva no português a um advérbio. A autora apresenta as sentenças em (72) para mostrar que a substituição do adjetivo “feliz”, em (72a), e do adjetivo “humildes”, em (72b), pelos advérbios “felizmente” e “humildemente” em (72c) e (72d), respectivamente, resulta em orações sintática e semanticamente distintas (Bisol, 1975: 25):

- (72) a. A menina chegou feliz.
b. A menina chegou felizmente.
c. Eles escutavam a queixa humildes.
d. Eles escutavam a queixa humildemente.

(Bisol, 1975: 25)

O adjetivo na sentença (72a) se refere ao sujeito (“a menina”), segundo a autora, mas o advérbio em (72b) se refere à oração como um todo. Semelhantemente, Bisol (1975: 25) afirma que a sentença em (72c) significa que “eles estavam humildes ao escutar a queixa” (leitura depictiva), mas que a sentença em (72d) significa que “eles escutavam a queixa de uma maneira humilde” (leitura adverbial). Vê-se que essa análise corresponde ao que foi dito sobre a diferença entre orientação a participante e orientação a evento. Ademais, Bisol (1975: 25) afirma que há sentenças que admitem a presença do adjetivo, mas rejeitam o advérbio (vide (73) e (74)), e sentenças que rejeitam o adjetivo, mas permitem o advérbio (vide (75)):

- (73) a. O cozinheiro estava limpo ao assar a carne.
b. O cozinheiro assou a carne limpo.
c. *O cozinheiro assou a carne limpamente.
- (74) a. A carta estava aberta ao chegar.
b. A carta chegou aberta.
c. *A carta chegou abertamente.
- (75) a. Maria morreu lentamente.
b. *Maria morreu lenta.
c. *Maria estava lenta ao morrer.

(Exemplos de Bisol (1975: 25))

Como o adjetivo nos dados de predicação secundária apresentados não se comporta como um advérbio, concluímos que depictivos e advérbios nessas línguas são elementos de naturezas distintas, com propriedades semânticas, morfológicas e sintáticas tais que tornam incorreta a equivalência entre eles.⁶⁴ Além disso, embora se possa alegar que ambos partilham uma natureza de adjunto em línguas como o português (cf. Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 78), o adjetivo nessas estruturas é, em nosso entendimento, definitivamente um predicado e atribui um papel temático (segundo Rothstein, 2004b), mas não poderíamos afirmar o mesmo a respeito dos advérbios.

3.3 Depictivos e modificadores atributivos

Nesta subseção, apresentamos algumas diferenças entre o adjetivo que ocorre como modificador atributivo de um nome e o adjetivo que ocorre como predicado secundário depictivo. Com relação ao português brasileiro, mostrar a diferença entre essas duas

⁶⁴ Duas observações a respeito do português: (a) a distinção apresentada aqui não faz referência aos adjetivos que se comportam como advérbios de modo (cf. *Ele fala rápido vs. Ele fala rapidamente*), diferindo destes quanto à presença do sufixo *-mente*; (b) a concordância é outro fator (de ordem morfosintática) que aponta uma distinção formal entre depictivos e advérbios nessa língua — de maneira geral e simplificada, depictivos no português permitem a concordância de gênero e número com seu sujeito (vide (i)), enquanto os advérbios são tipicamente caracterizados como invariáveis (vide (ii)):

(i) As meninas_i chegaram cansadas_i.

(ii) As meninas chegaram rápido / rapidamente.

A respeito desse suposto uso adverbial dos adjetivos, no entanto, convém mencionarmos o trabalho de Lobato (2008). Para a autora, não haveria, nesses casos, um uso adverbial do adjetivo, mas um uso adjetival. Agradeço ao professor Marcus Lunguinho e à professora Helena Guerra Vicente por me alertarem sobre essa proposta de Lobato.

possibilidades do adjetivo se mostra especialmente relevante diante da ambiguidade de sentenças como (76), como coloca Foltran (1999: 27):

(76) João comprou o carro quebrado.

(Foltran, 1999: 27)

Foltran atenta para o fato de haver duas leituras possíveis para sentenças com a ordem linear como (76), associadas a duas estruturas sintáticas distintas (cf. também Franchi, Negrão e Müller, 1998; Lobato, 2016 [1990]). Conforme explica a autora, uma das interpretações possíveis é a chamada *leitura (modificadora) atributiva*, em que o adjetivo “quebrado” integra o sintagma nominal formado pela sequência [o carro quebrado]. A segunda leitura, de acordo com Foltran, equivale à *leitura predicativa*, em que o adjetivo “quebrado” não faz parte do sintagma nominal, mas forma um constituinte independente. A leitura depictiva corresponde a essa segunda interpretação.

Foltran (1999: 27) desfaz a ambiguidade do dado em (76) por meio de testes de movimento de constituinte (passivização, topicalização e clivagem), ilustrados em (77) e (78) (cf. também Bisol, 1975: 38). Segundo a autora, os dados em (77) mostram o adjetivo em uma leitura atributiva, nos quais se verifica o deslocamento do constituinte [o carro quebrado] como um todo, enquanto os dados em (78) mostram o adjetivo na leitura predicativa (depictiva), nos quais a sequência [o carro] se move como um único constituinte, excluindo o adjetivo, que não forma uma unidade com ela:

- (77) a. O carro quebrado foi comprado por João
b. O carro quebrado, o João comprou-o.
c. Foi o carro quebrado que o João comprou.
- (78) a. O carro foi comprado quebrado por João.
b. O carro, o João comprou-o quebrado.
c. Foi o carro que o João comprou quebrado.

(Exemplos de Foltran (1999: 27))

No caso do PB, pode-se dizer que muito da ambiguidade verificada em (76) decorre da circunstância de a posição pós-nominal do adjetivo na ordem linear ser compatível com as duas estruturas indicadas. No inglês, contudo, as duas interpretações sempre correspondem a sequências com ordens lineares distintas, visto que é

característico do inglês que o adjetivo modificador atributivo preceda o nome dentro do sintagma nominal. Por essa razão, a diferença entre os dois tipos de interpretação fica mais clara quando comparamos dados ambíguos do português a sentenças do inglês. Isso pode ser verificado com as sentenças em (79):

- (79) a. Carol drinks [black coffee]_{NP}.
‘Carol toma café preto’. (leitura atributiva)
- b. Carol [drinks [her coffee]_{NP} black]_{VP}.
‘Carol toma seu café preto’. (leitura predicativa)

(Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 60)

Os dados em (79) também ilustram a diferença de constituição observada entre essas construções, devido à representação de colchetes conferida por Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 60). A esse respeito, os autores observam que modificadores atributivos fazem parte do NP, por especificarem a referência da expressão nominal, enquanto os depictivos seriam geralmente analisados como integrantes do VP, por estarem ligados ao tempo expresso pelo predicado principal (cf. Capítulo 2, para a discussão sobre a representação sintática dos depictivos). Desse modo, os autores afirmam que modificadores atributivos e depictivos, embora se assemelhem pelo fato de expressarem uma propriedade de um participante da oração principal nesses casos, são diferentes quanto à questão da dependência temporal: o depictivo denota um estado do participante com relação ao tempo indicado pelo verbo principal, mas o atributivo não teria essa ligação temporal com o verbo matriz, segundo Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 60).

Relações de acarretamento são úteis para diferenciar essas duas possibilidades do adjetivo dentro desse entendimento, como aponta Rothstein (2004b: 63). Nesse sentido, a autora apresenta os dados em (80), do inglês, mostrando que a sentença em (80a), com um modificador atributivo, não é contraditória, enquanto a sentença em (80b), com um depictivo, é semanticamente incoerente. Com relação a esse contraste, Rothstein afirma, à semelhança do que dizem Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 60), que a propriedade denotada por um adjetivo atributivo não está ancorada no tempo expresso pelo verbo matriz, diferentemente do que ocorre com o predicado secundário

depictivo, que atribui uma propriedade que perdura durante o tempo indicado no predicado principal (Rothstein, 2004b: 63).

- (80) a. I met the drunk man again, but this time he was sober.
'Eu encontrei [o homem bêbado] de novo, mas dessa vez ele estava sóbrio'.
b. #I met the man drunk again, but this time he was sober.
'Eu encontrei [o homem] [bêbado] de novo, mas dessa vez ele estava sóbrio'.

(Rothstein, 2004b: 63)

Adicionando mais uma evidência que contribui para a compreensão da diferença de interpretação a que nos referimos, Carreira (2008: 12) trata da possibilidade de pronominalização, o que é interessante pelo fato de um pronome sempre substituir um sintagma nominal como um todo. O autor apresenta o dado em (81a) do português, que também é ambíguo entre uma leitura depictiva, equivalente a algo como “Pedro encontrou a mulher quando ela estava grávida” (ou em “estado de gravidez”, nas palavras do autor), e uma leitura atributiva, equivalente a uma interpretação restritiva (i.e., “dentro de um grupo determinado de mulheres, o Pedro contratou a grávida”) (cf. Carreira, 2008: 12). Na interpretação depictiva, o autor mostra que apenas o sintagma [a mulher] é substituído pelo pronome (vide (81b)), o que revela que o adjetivo não faz parte do sintagma nominal quando é um predicado depictivo. Na segunda interpretação, todavia, todo o sintagma [a mulher grávida] seria substituído pelo pronome, o que se vê com o dado em (81c), que apresentamos aqui por uma questão de completude:

- (81) a. O Pedro contratou a mulher grávida.
b. O Pedro contratou ela grávida
c. O Pedro contratou ela.

(Dados (81a) e (81b) de Carreira (2008: 6, 13))

Essas são, assim, algumas maneiras de distinguir depictivos de modificadores atributivos que já foram identificadas na literatura. Diante do que foi exposto, pode-se concluir que predicados depictivos são semântica e sintaticamente distintos de modificadores atributivos. A respeito disso, o mais importante a ser salientado é que o depictivo não forma um constituinte nominal com a expressão a que se refere, o que não é o caso para modificadores atributivos.

3.4 Outras distinções relevantes

Nas subseções anteriores, apresentamos a diferença entre construções depictivas e estruturas semelhantes que estão fora do nosso recorte, conferindo atenção especial ao caso dos resultativos, dos advérbios e dos modificadores atributivos. Apenas por uma questão de rigor, pontuamos brevemente a seguir outras três estruturas que diferem das construções que são o foco de nossa pesquisa.

A primeira dessas estruturas é a chamada construção de alçamento com o verbo “parecer” (“seem”). Schultze-Berndt & Himmelmann (2004: 65) mencionam o comportamento de predicados que aparecem nessas construções, identificando o adjetivo que aí ocorre como um tipo de *subject complement* (‘complemento de sujeito’). Com os dados em (82), os autores observam que o adjetivo que ocorre nessas construções não pode ser excluído da sentença, à semelhança dos predicados em *small clauses* complemento (cf. seção 2.2):

- (82) a. *Louise seemed tired.*
‘Louise parecia cansada’.
- b. **Louise seemed.*
LIT.: ‘Louise parecia’.

(Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 65)

Os autores consideram o adjetivo em (82) como um elemento que integra a grade argumental do predicado primário, o que explicaria sua obrigatoriedade e sua análise como complemento. Essas construções, portanto, diferem dos predicados depictivos, que são opcionais e adjuntos, conforme explicam os autores. Concordando com esse entendimento e excluindo tais construções de nosso estudo, acrescentamos também que, por hipótese, o verbo de alçamento não atribui papel temático ao sujeito da oração, o que revelaria mais uma diferença entre essas construções e as estruturas em que o depictivo aparece, nas quais um NP é duplamente theta-marcado. Admitir uma distinção entre essas duas estruturas nos leva a discordar do posicionamento de autores como Irimia (2012), que considera haver um predicado secundário em sentenças como (82a).

Outro caso distinto das estruturas com predicados depictivos é o das construções de *small clauses* livres, estudadas em detalhes por Sivaldo (2009a, 2009b) (cf. também

Kato, 2007). O autor, interessado em discutir mais aprofundadamente os dados do português brasileiro, define as *small clauses* livres como construções em que ocorre justaposição de um predicado e seu sujeito, sem morfologia verbal ou de tempo expressa, como exemplifica (83a) (Sibaldo, 2009b: 125). Pode-se dizer que esse segundo aspecto, i.e., o ambiente não finito, aproxima as *small clauses* livres de construções depictivas. Contudo, algumas propriedades das SC livres apresentadas por Sibaldo (2009b: 126, 127) diferem essas estruturas das predicções depictivas, tais como: ordem fixa “predicado + sujeito”, o que explica a agramaticalidade de (83b); sujeito altamente específico e referencial, razão pela qual (83c) seria agramatical; predicados graduáveis e que expressem uma propriedade *individual level*, de onde se obtém a agramaticalidade de (83d) e (83e). Construções depictivas não apresentam essas restrições, divergindo, assim, das SCs livres, que estão fora de nosso estudo.⁶⁵

- (83) a. Muito bonita a sua roupa!
b. *A sua roupa muito bonita!
c. *Muito bonita uma roupa qualquer!
d. *Grávida essa mulher!
e. *Disponíveis os bombeiros!

(Sibaldo, 2009b: 125, 126)

Por fim, mencionamos a diferença entre o tipo de predicação depictiva que é objeto de nosso trabalho e as construções copulares complexas, estudadas, por exemplo, por Rodrigues & Foltran (2013). São exemplos dessas construções em português as sentenças em (84a) e (85a), apresentadas pelas autoras. Rodrigues & Foltran argumentam que essas duas estruturas têm em comum o fato de possuírem uma cópula “ser” que seleciona uma *small clause*, mas diferem em alguns aspectos, conforme as autoras: (i) a sentença em (84a) é parafraseada como (84b), indicando que o adjetivo “chato” predica de uma situação denotada pela SC [a Maria bêbada], enquanto a sentença em (85a), excluindo-se a possibilidade de interpretação do adjetivo “bêbada” como modificador atributivo, seria parafraseada como (85b), mostrando que os dois adjetivos em questão predicam do DP “a Maria”; (ii) a sentença (84a) apresenta uma

⁶⁵ Comparar as referidas propriedades das *small clauses* livres com as seguintes características das construções depictivas: possibilidade de inversão da ordem sintática entre sujeito e predicado (cf. *Pedro comeu [a carne]_i cruai* vs. *Pedro comeu cruai [a carne]_i*); possibilidade de um sujeito não específico (cf. *Pedro comeu [uma carne qualquer]_i cruai*); predicado que denota propriedade *stage level*, e não *individual level* (cf. *Pedro comeu [a carne]_i cruai* vs. **Pedro comeu [a carne]_i bovina_i*, agramatical na leitura depictiva).

concordância neutra *default* do adjetivo “chato”, o que as autoras relacionam à análise do sujeito como uma mini-oração, enquanto (85a) apresenta concordância marcada do adjetivo “chata” com relação ao DP “a Maria”; (iii) o adjetivo “bêbada” em (85a) estaria funcionando como predicado secundário do DP “a Maria”, sujeito da *small clause* [a Maria chata], fenômeno que não ocorreria em (84a):

- (84) a. A Maria bêbada é chato.
b. A Maria estar bêbada é chato.
- (85) a. A Maria bêbada é chata
b. A Maria é chata quando está bêbada.

(Exemplos de Rodrigues & Foltran, 2013: 497, 498)

Concordando, a princípio, com a descrição e a análise das autoras, excluimos o tipo de construção ilustrada em (84a) do nosso recorte, porque ela não representa uma instância de predicação secundária. Estruturas como (85a) também estão fora de nosso estudo; contudo, como elas contêm um predicado secundário, segundo a análise de Rodrigues & Foltran, é necessário tecer algumas observações adicionais sobre elas. O tipo de predicado secundário que figura em construções como (85a) é analisado pelas autoras como um *predicado secundário circunstancial*. Tal classificação se baseia nas considerações presentes em Himmelmann & Schultze-Berndt (2005), que dividem os predicados depictivos em depictivos propriamente ditos (ou “depictivos em sentido estrito” ou “típicos”, na tradução de Rodrigues & Foltran) e circunstanciais.

Os depictivos propriamente ditos são aqueles que vimos e descrevemos ao longo deste trabalho. Os circunstanciais, que ainda não havíamos mencionado, estão exemplificados nas sentenças em (86). Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 15–17) isolam esses dados como exemplos de circunstanciais a partir dos estudos de Halliday (1967) (que trata de *condicionais*, em sua abordagem), Nichols (1978) e Simpson (2005). Com relação às sentenças em (86a) e (86b), os autores notam que os predicados circunstanciais em questão expressam um significado condicional. Isso também é observado nas sentenças correspondentes em português, presentes na glosa (cf. *Eu não consigo trabalhar se eu estiver faminto; Você não pode comê-los se estiverem crus*):

- (86) a. I can't work *hungry*.
'Eu não consigo trabalhar faminto'.

- b. You can't eat them *raw*.
'Você não pode comê-los crus'.

(Himmelmann & Schultze-Berndt, 2005: 16)

Assim, do ponto de vista semântico, Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 17) afirmam que tanto os depictivos típicos quanto os circunstanciais estão em uma relação de sobreposição temporal (*temporal overlap*) com o predicado principal, mas os circunstanciais se diferenciam porque expressam, adicionalmente, outras informações semânticas sobre o evento denotado pelo predicado primário, como condição, concessão e tempo. Além disso, Himmelmann & Schultze-Berndt (2005: 17) mostram que há também aspectos formais que distinguem essas duas construções, tal como o comportamento desses predicados diante da negação. Segundo os autores, os circunstanciais não estão no escopo da negação sentencial, i.e., em (87a), seria possível negar o predicado primário sem negar o circunstancial “cold”; os depictivos, diferentemente, estão sempre no escopo da negação, i.e., em (87b), não seria possível negar apenas o predicado primário e não negar o depictivo “outraged”:

- (87) a. This food is not supposed to be nice *cold*.
'Essa comida não deve ser boa fria'.
- b. They didn't leave *outraged* (they left happy).
'Eles não saíram ultrajados (eles saíram felizes)'.

(Himmelmann & Schultze-Berndt, 2005: 16, 17)

Entendendo que os circunstanciais parecem apresentar um comportamento distinto dos depictivos, nós os excluímos dos propósitos desta pesquisa, deixando para trabalhos futuros um estudo mais aprofundado sobre esse tipo especial de predicado depictivo. Também deixamos para pesquisas posteriores uma investigação mais detalhada acerca de *small clauses* complexas como (85a), que supostamente contam com um predicado circunstancial, na análise de Rodrigues & Foltran (2013) (cf. a esse respeito, cf. também Carreira, 2015). Assim, com essa exposição, finalizamos a lista de estruturas que gostaríamos de comparar às sentenças com predicados depictivos (típicos), embora cientes de que não cessa aqui o inventário de construções que poderíamos descrever e sistematizar em um trabalho que tratasse mais amplamente do tópico da predicação (a esse respeito, cf. Rothstein, 2004a; Irimia, 2005; entre outros).

4. Conclusões parciais

Condensando o que vimos neste capítulo, estamos em condições de reprisar algumas definições de trabalho que serão usadas nesta dissertação e listar propriedades semânticas e sintáticas mais gerais das construções depictivas de acordo com o que foi discutido aqui. O panorama traçado ao longo das seções anteriores nos permitiu realizar alguns recortes e isolar o tipo de dado com o qual trabalharemos.

Vimos neste capítulo que o conceito de “predicação” pode remeter a uma gama de significados na perspectiva linguística e que a tarefa de propor uma representação estrutural para essa relação pode ser bastante complexa. Também foi dito que não estamos nos comprometendo de modo definitivo com alguma proposta em particular sobre a relação de predicação. Diante da complexidade da tarefa de se definir precisamente o que seria “predicação”, nós nos valemos apenas de uma noção mais geral sobre essa relação para discorrer sobre diferentes construções sintáticas ao longo das seções deste capítulo, i.e., uma noção de que o predicado atribui ao seu sujeito uma propriedade e de que o sujeito satura sintaticamente o predicado. Contudo, a fim de delimitar nossos dados de uma forma mais precisa, nós nos propusemos a definir os conceitos de “predicação primária” e “predicação secundária” (ver em (22)).

A partir disso, dissemos que nosso objetivo é tratar de sentenças com um tipo particular de predicado secundário: o predicado depictivo. Construções depictivas estão presentes em várias línguas, mas nosso foco é o PB. De modo mais específico, vamos tratar da categoria dos adjetivos. Os dados em (89) (repetição de (20)) ilustram exemplos de construções depictivas no PB,

- (89) a. João chegou *cansado*.
b. Ele comeu a carne *crua*.

(Foltran, 1999: 35)

Outros exemplos de sentenças com predicados depictivos podem ser encontradas a seguir (cf. também seção 3 do Capítulo 2):

- (90) a. Maria_i dirigiu o carro bêbada_i.
b. Pedro_i escreveu o relatório cansado_i.
c. João comprou o violão_i quebrado_i.

Vimos neste capítulo que as construções depictivas se diferenciam de outras estruturas que podem ser entendidas como similares a elas de alguma forma, como as construções de *small clause* complemento, as construções resultativas, as construções com advérbios, as estruturas com modificadores atributivos, as construções de alçamento, as *small clauses* livres e as construções copulares complexas. Comparando as predicções depictivas a essas outras estruturas, descrevemos várias propriedades das construções que são o foco deste trabalho. Em resumo, as principais características das construções depictivas estão listadas a seguir (com base em Schultze-Berndt & Himmelmann, 2004: 77–78).

(91) CARACTERÍSTICAS DE UMA CONSTRUÇÃO DEPICTIVA

- (i) O predicado principal e o predicado secundário depictivo partilham um argumento. Esse argumento é chamado de “controlador” ou de “sujeito” do predicado depictivo. Em línguas como o português, o controle do depictivo por um argumento é marcado morfossintaticamente por meio da concordância.
- (ii) O sujeito do depictivo faz parte da grande argumental do predicado matriz e recebe dois papéis temáticos: um do predicado principal, outro do predicado secundário depictivo.
- (iii) O depictivo não faz parte da grade argumental do predicado principal, o que significa que ele não é obrigatório, mas opcional. Isso significa que ele pode ser retirado da sentença sem afetar as relações estruturais entre os constituintes da sentença, o que evidencia seu caráter de adjunto.
- (iv) O predicado depictivo veicula uma leitura *stage level* e denota um estado (de um participante) que perdura ao mesmo tempo em que se dá a eventualidade expressa pelo predicado principal.
- (v) O depictivo é um predicado não finito. Ele pode ser entendido como dependente do predicado principal no sentido de que a eventualidade expressa por ele está ancorada no tempo denotado pela predicação principal.
- (vi) A paráfrase da construção depictiva é feita, geralmente, por meio do conectivo “quando” e da cópula “estar”.
- (vii) O depictivo não é um modificador atributivo do seu sujeito, e não forma um constituinte NP com ele.

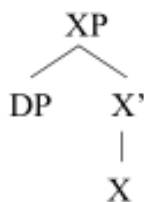
Capítulo 2

Representação sintática de construções depictivas no PB

As construções depictivas podem ser estudadas por diferentes pontos de vista, e.g., sob a ótica de seu comportamento sintático, a partir de suas particularidades semânticas, sob o olhar dos fatores pragmáticos que atuam sobre elas, do ponto de vista fonético/fonológico. Nesta dissertação, vamos nos restringir a discutir a sintaxe dessas estruturas. Neste capítulo, nosso interesse é tratar especificamente da questão da representação sintática dessas predicacões secundárias. Trata-se de um tema bastante controverso na literatura, e à medida que novos dados e abordagens teóricas são adicionados à discussão, o debate em torno dessas construções reacende e adquire novas perspectivas.

Com relação à sintaxe dessas construções, levantam-se na literatura algumas questões importantes, tais como: (a) as construções de predicacão secundária envolvem a formação de um constituinte *small clause* englobando o predicado depictivo e o seu sujeito estrutural? (b) se há, de fato, uma SC depictiva e se ela se adjunge à oração matriz, a que categoria ela está adjungida? (c) se há a formação de um constituinte *small clause* na predicacão secundária, essa relação é estabelecida no âmbito de uma projeção funcional? Em outras palavras, se há uma SC, o seu sujeito está no Spec da projeção máxima do núcleo predicador, como em (1a), ou existe uma categoria funcional (F) mediando a relação de predicacão, com o sujeito em seu Spec e o XP predicativo como complemento, como em (1b) (cf. Bowers, 2001: 301)?¹

(1) a.



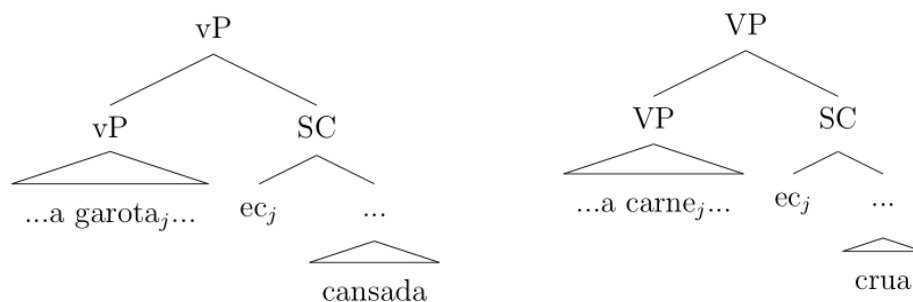
b.



¹ Agradeço ao professor Marcus Lunguinho por me ajudar a esquematizar essa questão. Observa-se que o sujeito estrutural da SC pode receber diferentes análises (PRO, vestígio, etc.), como veremos posteriormente.

Neste capítulo, vamos nos preocupar essencialmente em responder às questões (a) e (b) elencadas acima, reservando a questão (c) para o próximo capítulo. Nosso objetivo neste capítulo, portanto, será investigar se há ou não a formação de um constituinte mini-oracional nas construções depictivas do PB e determinar a representação sintática das construções depictivas de objeto direto e de sujeito nessa língua. Chegaremos à conclusão de que a questão (a) deve ser respondida afirmativamente, i.e., concluiremos que há a formação de uma *small clause* em construções depictivas — uma SC que compreende uma categoria vazia (*ec*) como sujeito estrutural e o predicado adjetivo depictivo. Essa mini-oração, no entanto, é diferente daquela que aparece em construções de *small clause* complemento, principalmente porque a SC de construções depictivas se realiza em adjunção. Quanto à questão (b), vamos assumir que a SC depictiva de objeto direto está adjungida ao nível do VP, enquanto a SC depictiva de sujeito está adjungida a vP.² Em resumo, vamos argumentar a favor das representações (simplificadas) em (2), a seguir. Como dissemos, os detalhes da estrutura interna da *small clause* são matéria para o próximo capítulo, de modo que estamos utilizando o rótulo “SC” apenas para facilitar a referência a esse constituinte e as reticências para indicar que não estamos nos preocupando nesse momento com o tipo de projeção que a mini-oração contém.

- (2) a. [A garota]_j trabalhou [*ec*_j cansada]. b. João comeu [a carne]_j [*ec*_j crua].



Na primeira seção deste capítulo, nós apontamos breve e esquematicamente algumas propostas de representação sintática de estruturas com predicados secundários que já se apresentaram na literatura. Dentre elas, vamos destacar duas linhas de análise: uma vertente de trabalhos que defende a presença de um constituinte *small clause* nesse tipo de construção (e.g., Stowell, 1981, 1983; Chomsky, 1981; Bowers, 2001; Legendre, 1997) e uma linha que rejeita a análise dessas construções em termos de um constituinte

² No capítulo seguinte, vamos questionar a proposta de adjunção da SC depictiva de objeto ao VP, diante de problemas decorrentes da tentativa de derivação dessas construções, mas vamos defender a proposta de adjunção da SC depictiva de sujeito ao vP.

SC, optando pela análise de simples adjunção do depictivo (e.g., Foltran, 1999; Lobato, 2016 [1990]). Na segunda seção, vamos apresentar argumentos favoráveis ao tratamento das construções depictivas no PB como estruturas que contêm uma *small clause* adjungida com uma categoria vazia como sujeito, utilizando principalmente o trabalho de Legendre (1997) sobre o francês como ponto de partida para testar sentenças do português brasileiro. Ainda nessa seção, tratamos do local de adjunção da SC em construções depictivas, apoiando-nos essencialmente em Foltran (1999), mas também mencionando alguns aspectos dos trabalhos de Legendre (1997) e de Carreira (2015). Na terceira seção, apresentamos outras possibilidades de orientação de um depictivo no PB (além da orientação a sujeito e a objeto) que, até onde sabemos, não foram ainda muito exploradas na literatura sobre o português brasileiro. Também citamos alguns dados relativos às diferentes possibilidades de concordância entre o depictivo e seu sujeito quando esse sujeito é formado por dois DPs coordenados. Nosso objetivo com essa seção é contribuir para pesquisas futuras sobre construções depictivas, acrescentando mais dados ao paradigma elaborado nos trabalhos de Foltran (1999) e Carreira (2008, 2015), por exemplo. A quarta seção conclui o capítulo, retomando as hipóteses assumidas até o momento e sintetizando os resultados apresentados.

1. Breve histórico de propostas de representação sintática de depictivos na literatura

Conforme Winkler (1997: 17), os trabalhos sobre predicação secundária concordam que aquilo que estamos chamando de depictivo e o seu sujeito estão em uma relação de predicação, mas os autores divergem quanto à representação estrutural que deve ser conferida a essas construções. A esse respeito, é possível isolar pelo menos quatro abordagens de representação estrutural das construções depictivas, resumidas em (3).³

(3) ALGUMAS PROPOSTAS DE ANÁLISE DE CONSTRUÇÕES DEPICTIVAS (RESUMO)

- (i) **Teoria da predicação:** aqui, estamos nos referindo especificamente à proposta de indexação elaborada em Williams (1980) (cf. também Williams, 1983). Nessa análise, o dito predicado secundário e o seu sujeito estão ambos no VP e a relação de predicação é estabelecida via indexação.

³ Essa sistematização em (3) não é estanque e possui apenas a finalidade de ajudar a delinear um panorama a partir de algumas propostas. Winkler (1997: 17) subdivide as análises vigentes simplesmente em duas linhas principais: uma que defende a presença de *small clauses* (Stowell, 1981; Chomsky, 1981; etc) e uma outra, que a autora chama de “teoria de predicação”, que se opõe à proposta de um constituinte sintático SC para a predicação secundária (Williams, 1980, 1983; Rothstein, 1983; Roberts, 1988; etc).

(ii) **Teoria de *small clause***: abordagem que defende haver uma unidade sintática “sentencial” englobando o depictivo e o seu sujeito estrutural. Defendida por autores como Stowell (1981, 1983), Chomsky (1981), Hornstein & Lightfoot (1987), Legendre (1997), Bowers (2001), entre outros (cf. também Miotto & Foltran, 2007). Embora esses autores discordem quanto à categoria da SC e quanto à sua estrutura interna, eles concordam que existe um constituinte *small clause* dominando o predicado secundário e seu sujeito (geralmente, tomado como um PRO) que é, de certa forma, menos complexo do que a oração plena.

(iii) **Proposta de simples adjunção do depictivo**: defendida por autores como Foltran (1999), Carreira (2015) e Lobato (2016 [1990]), para citar alguns. Nesse tipo de análise, o predicado depictivo não forma um constituinte mini-oracional com seu sujeito. O adjetivo se adjunge a alguma projeção da oração matriz e estabelece a relação de predicação com o seu sujeito por meio dessa adjunção.

(iv) **Proposta de formação de um predicado complexo**: aqui, estamos nos referindo a um conjunto de análises bem diferentes entre si, mas que concordam que existe uma íntima relação entre o predicado da oração matriz e o chamado predicado secundário, que pode ser captada sintaticamente. Proposta por autores como Irimia (2012), Chomsky (1955), entre outros (cf. também Neeleman & van de Koot, 2002). Em certo sentido, a proposta de Rothstein (2004a) poderia ser incluída aqui. Embora essas análises não defendam exatamente o mesmo tipo de representação ou o mesmo aporte teórico, o aspecto comum entre elas é considerar que o predicado secundário e o verbo matriz formam um tipo de predicado complexo.

Neste capítulo, procuraremos nos limitar a mencionar (ou a contrapor) apenas duas das hipóteses citadas, a teoria de *small clauses* e a proposta de simples adjunção do adjetivo, embora outros autores sejam citados ao longo deste texto.⁴ Não exploraremos a viabilidade da proposta de Williams (1980) porque isso nos levaria a um debate essencialmente intra-teórico, o que não desejamos fazer nesse trabalho, e também por causa de algumas críticas já feitas à sua análise na literatura.^{5,6} Também não discutiremos propostas de formação de um predicado complexo: até poderíamos tentar aplicar ao português as evidências presentes em Irimia (2012), por exemplo; no entanto, muito do

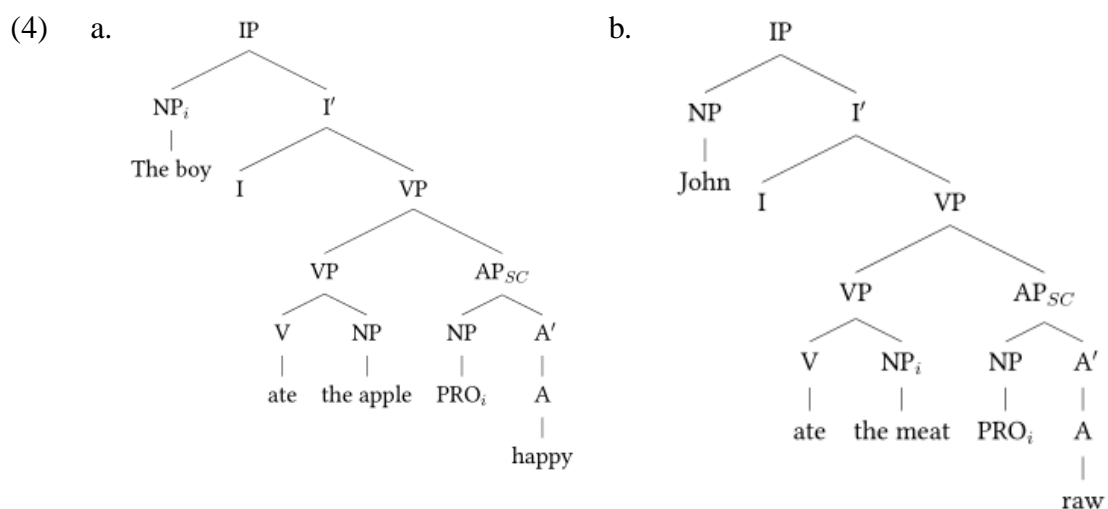
⁴ Vale mencionar que, segundo Winkler (1997), o trabalho de Rothstein (1983) é uma elaboração e um refinamento da proposta de Williams (1980).

⁵ Como, por exemplo, a crítica à necessidade de uma representação ternária para acomodar a estrutura proposta pelo autor ou a crítica aos níveis de representação estipulados por ele, que podem ser considerados desnecessários em uma perspectiva minimalista.

⁶ De todo modo, a proposta de Roberts (1988), que é estruturalmente semelhante à análise de Williams (1980), será comentada mais à frente.

raciocínio empregado pela autora leva em consideração estruturas com verbos de alçamento, dados que ela considera como instâncias de predicação secundária, mas que estão fora do nosso escopo, como visto no Capítulo 1.

Dito isso, vamos isolar aqui duas maneiras de representar estruturalmente as construções depictivas, a hipótese de SC e a análise de simples adjunção. Quanto à proposta de *small clause*, já vimos no capítulo anterior que Stowell propõe as estruturas em (4) como possibilidades de análise das construções depictivas de sujeito e de objeto. Nessa perspectiva, a *small clause*, que abrange um PRO como sujeito e o predicado adjetivo, é do tipo apresentado em (1a). Como dito anteriormente (subseção 2.3, Capítulo 1), a presença de um PRO nessa configuração é motivada pelas considerações do autor a respeito das SC complemento (cf. Winkler, 1997: 23).

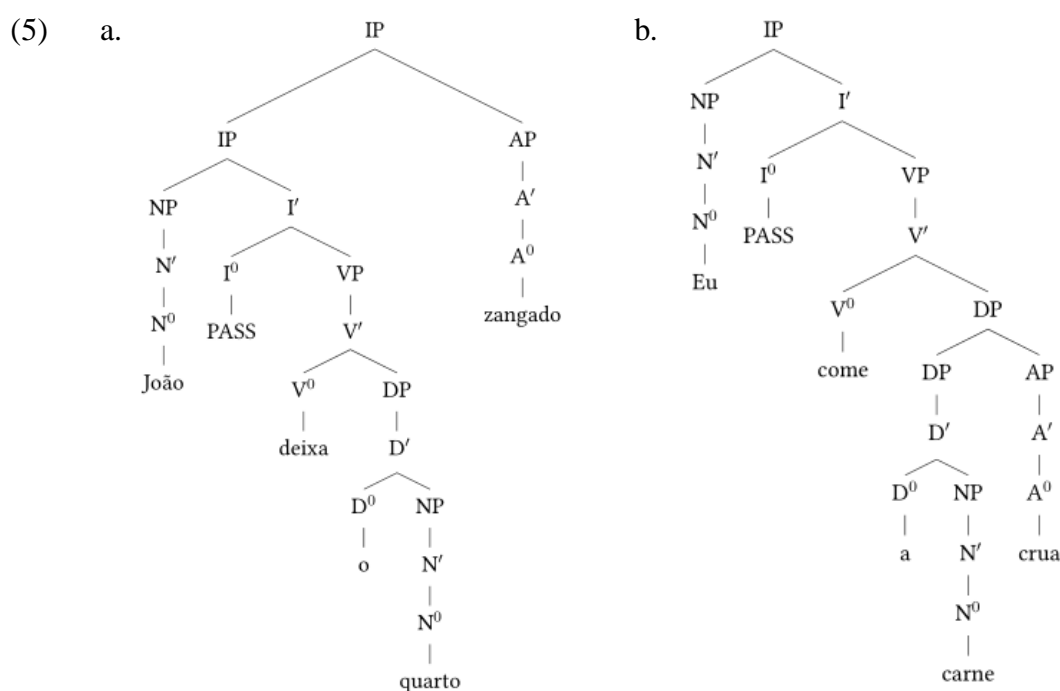


(Exemplos elaborados com base em Winkler (1997: 24))

Como dissemos, há divergência entre os proponentes da abordagem *small clause* com relação à categoria desse constituinte. Para Chomsky (1981), por exemplo, as SC nas construções depictivas são da categoria S, e não A, uma vez que não haveria razão para se supor isso, pois o autor assume que o verbo matriz não seleciona essa *small clause*, contrariamente ao que ocorreria no caso das SC complemento (cf. Chomsky, 1981: 112). Dessa forma, a predicação secundária, para Chomsky (1981), seria melhor representada por um constituinte [PRO adjetivo] de categoria S. Legendre (1997), por sua vez, defende que a *small clause* é uma projeção da categoria funcional Gender, apoiada em fatos de concordância do francês. Propõe, assim, que as SCs depictivas sejam projeções GenderP formadas por um constituinte [PRO AP], conformando-se à estrutura em (1b). A proposta de Bowers (2001) é semelhante a essa, pois o autor também analisa essas construções em

termos de uma categoria funcional (seguindo, portanto, (1b)); no entanto, Bowers (2001) defende que a categoria em questão é Pr, a mesma que estaria presente na predicação a nível sentencial (i.e., de “orações plenas”). Além disso, os autores mencionados divergem com relação ao local de adjunção da SC, o que será abordado mais à frente.

Na proposta de simples adjunção do adjetivo, naturalmente, não haveria a questão de se determinar a categoria de uma SC, pois não se defende que esse tipo de constituinte exista nessa abordagem. Assim, o principal ponto de divergência aqui recairia sobre o local de adjunção do predicado secundário. Em (5), exibimos a proposta de Lobato (2016) para as construções de predicação secundária de sujeito e de objeto.



(Lobato, 2016: 74)

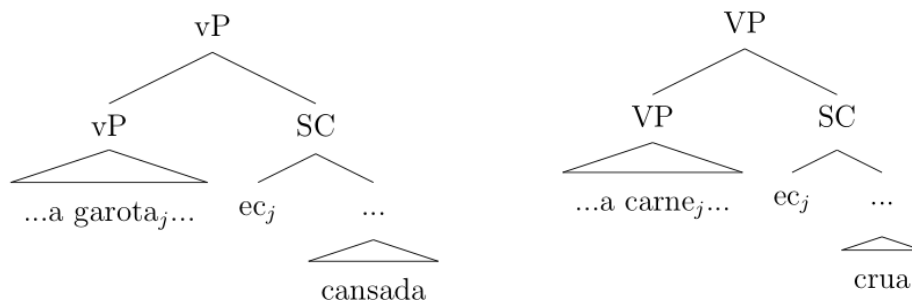
Embora a análise de Lobato (desenvolvida em um manuscrito de 1990) só tenha sido publicada recentemente e, por essa razão, não seja muito conhecida, acreditamos que ela seja bem representativa dessa abordagem. Foltran (1999) defende uma proposta semelhante, com a exceção de que a autora adjuge o depictivo de objeto ao nível do VP. A proposta de Carreira (2015) também pode ser enquadrada dentro dessa linha de análise.

Essas são, assim, duas possibilidades de representação das construções depictivas, que procuramos sistematizar em torno da hipótese de haver ou não a formação de um constituinte *small clause*. Na próxima seção, vamos argumentar a favor da análise SC para essas estruturas no caso do português brasileiro.

2. A sintaxe dos depictivos no português brasileiro

Nesta seção, vamos argumentar a favor da hipótese de que as construções depictivas no PB envolvem a formação de um constituinte mini-oracional que engloba o predicado secundário (AP) e o seu sujeito. O sujeito do predicado secundário é identificado aqui como uma categoria que chamaremos provisoriamente de *ec* (de *empty category*). Para os propósitos desta seção, essa categoria pode ser interpretada como um PRO (coindexado com o argumento a que se refere), como um vestígio (*t*) ou como uma cópia do argumento DP que se moverá para uma posição argumental no âmbito do predicado primário. Qualquer uma dessas análises é compatível, em um primeiro momento, com a estrutura que vamos sugerir. Em suma, apresentaremos evidências de que as derivações das construções depictivas orientadas para sujeito e orientadas para objeto direto envolvem as representações em (6a) e (6b) (repetição de (2a,b)), respectivamente:⁷

- (6) a. [A garota]_j trabalhou [*ec*_j cansada]. b. João comeu [a carne]_j [*ec*_j crua].



Nossa argumentação, portanto, vai favorecer análises que consideram haver a formação de um constituinte mini-oracional em construções depictivas, como as de Stowell (1981, 1983), Chomsky (1981), Bowers (2001) e Legendre (1997). Vimos que esses autores divergem quanto à categoria dessa mini-oração. Neste capítulo, não vamos entrar nessa questão, reservando ao próximo capítulo a discussão a respeito de haver ou não uma categoria funcional mediando a relação de predicação depictiva. Dessa forma, o rótulo “SC” (de *small clause*) atribuído em (6) ao constituinte formado pelo predicado depictivo e o seu sujeito é utilizado aqui apenas por conveniência. A representação em

⁷ Mioto, Silva & Lopes (2013: 104–105) sugerem uma estrutura semelhante para esse tipo de construção, sustentando que o sujeito da *small clause* seria um DP vazio *ec* coindexado com o DP do qual predica o AP. Os autores, no entanto, não explicam por que o sujeito da *small clause* em construções depictivas tem de ser uma *ec* (Mioto, Silva & Lopes, 2013: 105). Com essa seção, nós esperamos fornecer argumentos para essa estrutura.

questão é contrária a propostas de simples adjunção do depictivo, como já dissemos anteriormente.

Chegaremos à conclusão ilustrada em (6) por meio de alguns testes sintáticos com dados do PB que buscam responder: (i) se o DP (manifesto) e o depictivo formam um constituinte; (ii) se o depictivo e o seu sujeito estrutural formam um constituinte; e (iii) a que categoria a mini-orção contendo o depictivo está adjungida.⁸ As questões (i) e (ii) são respondidas na seção 2.1. Para abordá-las, partiremos principalmente da argumentação e das evidências apresentadas por Legendre (1997), que analisa construções depictivas no francês, e mostraremos que o PB se comporta de maneira semelhante e pode receber uma representação estrutural análoga àquela proposta pela autora. A questão (iii) é respondida na seção 2.2, por meio de evidências discutidas em Foltran (1999), Legendre (1997) e Carreira (2015).

2.1 Evidências de uma mini-orção depictiva [*ec* AP]

Nesta subseção, argumentaremos a favor de uma abordagem *small clause* para construções depictivas orientadas para sujeito e para objeto direto. Em 2.1.1, vamos apresentar evidências de que o DP (manifesto) e o depictivo não formam um constituinte no português brasileiro, considerando-se a ordem linear no momento final da derivação da sentença. Em 2.1.2, vamos apresentar evidências de que o depictivo forma um constituinte com uma categoria vazia, *ec*, cuja natureza será discutida posteriormente. Dessa forma, a mini-orção a que nos referimos compreende o depictivo e o seu sujeito, a categoria que estamos chamando provisoriamente de *ec*. Nossa exposição nessa seção está seguindo a linha de raciocínio de Legendre (1997), que também defende uma estrutura *small clause* para as construções depictivas no francês conforme esses passos argumentativos.

2.1.1 A sequência “DP AP” não forma um constituinte

Esta subseção é destinada a responder à questão (i), proposta no início dessa seção: o DP (manifesto) e o AP depictivo formam um constituinte? Argumentaremos que a resposta a esse questionamento é negativa, visto que a sequência “DP AP” em construções

⁸ Essas perguntas foram formuladas a partir de Legendre (1997), que segue esse mesmo “roteiro” em seu texto para discutir os dados do francês. Nota-se que a autora também trata de construções resultativas, diferentemente de nós.

depictivas não forma um constituinte nominal no PB. Utilizaremos evidências advindas de sentenças passivas e sentenças com clivagem como testes de constituência, seguindo Legendre (1997: 48–51). Também discutiremos a possibilidade de inversão sintática da ordem “DP AP_{depictivo}” ao fim desta subseção.

2.1.1.1 Evidência da voz passiva

O teste da voz passiva que aplicaremos aqui é utilizado por Legendre (1997: 48–50) para verificar que o DP e o AP (depictivo) não formam um constituinte em construções depictivas no francês. A esse respeito, a autora afirma que, nessa língua, quando um adjetivo atributivo está modificando um objeto direto, todo o sintagma [NP AP_{atributivo}] se move para a posição de sujeito na voz passiva, de modo que o adjetivo não pode ficar encalhado, sem se mover (Legendre, 1997: 48).⁹ Isso está ilustrado nos dados em (7):

- (7) a. Les ouvriers ont acheté les voitures étrangères.
‘Os trabalhadores compraram os carros estrangeiros/importados’.
- b. Les voitures étrangères ont été acheteés par les ouvriers.
‘Os carros estrangeiros/importados foram comprados pelos trabalhadores’.
- c. *Les voitures ont été achetées étrangères par les ouvriers.
LIT.: ‘Os carros foram comprados estrangeiros/importados pelos trabalhadores’.

(Legendre, 1997: 48)

Segundo a autora, a agramaticalidade de (7c) decorre do fato de que apenas uma subparte do sintagma DP se moveu, de maneira imprópria.¹⁰ Isso significa que o NP e o AP atributivo fazem parte do mesmo constituinte nominal. Com relação à sequência [DP AP_{depictivo}], contudo, a situação é diferente. Legendre (1997: 49) mostra que quando se tenta passivizar uma construção depictiva no francês, o adjetivo depictivo deve ficar encalhado, como mostra (8a); a tentativa de mover toda a sequência [DP AP_{depictivo}] para a posição de sujeito da passiva gera uma sentença agramatical, como se vê em (8b):

⁹ A distinção entre depictivos e modificadores atributivos foi explicada na seção 3.3 do capítulo anterior.

¹⁰ Ao afirmar isso, a autora tem em mente a seguinte estrutura proposta por Cinque (1994) para os DPs em línguas românicas: [DP *spec* [D' les [XP *spec* [X' voitures_i [NP [AP étrangères] [N' [N t_i]]]]]] (cf. Legendre, 1997: 49).

- (8) a. La viande a été mangée crue.
‘A carne foi comida crua’.
- b. *La viande crue a été mangée.
LIT.: ‘A carne crua foi comida’. (agramatical na leitura depictiva)

(Legendre, 1997: 48)

Para Legendre (1997: 50), o contraste verificado entre (7) e (8) permite concluir que o DP e o AP depictivo pertencem a constituintes distintos, de forma que a sequência DP AP_{depictivo} deve receber uma análise diferente daquela que for conferida aos nomes acompanhados de um modificador atributivo. O português se comporta de modo semelhante ao francês sob esse ponto de vista. Já vimos na subseção 3.3 do capítulo anterior que a distinção entre construções depictivas e estruturas com modificadores atributivos se sustenta a nível semântico e sintático no português. Assim como ocorre no francês, vimos que o depictivo não forma um constituinte nominal com o DP a que se refere no PB, o que o distingue do modificador atributivo. Apesar de esse aspecto já ter sido mencionado por nós anteriormente na referida subseção, vamos retomar essa argumentação e aplicar o teste de Legendre a dados do português para que fique claro o comportamento sintático das construções depictivas.

As glosas dos dados em (7) e (8) já nos fornecem evidência direta de que o PB se comporta da mesma maneira que o francês com relação à evidência produzida pela voz passiva. No entanto, vamos isolar dados do português brasileiro em outros exemplos por uma questão de organização. Nos exemplos em (9), vê-se que, na voz passiva, todo o sintagma que contém um NP modificado por um AP atributivo deve ser movido, de forma que o adjetivo não pode ficar para trás:

- (9) a. O Fábio comprou o carro azul.
b. O carro azul foi comprado pelo Fábio.
c. *O carro foi comprado azul pelo Fábio.

O exemplo em (9c) é agramatical na leitura atributiva, em que “azul” não é entendido como um predicado depictivo.¹¹ Podemos estender as considerações de

¹¹ Em outras palavras, só seria possível forçar uma interpretação segundo a qual o carro possuía a cor azul no momento em que foi comprado, podendo ter modificado sua cor posteriormente (e.g., “O carro foi comprado azul, mas agora ele já está desbotado, perdendo a cor” ou “O carro foi comprado azul, mas ele foi pintado e agora é vermelho”). Essa não é a interpretação atributiva a que nos referimos.

Legendre aos dados em (9) e concluir que a sequência [NP AP_{atributivo}] forma um constituinte no português brasileiro. Os dados em (10) mostram que as construções depictivas são diferentes quanto a esse aspecto: assim como no francês, o depictivo no PB tem que ficar encalhado, isolado. A tentativa de mover o DP e o AP depictivo gera uma frase agramatical, como comprovado em (10c) (agramatical na leitura depictiva, ressaltamos):

- (10) a. O Fábio comeu a carne crua.
b. A carne foi comida crua pelo Fábio.
c. *A carne crua foi comida pelo Fábio.

Dessas observações, concluímos que a sequência DP (manifesto) + AP_{depictivo} não forma um constituinte no português. O DP (manifesto) e o depictivo devem ser tratados, portanto, como constituintes distintos. Outros autores chegam a conclusões semelhantes com relação ao comportamento dos depictivos na voz passiva (cf. Foltran, 1999: 27; Franchi, 2003: 45).

2.1.1.2 Teste da clivagem

Outra evidência utilizada por Legendre (1997: 50–51) para verificar que um NP e um AP atributivo formam um constituinte, diferentemente da sequência DP + AP depictivo, advém da clivagem de constituintes. O teste em questão fornece evidência para constituição, pois pressupõe que apenas constituintes podem ser clivados e que não é possível que apenas parte de um sintagma seja clivada (cf. Miotto, Silva & Lopes, 2013: 50). Segundo a autora, as sentenças em (11) mostram que a sequência NP AP_{atributivo} forma um constituinte (vide (11a)), diferentemente de sequência DP AP_{depictivo} (vide (11b) e (11c)): ¹²

- (11) a. C'est une voiture étrangère qu'elle a achetée.
 'É/foi um carro estrangeiro que ela comprou'.

b. *C'est la viande crue que nous mangeons.
 LIT.: 'É a carne crua que nós comemos'. (agramatical na leitura depictiva)

¹² Estranha o fato de que Legendre teste a sequência Objeto Direto + Depictivo orientado para sujeito em (11c), em vez de verificar a possibilidade de clivagem da sequência Sujeito + Depictivo orientado para sujeito. Em nossos testes, vamos buscar testar sempre a sequência formada por um DP e pelo depictivo orientado a ele.

c. *C'est ses conférences assise que Marie donne.

LIT.: 'É suas conferências/palestras sentada que Marie dá'.

(Legendre, 1997: 50)

Contudo, a autora observa que os dados em (12) mostram que o predicado secundário sozinho forma um constituinte (Legendre, 1997: 50):

(12) a. C'est crue que nous mangeons la viande.

'É crua que nós comemos a carne.

b. C'est assise que Marie donne ses conférences.

'É sentada que Marie dá suas conferências/palestras'.

(Legendre, 1997: 50–51)

Seguindo a lógica de Legendre (1997), vemos que o português se comporta de modo semelhante frente à clivagem. Os dados em (13) mostram que a sequência NP + AP_{atributivo} forma um constituinte no PB diante desse teste, pois revelam que todo o constituinte NP + AP_{atributivo} deve ser movido. Lembramos novamente que (13c) é gramatical em uma leitura atributiva do adjetivo, ou seja, em uma interpretação restritiva, e.g., dentre um determinado grupo de professores (um professor sempre cansado, sem disposição; um professor sempre disposto; etc.), o que deu a aula foi o professor cansado.

(13) a. Foi o carro azul que o Fábio comprou.

b. *Foi o carro que o Fábio comprou azul. (agramatical na leitura atributiva)

c. Foi o professor cansado que deu a aula.

d. *Foi o professor que cansado deu a aula. (agramatical na leitura atributiva)

Nas sentenças em (14) a seguir, vê-se que a sequência DP + AP_{depictivo}, diferentemente, não pode ser clivada. Isso fornece mais uma evidência de que essa sequência não forma um constituinte no PB.

(14) a. *Foi a cenoura cozida que o João comeu.

b. *Foi o Pedro zangado que trabalhou.

Por outro lado, a tentativa de isolar o DP do AP_{depictivo} no teste da clivagem gera frases gramaticais, como se observa a partir dos dados em (15), o que corrobora a afirmação de que o depictivo e o DP pertencem a constituintes separados. A respeito

disso, vê-se que não somente o predicado secundário pode ser clivado, o que mostra que ele é independente do DP, mas que também o DP pode ser clivado sozinho, deixando encaixado o adjetivo:

- (15) a. Foi a cenoura que o João comeu cozida.
b. Foi cozida que o João comeu a cenoura.
c. Foi o Pedro que trabalhou zangado.
d. Foi zangado que o Pedro trabalhou.

Assim, a partir do teste da clivagem, também concluímos que a sequência DP (manifesto) + AP_{depictivo} não forma um constituinte, da mesma forma que conclui Legendre (1997: 50) a respeito dos dados em francês. Nas construções depictivas, o predicado secundário parece pertencer a um constituinte independente do sintagma nominal, autônomo. Quando o adjetivo é um modificador atributivo, ele atua como adjunto do nome, movendo-se junto com ele nos testes de constituição (cf. Foltran, 1999: 27–28). Outros autores também tratam das evidências da clivagem com dados do português e chegam a conclusões semelhantes (cf. Foltran, 1999: 27; Franchi, 2003: 45; Miotto, Silva & Lopes, 2013; Carreira, 2015: 32; etc.).

2.1.1.3 Possibilidade de inversão da ordem dos constituintes

Fornecer evidência adicional para o que estamos argumentando nessa subseção a possibilidade de inversão da ordem DP + AP_{depictivo} no português brasileiro. Esse tipo de evidência não é discutido por Legendre (1997), mas acreditamos que esse fato corrobore o entendimento desenvolvido pela autora de que o DP e o depictivo fazem parte de constituintes distintos.¹³ O fato em questão é o de que, no português brasileiro, são possíveis as duas ordens ilustradas em (16a) e (16b) em construções depictivas (cf. também subseção 3.4 do Capítulo 1), o que é compatível com a análise do DP e do

¹³ Na realidade, Legendre (1997: 51–52) discute outra evidência sintática, com base em Stowell (1981), de que o NP e o predicado secundário não formam um constituinte em construções depictivas, que é a impossibilidade de a sequência NP + AP_{depictivo} aparecer na posição de sujeito da cópula *être* ('ser') no francês (cf. subseção 2.2 do capítulo 1). Embora o português se comporte como o francês diante desse teste (cf. **La viande crue est précisément ce que nous mangeons* vs. **A carne crua é precisamente/exatamente o que comemos*, sentenças agramaticais na leitura depictiva do adjetivo, sendo a primeira delas retirada de Legendre (1997: 51)), optamos por não importar esse teste para o português nesse trabalho para não causar confusão entre essa evidência e as construções copulares complexas apresentadas na subseção 3.4 do capítulo 1. Contudo, gostaríamos de atentar para o fato de que o referido dado agramatical com a cópula e as construções copulares complexas são estruturas distintas.

depictivo como constituintes distintos.^{14,15} A sentença em (16c) apenas ilustra que o depictivo não pode aparecer entre o determinante e o nome, reforçando mais uma vez a análise de que o depictivo é autônomo e está fora do constituinte nominal.

- (16) a. O Fábio comeu a carne crua.
b. O Fábio comeu crua a carne.
c. *O Fábio comeu a crua carne.

A sequência formada por um nome e por um modificador atributivo se comporta de modo diferente, como ilustrado em (17), de modo a contrastar diretamente com os dados em (16). Nesse caso, não é possível mover o adjetivo atributivo isoladamente e para fora do DP, como se verifica em (17b). A única mobilidade que o adjetivo parece permitir é a possibilidade de intervir entre o determinante e o nome, como em (17c) (sentença possível no PB, mas provavelmente pouco natural):

- (17) a. A Maria comprou o carro lindo.
b. *A Maria comprou lindo o carro.
c. A Maria comprou o lindo carro.

A possibilidade de inversão e o contraste entre depictivos e modificadores atributivos quanto a essa questão também são comentados no trabalho de Lobato (2016: 77). No entanto, a motivação da autora para apresentar esse tipo de dado é diferente da nossa, visto que Lobato busca explicar essa possibilidade de extração do adjetivo em construções depictivas diante do quadro teórico gerativista da era GB e da representação estrutural que ela confere a essas construções, enquanto nós estamos utilizando essas evidências apenas como prova para o tratamento do depictivo e do sintagma nominal como constituintes distintos.¹⁶

¹⁴ Agradeço ao professor Marcus Lunguinho por me apresentar essa conclusão a respeito da possibilidade de inversão.

¹⁵ Respondendo a uma pergunta feita pelo professor Jairo Nunes com relação às sentenças em (16), eu diria que a ordem exemplificada em (16a), com o adjetivo posposto ao DP, é menos marcada e, portanto, mais natural que (16b), segundo minha intuição. No entanto, acredito que seria conveniente realizar uma pesquisa com mais falantes para verificar se esse julgamento é partilhado por outras pessoas. Além disso, outra questão colocada pelo professor diz respeito a que estrutura sintática seria conferida a cada ordem, tópico sobre o qual não me debrucei neste trabalho.

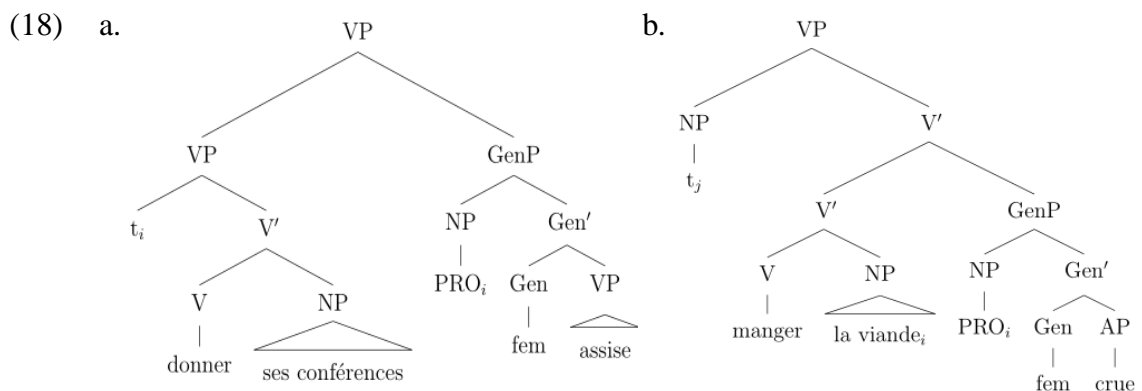
¹⁶ É relevante observar que outros trabalhos a respeito do português também chegaram à mesma conclusão que nós. Sobre isso, mencionamos o trabalho de Carreira (2008), por exemplo, que possui o objetivo de justamente verificar a constituência de certas sequências predicativas. Com relação à predicação secundária, dois testes utilizados pelo autor que não mencionamos aqui corroboram nossas conclusões a respeito de o DP e o AP não formarem um constituinte, que são os testes de fronteamto e pronominalização.

2.1.2 Estrutura interna das construções depictivas: constituição de [*ec* AP]

Com a subseção 2.1.1, que acabamos de finalizar, concluímos que o DP manifesto e o predicado depictivo não formam um constituinte. Na presente subseção, responderemos à pergunta (ii), formulada no início da seção: o depictivo e o seu sujeito formam um constituinte? Veremos que a resposta a esse questionamento é positiva: argumentaremos que a sequência [*ec* AP] forma um constituinte, entendendo provisoriamente que o sujeito do predicado secundário nas construções depictivas é uma “categoria vazia”, diferentemente do DP manifesto, para o qual essa categoria e o depictivo estão orientados. Para que isso fique mais claro ao leitor, podemos afirmar que temos em mente uma estrutura como “[a carne]_i [*ec*_i crua]_i”. Nossa linha de argumentação vai seguir em grande parte o que é apresentado em Legendre (1997: 52–61), visto que aplicaremos ao português o raciocínio empregado pela autora a respeito da concordância, de fatos da Teoria de Ligação e de outras evidências sintáticas.

2.1.2.1 Observações preliminares (I): estruturas de controle e fatos de concordância

Antes de iniciarmos nossa exposição, que se apoia no raciocínio elaborado por Legendre (1997), é necessário ter em mente que a argumentação da autora tem o objetivo de defender as seguintes representações em (18) para as construções depictivas orientadas para sujeito e para objeto, respectivamente, sendo o sujeito da predicação depictiva identificado como PRO (e a projeção da mini-orção, GenP):



(Legendre, 1997: 45, 46; adaptado)

Desse modo, ao tratar da estrutura interna da predicação secundária, Legendre (1997) argumenta a favor da presença da categoria PRO como sujeito do predicado depictivo. Nós não estamos nos comprometendo com essa análise da autora nesse

momento; por esse motivo, estamos utilizando o rótulo genérico *ec* para nos referir ao sujeito do depictivo no interior da predicação secundária. Contudo, vamos apresentar os argumentos da autora e continuar citando a análise dela com PRO, por considerarmos que suas intuições podem ser levadas em consideração para aquilo que desejamos argumentar aqui — que é o fato de que o depictivo e o seu sujeito estrutural, uma categoria vazia, formam um constituinte mini-oracional.

Podemos, então, retomar o texto da autora. Para motivar a existência de PRO nas construções de predicação secundária, Legendre (1997: 52) aborda o fenômeno da concordância. A esse respeito, a autora afirma que a concordância é tradicionalmente entendida como um fenômeno local; contudo, nota que esse princípio parece ser violado em sentenças como (19), que manifesta, segundo a autora, uma espécie de “concordância a distância” entre o sujeito do verbo de controle (*elles*) e o particípio passado (*assises*):

- (19) Elles_i voulaient [PRO_i être assises_i].
‘Elas queriam ficar sentadas’.

(Legendre, 1997: 52)

Em (19), verifica-se que o sujeito *elles* e o particípio *assises* concordam em gênero e número, estando ambos no feminino e no plural (Legendre, 1997: 52). A autora afirma que (19) constitui um caso de concordância a distância porque considera que o sujeito *elles* é gerado em uma oração distinta daquela em que se encontra o particípio (qual seja, a oração encaixada delimitada em (19)). Conforme a autora, nessa estrutura de controle, PRO estaria desempenhando o papel de transmitir os traços de concordância de seu controlador para o particípio (Legendre, 1997: 52). A autora identifica um comportamento similar a esse tipo de sentença em construções de predicação secundária orientadas para sujeito, como (20): nesses casos, a autora afirma que o predicado depictivo (*assise*) também está separado do sujeito a que se refere (*Marie*), visto que pelo menos o predicado da oração principal intervém entre eles, mas ainda assim há concordância de gênero e número entre esses elementos (Legendre, 1997: 52):

- (20) Marie donne ses conférences assise.
‘Marie dá suas palestras sentada’.

(Legendre, 1997: 52)

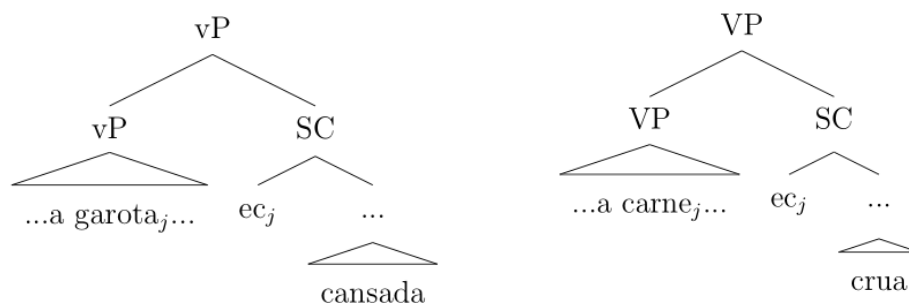
Diante dessa similaridade, a autora conclui que estender a análise de controle com PRO às construções de predicação secundária explicaria de maneira direta os fatos de concordância observados (Legendre, 1997: 52).¹⁷ A concordância, portanto, seria a primeira motivação da autora para adotar a proposta com PRO em seu trabalho. Deixando um pouco à parte as especificidades da proposta de Legendre (1997), ou seja, a análise em termos de PRO e da categoria de gênero (Gen), atentamos para o fato de que o português brasileiro é uma língua similar ao francês, na medida em que o depictivo nessa língua também expressa morfologicamente a relação de concordância com o DP a que se refere. Isso já foi comentado por nós anteriormente, mas vamos reprisar essa informação. Em (21), reunimos alguns dados de construções depictivas no PB que ilustram a relação de concordância, isolando abaixo os traços- ϕ relevantes à discussão, que são partilhados pelo DP e pelo depictivo. Veja-se que ao menos as predicações secundárias orientadas para sujeito no PB manifestam casos de “concordância a distância”, assim como mencionado por Legendre (1997: 52) a respeito de (20):

- (21) a. [A mãe]_i trabalhou [irritada]_i.
traços- ϕ : [FEM., SG.]
- b. [O garoto]_i fez a tarefa [cansado]_i.
traços- ϕ : [MASC., SG.]
- c. O rapaz comeu [a carne]_i [crua]_i.
traços- ϕ : [FEM., SG.]
- d. Maria comeu [os salgadinhos]_i [frios]_i.
traços- ϕ : [MASC., PL.]

¹⁷ Na ocasião da defesa deste trabalho, o professor Jairo Nunes observou que o argumento da concordância utilizado por Legendre não é tão forte e não contribui muito para defender sua proposta (pelo menos não de modo óbvio). Dentre outras razões, apontou que o raciocínio não explica em que medida a concordância em (20) ocorre “a distância” e notou que, em (19), é evidente que há duas orações distintas. Em todo caso, optamos por manter as observações de Legendre com relação à concordância e às construções de controle por duas razões: (i) se comprovado que o depictivo é gerado uma mini-oração “à parte” da oração principal que contém o DP manifesto, o argumento da concordância a distância entre esse DP e o depictivo poderia ser analisado nesses termos; (ii) o paralelo entre construções de predicação secundária e estruturas de controle não é novo na literatura (propostas que utilizam PRO nas construções depictivas incluem trabalhos como Stowell (1983), Bowers (2001), Ikawa (1995), entre outros), o que contribui para que as observações de Legendre com relação às construções de controle sejam plausíveis, ao meu ver. No mais, creio que, no pior dos cenários, os argumentos de Legendre sobre concordância e controle podem até não favorecer explicitamente uma análise em termos de uma *small clause*, mas também não parecem depor contra ela.

Assim como Legendre (1997), também vamos argumentar que as construções depictivas são formadas por meio da adjunção da predicação secundária à predicação primária. Convém lembrar que a estrutura que estamos propondo provisoriamente é a que está ilustrada em (22). Diante da argumentação de Legendre a respeito do francês e diante dos fatos de concordância que o português apresenta, o que estamos sugerindo é que essa relação de concordância seja estabelecida de alguma maneira no domínio da *small clause* que contém o depictivo e seu sujeito, a categoria *ec*. Essa categoria, por sua vez, tem relação com o DP a que se orienta o depictivo, podendo ser analisada, em princípio, como um PRO controlado por esse DP, como um vestígio ou como uma cópia desse DP.

- (22) a. [A garota]_j trabalhou [*ec*_j cansada]. b. João comeu [a carne]_j [*ec*_j crua].

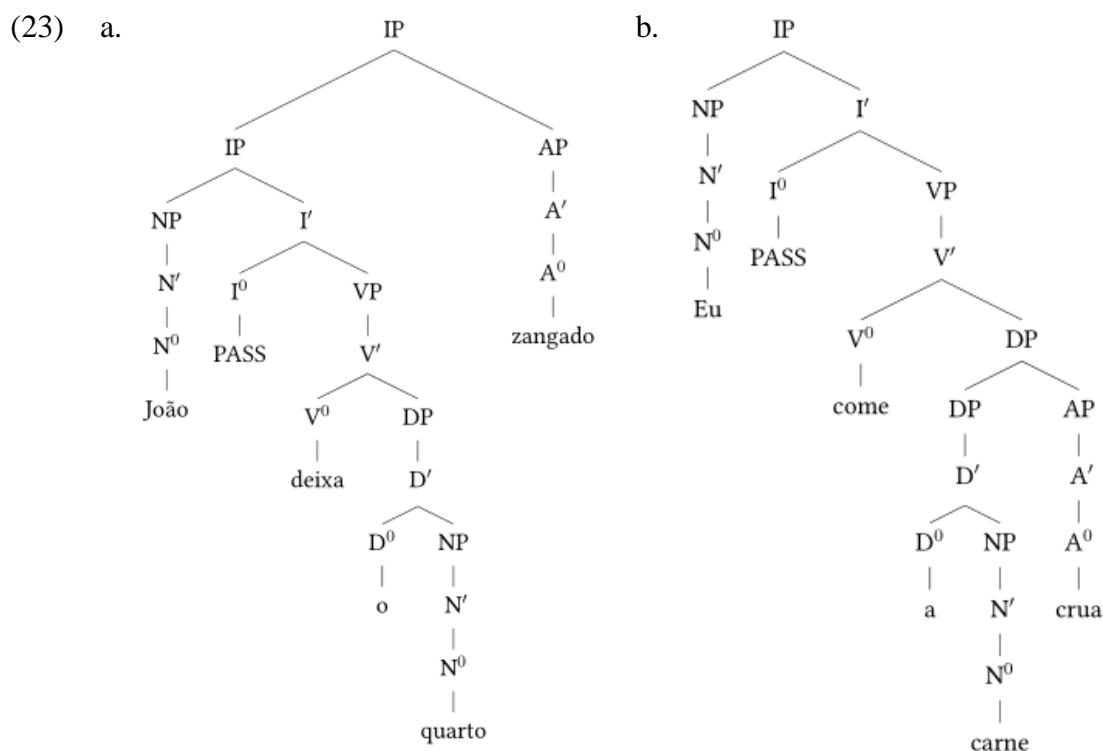


Os detalhes teóricos de nossa proposta não serão explorados neste momento, pois, para os propósitos desta subseção, basta que se tenha em mente que a estrutura em (22) é compatível com a conclusão alcançada (na subseção 2.1.1) de que o DP manifesto e o depictivo pertencem a constituintes distintos e também é compatível com a ideia de que a relação de concordância se estabelece localmente entre o predicado depictivo e o seu sujeito (*ec*) em uma mini-orção.¹⁸

Há, no entanto, como vimos, autores que argumentam contrariamente a uma proposta de mini-orção adjungida em construções depictivas, criticando inclusive a postulação de uma categoria vazia como PRO como sujeito dessa mini-orção. Lobato (2016: 76), por exemplo, defende que a análise dos adjetivos depictivos em termos de uma *small clause* com PRO seria menos econômica do que sua proposta de simples adjunção do adjetivo, além de ser supostamente redundante, por expressar duplamente a relação de predicação, i.e., por meio do domínio de predicação “PRO-adjetivo” e por

¹⁸ No Capítulo 3, vamos nos aprofundar na questão da concordância e tentar sugerir uma proposta de derivação dessas construções por meio do movimento do DP de dentro da *small clause* para uma posição argumental no interior na predicação primária. A esse respeito, veremos que a derivação da construção depictiva de objeto vai resultar em alguns problemas e, assim, questionaremos a proposta de adjunção da SC depictiva de objeto ao VP.

meio da adjunção (cf. Lobato, 2016: 75–77). Diante desses e de outros argumentos, a autora propõe as estruturas em (23) (repetição de (5)) para as construções depictivas:



(Lobato, 2016: 74)

Apesar de compreendermos as considerações da autora, principalmente aquelas a respeito da economia da derivação, sua proposta enfrenta algumas dificuldades, em nosso entendimento. Primeiramente, há a questão que acabamos de ver a respeito da concordância que se manifesta entre o predicado depictivo e seu sujeito (i.e., o fato de que o depictivo concorda com o DP manifesto): como a proposta de simples adjunção do depictivo explicaria esse fenômeno? Essa é uma questão que não é mencionada por Lobato (2016) e que ainda está em aberto para os proponentes de uma estrutura de simples adjunção. De fato, alguns trabalhos que propõem estruturas semelhantes a essas em (23) reportam dificuldades em analisar a concordância que se verifica entre o depictivo e o DP ao qual se orienta. Foltran (1999), por exemplo, afirma que suas tentativas de realizar a checagem dos traços- ϕ (não-interpretáveis) do adjetivo, parte do mecanismo de concordância, foram frustradas (cf. Foltran, 1999: 96–97). Se considerarmos que a relação de concordância envolve localidade, uma relação Spec-núcleo (cf. Miotto & Foltran, 2007: 15) ou uma relação de c-comando entre os termos relevantes, uma estrutura de mini-orção parece ser mais vantajosa, do ponto de vista teórico, para lidar com algum

desses pressupostos, pois já estabeleceria uma relação de c-comando entre sujeito e predicado. Por outro lado, veja-se que uma representação como (23a), por exemplo, teria dificuldade nesse aspecto, visto que o sujeito do depictivo nessa estrutura não o c-comanda.^{19,20}

Outra possível dificuldade enfrentada por Lobato (2016) diz respeito à sua alegação de que a proposta de mini-oração com PRO seria redundante e indesejável por expressar a mesma relação de predicação por meio da adjunção e por meio do domínio de “PRO-adjetivo”. Há dois problemas com esse argumento. O primeiro deles reside no fato de que não parece tão óbvio o pressuposto de que a adjunção resulte em predicação, o que requer alguma explicação adicional.²¹ O segundo problema está no fato de que há, no português, outros exemplos de predicções que são tradicionalmente classificadas como adjuntas e que partilham do mesmo sujeito da oração principal. Os dados em (24) ilustram alguns desses casos, de forma que estão coindexados o predicado da oração adjunta e seu respectivo sujeito. A questão que estamos colocando é a seguinte: se o argumento da redundância basta para descartarmos uma estrutura de mini-oração com uma categoria vazia em construções depictivas, o que diríamos a respeito dos dados em (24), que se comportam basicamente da mesma forma que essas construções com relação a esse aspecto, i.e., também apresentariam predicções adjuntas, cujo predicado é controlado por um sujeito em outra oração?²²

- (24) a. [Ao sair_i de casa], João_i apagou a luz.
b. Pedro_i percebeu que havia esquecido algo [quando pensou_i em sua mãe].
c. Maria_i viu seu filho no berço [antes de deixar_i o quarto].

¹⁹ Nesse momento, estamos pressupondo que o sujeito do depictivo o c-comanda.

²⁰ A esse respeito, gostaria de apresentar aqui uma observação bastante pertinente apontada pelo professor Jairo Nunes: tanto em (23a) quanto em (23b), o depictivo c-comanda o DP relevante, o que poderia ser interpretado como uma configuração sonda-alvo e, assim, fornecer um caminho para explicar o mecanismo de concordância dentro da análise de Lobato. Concordo que esse é um caminho possível, desde que se assuma que o adjetivo, uma categoria lexical, pode funcionar como uma sonda. Não investiguei as consequências dessa alternativa; em todo caso, gostaria de sinalizar que o esboço de análise de concordância que procuramos desenvolver no Capítulo 3 é interessante pelo fato de estabelecer um paralelo entre a relação de concordância que ocorre na predicação depictiva e a relação de concordância na predicação verbal. Na análise que buscamos desenvolver aqui, para a predicação depictiva, a sonda é o conjunto de traços- ϕ não-interpretáveis de uma categoria funcional Asp, assim como os traços- ϕ da categoria funcional T, no âmbito da predicação verbal, funciona como uma sonda para o alvo relevante.

²¹ Agradeço ao professor Jairo Nunes por apontar esse problema. Sobre esse tópico, gostaria de notar que Lobato (2016 [1990]) assume que o adjetivo em posição de adjunto atribui um papel temático ao DP relevante, o que pode ter relação com o fato de a autora considerar que a relação de predicação resulta da adjunção. Contudo, essa análise ainda assim enfrenta dificuldades, pois embora se possa dizer que o adjunto participe de uma relação de seleção com algum elemento da oração matriz, normalmente não se assume que essa seleção seja argumental

²² Agradeço ao professor Marcus Lunguinho por apontar esses dados e por discutir comigo essas ideias.

Em nosso entendimento, portanto, não é ilógico pensar que uma predicação possa ser adjungida, visto que há dados abundantes na língua que atestam essa possibilidade. Qualquer que seja a análise conferida aos dados em (24), pode-se afirmar que as estruturas depictivas receberiam um tratamento semelhante.²³ De fato, a presença de PRO em construções de predicação secundária surge desse raciocínio, como vimos: como as estruturas em (24) podem ser analisadas em termos de controle, com um PRO na posição de sujeito da oração adjungida, é natural estender esse tratamento às construções depictivas, que são similares a elas — como faz Legendre (1997), conforme discutido anteriormente. Uma dificuldade da proposta de Lobato (2016), assim, é que ela não capta essa correlação que parece haver entre construções depictivas e estruturas de controle. É claro que as críticas independentes que se fazem à categoria PRO têm razão de ser; contudo, se se deseja eliminá-la de uma teoria, parece coerente e desejável que as estruturas depictivas sejam reformuladas de forma semelhante ao que se venha propor para as construções de controle (cf. Marušič, Marvin & Žaucer, 2003).

Em resumo, o que vimos nesta subseção é que uma estrutura de *small clause* adjunta com uma categoria vazia parece possuir a aparente vantagem teórica de explicar mais facilmente os fatos de concordância observados do que uma proposta de simples adjunção do adjetivo, embora ainda não tenhamos nos aprofundado nessa questão da concordância propriamente. Além disso, vimos haver um paralelo entre as ditas estruturas de controle e as construções depictivas que a análise de Lobato (2016) e outras propostas de simples adjunção do depictivo parecem não captar. Uma análise de predicções secundárias em termos de uma mini-orção com uma categoria vazia como sujeito, por outro lado, captaria essa correlação, visto que as estruturas de controle também poderiam ser analisadas em termos do mesmo tipo de categoria. Essas são, contudo, apenas algumas especulações teóricas; nas próximas subseções, vamos apresentar evidências de que as construções depictivas envolvem uma mini-orção com uma categoria vazia na posição de sujeito, i.e., de que há a formação de um constituinte do tipo [*ec* AP_{depictivo}].

2.1.2.2 Observações preliminares (II): Teoria de Ligação

Nesta subseção e nas próximas, vamos nos valer de fatos relativos à Teoria de Ligação para argumentar a favor da hipótese de que as construções depictivas envolvem a

²³ Estamos nos referindo à semelhança quanto ao aspecto do controle, e não às configurações sintáticas exatas de cada estrutura. Cf. Capítulo 3 para uma breve discussão sobre PRO e papéis temáticos.

formação de um constituinte que compreende o depictivo AP e o seu sujeito, uma categoria vazia. Lembramos que já concluímos anteriormente que o DP (manifesto) e o AP não formam um constituinte (cf. subseção 2.1.1 deste capítulo). Também mencionamos que a categoria vazia que é sujeito estrutural do depictivo pode ser analisada, em princípio, como um PRO, como uma cópia ou como um vestígio do DP a que se refere o depictivo. Como não é relevante discutir a fundo essas possibilidades de análise neste momento, vamos nos referir a essa categoria como *ec*, de forma neutra. De maneira simplificada, queremos argumentar a favor de uma estrutura como “[a carne]_i [*ec*_i cruai]”, como dito anteriormente.

Se vamos utilizar os princípios da Teoria de Ligação (cf. Chomsky, 1981, entre outros) em nossos testes, julgamos pertinente introduzir as noções teóricas que estamos pressupondo antes de adentrarmos nas evidências propriamente ditas. No modelo de Regência e Ligação, a Teoria de Ligação, associada ao estudo do comportamento de anafóricos, pronomes e expressões referenciais (ou expressões-R) nas sentenças de uma língua, contava com alguns princípios e definições, resumidos por Hornstein, Nunes & Grohmann (2005: 248) da seguinte maneira:²⁴

(25) PRINCÍPIOS DA TEORIA DE LIGAÇÃO (GB)

- (i) Princípio A: Um anafórico (e.g., um reflexivo) deve estar ligado em seu domínio.
- (ii) Princípio B: Um pronome deve estar livre (não ligado) em seu domínio.
- (iii) Princípio C: Uma expressão referencial (e.g., um nome, uma variável) deve estar livre.

(26) DOMÍNIO

α é o domínio de β se, e somente se, α é o menor IP (TP) contendo β e o regente de β .

(27) LIGAÇÃO

α liga β se, e somente se, α c-comanda β e porta o mesmo índice de coindexação que β .

(Definições retiradas de Hornstein, Nunes & Grohmann (2005: 248))²⁵

²⁴ Quanto a (27), “c-comando”, pode ser definido dessa forma: “ α c-comanda β se, e somente se: (i) α é irmã de β ; ou (ii) α é irmã de γ e γ domina β ” (tradução nossa de “ α c-commands β iff (i) α is a sister of β ; or (ii) α is a sister of γ and γ dominates β ” (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 224)).

²⁵ Tradução nossa, com algumas adaptações. No original: “Binding Theory / (i) Principle A: An anaphor (e.g. a reflexive or reciprocal) must be bound in its domain. / (ii) Principle B: A pronoun must be free (not bound) in its domain. (iii) Principle C: An R-expression (e.g. a name, a variable) must be free (everywhere).

Para revisar o funcionamento geral da Teoria de Ligação, Hornstein, Nunes & Grohmann (2005: 248) apresentam os seguintes dados do inglês, em (28). A glosa com a tradução abaixo dos exemplos revela que o PB se comporta da mesma forma que o inglês.

- (28) a. *[Mary_i said that [TP Joe liked these pictures of herself_i]]
 ‘*Mary_i disse que Joe gostou dessas fotos dela mesma_i / de si mesma_i’.
- b. [Mary_i said that [TP Joe liked these pictures of her_i]]
 ‘Mary_i disse que Joe gostou dessas fotos dela_i’.
- c. *[He_i said that Mary likes these pictures of Joe_i]
 ‘*Ele_i disse que Mary gosta dessas fotos de Joe_i’.

(Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 248)

Com base nos princípios e definições apresentados, Hornstein, Nunes & Grohmann (2005: 249) explicam que a sentença (28a) é agramatical porque o anafórico *herself* não está ligado em seu domínio. Conforme explicam os autores, o domínio desse anafórico seria o TP encaixado, que é o menor TP contendo *herself* e seu regente (que pode ser a preposição *of* ou *pictures*, a depender da análise). Dessa forma, o antecedente do anafórico, *Mary*, não está contido em seu domínio, o TP. Trata-se, portanto, de uma violação do Princípio A. Com relação à sentença em (28b), os autores explicam que ela é gramatical porque respeita o Princípio B: o pronome *her* está livre em seu domínio, visto que seu antecedente, *Mary*, está fora do TP encaixado. Por fim, a sentença (28c) seria agramatical, conforme os autores, porque a expressão referencial *Joe* está ligada a um pronome, o que viola o Princípio C.

É pertinente observar que Hornstein, Nunes & Grohmann (2005) estudam o fenômeno da ligação sob a ótica minimalista, de modo que seu livro possui a intenção de revisar muito do aparato da GB diante de considerações desse novo viés teórico (cf. Chomsky, 1995, 2000, 2001, entre outros), livrando-se de estipulações desnecessárias ou desmotivadas, por exemplo. Diante desse fato e de outros argumentos, os autores apresentam uma versão modificada dos princípios da Teoria de Ligação, a partir de Chomsky & Lasnik (1995), que dispensa, por exemplo, a noção de índice (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 272). Essa versão reformulada está apresentada em (29), que

/ Domain / α is the domain for β iff α is the smallest IP (TP) containing β and the governor of β . / Binding / α binds β iff α c-commands and is coindexed with β ” (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 248).

mencionamos apenas a caráter informativo. Para os nossos propósitos, tanto os princípios e definições enunciados anteriormente quanto estes, formulados em (29), vão convir.²⁶

(29) PRINCÍPIOS DA TEORIA DE LIGAÇÃO (REFORMULADOS)

- (i) Princípio A: Se α é um anafórico, interprete-o como correferencial a um sintagma que o c-comanda em seu domínio.
- (ii) Princípio B: Se α é um pronome, interprete-o como disjunto de cada sintagma que o c-comanda em seu domínio (i.e., como não correferencial).
- (iii) Princípio C: Se α é uma expressão referencial, interprete-a como disjunta de cada sintagma que a c-comanda.

(Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 271; adaptado)²⁷

Estamos agora em condições de analisar construções depictivas à luz da Teoria de Ligação. Com relação ao português brasileiro, especificamente, o trabalho de Carreira (2008) já se propôs a analisar esse tipo de construção e a verificar as relações de c-comando que se estabelecem nessas estruturas. Convém, portanto, comentarmos esse trabalho brevemente antes de passarmos às evidências discutidas por Legendre (1997) com relação ao francês e antes de tecermos nossas conclusões a respeito do português brasileiro. Sobre esse tópico, Carreira (2008: 61) constrói o seguinte dado em (30) para verificar como uma sentença com predicado secundário no PB se comporta diante do Princípio C da Teoria de Ligação.

- (30) *O Pedro contratou [ela]_i [_{AP} feliz pelo nascimento do filho d[_a Fernanda]_i].

(Carreira, 2008: 61)

Nessa sentença, a expressão-R é “a Fernanda”, que está teoricamente contida no predicado secundário, e o pronome “ela” está coindexado com essa expressão-R. Como a sentença em questão é agramatical, Carreira (2008: 62) conclui que o DP objeto do predicado matriz c-comanda os elementos dentro do AP predicativo. Isso supostamente decorreria do Princípio C, que enuncia que uma expressão-R deve estar livre. Portanto,

²⁶ Observamos que a apresentação da Teoria de Ligação nesta subseção foi bastante resumida. De fato, o assunto é complexo e percorreu uma gama de reformulações e considerações ao longo de anos de pesquisa na teoria gerativa. Para mais detalhes e discussão, remetemos o leitor a Chomsky (1981, 1986), a Roberts (1997), a Hornstein, Nunes & Grohmann (2005), dentre outros.

²⁷ Tradução nossa, adaptada. No original: “Binding Theory / (i) Principle A: If α is an anaphor, interpret it as coreferential with a c-commanding phrase in its domain. / (ii) Principle B: If α is a pronoun, interpret it as disjoint from every c-commanding phrase in its domain. / (iii) Principle C: If α is an R-expression, interpret it as disjoint from every c-commanding phrase.” (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 271).

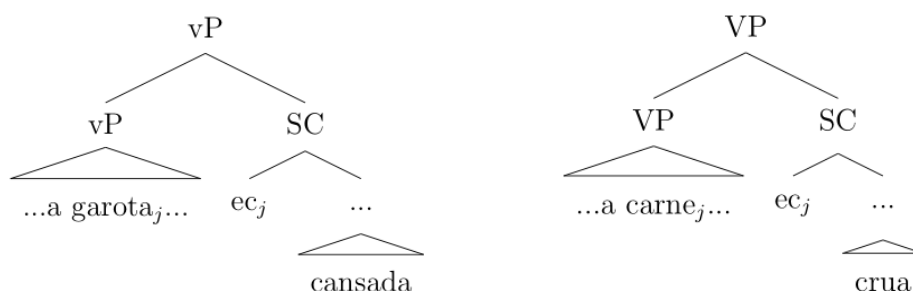
para o autor, se a sentença é agramatical, é porque haveria c-comando entre o elemento na posição de objeto do predicado primário e o predicado secundário (e tudo que há dentro dele) (Carreira, 2008: 62).

Nesse ponto, é necessário fazer uma pequena observação a respeito dessa conclusão: a agramaticalidade de (30) não necessariamente indica que o DP manifesto c-comanda o depictivo. Na realidade, julgamos que esse tipo de resultado é inconclusivo, pois ele não nos garante que o DP manifesto esteja, de fato, c-comandando o predicado secundário.²⁸ No entanto, gostaríamos de, mesmo assim, propor uma representação que seja compatível com a agramaticalidade de (30), verificada por Carreira (2008). Para nós, que estamos supondo haver a formação de um constituinte *small clause* [*ec* AP], ocorreria uma relação de c-comando entre o sujeito da SC e o predicado secundário. Isso vale para os depictivos de sujeito e de objeto, como se vê em (31). Assim, os dados agramaticais em (31) são compatíveis com duas conclusões: (i) o sujeito (*ec*) do depictivo orientado para sujeito o c-comanda (vide (31a)); (ii) o sujeito (*ec*) do depictivo orientado para o objeto direto também c-comanda esse predicado secundário (vide (31b)):²⁹

- (31) a. *Ele_i contratou a Maria [_{SC} *ec*_i feliz_i pelo nascimento da filha d[o Pedro]_i].
 b. *O João contratou ela_i [_{SC} *ec*_i feliz_i pelo nascimento da filha d[a Maria]_i].

As estruturas em (32) e (33) a seguir foram repetidas para facilitar a visualização do que estamos argumentando. Nessa proposta, o sujeito do depictivo (*ec*) porta o mesmo índice que o DP manifesto, e o depictivo está sendo c-comandado por essa categoria *ec*.

- (32) [A garota]_j trabalhou [*ec*_j cansada]. (33) João comeu [a carne]_j [*ec*_j crua].



²⁸ Agradeço ao prof. Júlio Barbosa e ao prof. Jairo Nunes por me apontarem esse fato. Os professores observaram que o teste em questão se mostra inconclusivo quanto à questão do c-comando diante de sentenças agramaticais em que o DP relevante está encaixado em um PP (e não c-comanda a expressão-R contida fora do PP), como *A mãe dele_i ama o João_i ou *A mãe dela_i ficou feliz pelo nascimento do filho da Fernanda_i. Vê-se, com isso, que a agramaticalidade de (30) não nos permitiria concluir que o DP manifesto c-comanda o predicado secundário, nem nos permitiria concluir que o DP não o c-comanda.

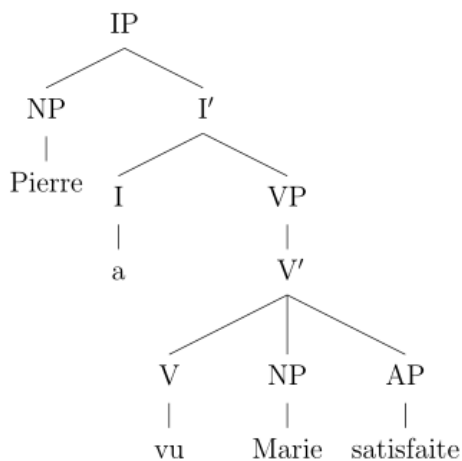
²⁹ No entanto, essa proposta sofre do fato de que a coindexação do DP com a *ec* teria de ser estipulada, especialmente no caso das construções depictivas de objeto (ver também o Capítulo 3).

Nesta subsecção, introduzimos alguns conceitos e princípios relativos à Teoria de Ligação, que servirão de base para o raciocínio desenvolvido na próxima subsecção. Vimos também que a proposta de *small clause* que estamos defendendo, na qual o DP manifesto está coindexado (por estipulação) com a categoria *ec*, que c-comanda o predicado secundário no âmbito da mini-oracção, é compatível com um dado agramatical retirado de Carreira (2008).

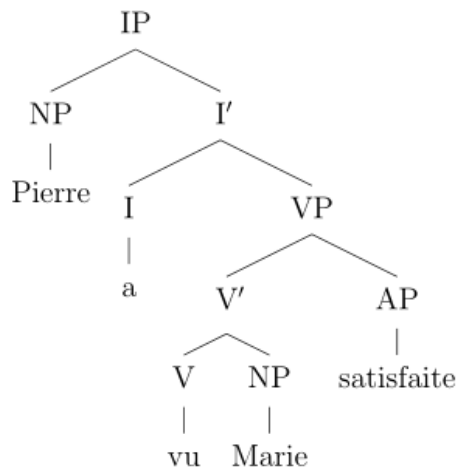
2.1.2.3 Pronomes e anafóricos: evidências a partir de Legendre (1997)

Feita a introdução sobre Teoria de Ligação, podemos retomar o texto de Legendre (1997) e o raciocínio empregado pela autora, que utiliza fatos relacionados a essa teoria para defender a proposta de uma *small clause* englobando uma categoria PRO e o predicado secundário. A partir da argumentação da autora e dos testes elaborados por ela, vamos verificar como o português se comporta. Legendre (1997: 53) parte de duas possibilidades de análise de predicacões secundárias para discutir esse tópico: (34a) é a proposta de árvore ternária de Roberts (1988), com o NP e o predicado secundário gerados como constituintes separados dentro do VP; e (34b) é a proposta de árvore binária de Rizzi (1990).

(34) a. Roberts (1988)



b. Rizzi (1990)



(Legendre, 1997: 53)

Com relação à Teoria de Ligação, a autora afirma que as duas representações em (34) preveem apenas um único domínio, o IP, de forma que anafóricos em predicados secundários deveriam gerar sentenças gramaticais quando ligados a algum elemento dentro desse domínio, diferentemente de predicados secundários com pronomes, que

deveriam ser sistematicamente agramaticais quando ligados a algum elemento dentro do IP (cf. Legendre, 1997: 53).³⁰ Essas conclusões decorrem dos Princípios A e B da Teoria de Ligação. Contudo, a autora afirma que há um problema com os exemplos em (35) do francês, com um predicado secundário orientado para objeto, se formos seguir essas previsões que decorrem das estruturas em (34).³¹ O problema é que a presença do pronome coindexado com o objeto *Marie* torna agramatical a sentença em (35a), mas o pronome coindexado com o sujeito *Pierre* torna gramatical a sentença em (35b).³² A situação com os anafóricos se inverte: quando coindexado com o objeto *Marie*, o anafórico torna gramatical a sentença em (35a), mas torna agramatical a sentença em (35b), quando coindexado com o sujeito *Pierre* (Legendre, 1997: 54).

- (35) a. Pierre a vu Marie_i satisfaite d'elle-même_i /*d'elle_i.
 'Pierre viu Marie_i satisfeita consigo mesma_i /*com ela_i.'
 b. Pierre_j a vu Marie_i satisfaite de lui_j /*lui-même_j.
 'Pierre_j viu Marie_i satisfeita com ele_j /*consigo mesmo_j'.

(Legendre, 1997: 53)

Legendre mostra que essa distribuição complementar de anafóricos e pronomes não é corretamente captada pelas estruturas em (34). Mais especificamente, o problema é que os pronomes não são uniformemente barrados, como é previsto pelas configurações em (34) (Legendre, 1997: 54). A proposta de uma SC que contém um PRO sujeito coindexado com o DP objeto, diferentemente, seria capaz de explicar os fatos observados, segundo a autora. Conforme Legendre, se considerarmos a definição de domínio como um XP contendo um sujeito (Chomsky, 1981), segue-se que: em (36a), PRO está coindexado com *Marie* e liga o anafórico e o pronome dentro do domínio, violando-se o Princípio B (o que explica a agramaticalidade do pronome na sentença (36a)); em (36b),

³⁰ Neste momento, estamos ignorando a questão de o DP também funcionar como um domínio para um anafórico e para um pronome (cf. Chomsky & Lasnik, 1995) pelo fato de isso não ser relevante para o exemplo em questão, mas esse ponto será retomado mais à frente.

³¹ Legendre (1997) não tece considerações sobre o fato de a proposta de Roberts (1988) se traduzir como uma estrutura ternária, mas podemos acrescentar aqui a observação de que essa análise seria problemática se adotarmos a perspectiva de que as derivações se constituem apenas de estruturas binárias (cf. Kayne, 1984).

³² Conforme observa Carreira (2008: 62), de acordo com hipóteses mais recentes na teoria gerativa, o NP/DP objeto do predicado primário (*Marie*, nesse caso), pode se mover para uma posição mais alta, como o Spec mais externo de *vP*, por razões de Caso. Então, é possível que esse NP passe a c-comandar o predicado secundário dessa posição. No entanto, como observou o professor Jairo Nunes, para que esse raciocínio seja válido, o movimento do argumento para essa posição requer evidência independente.

PRO não está ligando o anafórico, nem o pronome, no domínio, violando-se o Princípio A (o que explica a agramaticalidade do anafórico em (36b)) (Legendre, 1997: 54).^{33,34}

- (36) a. Pierre a vu Marie_i [_{SC} PRO_i satisfaite d'elle-même_i /*d'elle_i].
'Pierre viu Marie_i satisfeita consigo mesma_i /*com ela_i?'.
- b. Pierre_j a vu Marie_i [_{SC} PRO_i satisfaite de lui_j /*lui-même_j].
'Pierre_j viu Marie_i satisfeita com ele_j /*consigo mesmo_j?'.

(Legendre, 1997: 54)

A autora acrescenta que sua proposta de análise também está em conformidade com os fatos associados ao Princípio C da Teoria de Ligação. Como se vê no exemplo a seguir, (37) só se torna gramatical se *Marie* não for correferencial com o pronome (Legendre, 1997: 54).

- (37) a. *J'ai pensé à elle_i [PRO_i satisfaite de Marie_i].
'*Eu pensei nela_i / eu a_i imaginei satisfeita com Marie_i'.
- b. J'ai pensé à elle_i [PRO_i satisfaite de Marie_j].
'Eu pensei nela_i / eu a_i imaginei satisfeita com Marie_j'.

(Legendre, 1997: 54)

O português brasileiro se comporta como o francês com relação à distribuição de anafóricos e pronomes. Isso é revelado diretamente pelas glosas dos exemplos acima; contudo, vamos isolar os dados do PB em exemplos diferentes para organizar melhor nossa exposição.³⁵ Os exemplos em (38) e (39) abaixo exibem construções de predicação secundária orientada para objeto direto, assim como os dados de Legendre, o que é refletido pela concordância entre o depictivo e o DP na posição de objeto.³⁶ Nas sentenças

³³ Pelo raciocínio desenvolvido pela autora, supõe-se que a *small clause* em questão constituiria um domínio (uma *governing category*) para o anafórico e para o pronome. Com relação à categoria da SC, a autora defende posteriormente em seu texto que a SC é a projeção funcional GenderP (Legendre, 1997: 62–77).

³⁴ Estipulando-se a coindexação, como observa o professor Jairo Nunes.

³⁵ Além disso, há o fato de que Legendre (1997) testa construções com o verbo *voir* ('ver'), o que pode ser problemático se considerarmos que sentenças com esse verbo de percepção podem ser ambíguas entre uma análise de SC complemento e uma análise de predicação secundária (para discussão sobre esse verbo, cf. Carreira (2008: 80–83), Felser, (1998, 1999), Rodrigues (2007), dentre outros). Para evitar esse tipo de entrave, vamos testar sentenças com outros verbos, como "contratar", usado por Carreira (2008).

³⁶ O depictivo em (38) e em (39) também pode ser orientado para o sujeito, mas, nessa situação, a concordância do depictivo seria de masculino e o padrão de ligação seria o contrário do que foi apresentado nesses exemplos (*O João contratou a Maria satisfeito consigo mesma / O João contratou a Maria

em (38), vê-se que só é possível que o anafórico seja correferencial com o DP objeto, assim como no francês. Em (39), por sua vez, observa-se que o pronome inserido no predicado secundário só pode estar ligado ao NP sujeito.

- (38) a. O João contratou a Maria_i satisfeita consigo mesma_i.
 b. *O João_j contratou a Maria satisfeita consigo mesmo_j.
- (39) a. *O João contratou a Maria_i satisfeita com ela_i.
 b. O João_j contratou a Maria satisfeita com ele_j.

Seguindo a argumentação de Legendre (1997: 53–54), podemos afirmar que as estruturas em (34) não explicam por que motivo o pronome seria barrado em (39a) e permitido em (39b).³⁷ Mas a proposta em (40) de uma *small clause* com uma categoria vazia *ec* como sujeito explicaria os fatos observados em (38) e (39) — essa é essencialmente a análise de Legendre, com a exceção de que PRO está sendo substituído aqui pelo rótulo genérico *ec*. Em (40), a *ec* está coindexada com o DP objeto; no entanto, gostaríamos de enfatizar que essa coindexação é estipulada, e que o raciocínio desenvolvido aqui só é válido se aceitarmos essa possibilidade de coindexação.³⁸ Dito isso, vê-se que a sentença em (40a) é agramatical com o pronome porque haveria aí uma violação do Princípio B, pois o pronome estaria ligado a *ec* dentro do domínio, e é gramatical com o anafórico pela razão oposta. A sentença (40b), diferentemente, seria gramatical com o pronome (porque ele não está ligado dentro do domínio) e agramatical com o anafórico (porque não está ligado em seu domínio, desrespeitando-se o Princípio A).

- (40) a. O João contratou a Maria_i [_{SC} *ec*_i satisfeita consigo mesma_i /*com ela_i].
 b. O João_j contratou a Maria_i [_{SC} *ec*_i satisfeita com ele_j /*consigo mesmo_j].

*satisfeito consigo mesmo; O João contratou a Maria satisfeito com ela / *O João contratou a Maria satisfeito com ele*), o que está em conformidade com nossa proposta. Agradeço ao professor Jairo Nunes por ter feito essa observação.

³⁷ Se mantivermos a ideia de que apenas o IP consitui um domínio de ligação, podemos afirmar que a estrutura proposta por Foltran (1999) para os predicados secundários orientados para objeto também não prevê os fatos observados. Para a autora, que segue essencialmente os testes utilizados por Roberts (1988) para determinar o local de adjunção do predicado secundário, o depictivo orientado para objeto direto é um adjetivo em simples adjunção ao VP (cf. Foltran, 1999: 85–89)

³⁸ Agradeço ao professor Jairo Nunes por apontar enfaticamente esse aspecto. A respeito disso, gostaríamos de destacar que a proposta de análise das construções depictivas de objeto que tentamos desenvolver no Capítulo 3 enfrenta problemas, causados, por exemplo, pela ausência de c-comando entre o DP objeto e a categoria vazia dentro da *small clause*.

É importante frisar que esse tipo de proposta depende também da possibilidade de análise do constituinte *small clause* como um domínio de ligação para anafóricos e pronomes. Como já vimos anteriormente, as *small clauses* em predicções secundárias, por definição, não são um TP (cf. subseção 2.1 do Capítulo 1, por exemplo). Isso significa que teríamos de revisar a definição de “domínio” apresentada anteriormente, de forma a nos certificar de que as SCs podem, de fato, constituir um domínio no sentido empregado na Teoria de Ligação. A esse respeito, é preciso notar que a definição de “domínio” já foi reformulada por Chomsky & Lasnik (1995). O domínio, também chamado “categoria de regência” (*governing category*), é definido pelos autores da seguinte maneira:

(41) DOMÍNIO (REFORMULADO)

A categoria regente (GC) de α é o Complexo Funcional Completo (CFC) mínimo que contém α e um regente de α e no qual a condição de ligação de α poderia, em princípio, ser satisfeita.

(Chomsky & Lasnik, 1995: 102)³⁹

O chamado Complexo Funcional Completo (CFC), por sua vez, é definido pelos autores como uma projeção que contém todas as funções gramaticais compatíveis com seu núcleo (Chomsky & Lasnik, 1995: 102). Essa nova formulação permite que se considere como domínio, por exemplo, a categoria que contenha o anafórico, seu regente e um *binder* potencial (i.e., um NP acessível que c-comande o anafórico) (cf. Carreira, 2008: 61). Desse modo, não somente um IP (TP) é considerado um CFC, mas também um NP em certos contextos.

Os exemplos em (42) a seguir ilustram melhor esse ponto. Chomsky & Lasnik (1995: 102) argumentam que (42a) é agramatical porque o NP [*Bill's stories about himself*] constitui um domínio para o anafórico *himself*, que não está ligado dentro desse domínio ao elemento correferencial com ele, *John*. O NP maior é considerado um domínio nesse caso porque o NP *Bill* é um *binder* potencial para o anafórico, visto que este NP o c-comanda e poderia, em princípio, satisfazer sua condição de ligação. A sentença em (42b), por sua vez, seria gramatical porque [*stories about himself*] não é um domínio para o anafórico, pois não contém um NP “sujeito potencial”, um *binder* potencial que o c-comande, conforme os autores. Chomsky & Lasnik (1995: 102)

³⁹ Tradução nossa de “The GC for α is the minimal CFC that contains α and a governor of α and in which α 's binding condition could, in principle, be satisfied” (Chomsky & Lasnik, 1995: 102).

acrescentam que, no caso de (42b), o domínio para o anafórico seria o VP, e o vestígio (categoria vazia, *t*) do sujeito seria o *binder* — levando-se em consideração a hipótese de que o sujeito da sentença é gerado internamente ao VP e se move posteriormente para [Spec, IP].

- (42) a. *John_i likes [NP Bill's stories about himself_i].
 '*John_i gosta das histórias de Bill sobre ele mesmo_i'.
- b. John_i likes [stories about himself_i].
 'John_i gosta de histórias sobre ele mesmo_i'.

(Chomsky & Lasnik, 1995: 102)

Tomando por base essa nova definição de domínio em termos do Complexo Funcional Completo, Carreira (2008: 62–64) busca explicar o contraste verificado em (43) com construções depictivas orientadas para objeto direto. Conforme o raciocínio do autor, a sentença em (43a) seria gramatical porque o domínio para o pronome “ela” seria o DP [o filho dela], visto que o DP [o filho] poderia, em princípio, ser um *binder* para o pronome (Carreira, 2008: 63).⁴⁰ Já em (43b), a sentença seria agramatical porque o domínio do pronome não está tão encaixado dentro do predicado secundário (não há um DP *binder* potencial dentro dele): nesse caso, o autor sugere que o domínio para esse pronome seria mais alto, em *vP*, onde o DP [a Fernanda] checaria Caso (Carreira, 2008: 64).

- (43) a. O Pedro contratou [a Fernanda]_i [AP feliz pelo nascimento do filho d[ela]_i]
 b. *O Pedro contratou [a Fernanda]_i [AP feliz por ela_i]

(Carreira, 2008: 63, 64)

Voltando à nossa proposta de representação das construções de predicação depictiva, podemos retomar o que dissemos a respeito da possibilidade de a *small clause* nessas estruturas ser um domínio de ligação e tentar conciliar isso com os fatos observados em (43). O contraste verificado em (43) é retomado nos dados em (44), a

⁴⁰ Talvez seja útil sinalizar ao leitor que Carreira (2008) busca realizar testes, incluindo aqueles relacionados à Teoria de Ligação, como diagnósticos de constituência. Dessa forma, o autor não pretende defender de antemão alguma estrutura específica para esse tipo de construção, mas confrontar os seus resultados com diferentes propostas já apresentadas na literatura.

seguir, juntamente com nossa proposta de representação (novamente, ressaltamos que a coindexação do DP objeto com a *ec* teria de ser estipulada):⁴¹

- (44) a. O João contratou a Maria_i [_{SC} *ec*_i feliz pelo nascimento d[_{DP} o filho dela_i]].
 b. *O João contratou a Maria_i [_{SC} *ec*_i feliz por ela_i].

Sugerimos que a agramaticalidade de um dado como (44b) decorre da análise da SC como um domínio para o pronome “ela”, contendo a *ec* como *binder* do pronome dentro do domínio (violando-se o Princípio B). Podemos identificar essa mini-orção como um domínio se seguirmos o raciocínio de Chomsky & Lasnik (1995) e a formulação apontada em (41): em (44b), a SC seria um domínio para o pronome por ser um CFC que contém esse pronome e um regente para ele.⁴² A sentença em (44a), diferentemente, seria gramatical porque o domínio para o pronome seria o DP [o filho dela], seguindo o raciocínio de Carreira (2008) explicado anteriormente; como o elemento correferencial com o pronome, a categoria *ec*, está fora desse domínio, não há violação do Princípio B nessa sentença.⁴³

Nesta subseção, vimos, a partir da argumentação de Legendre (1997), que o comportamento de anafóricos e pronomes inseridos em predicados secundários orientados para objeto no francês não é explicado corretamente por algumas propostas de representação de depictivos, como a de Roberts (1988) e Rizzi (1990). Vimos inicialmente que o problema maior reside na explicação da distribuição dos pronomes inseridos em um predicado secundário. A partir dos dados de Legendre (1997), mostramos que o português brasileiro se comporta como o francês. Com base no raciocínio da autora e em sua proposta de SC com PRO, explicamos que a análise das

⁴¹ A sentença em (44b) seria boa se o depictivo estivesse orientado para sujeito, como observou o professor Jairo Nunes (estando a *ec* coindexada com o sujeito da oração matriz). Nesse caso, essa gramaticalidade seria compatível com nossa proposta, uma vez que o pronome estaria livre em seu domínio.

⁴² Presume-se que o regente do anafórico e do pronome nas construções depictivas que discutimos seja a preposição que introduz o complemento do adjetivo (e.g., feliz *por*; satisfeito *com*; cansada *de*, etc.). No entanto, não temos uma explicação sobre por que um PP não poderia contar como um CFC em sentenças como (44b).

⁴³ Chomsky & Lasnik (1995: 102–103) atentam para o fato de que é irrelevante haver ou não um *binder* potencial quando se discute o Princípio B, pois não se exige que o pronome tenha um *binder*. Dessa forma, os autores afirmam que basta que o domínio do pronome seja um CFC contendo o pronome e seu regente que poderia, em princípio, satisfazer o Princípio B. Assim, os autores argumentam que a distribuição de pronomes e anafóricos em uma sentença como “I like [John’s_i stories about himself_i / *him_i]” seria explicada pela análise do NP entre colchetes como o menor CFC no qual os Princípios A e B poderiam ser satisfeitos — como o Princípio B não é satisfeito no caso do pronome, a sentença com *him* é agramatical (Chomsky & Lasnik, 1995: 103). Vê-se que estamos empregando esse mesmo raciocínio dos autores para explicar os contrastes verificados nas construções depictivas com pronomes e anafóricos, tomando a SC como o CFC em questão (cf. *O João contratou a Maria* [_{SC} *ec*_i satisfeita consigo mesma_i / *com ela_i]).

construções depictivas em termos de uma SC com uma categoria vazia como sujeito explica corretamente os fatos do PB.⁴⁴ Vimos, por fim, que isso depende da possibilidade de a *small clause* funcionar como um domínio para anafóricos e pronomes em algumas sentenças, desde que se admita uma reformulação da definição de “domínio” nas linhas do que propõem Chomsky & Lasnik (1995). Gostaríamos de observar, em tempo, que a argumentação apresentada aqui refuta ou questiona apenas algumas propostas de simples adjunção do depictivo — notadamente, aquelas em que o depictivo não é c-comandado pelo DP relevante.^{45,46}

2.1.2.4 Expressão anafórica “uns... os outros”: evidência a partir de Legendre (1997)

Outra evidência utilizada por Legendre (1997: 54–56) para argumentar a favor da representação das construções depictivas por meio de uma *small clause* [PRO AP] diz respeito ao comportamento da expressão anafórica *les uns... les autres* (‘uns... os outros’) em construções de predicação secundária no francês. A esse respeito, a autora afirma que esse sintagma anafórico concorda com o seu *binder* em gênero e número, revelando morfologicamente se os princípios da Teoria de Ligação estão sendo violados ou não (Legendre, 1997: 54). Os dados em (45) a seguir foram elaborados pela autora para mostrar o comportamento dessa expressão em contexto de sentenças encaixadas:

- (45) a. Les garçons voudraient que les filles soient assises les unes derrière les autres.
‘Os garotos gostariam que as garotas se sentassem / estivessem sentadas umas atrás das outras’.
- a. *Les garçons voudraient que les filles soient assises les uns derrière les autres.
‘*Os garotos gostariam que as garotas se sentassem / estivessem sentadas uns atrás dos outros’.

(Legendre, 1997: 55)

⁴⁴ Novamente, destacamos que o argumento só é válido se a coindexação da *ec* com o DP relevante for derivada independentemente ou estipulada. Agradeço ao professor Jairo Nunes por ser incisivo quanto a essa observação.

⁴⁵ Diante de um conceito mais flexível de “domínio”, outra possibilidade de análise que poderia ser investigada, caso não se adotasse a proposta de SC adjungida, é a de tomar o VP ou vP como domínios de alguma forma. As consequências desse tipo de análise, no entanto, não foram exploradas por nós.

⁴⁶ Essa observação foi feita pelo professor Jairo Nunes, a quem agradeço por comentar atenciosamente essas questões. Seguindo uma sugestão do professor, poderíamos postular uma categoria vazia nessas construções como consequência da visão do depictivo como uma função fregeana.

Sobre o dado em (45a), a autora observa que sua gramaticalidade decorre do fato de o anafórico concordar em gênero com o seu *binder* dentro do domínio (a oração encaixada), ao contrário do que ocorreria em (45b), em que haveria violação do Princípio A pelo fato de o *binder* (masculino) dessa expressão anafórica estar fora do domínio (Legendre, 1997: 55).⁴⁷ Partindo dessas considerações a respeito do comportamento da expressão anafórica em questão, a autora verifica sua distribuição em contexto de predicções secundárias. Os dados em (46) são instâncias de construções depictivas orientadas para objeto, enquanto os dados em (47) ilustram depictivos orientados para sujeito.⁴⁸

- (46) a. Les filles mangeront les légumes crus les uns après les autres.
‘As garotas comerão os legumes crus uns após os outros’.
- b. * Les filles mangeront les légumes crus *les unes* après *les autres*.
‘*As garotas comerão os legumes crus umas após as outras’.
- (47) a. Les filles mangeront les légumes assises les unes derrière les autres.
‘As garotas comerão os legumes sentadas umas atrás das outras’.
- b. *Les filles mangeront les légumes assises *les uns* derrière *les autres*.
‘*As garotas comerão os legumes sentadas uns atrás dos outros’.

(Exemplos de Legendre (1997: 55))

A conclusão de Legendre (1997: 55) a respeito dos dados em (46) e (47) é que o anafórico concorda em gênero e número com o predicado secundário e com o DP a que se refere esse predicado. Observamos que a tradução em português abaixo dos dados é equivalente, em termos de gênero e número, ao que se observa no francês: a expressão masculina e plural *les légumes* em (46) deve concordar com o predicado secundário (o adjetivo masculino e plural *crus*) o com anafórico (que só pode ser *les uns...les autres*, masculino e plural, e não o feminino *les unes...les autres*); em (47), a expressão feminina

⁴⁷ Como a expressão *les autres* inserida dentro do depictivo pode ser traduzida para o masculino ou para o feminino no PB, estamos traduzindo esse termo nas glosas para o masculino quando ele ocorre com *les uns* (masc.), e para o feminino quando ocorre com *les unes* (fem.). Contudo, supomos que a melhor saída seria encontrar uma expressão equivalente neutra, como o inglês *the other(s)*, para evitar possíveis problemas de interpretação dos dados do francês. Lembramos que todo o anafórico *les uns / les unes...les autres* deve ser lido como referente ao predicado secundário.

⁴⁸ A respeito dos dados discutidos nessa subseção, ressaltamos que a expressão anafórica supostamente se refere ao DP relevante e também ao predicado secundário voltado a esse DP, o que tem relação com a agramaticalidade de (46b), (47b), por exemplo.

e plural *les filles* também deve concordar com o predicado secundário (o particípio *assises*) e com o anafórico (que só pode ser *les unes...les autres*, e não *les uns...les autres*).

A respeito dos dados com predicados secundários, Legendre (1997: 56) argumenta que não há razão para a agramaticalidade de (46b) e (47b) se considerarmos que o DP e o predicado secundário são ambos gerados sob o VP, dentro do mesmo domínio (IP). Trata-se de uma crítica às propostas de Roberts (1988) e Rizzi (1990) apresentadas anteriormente: se os *binders* (os NPs *les légumes* e *les filles*) estão no mesmo domínio (IP) que os anafóricos (*les uns / les unes*), não deveria haver problemas de ligação. A autora afirma que a sua proposta não apresenta esse impasse, pois prevê corretamente os fatos observados: as estruturas em (48) e (49) forneceriam um domínio de ligação diferente do IP, que é a *small clause* como um todo. Nessa análise, (48a) e (49a) seriam gramaticais porque o *binder* do anafórico (PRO) está contido no domínio, enquanto (48b) e (49b) seriam agramaticais porque o *binder* do anafórico (*les filles* e *les légumes*, respectivamente) está fora do domínio (cf. Legendre, 1997: 56).

- (48) a. Les filles_j mangeront les légumes_i [_{SC} PRO_i crus_i les uns_i après les autres]
 ‘As garotas comerão os legumes crus uns após os outros’.
- b. * Les filles_j mangeront les légumes_i [_{SC} PRO_i crus_i les unes_j après les autres]
 ‘*As garotas comerão os legumes crus umas após as outras’.
- (49) a. Les filles_j mangeront les légumes_i [_{SC} PRO_j assises_j les unes_j derrière les autres]
 ‘As garotas comerão os legumes sentadas umas atrás das outras’.
- b.*Les filles_j mangeront les légumes_i [_{SC} PRO_j assises_j les uns_i derrière les autres]
 ‘*As garotas comerão os legumes sentadas uns atrás dos outros’.

(Exemplos de Legendre (1997: 56))

Novamente, podemos verificar que o português brasileiro se comporta da mesma forma que o francês com relação a essa evidência (como revelado pela própria glosa dos exemplos anteriores) e que é possível estender a análise de Legendre (1997) aos dados do PB. As sentenças em (50) e (51) a seguir são similares às apresentadas pela autora. Os dados em (50) exibem predicados secundários orientados para objeto e os dados em (51) contêm depictivos orientados para sujeito: em ambos os casos, verifica-se o mesmo

comportamento notado por Legendre quanto à distribuição dos anafóricos inseridos em predicados secundários. Aqui, as expressões anafóricas equivalentes a *les uns après les autres* e *les unes après les autres* seriam “uns após os outros” (masculino e plural) e “umas após as outras” (feminino e plural), respectivamente, enquanto os equivalentes a *les uns derrière les autres* e *les unes derrière les autres* seriam “uns atrás dos outros” (masculino e plural) e “umas atrás das outras” (feminino e plural), respectivamente.⁴⁹

- (50) a. As meninas vão comer os feijões crus uns após os outros.
 b. *As meninas vão comer os feijões crus umas após as outras.
- (51) a. As meninas vão comer os feijões sentadas umas atrás das outras.
 b. *As meninas vão comer os feijões sentadas uns atrás dos outros.

Assim como no francês, verifica-se que o anafórico “uns... os outros” no PB deve concordar em gênero e número com o predicado secundário e com o NP ao qual esse depictivo está orientado. Nesse ponto, assumimos, com Legendre (1997), que essa diferença pode ser explicada em termos da Teoria de Ligação e que as estruturas propostas por Roberts (1988) e Rizzi (1990) não explicam a agramaticalidade de (50b) e (51b). Seguindo o raciocínio da autora, se o IP for o único domínio compreendendo os NPs *binders* “as meninas” e “os feijões” e os anafóricos em questão, não haveria razão para a agramaticalidade que se verifica nessas sentenças. A proposta de uma SC como domínio para os anafóricos, diferentemente, explica os dados em questão. Isso está ilustrado em (52) e (53), que são essencialmente as estruturas apresentadas por Legendre (1997: 56), com a substituição de PRO por *ec*.⁵⁰

- (52) a. As meninas vão comer [os feijões]_i [_{SC} *ec*_i crus_i [uns após os outros]_i]
 b. *[As meninas]_j vão comer [os feijões]_i [_{SC} *ec*_i crus_i [umas após as outras]_j]
- (53) a. [As meninas]_j vão comer [os feijões]_i [_{SC} *ec*_j sentadas_j [umas atrás das outras]_j]
 b. *[As meninas]_j vão comer [os feijões]_i [_{SC} *ec*_j sentadas_j [uns atrás dos outros]_i]

⁴⁹ O professor Jairo Nunes observa que a sentença (50b) é gramatical em sua avaliação. A esse respeito, gostaríamos de ressaltar que a expressão anafórica nessa sentença supostamente deve se referir ao depictivo e ao DP do qual esse depictivo predica, de onde resulta a agramaticalidade observada. Assim, não estamos nos referindo a uma leitura em que a expressão anafórica não se refira ao predicado secundário.

⁵⁰ Seguindo Legendre (1997), utilizo os índices *i* e *j* nesses exemplos para representar concordância de masculino e de feminino, respectivamente.

A análise da SC como um domínio de ligação para o anafórico segue a definição de “domínio” proposta por Chomsky & Lasnik (1995), conforme explicado na subseção anterior. Nessa linha de raciocínio, as sentenças em (52b) e (53b) seriam agramaticais porque a *small clause* em questão é um domínio, i.e., um CFC que poderia satisfazer, em princípio, as condições de ligação do anafórico e que contém um *binder* potencial (a *ec*) para esse anafórico. Como os *binders* dos anafóricos nessas sentenças estão fora do domínio, ou seja, fora da SC, as sentenças violam o Princípio A da Teoria de Ligação, o que explica sua agramaticalidade.⁵¹

Nesta subseção, vimos o argumento de Legendre (1997) a favor de uma *small clause* [PRO depictivo] que utiliza evidências da expressão anafórica em francês *les uns...les autres*, que concorda com o predicado secundário e com o NP relevante em contexto de construções depictivas. Vimos que a proposta da autora, aliada a pressupostos da Teoria de Ligação, é capaz de explicar estruturas depictivas do francês que contêm essa expressão anafórica, ao contrário de outras análises para predicados secundários depictivos. A partir da argumentação da autora, observamos que o português brasileiro se comporta da mesma maneira que o francês e que a análise dessas estruturas por meio de uma *small clause* do tipo [*ec* AP] explica corretamente os dados apresentados. Para tanto, assumimos que a SC é um domínio para o anafórico que ocorre nessas expressões, seguindo essencialmente o raciocínio de Chomsky & Lasnik (1995).

2.1.2.5 Quantificador “ambos”: evidência com base em Legendre (1997)

Uma última evidência que vamos importar de Legendre (1997) diz respeito à distribuição de quantificadores em contexto de construções de predicação secundária. A autora disserta especificamente a respeito de frases com o quantificador *tous* (‘todos’) no francês, mas nós vamos analisar sentenças em português com o quantificador “ambos” para provar o ponto de que as construções depictivas envolvem um constituinte [*ec* AP], conforme explicaremos posteriormente.

Em primeiro lugar, Legendre (1997: 58) observa haver uma assimetria sujeito-objeto com relação ao fenômeno da “flutuação” à direita (*rightward floating*) do quantificador *tous* em francês. Conforme a autora, enquanto esse fenômeno seria atestado

⁵¹ Comparar essas sentenças com a análise de Chomsky & Lasnik (1995) do exemplo do inglês discutido anteriormente, “**John_i likes [NP Bill’s stories about himself_i]*” (Chomsky & Lasnik, 1995: 102), em que o NP maior funciona como domínio para o anafórico por conter um *binder* potencial, *Bill*. Da mesma forma, a SC em nossos exemplos seria o domínio para o anafórico por conter um *binder* potencial, a categoria *ec*.

quando referente ao sujeito da sentença, vide (54a) e (54b), ele não seria possível com NPs objetos, como verificado em (54c) e (54d):

- (54) a. *Tous* les enfants ont vu ce film.
todas as crianças AUX ver(PART) esse filme
‘Todas as crianças viram esse filme’.
- b. Les enfants ont *tous* vu ce film.
as crianças AUX todas ver(PART) esse filme
‘As crianças todas viram esse filme’.
- c. Pierre a mangé tous les légumes.
Pierre AUX comer(PART) todos os legumes
‘Pierre comeu todos os legumes’.
- d. *Pierre a mangé les légumes tous.
Pierre AUX comer(PART) os legumes todos
‘Pierre comeu os legumes todos’. (agramatical no francês, gramatical no PB)

(Legendre, 1997: 58)

Legendre (1997: 58) menciona duas possibilidades de análise da aparente flutuação à direita do quantificador que se verifica em (54b): uma que propõe o movimento do quantificador *tous* à direita, como feito por Kayne (1975); e outra linha de análise, seguida por Sportiche (1988), que rejeita a proposta de movimento do quantificador e propõe que a flutuação que se vê aí é ilusória, resultante da necessidade de movimento do sujeito da posição de [Spec, VP] para [Spec, IP] e encalhe do quantificador (Legendre, 1997: 58). A autora acrescenta que a análise de Sportiche (1988) considera o quantificador *tous* uma espécie de determinante adjungido ao NP modificado por ele na estrutura profunda (*d-structure*), e não um advérbio.⁵²

Conforme coloca a autora, a agramaticalidade de (54d) no francês seria explicada na proposta de Sportiche (1988) por meio do pressuposto de que objetos da estrutura superficial (*s-structure*) permanecem em sua posição, sem haver o movimento desse elemento nominal e o conseqüente encalhe do quantificador adjungido (Legendre, 1997:

⁵² Observamos que os níveis de representação gramatical Estrutura Profunda e Estrutura Superficial presentes nos trabalhos elaborados no âmbito da GB são dispensados em análises minimalistas mais recentes, que procuram explicar os fenômenos da língua apenas por meio dos níveis de interface Forma Fonética (ou Fonológica) e Forma Lógica (cf. Chomsky, 1995, 2000, 2001, entre outros).

58).⁵³ Segundo a autora, os dados em (55) (com clítico, sentença passiva e construção inacusativa) mostram que a análise de Sportiche (1988) parece correta, pois neles ocorreria movimento do objeto da estrutura profunda para a esquerda e o encalhe de *tous*, diferentemente do que se observa em (54d).

- (55) a. Pierre les a mangé tous.
Pierre os AUX comer(PART) todos
'Pierre comeu-os todos'.
- b. Les voleurs ont été arrêtés tous.
os ladrões AUX ser(PART) prender(PART) todos
'Os ladrões foram presos todos'.
- c. Les invités sont arrivés tous.
os convidados AUX chegar(PART) todos
'Os convidados chegaram todos'.

(Legendre, 1997: 59)

A respeito do quantificador *tous* em contexto de predicação secundária orientada para objeto direto, Legendre (1997: 59) observa que há um comportamento peculiar nessas estruturas, pois elas aparentemente permitem a flutuação à direita do quantificador. A autora elabora os seguintes dados para ilustrar seu ponto:

- (56) a. Pierre mangera tous les légumes crus.
Pierre comerá todos os legumes crus
'Pierre vai comer todos os legumes crus'.
- b. Pierre mangera les légumes tous crus.
Pierre comerá os legumes todos crus
'Pierre vai comer os legumes todos crus'.

(Legendre, 1997: 59)

Como se pode observar, o encalhe do quantificador é permitido no francês em sentenças com objeto direto que contêm um predicado secundário orientado a esse objeto. Dessa forma, Legendre (1997: 59) mostra haver um contraste entre a sentença em (54d) e a sentença (56b), repetidas aqui como (57a) e (57b) para evidenciar melhor isso:

⁵³ A palavra “encalhe” aparece aqui como tradução de *stranding*, seguindo Guerra Vicente (2006).

- (57) a. *Pierre a mangé les légumes tous.
 Pierre AUX comer(PART) os legumes todos
 ‘Pierre comeu os legumes todos’.
- b. Pierre mangera les légumes tous crus.
 Pierre comerá os legumes todos crus
 ‘Pierre vai comer os legumes todos crus’.

(Legendre, 1997: 58, 59)

Diante desses fatos, Legendre (1997: 59–60) afirma que sua proposta de uma *small clause* contendo um sujeito estrutural PRO, aliada à análise de Sportiche (1988), explica corretamente o contraste observado em (57). A estrutura defendida pela autora se encontra em (58): nessa análise, o quantificador *tous* se adjunge ao sujeito PRO, o que gera a impressão de que o quantificador se moveu à direita do objeto, conforme a autora. Essa proposta, segundo Legendre (1997: 60), permite manter noção de que objetos na estrutura superficial não se movem no francês e a ideia de que o quantificador também não se move.

- (58) Pierre mangera les légumes [_{SC} tous + PRO crus].
 ‘Pierre vai comer os legumes todos crus’.

(Legendre, 1997: 60)

Legendre (1997: 60) fornece evidências adicionais de que o quantificador *tous* está contido no mesmo constituinte que PRO e o predicado secundário. Com as sentenças em (59) (teste da clivagem), a autora mostra que o quantificador *tous / toutes* não pode ficar encajado, mas tem de se mover junto com o predicado secundário no francês, o que revela que ele forma um constituinte com o adjetivo, segundo a autora (Legendre, 1997: 60).

- (59) a. C’est [*tous à point*] qu’il a mangé ses steaks.
 LIT.: ‘É todos ao ponto que ele comeu seus bifés’.
- b. *C’est à point qu’il a mangé ses steaks tous.
 LIT.: ‘É ao ponto que ele comeu seus bifés todos’.

c. C'est [*toutes* assises les unes derrière les autres] qu'elles écouteront la conférence.

LIT.: 'É todas sentadas umas atrás das outras que elas escutarão a palestra'.

d. *C'est assises les unes derrière les autres qu'elles écouteront la conférence toutes.

LIT.: 'É sentadas umas atrás das outras que elas escutarão a palestra todas'.

(Legendre, 1997: 60, 61)⁵⁴

Além disso, Legendre (1997: 61) observa que os padrões de concordância verificados em (60) decorrem da proposta de *tous* como um tipo de determinante gerado com PRO na posição de sujeito da SC. Nesse sentido, a autora nota que o quantificador concorda em gênero e número com o predicado secundário e com o NP ao qual esse predicado está orientado e que ele não pode ficar encajado à direita do objeto (cf. (57a)), que é exatamente o comportamento esperado de um determinante em francês (Legendre, 1997: 61).

(60) a. Les filles mangeront les légumes_i [*tous_i* + PRO_i crus_i les uns_i après les autres]
'As garotas vão comer os legumes todos crus uns após os outros'.

b. Les filles_j mangeront les légumes [*toutes_j* + PRO_j assises_j les unes_j derrière les autres].

'As garotas vão comer os legumes todas sentadas umas atrás das outras'.

(Legendre, 1997: 60)

Se seguirmos o que temos feito até agora, um passo natural de nossa argumentação nesse momento seria verificar, com base no raciocínio de Legendre (1997), se o quantificador “todos” em construções depictivas no PB se comporta da mesma forma que *tous* no francês e, em caso afirmativo, adotar uma análise nas linhas do que a autora propõe. Contudo, estabelecer uma correspondência direta entre as estruturas com o quantificador *tous* (no francês) e o quantificador “todos” (no português) não parece algo tranquilo.

Em primeiro lugar, há o fato de que essa argumentação de Legendre (1997) a favor de uma categoria vazia como sujeito se apoia essencialmente no contraste, evidenciado

⁵⁴ Notamos que os equivalentes em português propostos nas glosas como tradução para as sentenças em (59a) e (59c) soam um tanto degradadas, segundo nossa intuição. Modificar o tempo verbal da cópula talvez melhore as frases (e.g., *?Foram todos ao ponto que ele comeu seus bifes*).

em (57), entre a impossibilidade de encalhe do quantificador em sentenças com objeto direto (e sem o predicado secundário) e a possibilidade de encalhe de *tous* quando o predicado secundário orientado para objeto está presente. No português brasileiro, no entanto, existe a possibilidade de inversão do quantificador e do DP em sentenças simples com objeto direto (cf. Guerra Vicente, 2006). A esse respeito, vê-se que os dados em (61), com e sem inversão da ordem Quantificador + DP, são gramaticais no PB:⁵⁵

- (61) a. Pedro comeu todas as carnes.
b. Pedro comeu as carnes todas.

Dessa forma, não poderíamos estabelecer um contraste entre a sentença em (61b) e a sentença (62) a seguir, com um predicado secundário orientado para objeto direto, que também é gramatical no português brasileiro. A questão é a seguinte: assumindo-se que o quantificador e o DP façam parte de uma única projeção nominal (selecionada como argumento), e dado que a ordem inversa DP + Quantificador é permitida na ausência de um predicado secundário (vide (61b)), é possível que em (61b) e em (62) esteja ocorrendo simplesmente o deslocamento do DP internamente ao constituinte [todas as carnes] (i.e., [[as carnes]_i todas *t_i*]).⁵⁶ Assim, a sentença (62), por si só, não constituiria evidência suficiente da existência de uma categoria vazia como sujeito em construções depictivas.

- (62) Pedro comeu as carnes todas cruas.

Em segundo lugar, há o problema de “todo” poder exibir uma leitura ambígua entre quantificação e intensificação no português brasileiro. A respeito disso, Guerra Vicente & Quadros Gomes (2013) mostram que uma sentença com “todo” como (63) pode ter as interpretações descritas em (64). No caso de (64a), teríamos uma leitura associada a “todo” como quantificador flutuante (fenômeno do *Q-float*), enquanto em (64b) haveria uma leitura associada a “todo” como advérbio intensificador, equivalente a “muito” (Guerra Vicente & Quadros Gomes, 2013: 113). As autoras observam que essa

⁵⁵ Guerra Vicente (2006: 3) observa que alguns contextos favorecem a inversão apontada, como a presença de um quantificador diminutivo, de um pronome demonstrativo ou de um pronome adjetivo. Além disso, a autora nota que ambientes que indicam referencialidade ou resumitividade também propiciam a inversão. Dessa forma, é possível que sentenças como (61b), que estamos julgando como gramatical, ocorram apenas em cenários específicos. De todo modo, o ponto relevante a ser destacado aqui é o de que o PB apresenta essa possibilidade de inversão, diferentemente de outras línguas.

⁵⁶ A proposta de Guerra Vicente (2006) para o movimento do DP nessas construções segue justamente essa linha: a estrutura subjacente a “os alunos todos” seria [QP [DP os alunos]_i [Q' todos [DP *t_i*]]] (Guerra Vicente, 2006: 98).

ambiguidade só existe quando “todo” está adjacente ao adjetivo, à sua esquerda (Guerra Vicente & Quadros Gomes, 2013: 114).

- (63) Os avós estão todos bobos [com o nascimento do neto].
- (64) a. ‘Todos os avós estão bobos’. [Q-float: todo = ‘cada’ — ‘cada avô está bobo’/
‘ambos os avós estão bobos’: opera sobre o sintagma nominal sujeito]
b. ‘Os avós estão completamente bobos’. [Adv = ‘inteiramente’; opera sobre o
núcleo do sintagma adjetival]

(Exemplos de Guerra Vicente & Quadros Gomes (2013: 114))

No caso das construções depictivas de sequência “DP + todo + AP”, portanto, é possível que “todo” veicule duas leituras, uma em que “todo” esteja associado ao sintagma nominal, e outra em que “todo” atue sobre o adjetivo, modificando-o como um advérbio. É justamente isso que encontramos com relação à sentença (65), por exemplo. Com base nos exemplos anteriores de Guerra Vicente & Quadros Gomes (2013), elaboramos as duas interpretações em (66) associadas a essa construção depictiva. A paráfrase em (66a) apresenta a leitura de (65) caso “todas” funcione como quantificador flutuante, significando que cada uma das irmãs encontradas por João estavam doentes (e não necessariamente *completamente* doentes). A paráfrase em (66b), por sua vez, exibe a leitura em que “todas” se comporta como advérbio intensificador, significando que as irmãs estavam inteiramente doentes.

- (65) João encontrou as irmãs todas doentes.
- (66) a. Todas as irmãs estavam doentes quando João as encontrou.
b. As irmãs estavam completamente doentes quando João as encontrou.

Essa ambiguidade decorrente do comportamento de “todo” seria uma dificuldade para nossa argumentação por uma razão metodológica, visto que esse fator presumivelmente complicaria a tentativa de isolar a interpretação relevante para nós, ou seja, aquela em que “todo” é quantificador e se relaciona com o sintagma nominal (vide (66a)). Dessa forma, testar sentenças com “todo” não seria ideal para nós. Para seguir a linha de argumentação exposta por Legendre (1997) e defender a presença de uma categoria vazia como sujeito da *small clause* em construções depictivas, precisamos de um elemento que, diferentemente de “todo” no PB: (i) seja, sem dúvida, um quantificador,

operando sobre o elemento nominal; (ii) não permita o movimento interno (i.e., a ordem DP + Quantificador) naturalmente em sentenças sem um predicado secundário; (iii) permita a “flutuação” à direita em contextos de predicação secundária.

Diante dessas condições, a solução que encontramos é construir sentenças com outro quantificador, “ambos”. Lacerda (2012: 51) aponta o fato de que esse quantificador difere de “todos” justamente em aspectos que nos interessam aqui: segundo o autor, “ambos” pode flutuar (vide (67b)), mas não apresenta o deslocamento interno que é possível com “todos” (vide (67c)).

- (67) a. Ambos os alunos fizeram perguntas interessantes.
b. Os alunos fizeram ambos perguntas interessantes.
c. *[Os alunos_i ambos t_i] fizeram perguntas interessantes.

(Exemplos (67b) e (67c) de Lacerda (2012: 51))

Dessa forma, testar construções depictivas com o quantificador “ambos” no português nos parece promissor pelo fato de “ambos” parear com o quantificador *tous* apresentado nas sentenças de Legendre (1997) para os efeitos da argumentação desenvolvida nesta subseção. Veja-se que o contraste presente nos dados do francês vistos anteriormente (*Pierre a mangé tous les légumes* vs. **Pierre a mangé les légumes tous*) também se verifica no português brasileiro com relação ao quantificador “ambos”, como mostram os dados em (68):⁵⁷

- (68) a. O João comeu ambas as carnes.
b. *O João comeu as carnes ambas.

Além disso, assim como o francês permite a aparente flutuação do quantificador *tous* em construções depictivas orientadas para objeto direto (cf. *Pierre mangera tous les légumes crus* e *Pierre mangera les légumes tous crus*), como já visto anteriormente, também as sentenças de predicação depictiva de objeto no PB permitem a aparente flutuação com o quantificador “ambos”, como se observa em (69) a seguir:

- (69) a. O João comeu ambas as carnes cruas.
b. O João comeu as carnes ambas cruas.

⁵⁷ Agradeço ao professor Marcus Lunguinho por ter sugerido a utilização do quantificador “ambos” nessas sentenças e por ter discutido comigo os dados apresentados aqui.

Para explicar a diferença entre as sentenças (68b) e (69b) no português, vamos seguir a hipótese, na linha do que propõe Legendre (1997: 59), de que não há movimento do quantificador “ambas” à direita do objeto em (69b), mas, sim, um encalhe desse quantificador na posição em que é gerado. Essa análise é possível por meio de uma estrutura de *small clause* adjungida com uma categoria vazia como sujeito: supondo, com Legendre (1997), que o quantificador seja gerado em adjunção à categoria vazia que é sujeito da SC, a sentença em (69b) teria a estrutura em (70).⁵⁸ Segundo essa proposta, o quantificador apenas permanece na *small clause* onde é gerado.

(70) O João comeu as carnes_i [_{SC} ambas + *ec*_i cruas].

Segundo a estrutura em (70), existe um constituinte formado pelo predicado secundário depictivo, pelo sujeito *ec* e pelo quantificador. Para mostrar a constituição dessa sequência no francês, Legendre (1997: 60) utiliza sentenças com clivagem, como vimos anteriormente. Nós, no entanto, nos restringimos a apresentar a seguinte sentença passiva no português, que corrobora a estrutura apresentada em (70).

(71) As pizzas_i foram comidas [_{SC} ambas + *ec*_i cruas].

Naturalmente, a proposta em questão se estende aos dados com predicados secundários depictivos orientados para sujeito, vide (72). Observamos que o quantificador concorda em gênero e número com o predicado secundário e com o DP a que se refere o depictivo, assim como no francês (cf. Legendre, 1997: 61).

(72) Os meninos_i fizeram a tarefa [_{SC} ambos + *ec*_i cansados].

Com essas sentenças, chegamos ao fim da argumentação a respeito de construções depictivas com quantificadores. Lembramos novamente que não estamos assumindo nesse momento que a categoria *ec* seja PRO, como na análise de Legendre (1997). É proposital nossa escolha do rótulo neutro *ec* nessas construções, pois o *status* dessa categoria será discutido melhor no próximo capítulo. Contudo, observamos que se a categoria *ec* for um vestígio (ou uma cópia) do DP, isso estará de acordo com a

⁵⁸ Estamos apenas assumindo a hipótese de adjunção do quantificador proposta por Legendre (1997), sem testá-la a fundo, mas acreditamos que as mesmas conclusões alcançadas aqui possam ser obtidas dentro de uma proposta em que o quantificador é o núcleo de sua própria projeção. Fica pendente para estudos futuros uma análise mais detalhada da estrutura interna do sintagma que contém o quantificador em construções depictivas.

generalização de Sportiche (1988) de que um quantificador flutuante deve poder aparecer adjacente a uma posição de vestígio do DP (cf. Guerra Vicente, 2006: 5).

Nesta subseção, vimos o argumento desenvolvido por Legendre (1997) acerca da possibilidade de encaixe do quantificador *tous* em sentenças com predicados secundários orientados a objeto direto, em oposição à impossibilidade de o quantificador aparecer à direita do DP em sentenças com OD sem predicado secundário. Para a autora, uma proposta de SC adjungida com um PRO sujeito explica corretamente os fatos verificados na língua. A partir do raciocínio da autora, nós nos propusemos a verificar dados do português brasileiro semelhantes àqueles criados por ela. Vimos, no entanto, que “todos” não apresenta o mesmo comportamento que o quantificador *tous* no francês, razão pela qual optamos por construir sentenças com o quantificador “ambos”, que possui uma distribuição semelhante a *tous*, no que diz respeito aos aspectos investigados aqui. Com base nessas sentenças, concluímos que a proposta de uma *small clause* adjungida contendo uma categoria vazia como sujeito e o AP como predicado explica os fatos do PB. Na próxima subseção, discorreremos sobre o local de adjunção dessa SC.

2.2 Sobre o local de adjunção do depictivo

Nas subseções anteriores, tratamos da constituição das construções depictivas e de sua estrutura interna. Vimos que o DP manifesto não forma um constituinte com o depictivo AP e chegamos à conclusão de que as construções depictivas envolvem uma *small clause* diferente daquela que caracteriza as SC complemento: trata-se de uma mini-oração que contém uma categoria vazia como sujeito (correferencial ao argumento a que se refere o depictivo) e se realiza em adjunção.⁵⁹ Nesta seção, vamos nos deter na questão do local de adjunção dessa *small clause* depictiva. Assim, queremos responder à pergunta (iii) formulada no início dessa seção: a que categoria a mini-oração contendo o depictivo está adjungida?

Veremos que a predicação depictiva de sujeito e a de objeto estão em alturas diferentes com relação à oração matriz, uma vez que há evidências de que o depictivo de sujeito está adjungido a uma projeção acima daquela a que se adjunge o predicado

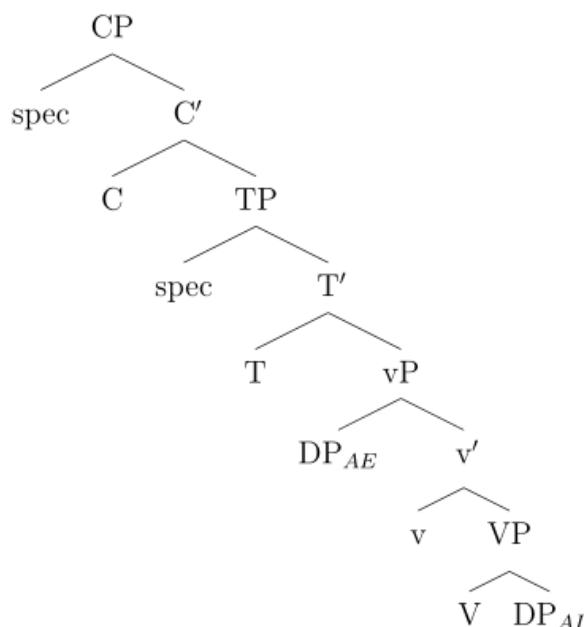
⁵⁹ O caráter de adjunto dos depictivos foi abordado no Capítulo 1. Como discutido, o principal fator que é levado em consideração para analisá-los como adjuntos é a sua opcionalidade na sentença em que ocorrem, i.e., o fato de os depictivos não integrarem a grade argumental do predicado primário. Isso difere essas estruturas das construções de SC complemento, que fazem parte da grade temática do verbo matriz. Para outras evidências que reforçam a análise dos depictivos como adjuntos, remetemos o leitor a Foltran (1999: 80–84).

secundário de objeto. Vamos utilizar basicamente os trabalhos de Foltran (1999), de Legendre (1997) e de Carreira (2015) para chegar a essa conclusão. No entanto, gostaríamos de deixar claro, de antemão, que nossa intenção é realizar apenas uma aproximação inicial a esse tópico. Estamos cientes do fato de que determinar a correta posição sintática de uma SC adjunto demandaria um estudo muito mais detalhado sobre essas construções do que o que temos condição de realizar neste momento. Para responder a essa questão de forma rigorosa, seria necessário levar em consideração diversos aspectos em uma teoria linguística.⁶⁰ Dessa forma, registramos aqui que nossas escolhas quanto aos locais de adjunção do depictivo não são fruto de uma reflexão devidamente aprofundada de nossa parte e que devem ser estudadas com mais rigor futuramente.

2.2.1 *Small clause* depictiva orientada para objeto direto: adjunção a VP

Para os propósitos da exposição feita nessa subseção e na próxima, estamos partindo da hipótese de que uma sentença declarativa transitiva está minimamente organizada em torno das projeções CP, TP, vP e VP, como ilustrado no “esqueleto” em (73) a seguir (cf. Chomsky, 2000).

(73)



⁶⁰ Muitos autores se valem de fenômenos como *VP-fronting*, *Wh-clefting* e *VP-ellipsis*, por exemplo, para determinar o local de adjunção dos depictivos. Só isso já nos exigiria um conhecimento mais dedicado acerca de movimento e elipse de constituintes que não pudemos desenvolver neste trabalho.

Nessa estrutura, “AE” significa “argumento externo” e “AI” significa “argumento interno”, e os eventuais movimentos que podem acontecer não estão representados aí.⁶¹ Observa-se que há trabalhos (principalmente de fases anteriores ao minimalismo) que identificam o Spec de VP como o local de origem do argumento externo de construções transitivas e que a postulação de uma categoria *v* para abrigar esse argumento resulta de uma série de propostas e discussões a respeito da posição de “sujeito” e da estrutura argumental das sentenças (para mais informações sobre o tópico, cf. Larson, 1988; Koopman & Sportiche, 1991; Chomsky, 1993; Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 76–110). Sendo assim, vamos encontrar trabalhos, como o de Legendre (1997), por exemplo, que não cogitam a projeção *vP* como local de origem do argumento externo, mas assumem que ele seja gerado em [Spec, V].

A respeito do local de adjunção da *small clause* depictiva de sujeito e de objeto, pode-se dizer que as projeções mais relevantes para a discussão são, basicamente, as de T, *v* e V.⁶² Grande parte das propostas que vemos na literatura sobre construções depictivas considera alguma dessas categorias (e suas projeções, intermediárias ou máximas) como o local de adjunção de um depictivo. Com relação ao depictivo de objeto, há trabalhos que consideram situá-lo no âmbito do VP, adjungindo-o à própria projeção VP (e.g., Stowell, 1981, 1983; Rothstein, 1983) ou tomando-o como adjunto de V’ (Legendre, 1997; Bowers, 2001; Hornstein & Lightfoot, 1987). Quanto ao depictivo de sujeito, vemos propostas que o situam no âmbito de TP (e.g., Foltran, 1999; Lobato, 2016), trabalhos que o adjungem a VP (Legendre, 1997; Hornstein & Lightfoot, 1987) e trabalhos que o adjungem a uma categoria localizada entre o VP e o TP (Bowers, 2001).^{63,64} Nesta subseção, vamos discutir a questão da adjunção dos depictivos de objeto direto.

No que se refere a esse tipo de depictivo, nota-se que há também propostas que consideram o DP como o local de adjunção do predicado secundário, como Carreira (2015) e Lobato (2016 [1990]). Embora esse tipo de análise explique satisfatoriamente

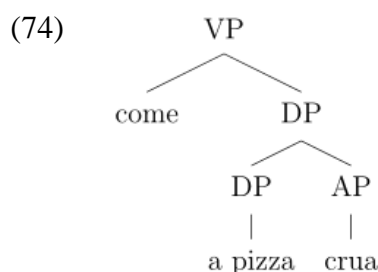
⁶¹ Observamos que, dentro do quadro teórico minimalista, a derivação de uma sentença ocorre passo a passo a partir de operações no âmbito do componente C_{HL} (procedimento computacional para a linguagem humana) (cf. Chomsky, 2000: 101). A derivação, portanto, não está atrelada a alguma estrutura sintática já determinada previamente. Vê-se, assim, que nosso esquema está apenas simplificando uma derivação. Isso será detalhado melhor no próximo capítulo.

⁶² Em Bowers (2001), a categoria *v* dá lugar a Pr, projeção funcional acima do VP na oração matriz.

⁶³ Lembramos que os autores citados divergem quanto à presença de uma mini-orção em construções depictivas. Estamos considerando “adjunção do depictivo” como equivalente a “adjunção da mini-orção que contém o depictivo” para a finalidade de nossa explanação.

⁶⁴ Remetemos o leitor a Winkler (1997) para uma boa revisão dos percursos teóricos que justificam a escolha de um ou outro nível de adjunção por parte de alguns dos autores mencionados.

alguns aspectos das construções depictivas, como o fato de o predicado secundário se relacionar com o DP (em oposição ao adjetivo que atua como modificador atributivo, que se relacionaria com o NP e, por conjectura, estaria adjungido a esse nível), não nos parece adequado adotar proposta semelhante. Uma das razões para rejeitarmos essa análise refere-se a um fato já constatado anteriormente sobre o comportamento de construções depictivas em sentenças na voz passiva. (cf. seção 2.1.1.1 deste capítulo). Se os depictivos de objeto fossem diretamente adjungidos ao DP, como proposto pelos autores mencionados (vide representação em (74)), seria difícil explicar por que o DP resultante da adjunção não pode ocorrer como sujeito da voz passiva, posição que deveria poder abrigar um constituinte dessa categoria, vide (75).⁶⁵



(75) *[A pizza crua] foi comida pelo João. (agramatical na leitura depictiva)

Semelhantemente, se forem estendidas às construções depictivas orientadas a sujeito, as propostas de simples adjunção do depictivo ao DP não forneceriam uma explicação para a agramaticalidade de sentenças como (76) (considerando-se a leitura depictiva), na medida em que não haveria uma razão explícita para o DP formado após a adjunção ser barrado como sujeito dessas frases. Para raciocínio semelhante, ver Miotto, Silva & Lopes (2013: 104).⁶⁶

⁶⁵ Apesar da agramaticalidade da sentença passiva no exemplo em questão, Carreira (2008, 2015) faz notar que a possibilidade de constituição da sequência [DP AP] existe em frases como “[Esse bife cru] eu não como de jeito nenhum, mas [ele bem passado] eu comeria”, o que gera um aparente paradoxo de constituição (cf. Carreira, 2015: 103 — de onde retiramos o exemplo citado). No entanto, com base na discussão presente em Carreira (2008: 79–105), parece-nos que o fronteamto da sequência DP + AP está restrita a alguns contextos específicos, como o de foco contrastivo. Não tentaremos explicar esse tipo de dado neste trabalho, mas remetemos o leitor a Carreira (2008), que discute possibilidades de análise desse fenômeno.

⁶⁶ Também parece difícil explicar, sob a análise de adjunção do depictivo ao DP, a impossibilidade de pronominalização da sequência DP + depictivo (cf. *Eu comi a carne crua* vs. **Eu comi ela*, sendo a última frase agramatical na leitura depictiva), se o DP formado após a adjunção poderia, em princípio, estar sujeito aos mesmos processos que um DP qualquer. Remetemos o leitor a Carreira (2015) para discussão a esse respeito.

- (76) a. *[A Maria cansada] trabalhou.
b. *[O João bêbado] dirigiu o carro.

Desse modo, estamos excluindo a possibilidade de o depictivo de objeto estar adjungido ao DP. Vamos então considerar as projeções de T, *v* e V como os possíveis locais de adjunção da SC depictiva e analisar qual alternativa capta melhor os dados do português brasileiro. Para responder a essa questão, vamos partir das evidências apresentadas no trabalho de Foltran (1999).

Para determinar o local de adjunção do predicado secundário de objeto direto, Foltran (1999) utiliza evidências sintáticas apresentadas por Roberts (1988), como a anteposição do VP e a pseudo-clivagem. Conforme coloca a autora, os dados apresentados em (77), com predicados secundários de sujeito, são usados pelo autor como evidência de que esses depictivos estão dentro do VP no inglês (Foltran, 1999: 85).

- (77) ANTEPOSIÇÃO DO VP (INGLÊS)
a. John wanted to leave the room happy – and leave the room happy he did.
‘John queria deixar o quarto feliz – e deixar o quarto feliz e ele o fez’.
b. * John wanted to leave the room happy – and leave the room he did happy.
‘John queria deixar o quarto feliz – e deixar o quarto ele o fez feliz’.

(Roberts, 1988 apud Foltran, 1999: 85)

O comportamento desse tipo de construção diante da pseudo-clivagem (*Wh-clefting*) também é usado pelo autor como evidência para essa conclusão — os exemplos em inglês, com depictivos de sujeito, estão em (78).⁶⁷ O que os dados em (77) e (78) pretendem ilustrar é que o depictivo acompanha o VP quando esse sintagma é anteposto ou englobado pelo elemento *wh*. As sentenças agramaticais, portanto, revelariam que o depictivo não pode ser separado do VP nesses casos.

- (78) PSEUDO-CLIVAGEM (INGLÊS)
a. What John did was leave the room happy.
‘O que John fez foi deixar o quarto feliz’.

⁶⁷ Andrews (1982) utiliza testes de anteposição do VP, *though movement* e pseudo-clivagem do VP com sentenças no inglês e também conclui que o que estamos chamando aqui de predicado secundário de sujeito se encontra no âmbito do VP.

- b. *What John did happy was leave the room.
'O que John fez feliz foi deixar o quarto'.

(Roberts, 1988 apud Foltran, 1999: 85)

Foltran (1999) utiliza esse tipo de raciocínio como base para determinar o local de adjunção dos depictivos no português brasileiro. A respeito disso, Foltran afirma que alguns autores utilizam testes como os que foram apresentados como argumentos de que tanto o depictivo de objeto quanto o depictivo de sujeito fazem parte do VP; contudo, a autora defende que, no caso do português brasileiro, isso só pode ser dito com relação ao depictivo de objeto direto (cf. Foltran, 1999: 85).⁶⁸ Vamos apresentar aqui os dados elaborados pela autora com depictivos de objeto e reservar para a próxima subseção os dados com depictivos de sujeito apresentados por ela.

Partindo do pressuposto de que os testes de Roberts (1988) efetivamente levam em consideração o domínio do VP, Foltran (1999: 86) mostra, com as sentenças em (79), que o predicado secundário depictivo de objeto direto acompanha o verbo quando ocorre anteposição do VP:⁶⁹

(79) ANTEPOSIÇÃO DO VP (PB)

- a. Ele come a carne crua todos os dias e comê-la crua todos os dias, ele o faz.
b. *Ele come a carne crua todos os dias e comê-la todos os dias, ele o faz crua.
c. * Ele come a carne crua todos os dias e comê-la ele o faz.

(Foltran, 1999: 86)

A autora também testa o comportamento das sentenças do PB com relação à pseudo-clivagem, elaborando os dados em (80). O resultado corrobora a conclusão alcançada com os dados em (79).

(80) PSEUDO-CLIVAGEM (PB)

- a. O que a menina fez foi entregar o livro para a mãe aberto.
b. *O que a menina fez aberto foi entregar o livro para a mãe.

(Foltran, 1999: 86)

⁶⁸ Vê-se que as próprias glosas dos exemplos (77) e (78) mostram que as sentenças com predicado secundário de sujeito equivalentes do PB não são agramaticais.

⁶⁹ A sentença em (79c) é agramatical na leitura relevante.

Segundo Foltran (1999: 87), a proforma “o” em (80) engloba “entregar o livro para a mãe aberto”, e não apenas “entregar o livro para a mãe”, o que constitui mais uma evidência de que o predicado secundário de objeto direto está dentro do VP ou adjungido a esse nível.⁷⁰ Seguindo esse raciocínio, portanto, o nível de T ficaria descartado como local de adjunção para o depictivo de objeto direto, bem como o nível de *v*, se assumirmos que os testes utilizados tomam como alvo o VP.⁷¹

Em seu trabalho sobre o francês, Legendre (1997: 77–81) demonstra que o depictivo de objeto está mais abaixo que o depictivo de sujeito nessa língua. Recordemos que, para a autora, o depictivo de objeto está inserido dentro do VP, em adjunção a V'. Uma das evidências que a autora apresenta para chegar a essa conclusão é o teste de extração apresentado em (81), com estruturas coordenadas reduzidas.

(81) ESTRUTURAS COORDENADAS REDUZIDAS (FRANCÊS)

a. Pierre mange la viande crue et Marie aussi.

‘Pierre come a carne crua e Marie também’.

b. *Pierre mange la viande crue et Marie cuite.

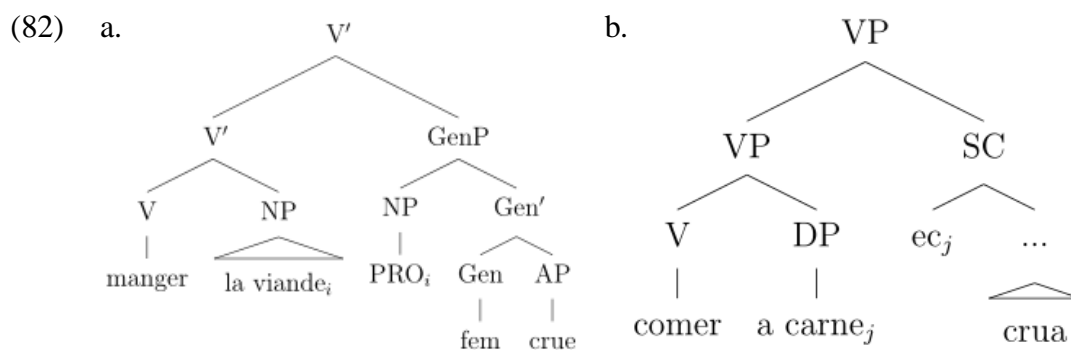
LIT.: ‘Pierre come a carne crua e Maria cozida’.

(Legendre, 1997: 80)

Legendre (1997) interpreta o resultado em (81) como evidência para a estrutura em (82a). A autora supõe que a categoria V possui uma projeção intermediária e que o sujeito da sentença seria gerado em [Spec, V]. Diante disso, o que o dado em (81) informa, segundo a autora, é que a *small clause* contendo o predicado secundário e seu sujeito estrutural não pode ser encalhada em testes que apagam todo o VP. A esse respeito, notamos que em uma proposta de representação sintática que considera o sujeito como gerado em *vP* e, portanto, toma o VP como a projeção contendo V e o objeto, o equivalente à estrutura proposta por Legendre (1997) seria (82b). Em outras palavras: se a *small clause* se adjunge à predicação primária após a formação do constituinte V + objeto, isso pode ser traduzido tanto como (82a) quanto como (82b), a depender do prisma teórico por trás das representações sintáticas em questão.

⁷⁰ Foltran (1999: 87) assume que o pronome *o* é uma proforma de VP e que ele retoma a sentença em dados como o seguinte: *Comer a carne crua foi o que o João fez* (retirado do texto da autora).

⁷¹ Além disso, em uma hipótese de adjunção do depictivo à projeção máxima VP (e não a uma projeção intermediária V'), teríamos de considerar que os fenômenos de extração apresentados operam sobre o VP formado após a adjunção, e não sobre o VP mais baixo.



(Ex. (82a) retirado e adaptado de Legendre (1997: 77))

Aplicando as evidências de Legendre (1997) ao português brasileiro, encontramos um resultado semelhante, segundo nosso julgamento. Embora a sentença em (83b) não seja exatamente agramatical (para alguns, aliás, a sentença não seria nem minimamente degradada, como para Carreira (2015: 107)), ela não nos parece perfeitamente boa ou natural, visto que depende de uma entonação específica, com uma pausa antes do predicado secundário.⁷² Assim, poderíamos concluir, com esses dados, que o predicado secundário de objeto está no âmbito do VP.

(83) ESTRUTURAS COORDENADAS REDUZIDAS (PB)

- a. A Maria comeu a carne crua e o João também.
 b. ?A Maria comeu a carne crua e o João cozida.

Carreira (2015: 107), no entanto, julga esse tipo de sentença em (83b) como gramatical e argumenta que dados como esses não seriam casos de elipse do VP, mas instâncias de elipse lacunar (*gapping*). Para comprovar esse ponto, o autor elabora a sentença em (84): o que esse dado estaria mostrando, conforme seu raciocínio, é que ele constitui um caso de apagamento do núcleo de V apenas (*gapping*), visto que o objeto direto e o predicado secundário não são apagados (cf. Carreira, 2015: 108).⁷³

⁷² Legendre (1997: 80) também afirma isso com relação à sentença (81b) do francês: para a autora, a frase em questão se torna aceitável com uma entonação pausada, o que reflete uma outra estrutura de deslocamento, em sua visão.

⁷³ Ressaltamos que, para o autor, sentenças como essas são gramaticais e que, portanto, constituem um desafio à sua proposta (de adjunção do depictivo ao DP) caso sejam, de fato, exemplos de elipse do VP. Isso se dá porque a análise de Carreira (2015) prevê sua agramaticalidade (cf. Carreira, 2015: 107–108).

(84) João comeu a carne crua e a Maria o peixe cru.

(Carreira, 2015: 108)

Assim, o autor hipotetiza que em sentenças como (83b) estaria ocorrendo, na verdade, o fenômeno de elipse lacunar em uma oração com objeto nulo. Para o autor, casos em que ocorre claramente elipse do VP seriam como os que estão exemplificados em (85). Com essas sentenças, o autor pretende demonstrar que o predicado secundário de objeto não resiste ao apagamento do VP e que, portanto, está mais encaixado nessa projeção verbal.⁷⁴

(85) ELIPSE DO VP (PB)

a. *O João vai comer a verdura crua e o Pedro vai cozida.

b. *Todos nós tínhamos comido a carne crua e não admitíamos que alguém tivesse __ cozida [~~comido a carne~~ (cozida)].

(Carreira, 2015: 108)

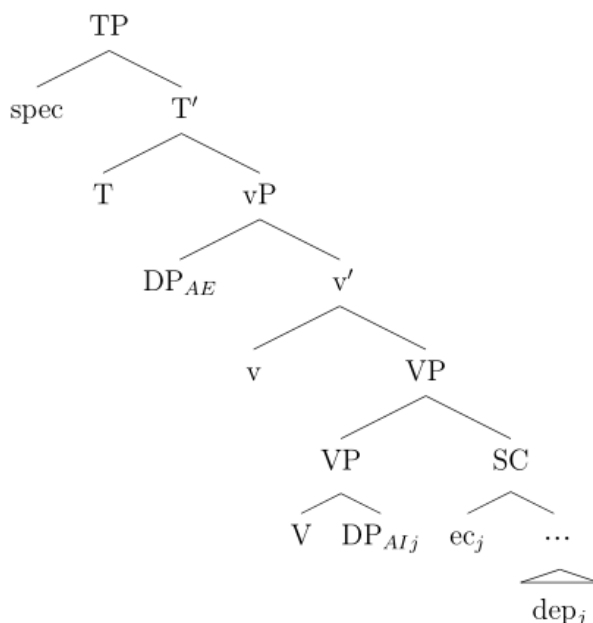
Diante de tudo o que foi exposto, gostaríamos de tecer algumas considerações e concluir essa subseção. Em primeiro lugar, notamos que parece haver aqui uma variação quanto aos julgamentos de algumas das sentenças do PB que foram apresentadas. Vemos que o ideal seria realizar uma pesquisa colhendo mais julgamentos dessas sentenças, que nos permitam tirar conclusões mais seguras a respeito do comportamento das construções depictivas de objeto diante de testes de extração do VP. Além disso, como já dissemos, julgamos necessário realizar futuramente um estudo mais aprofundado sobre a natureza dos processos de elipse para chegar a um resultado de que estejamos mais confiantes.⁷⁵ Por enquanto, vamos apenas assumir que a *small clause* depictiva de objeto direto se adjuge ao VP no PB em razão das evidências sintáticas discutidas e, posteriormente,

⁷⁴ Observamos que nós divergimos de Carreira (2015) quanto ao julgamento apresentado por ele para a sentença em (84). Segundo nossa intuição, o dado em questão parece degradado e seria avaliado por nós com uma interrogação. A sentença parece exigir uma entonação bastante diferenciada, marcada por pausas. Além disso, a leitura do adjetivo como modificador atributivo parece ser favorecida aqui. Estamos cientes, no entanto, de que mais falantes partilham do julgamento de Carreira para essa sentença.

⁷⁵ Vale também mencionar que nós ignoramos muitos outros aspectos acerca das derivações apresentadas, como o movimento e adjunção do verbo para *v*, a possibilidade de movimento do objeto direto (em algumas análises), a viabilidade da adjunção de uma *small clause* à projeção de VP, a comparação desse adjunto mini-oracional com outros adjuntos de VP (como os advérbios), entre outros. Acreditamos que tudo isso teria de ser levado em consideração em um estudo mais completo sobre essas construções.

verificaremos algumas consequências desse tipo de análise (ver Capítulo 3).⁷⁶ Assim, provisoriamente, poderíamos afirmar que a estrutura de uma sentença com esse tipo de construção pode ser a que se encontra em (86) (com “dep” representando o adjetivo depictivo).

- (86) SC DEPICTIVA DE OBJETO DIRETO EM SENTENÇAS TRANSITIVAS
(estrutura a ser detalhada e questionada no capítulo 3)



Em resumo, vimos nesta subseção algumas evidências sintáticas de que o predicado secundário de objeto direto faz parte do VP. Utilizamos os trabalhos de Foltran (1999) (que, por sua vez, toma por base Roberts (1988)) e Legendre (1997) para discutir alguns dados do PB que mostram que o predicado secundário se comporta como integrante dessa projeção verbal. Os testes mostrados aqui, retirados dos autores citados, foram os de anteposição do VP, pseudo-clivagem, estruturas coordenadas reduzidas e elipse do VP. Vimos também algumas ressalvas nossas com relação aos julgamentos de gramaticalidade de certas sentenças e comentamos a necessidade de um estudo mais detalhado sobre os testes apresentados, de modo que a hipótese de representação que apresentamos aqui teria de ser explorada de modo mais aprofundado em outros trabalhos.

⁷⁶ Indicamos de antemão que concluiremos, a partir da proposta de derivação desenvolvida no capítulo seguinte, que a análise da SC depictiva de objeto direto em termos de adjunção ao VP apresenta problemas, como questões relativas à economia derivacional e problemas de linearização da sentença (decorrentes da falta de c-comando entre a categoria vazia e o DP manifesto relevante). Dessa forma, defenderemos que a estrutura em (86) ou a análise apresentada no próximo capítulo sobre as construções depictivas de objeto direto devem ser revistas em trabalhos futuros.

2.2.2 *Small clause* depictiva orientada para sujeito: adjunção a *vP*

Nesta subseção, passamos a investigar o local de adjunção da *small clause* depictiva de sujeito. Para tanto, vamos analisar principalmente os argumentos e as evidências apresentados por Foltran (1999: 84–97), que defende que o depictivo do sujeito se adjunge ao IP. A partir dos dados apresentados pela autora e de outras considerações, vamos concluir que o depictivo de sujeito (i.e., a *small clause* contendo o depictivo) não se adjunge a IP, mas a *vP*.

Uma das evidências apresentada por Foltran (1999: 86) é o comportamento de construções depictivas de sujeito diante da anteposição do VP, como se vê em (87). Vimos anteriormente, com os dados em (77), que, no inglês, um depictivo de sujeito parece fazer parte do VP. No português brasileiro, no entanto, a situação é diferente. A autora afirma que embora o predicado secundário “feliz” seja retomado junto com “construí-la” pela proforma de VP em (87a), dando margem à interpretação de que o adjetivo faz parte desse VP, ele pode também não ser englobado por essa proforma, como mostra (87b) (Foltran, 1999: 88).

(87) ANTEPOSIÇÃO DO VP (PB)

- a. Maria disse que o João construiria a casa feliz e construí-la feliz, ele o fez.
- b. Maria disse que o João construiria a casa feliz, e construí-la ele o fez feliz.

(Foltran, 1999: 88)

Para a autora, isso indicaria que o predicado depictivo de sujeito não está dentro do VP, ainda que não constitua uma evidência definitiva para determinar sua posição correta. Além disso, os dados de pseudo-clivagem em (88) apresentados por Foltran mostram que o predicado secundário de sujeito pode não acompanhar o VP. Assim, as sentenças em (87) e (88) revelariam que o depictivo de sujeito não está contido nessa projeção, diferentemente do que ocorre com o depictivo de objeto.

(88) PSEUDO-CLIVAGEM (PB)

- a. O que o João fez foi sair zangado.
- b. O que o João fez zangado foi sair.

(Foltran, 1999: 88)

Foltran (1999: 89) ainda acrescenta, a respeito das sentenças em (89), que a proforma “o” só abrange o predicado principal (“construir” e “conduzir”).

- (89) a. Ele construirá a casa feliz se você não o fizer.
b. Ele conduzirá o trabalho furioso se você não o fizer.

(Foltran, 1999: 88)

Apesar de os testes mencionados apontarem para o fato de que o depictivo de sujeito não está no âmbito do VP, a autora afirma que eles ainda não permitiriam afirmar com segurança seu local de adjunção. Dessa forma, Foltran utiliza outras evidências, com base em Nakajima (1990), para determinar essa questão. Vamos apresentar duas delas.

A primeira delas advém de fenômenos de extraposição. Para a autora, os exemplos em (90) demonstram que o predicado secundário de sujeito estaria adjungido a IP, enquanto o predicado secundário de objeto estaria adjungido a VP. O raciocínio empregado pela autora, a partir de Nakajima (1990), é o seguinte: o depictivo de sujeito só poderia ocorrer à esquerda de uma relativa modificadora de sujeito extraposta, mas não à esquerda de uma relativa modificadora de objeto extraposta (vide (90b), que não é perfeitamente aceitável, mas seria pior que (90a), para a autora), enquanto não haveria esse tipo de restrição para os depictivos de objeto (cf. (90c) e (90d)); se o local de pouso do objeto extraposto é o VP, a agramaticalidade de (90b) estaria revelando que o predicado secundário de sujeito está acima dessa posição, pois se estivesse nesse nível, o elemento extraposto de objeto poderia aparecer à direita do depictivo, em adjunção (Foltran, 1999: 90).

- (90) a. ? Uma mulher chegou exausta, que disse ter pego um congestionamento terrível.
b. * Maria leu todas as mensagens ansiosa, que tinham chegado naquela tarde.
c. O gerente encontrou uns brinquedos quebrados, que não tinham passado pela revisão.
d. Eu encontrei uns livros rasgados, que tinham acabado de chegar pelo correio.

(Foltran, 1999: 90)

Outra evidência apresentada pela autora, também com base em Nakajima (1990), tem relação com a posição de advérbios de modo em construções de predicação

secundária. A autora parte da hipótese de que advérbios pertencentes à mesma classe semântica não podem ocorrer juntos em uma sentença quando estão posicionados na mesma categoria sintática, mas apenas quando estão em níveis sintáticos distintos, e também considera que os advérbios de modo e predicados depictivos podem ser enquadrados na mesma classe semântica (Foltran, 1999: 92).⁷⁷ Dito isso, a autora apresenta os dados a seguir e argumenta que a presença do advérbio de modo (no nível VP) não gera uma frase boa quando está junto com o depictivo de objeto (que também seria adjungido ao VP), mas resulta em uma sentença relativamente razoável quando ocorre junto com o depictivo de sujeito (cf. Foltran, 1999: 92).

- (91) #João comeu a carne crua rapidamente.
(92) ?João escreveu a carta ansioso rapidamente.

(Foltran, 1999: 92)

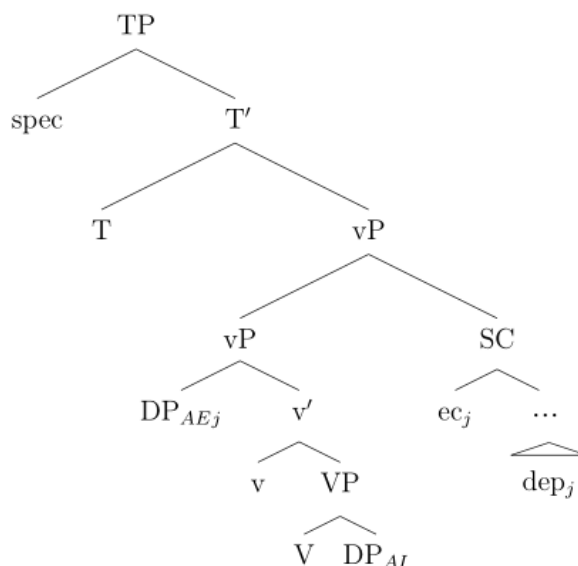
Apesar de a sentença em (92) não ser exatamente boa, segundo a avaliação da autora, sua aceitabilidade relativa poderia corroborar o entendimento de que o predicado secundário de sujeito não está no nível do VP, mas acima dessa projeção. Contudo, a autora faz uma ressalva com relação a esse teste, afirmando que a análise sintática do advérbio em português é uma questão complicada, difícil de ser examinada, uma vez que o advérbio pode ocupar várias posições nessa língua (Foltran, 1999: 92–93). Vale mencionar que a contraparte em inglês das sentenças que foram apresentadas nos dois últimos testes fornecem resultados mais claros e seguros.

Diante dos fatos apontados, Foltran (1999) defende que o mais lógico seria assumir que o depictivo de sujeito está adjungido à projeção máxima imediatamente acima do VP — que seria o IP, em sua análise (cf. Foltran, 1999: 90). A nossa postura é a de concordar com Foltran quanto à decisão de não adjungir o predicado secundário de sujeito ao VP, visto que esse predicado, de fato, não se comporta como estando no mesmo nível de adjunção que o depictivo de objeto. Contudo, se seguirmos a hipótese apresentada anteriormente de que a derivação da sentença se organiza em volta das projeções VP, vP, TP e CP (cf. (73)), vemos que a projeção máxima imediatamente acima do VP seria o vP, e não o TP. Nossa escolha, portanto, é a de adjungir a *small clause*

⁷⁷ Lembramos que a distinção entre depictivos e advérbios foi vista no capítulo anterior, na subseção 3.2.

depictiva de sujeito ao vP.⁷⁸ Assim, em nosso entendimento, a estrutura para a SC depictiva orientada para sujeito seria representada como ilustrado em (93).⁷⁹

- (93) SC DEPICTIVA DE SUJEITO EM SENTENÇAS TRANSITIVAS
(estrutura a ser detalhada no capítulo 3)



Nesta subseção, discutimos brevemente as seguintes evidências sintáticas retiradas de Foltran (1999) que mostram que o depictivo de sujeito não pertence ao nível de VP: anteposição do VP, pseudo-clivagem, fatos relativos à extraposição de objeto e considerações sobre a posição de advérbios de modo. Embora a autora tome os dados apresentados como evidência de que o depictivo de sujeito se adjunge ao IP, nós estamos reinterpretando essa análise e considerando que a adjunção da *small clause* depictiva de sujeito se realiza ao nível de vP. Ressaltamos, no entanto, que a questão da adjunção é um assunto a ser aprofundado em estudos futuros.

2.3 Uma previsão correta: *binding* em sentenças com objeto indireto

Nas subseções anteriores, chegamos às seguintes conclusões provisórias: as construções de predicação secundária de objeto envolvem uma *small clause* adjungida ao VP na oração matriz; as construções depictivas de sujeito envolvem uma *small clause* adjungida

⁷⁸ Poderíamos afirmar também que parece fazer sentido adjungir a SC de sujeito ao vP, que é uma projeção na qual é gerado o argumento (externo) do qual predica o adjetivo, se a SC de objeto é adjungida ao VP, que também é a projeção na qual é gerado o argumento relevante (interno). Assim, a escolha de adjungir o depictivo de sujeito ao TP (IP) causaria uma espécie de assimetria. Mas essa é apenas uma intuição nossa.

⁷⁹ Outra alternativa seria adjungir a *small clause* à projeção intermediária v', mas há razões para considerar que adjunção só ocorre a projeções máximas (cf. Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 184–196).

ao vP; em ambos os casos, a SC é formada por uma categoria vazia *ec* na posição de sujeito estrutural e pelo adjetivo na posição de predicado, de modo que essa categoria *ec* está coindexada com o argumento (na sentença matriz) do qual predica o adjetivo depictivo.⁸⁰

Nesta subseção, comentamos rapidamente um dado corretamente previsto pelas hipóteses que delineamos, relativo a sentenças bitransitivas que contêm um quantificador ligado a um pronome inserido em um depictivo de sujeito. Esse tipo de estrutura, na realidade, é apresentado no texto de You (2016), que discute dados do espanhol e propõe uma derivação diferente da nossa para construções depictivas: em sua análise, as construções de predicação secundária envolveriam uma estrutura de multidominância formada pela derivação paralela de dois planos de predicação (o da predicação matriz, PrP₁, e o da predicação secundária, PrP₂), que partilham de um argumento, sem se assumir a proposta de adjunção de uma mini-oração com PRO (You, 2016: 724–725).

Em seu texto, portanto, You (2016) pretende defender que a construção de predicação secundária no espanhol é gerada em um plano paralelo e distinto do plano da predicação primária. Uma evidência apresentada por You para argumentar a favor dessa hipótese está em (94). O raciocínio de You é o seguinte: assumindo-se, com Reinhart (1983), que um pronome tem que estar no domínio de c-comando de um quantificador para receber uma *bound reading*, a agramaticalidade de (94c) e (94d) seria resultante da ausência de ligação entre o quantificador “cada” e o pronome inserido no depictivo de sujeito (You, 2016: 733, 735).⁸¹ Como, para You (2016: 736), o depictivo de sujeito seria gerado em uma projeção independente, PrP₂, e o quantificador no objeto indireto estaria em outra projeção, PrP₁, e como os elementos de PrP₁ não podem c-comandar o elementos de PrP₂ nessa análise, segue-se que essa proposta conseguiria explicar a agramaticalidade de (94c) e (94d), ainda que o objeto indireto se mova para uma posição acima do local de origem do sujeito da oração matriz (cf. discussão em You, 2016: 735–736).

- (94) a. Marta le cantó a cada amigo el lied entusiasmada con el éxito.
‘Marta cantou a cada amigo o *lied* entusiasmada com o sucesso’.
- b. Juan le contaba a cada amiga la historia orgulloso del buen hacer.
‘Juan contava a cada amiga a história orgulhoso da boa ação’.

⁸⁰ Lembrando, novamente, que essa coindexação é estipulada e requer uma explicação.

⁸¹ A *bound reading* seria a interpretação segundo a qual a quantificação do DP se estenderia ao pronome, i.e., o pronome se comportaria como uma variável e passaria a se referir não apenas a uma entidade, mas a cada indivíduo denotado pelo DP quantificado.

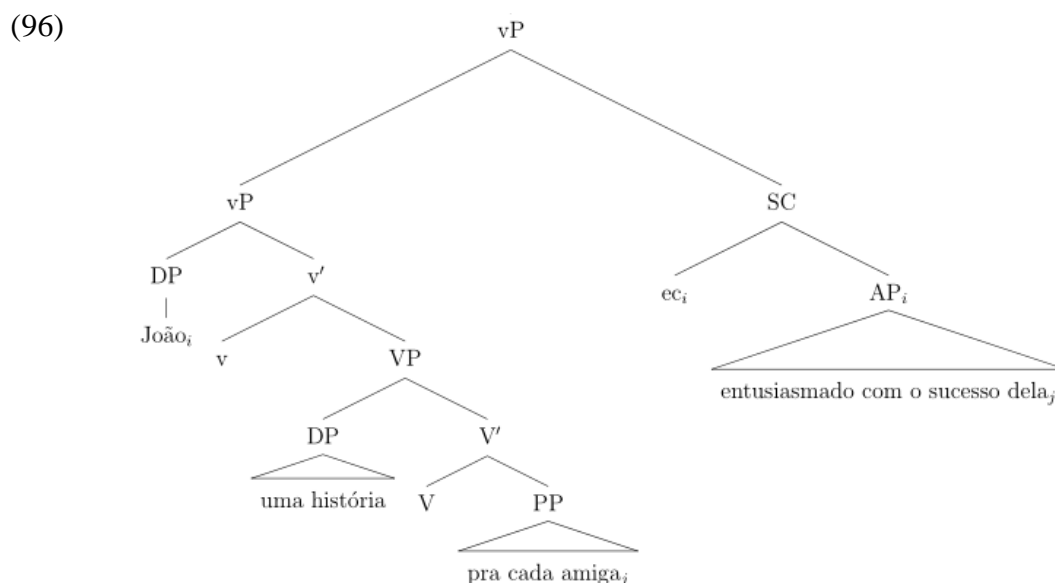
- c. ??Marta le cantó a cada amigo_i el lied entusiasmada con su_i éxito.
 LIT.: ‘Marta cantou a cada amigo_i o *lied* entusiasmada com seu_i sucesso’.
- d. ??Juan le contaba a cada amiga_i la historia orgulloso de su_i buen hacer.
 LIT.: ‘Juan contava a cada amiga_i a história orgulhoso da sua_i boa ação’.

(You, 2016: 735)

Com relação ao PB, vemos que as sentenças equivalentes a essas do espanhol parecem se comportar do mesmo modo, segundo nossa intuição e nossos julgamentos. Os dados em (95a) e (95b), sem um pronome no predicado secundário de sujeito, são gramaticais, mas os dados em (95c) e (95d), com um pronome no depictivo de sujeito ligado à expressão quantificada, são degradados se tentarmos forçar uma *bound reading*.

- (95) a. Maria contou uma história pra cada amigo entusiasmada com o sucesso.
 b. João contou uma história pra cada amiga entusiasmado com o sucesso.
 c. ?? Maria contou uma história [pra cada amigo]_i entusiasmada com o sucesso dele_i.
 d. ?? João contou uma história [pra cada amiga]_i entusiasmado com o sucesso dela_i.

Dentro da proposta de representação que estamos defendendo aqui, a degradação das sentenças em (95c) e (95d) também pode ser entendida como resultado da ausência de c-comando entre a expressão quantificada, no objeto indireto, e o pronome contido no depictivo de sujeito. Essa falta de c-comando decorre naturalmente da estrutura proposta para as construções depictivas de sujeito, como se vê em (96).



Assumindo-se que os argumentos em uma construção biargumental estão dispostos no âmbito verbal da maneira exemplificada e que o objeto indireto não se move da posição mais baixa, onde é gerado (embora os demais argumentos possam se mover), segue-se que o quantificador contido no PP não consegue c-comandar o pronome inserido no predicado secundário na SC adjungida a *vP*.⁸²

Para dar conta dos fatos do espanhol, You (2016) lança mão de uma série de pressupostos, como a formação de uma estrutura de multidominância, o mecanismo de *Merge* paralelo, entre tantos outros, que não precisam ser assumidos na proposta de análise que estamos defendendo aqui. Dessa forma, acreditamos que a representação em (96) não apenas prevê adequadamente os dados em (95), mas também o faz de modo mais simples do que o mecanismo apresentado por You (2016).⁸³

3. “Apêndice”: observações sobre outras possibilidades de orientação do depictivo no PB e de concordância

Além das sentenças que foram analisadas neste capítulo, com um depictivo orientado para sujeito e para objeto direto, há outras possibilidades de construções depictivas no PB que foram excluídas de nossos testes por uma questão de recorte. Seria pertinente que, em trabalhos futuros, fossem realizados testes com esses outros casos de construções depictivas. Trata-se das diferentes possibilidades de orientação que um predicado depictivo adjetivo parece permitir no PB. Gostaríamos de registrar essas construções a fim de acrescentarmos dados ao paradigma iniciado com trabalhos sobre essa língua, como os de Foltran (1999) e Carreira (2015), e a fim de contribuirmos para pesquisas futuras que estudem esse tipo de construção. Essas possibilidades de orientação do depictivo encontram-se em (97):⁸⁴

⁸² O desenvolvimento teórico que levou à representação de uma sentença bitransitiva dessa maneira, com o objeto indireto mais baixo do que o objeto direto (que, por sua vez, está abaixo do sujeito), pode ser visto em Hornstein, Nunes & Grohmann (2005: 92–110). Nessa estrutura, o verbo gerado em *V* se move e se adjunge a *v*, que posteriormente se move e se adjunge a *T*, e o sujeito da sentença se move para [*Spec*, *T*].

⁸³ O professor Jairo Nunes observou que essa não é uma conclusão óbvia. Gostaria de esclarecer, portanto, que, ao afirmar isso, estou pressupondo que o fato de You (2016) assumir muitos pressupostos adicionais contribuiria para a alegação de que sua proposta é mais complexa do que a desenvolvida nesse trabalho. Assim, é a esse aspecto que me refiro. No entanto, fica pendente para trabalhos futuros uma revisão mais detalhada e acurada do trabalho de You (2016).

⁸⁴ Os dados em (97e(ii)) e (97e(iii)) podem ser entendidos em termos de preposição inerente ou funcional, a depender da análise.

- (97) a. ORIENTADO PARA SUJEITO
- (i) João_i chegou exausto_i. (verbo inacusativo)
 - (ii) Maria_i vai trabalhar bêbada_i. (verbo inergativo)
 - (iii) Pedro_i escreveu uma carta sóbrio_i. (verbo transitivo)
- b. ORIENTADO PARA OBJETO DIRETO
- (i) João comeu a carne_i crua_i.
 - (ii) Pedro encontrou a Maria_i bêbada_i.
- c. ORIENTADO PARA O ARGUMENTO “ALVO” EM CONSTRUÇÕES BITRANSITIVAS
- (i) João deu um copo pra Maria_i bêbada_i.
 - (ii) João entregou um copo pra Maria_i bêbada_i.
 - (iii) A garota mostrou o boletim pro pai_i doente_i / cansado_i.
 - (iv) O garçom serviu uma bebida pra mulher_i (já) bêbada_i.
- d. ORIENTADO PARA ARGUMENTO INTRODUZIDO POR PREPOSIÇÃO (OUTROS CASOS)
- (i) João conversou com a Maria_i bêbada_i.
 - (ii) Pedro se lembra da Ana_i grávida_i.
 - (iii) Maria gostou do seu sanduíche_i quente_i.
- e. ORIENTADO PARA UM ARGUMENTO “LOCATIVO”
- (i) João colocou um copo na mesa_i bamba_i / trêmula_i.
 - (ii) Maria pendurou uma foto no suporte_i trêmulo_i.
 - (iii) João colocou um suco gelado na geladeira_i quente_i.
- f. ORIENTADO PARA UM ARGUMENTO IMPLÍCITO EM CONSTRUÇÕES PASSIVAS
- (i) ?Essa música foi cantada bêbado.
 - (ii) Essa música não pode ser cantada bêbado.
 - (iii) Essa música só pode ser cantada bêbado.
 - (iv) Esse poema tem que ser declamado nu.
- g. ORIENTADO PARA ARGUMENTO EM *BY-PHRASES* DE CONSTRUÇÕES PASSIVAS
- (i) Essa música foi cantada por eles_i bêbados_i.
 - (ii) Esse trabalho foi feito por ela_i cansada_i.

Com relação às sentenças em (97), é preciso fazer algumas observações.⁸⁵

Primeiramente, há o fato de que muitas das sentenças apresentadas foram construídas com base em dados presentes nos textos de Marušič, Marvin & Žaucer (2003) e Simpson

⁸⁵ Agradeço à professora Heloisa Salles, à professora Helena Guerra Vicente, à Bruna Moreira, ao professor Marcus Lungenho e ao professor Jairo Nunes por discutirem comigo várias das sentenças em (97) e por fornecerem julgamentos e sugestões de sentenças. Quanto a esses dados, observamos que nem todos são aceitos por quem consultamos (para alguns desses falantes, certos dados são verdadeiramente agramaticais, como os que se encontram em (97c, d, e, f)), de modo que eles refletem mais os nossos julgamentos particulares (a partir das sugestões recebidas) do que um consenso entre os falantes.

(2005). O leitor pode conferir, por exemplo, os dados do esloveno no exemplo (3) do texto de Marušič, Marvin & Žaucer (2003), de onde retiramos nossa ideia para os dados em (97c), (97d) e (97e) acima, e os dados do inglês no exemplo (32) de Simpson (2005: 89), de onde retiramos nossa ideia para os dados em (97f) e (97g), traduzindo algumas das sentenças elaboradas pela autora. Além disso, é preciso observar que outros dados com um depictivo orientado para um argumento introduzido por preposição funcional já foram apresentados nos trabalhos de Foltran (1999: 51–56, 165) e Carreira (2015: 45).

Ligada a esse ponto está a observação de que outras línguas, além do português, permitem que um depictivo seja orientado para um argumento em posições “atípicas”, i.e., um argumento que não aparece como sujeito ou como objeto direto do predicado principal, como ilustrado em (97c) a (97g). O citado trabalho de Marušič, Marvin & Žaucer (2003), por exemplo, apresenta sentenças no esloveno que permitem que um depictivo seja orientado para um objeto preposicionado, para um argumento locativo e para um objeto indireto (cf. Marušič, Marvin & Žaucer, 2003: 2).⁸⁶ No trabalho de Simpson (2005: 96–99), a autora apresenta dados que mostram que o warlpiri permite que argumentos dativos do verbo controlem um depictivo nessa língua. Pode-se dizer que essas línguas, que exibem depictivos orientados para um argumento “alvo” ou preposicionado, apresentam um desafio para teorias que levam em conta apenas os fatos de construções depictivas no inglês, que aparentemente proíbe que um depictivo seja orientado a argumentos nessas configurações (cf. seção 3.1, Capítulo 1 desta dissertação).

Com relação a dados como (97f) e (97g), que contêm sentenças na voz passiva com um depictivo orientado para um argumento “agente” (implícito ou não), notamos, a partir dos julgamentos que colhemos, que sua aceitabilidade parece aumentar com a presença de um auxiliar modal como “poder”, como sugere Simpson (2005: 89) a respeito de dados do inglês. A autora afirma que a sentença do inglês *This song can't be sung drunk*, que pode ser traduzida para o português como (97f(ii)), só é boa porque contém um modal que está sendo negado — de forma que a negação também melhora a aceitabilidade dessa sentença, segundo a autora (Simpson, 2005: 89). Essa sentença é contrastada por Simpson com os dados “*?The song was sung drunk*” e “*??The song was sung by them drunk*” (equivalentes às sentenças (97f(i)) e (97g(i)) do português, respectivamente) (Simpson, 2005: 89).

⁸⁶ Como o trabalho de Marušič, Marvin & Žaucer (2003) não é numerado, a página indicada resulta de uma numeração que nós fizemos, entendendo que a primeira página do artigo é a número 1.

Também é necessário fazer algumas ponderações sobre construções bitransitivas como (97c), nas quais há três participantes envolvidos na eventualidade descrita pelo predicado principal, que seleciona dois argumentos internos (cf. Harley & Miyagawa, a sair). Em primeiro lugar, cabe dizer que o predicado principal nessas sentenças (e nas outras também, naturalmente) deve ser interpretado como uma eventualidade que, do ponto de vista pragmático, possa coincidir de alguma forma com a eventualidade denotada pelo depictivo. Essa propriedade das construções depictivas já foi discutida na seção 2.3 deste trabalho. Acreditamos que esse seja o motivo de não soarem tão boas sentenças com outros verbos biargumentais, como ilustrado em (98), nas quais tentamos verificar se o depictivo “bêbada” pode ser orientado para o argumento preposicionado nesses casos.

- (98) a. *O garoto enviou uma carta pra irmã_i bêbada_i.
b. *O menino mandou um pacote pra mãe_i bêbada_i.

As sentenças em (98) parecem soar, no mínimo, um pouco degradadas para alguns falantes, de maneira que exigem que se imagine um cenário pragmaticamente difícil de cogitar de maneira natural. No caso dessas sentenças, parece difícil construir um cenário em que um participante esteja em um determinado estado (“bêbado”) quando tiver sido enviado (ou mandado) um determinado objeto para ele. Sentenças como (99), por outro lado, permitem que esse tipo de cenário seja mais facilmente construído, conforme nossa intuição e a de alguns falantes consultados, embora não sejam completamente boas.⁸⁷ Como dito, estamos supondo que a razão para a pior aceitabilidade dessas sentenças seja de outra natureza que não a (puramente) estrutural, como pragmática ou aspectual, por exemplo, mas estamos cientes de que outros fatores podem ser responsáveis pelas diferenças observadas.

- (99) a. ?João ofereceu uma carona pra Maria_i bêbada_i.
b. ?O professor ensinou matemática pra aluna_i bêbada_i.

O caso do verbo “dar” é complexo e também envolve essa nuance de significado. Quando esse verbo denota uma ação mais “pontual”, como em (97c(i)), a sentença com o predicado depictivo orientado para o alvo é boa, segundo nossa intuição e a de alguns

⁸⁷ Agradeço à Bruna Moreira por discutir comigo as ideias dessa subseção (e desse parágrafo, em especial).

falantes consultados.⁸⁸ No caso dessa sentença em particular, o falante consegue imaginar uma situação captada pela paráfrase “Maria estava bêbada quando João deu / entregou um copo para ela”, em que a eventualidade do depictivo pode coincidir com a do verbo “dar”, que denota uma ação que perdura por um curto período de tempo. Contudo, quando o verbo “dar” integra estruturas em que ele apresenta um significado diferente desse que foi apontado, os dados são um pouco degradados ou agramaticais, como mostra (100):⁸⁹

- (100) a. *O reitor deu uma bolsa de estudos pra aluna_i bêbada_i.
b. *O professor deu zero pra aluna_i bêbada_i.

Por outro lado, notamos que há construções em que o verbo “dar” parece se comportar como um verbo leve, como em (101), na qual a expressão “dar um abraço em (alguém)” funciona como sinônimo de “abraçar (alguém)”. Nesse tipo de sentença, o argumento introduzido pela preposição também pode ser modificado por um depictivo.⁹⁰

- (101) Pedro deu um abraço na Maria_i sóbria_i.

Concluindo as observações sobre os dados em (97), gostaríamos também de salientar que nem todas as sentenças em questão seriam classificadas como construções de predicação secundária segundo o entendimento deste trabalho. Por exemplo, no caso da sentença com o verbo “lembrar” em (97d(ii)), é possível que se entenda que toda a *small clause* contendo o depictivo e seu sujeito DP seja selecionada como complemento, de modo que esse argumento não receberia dois papéis temáticos. Além disso, pode ser que as sentenças em (97f) constituam casos de depictivos circunstanciais (em oposição aos depictivos em sentido estrito), à luz do que foi discutido brevemente na seção 3.4 do capítulo anterior. No caso dessas sentenças, também não parece apropriado afirmar que elas possam ser parafraseadas por meio do conectivo “quando”, como ocorre geralmente com as construções depictivas (cf. seção 2.3, Capítulo 1). Em suma, a questão é que

⁸⁸ Agradeço ao Julio Barbosa e ao Rafael Minussi por dividirem comigo algumas considerações sobre a aceitabilidade de sentenças com o verbo “dar”, na acepção de (97c(i)). Os referidos colegas me atentaram para o fato de que esse tipo de sentença não é gramatical para eles, de modo que teriam de realizar um grande esforço para construir um cenário aceitável para esse tipo de dado. Mais uma vez, portanto, estamos diante de dados que não são julgados da mesma forma pelos falantes consultados.

⁸⁹ Procuramos explicar nossa intuição a respeito desses dados e das outras sentenças nesta subseção de modo bastante informal, sem recorrer aos trabalhos que estudam com mais profundidade a questão das categorias aspectuais, como Vendler (1967), Verkuyl (1972), entre tantos outros. Contudo, estamos cientes de que refletir sobre o aspecto em construções depictivas nos proporcionaria uma descrição mais correta dos dados apresentados.

⁹⁰ Esse tipo de sentença poderia ser analisada em termos da noção de Caso inerente.

quisemos apresentar os dados em (97) apenas para exemplificar diversos contextos em que um depictivo pode aparecer, independentemente da análise que essas sentenças poderiam receber. Um estudo mais detalhado sobre esses dados seria proveitoso.

Para finalizar essa subseção, gostaríamos de listar também algumas possibilidades de concordância do depictivo com seu sujeito. Vamos focar em exemplos com depictivos orientados para objeto direto. O português brasileiro é uma língua interessante sob o ponto de vista desse fenômeno, visto que a relação de concordância entre o depictivo e o seu sujeito (geralmente) possui reflexos morfológicos nessa língua, diferentemente do que ocorre no inglês. A respeito disso, Carreira (2008: 40) apresenta o seguinte paradigma, que mostra que o predicado depictivo concorda, em gênero e em número, com a expressão nominal a que se refere:

- (102) a. O Pedro comeu o feijão cru.
b. O Pedro comeu os feijões crus.
c. O Pedro comeu a carne crua.
d. O Pedro comeu as carnes cruas.

(Carreira, 2008: 40)

Poderíamos dizer que os dados em (102) são exemplos canônicos do PB, nos quais o depictivo aparece posposto ao DP a que se refere, exibindo um padrão de concordância marcada, de gênero e número. Contudo, existe também a possibilidade de o depictivo aparecer anteposto ao DP na sentença e a possibilidade de o depictivo não apresentar marcas morfológicas de concordância ditas canônicas. Isso está ilustrado nos dados em (103), a seguir, elaborados por nós com o objetivo de adicionar sentenças ao paradigma em (102). Os dados em (103a) a (103d) exibem padrões de concordância de gênero e número entre o DP e o depictivo anteposto; os dados em (103e) e (103f) exibem apenas a concordância de gênero entre o depictivo anteposto e o DP; e os dados em (103g) a (103k) exibem dados em que não há concordância de gênero entre o depictivo e o DP, geralmente agramaticais na língua.^{91,92}

⁹¹ Vale observar que o julgamento das sentenças (103g) e (103k) varia entre os falantes consultados. Para algumas pessoas, as sentenças são boas (cf., por analogia, *Desce redondo a cerveja* e *A cerveja desce redondo*); para outras, são agramaticais ou um pouco degradadas.

⁹² Agradeço ao professor Marcus Lunguinho pela seguinte observação: a partir dos dados em (103), podemos concluir que os diferentes julgamentos de aceitabilidade parecem ter relação com os traços- ϕ do depictivo, no sentido de que os dados agramaticais revelam que a incompatibilidade de traços de gênero entre o depictivo e o DP, em oposição à compatibilidade de traços de número, é o que estaria por trás da degradação dessas sentenças. O professor também fez uma observação (na qual eu não havia pensado antes)

- (103) a. O Marcos comeu cruas as carnes.
b. O Marcos comeu crus os feijões.
c. O Marcos comeu crua a carne.
d. O Marcos comeu cru o feijão.
e. O Marcos comeu crua as carnes.
f. O Marcos comeu cru os feijões.
g. ?O Marcos comeu cru a carne.
h. *O Marcos comeu crua o feijão.
i. *O Marcos comeu crus as carnes.
j. *O Marcos comeu cruas os feijões.
k. ?O Marcos comeu cru as carnes.

Por fim, gostaríamos de registrar algumas possibilidades de concordância entre um depictivo e dois DPs objetos coordenados. Trata-se dos dados reunidos por nós em (104), a seguir. Sobre esse tópico, é preciso observar que essas sentenças exigem um estudo mais detalhado a respeito de sua aceitabilidade e da possibilidade de interpretação do depictivo em cada caso (i.e., se o depictivo está semanticamente orientado para um único DP ou se está orientado para os dois DPs coordenados). Em todo caso, decidimos incluir esses dados aqui sem nos aprofundar na semântica dessas construções e seguir nossa intuição de falantes quanto à avaliação da gramaticalidade das sentenças. Nosso objetivo é apenas o de apresentar dados de concordância que possam contribuir para pesquisas futuras a respeito da relação entre depictivos e DPs coordenados.⁹³ Os dados a seguir exibem DPs com um conjunto de traços- ϕ diferentes:

- (104) a. Eu tomei a água e o suco frios.
b. Eu tomei frios a água e o suco.
c. Eu tomei a água e o suco frio.
d. Eu tomei frio a água e o suco.
e. *Eu tomei a água e o suco frias.
f. *Eu tomei frias a água e o suco.
g. *Eu tomei a água e o suco fria.
h. Eu tomei fria a água e o suco.

de que esse fato poderia nos levar à proposta de Legendre (1997), que postula a presença da categoria Gender nas construções depictivas.

⁹³ Foltran (1999: 74) também trata de depictivos e DPs coordenados em seu texto, afirmando que na sentença “Ele tomou o chá e o café quente” o depictivo estaria orientado apenas ao segundo DP. Não concordamos com o julgamento da autora a respeito dessa sentença, visto que o depictivo pode estar orientado para os dois DPs segundo nossa intuição. Contudo, é possível que esse seja apenas um julgamento nosso, particular, não partilhado com outros falantes. De todo modo, isso sinaliza para a necessidade de trabalhos futuros colherem mais julgamentos a respeito desse tipo de sentença.

Questões interessantes podem ser levantadas a respeito dos dados em (104) e de dados que eventualmente verifiquem as possibilidades de concordância com coordenação de DPs com o mesmo conjunto de traços- ϕ . Considerando os dados (104a) e (104b) como os casos canônicos desse tipo de construção, poderíamos investigar que estratégias de concordância o PB mobiliza para que o depictivo exiba o traço plural diante de DPs com traço de número singular. Quanto aos casos não canônicos, seria pertinente verificar se os dados (104c) e (104h) envolvem casos de *first conjunct agreement* e *second/last conjunct agreement* (cf. Munn, 1999; Bošković, 2009; entre outros), por exemplo. Também seria interessante investigar se o depictivo no dado em (104d) representaria um caso de ausência de concordância, se seria um caso de concordância *default*.⁹⁴ Enfim, o horizonte de pesquisas que podem ser desenvolvidas a partir desses dados parece fértil.

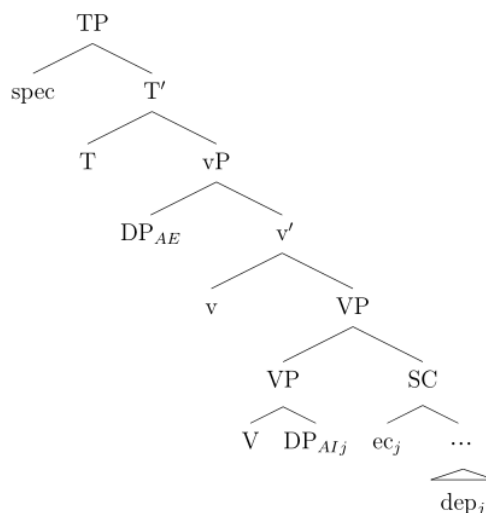
Para finalizar esta seção, ressaltamos que os dados expostos aqui foram incluídos neste capítulo, que versa sobre a sintaxe dos depictivos no PB, para que novas possibilidades de estudos dessas construções sejam suscitadas. Também ressaltamos que seria proveitoso aplicar os testes apresentados neste capítulo a essas novas sentenças com depictivos, o que não fizemos por limitações de tempo e de recorte.

4. Conclusões parciais

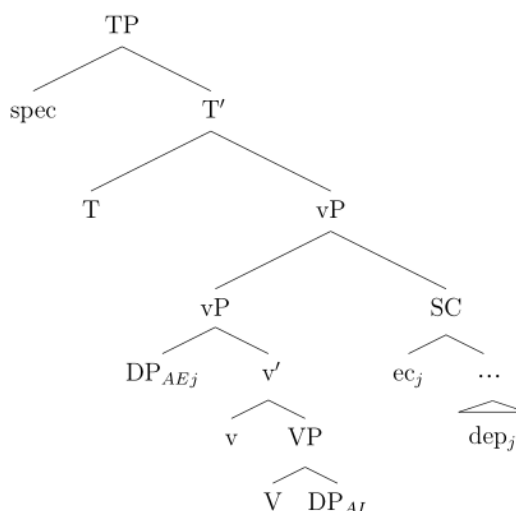
Neste capítulo, discutimos a representação sintática das construções depictivas no PB. Concluímos que as sentenças com depictivo orientado a objeto direto e as sentenças com depictivo orientado a sujeito podem, em princípio, ser representadas como (105) e (106). Chegamos a esses resultados procurando responder a algumas questões acerca da sintaxe dessas construções no PB, formuladas no início da seção 2. A primeira questão formulada foi: (i) o DP (manifesto) e o depictivo formam um constituinte? Para responder a essa questão, partimos de evidências de voz passiva e testes de clivagem, retirados de Legendre (1997) e adaptados do francês ao português, e de fatos relativos à possibilidade de inversão da ordem de constituintes no PB. Concluímos, a partir dos dados apresentados, que o DP e o depictivo não formam um constituinte — pelo menos não no sentido que um DP forma um constituinte com um modificador atributivo.

⁹⁴ Agradeço ao professor Marcus Lunguinho pelas considerações desse parágrafo, feitas por ele na ocasião do meu exame de qualificação, e por apontar as possibilidades de análise que foram descritas.

- (105) SC DEPICTIVA DE OBJETO DIRETO EM SENTENÇAS TRANSITIVAS
(estrutura a ser detalhada e questionada no capítulo 3)



- (106) SC DEPICTIVA DE SUJEITO EM SENTENÇAS TRANSITIVAS
(estrutura a ser detalhada no capítulo 3)



A segunda pergunta a que nos dirigimos foi: (ii) o depictivo e o seu sujeito estrutural formam um constituinte (ou seja, uma *small clause*)? Com base no texto de Legendre (1997) e em suas conclusões sobre o francês, vimos que os fatos de concordância, a distribuição de pronomes e anafóricos, as sentenças com a expressão anafórica “uns... os outros” e as construções depictivas envolvendo o quantificador “ambos” nos levam a concluir que o depictivo no PB forma, sim, um constituinte SC com uma categoria vazia (*ec*), que é seu sujeito estrutural e está coindexado com o DP que controla o depictivo.⁹⁵ Não discutimos ainda a categoria da SC e os detalhes de sua

⁹⁵ Estipulando-se a coindexação.

estrutura interna, mas vimos que nossa argumentação depende de essa SC ser considerada um domínio, no sentido relevante para a Teoria de Ligação. De fato, é possível considerá-la um domínio se adotarmos a definição apontada em (107) (repetição de (41)).

(107) DOMÍNIO (REFORMULADO)

A categoria regente (GC) de α é o Complexo Funcional Completo (CFC) mínimo que contém α e um regente de α e no qual a condição de ligação de α poderia, em princípio, ser satisfeita.

(Chomsky & Lasnik, 1995: 102)

Com base nisso, a *small clause* poderia ser considerada um domínio. De forma mais simplificada, poderíamos também usar a definição de domínio como “o menor XP com um sujeito que contém o DP”, enunciada em Sportiche, Koopman & Stabler (2014), o que também serviria aos nossos propósitos e descreveria corretamente os dados do PB.

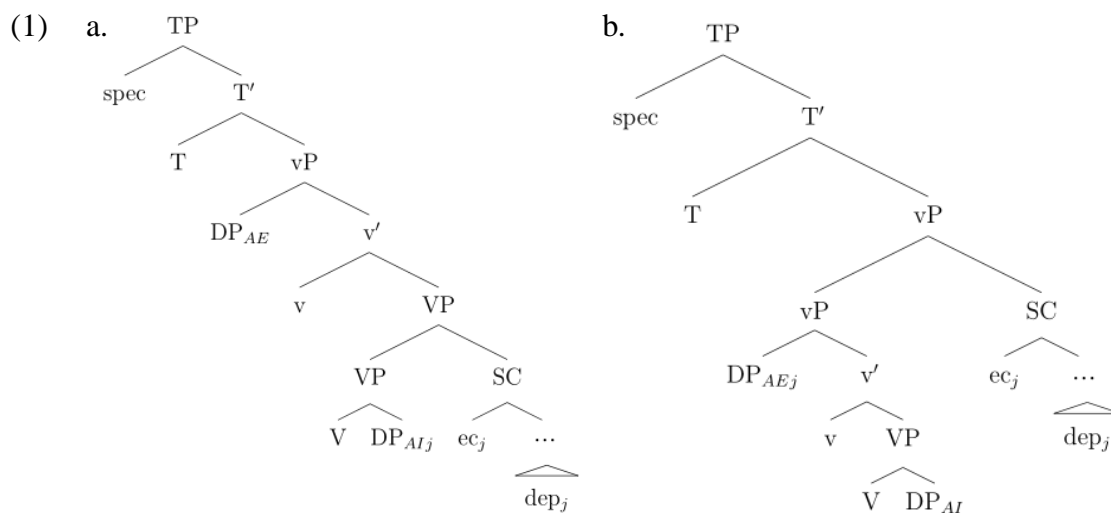
A terceira questão que procuramos responder foi a seguinte: (iii) a que categoria a mini-orção contendo o depictivo está adjungida? Recorremos ao texto de Foltran (1999) como a principal fonte para responder a esse questionamento. Nesse momento, assumimos que a *small clause* depictiva de objeto direto estaria adjungida ao VP. Nesse ponto, concordamos com Foltran (1999), que também toma esse nível como o local de adjunção do depictivo de objeto direto. No entanto, sinalizamos que, no próximo capítulo, questionaremos essa conclusão quanto à SC depictiva de objeto. Com relação ao depictivo de sujeito, por sua vez, nós divergimos da autora: Foltran (1999) considera que seu local de adjunção seria o IP, enquanto nós sugerimos que seria o nível do *vP*.

Em seguida, mencionamos outras possibilidades de orientação de um depictivo no PB, que podem ser exploradas futuramente. No próximo capítulo, partimos da hipótese de que as representações em (105) e (106) estão seguindo o caminho correto e discutimos uma proposta de análise dessas construções, procurando detalhar a estrutura interna das SCs, a derivação dessas sentenças e os mecanismos de concordância aí envolvidos.

Capítulo 3

Construções depictivas: concordância e esboço de derivação

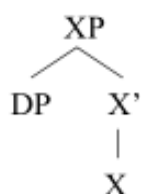
Nos capítulos anteriores, muitos aspectos das construções de predicação secundária depictiva foram abordados, incluindo uma ampla caracterização dessas estruturas e uma discussão sobre as noções de “predicação” e “predicação secundária” (Capítulo 1). Tendo realizado esse tipo de recorte e uma descrição do fenômeno, nós nos dedicamos a investigar a sintaxe dessas construções, com o objetivo de identificar as representações estruturais adequadas para as predicações depictivas (Capítulo 2). Chegamos à conclusão provisória de que as estruturas em (1a) e (1b) a seguir representariam as construções de predicação secundária de objeto direto e de sujeito, respectivamente:



Alcançamos esses resultados por meio do estudo de dois tópicos acerca dessas construções: (a) a questão de haver ou não a formação de um constituinte *small clause* englobando o predicado depictivo e o seu sujeito estrutural; e (b) a questão do local de adjunção da SC depictiva. Vimos que, de fato, há um constituinte SC (do tipo [*ec AP*]) nessas construções e que os níveis de adjunção dos dados discutidos podem ser tomados como o VP (para as SC depictivas de objeto) e o vP (para as SC depictivas de sujeito). No entanto, no capítulo anterior, nós também mencionamos uma terceira questão, que ainda não nos propusemos a responder: (c) a relação de predicação secundária é

estabelecida no interior de uma projeção funcional? Ou seja, o sujeito estrutural da *small clause* está na posição de Spec da projeção máxima do núcleo predicador, vide (2a), ou existe uma categoria funcional (F) realizando a mediação da relação de predicação, com o sujeito em seu Spec e o XP predicativo como complemento, vide (2b) (cf. Bowers, 2001: 301)?

(2) a.

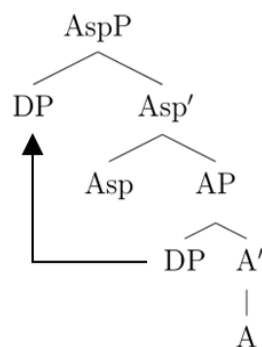


b.



A questão em (c) nos leva a refletir sobre a estrutura interna das *small clauses* depictivas e sobre sua categoria. Respondendo a essa questão, vamos adotar uma espécie de proposta que conjuga as duas possibilidades em (2) para analisar as SCs. Vamos considerar que o DP é gerado no interior de uma projeção lexical AP (como na análise de Stowell), vide (2a), mas também vamos assumir que esse AP é selecionado por uma categoria funcional Asp, de forma que o DP vai se mover para [Spec, Asp] (conformando-se à estrutura em (2b), por assim dizer). Por esse motivo, essa proposta de análise pode ser considerada híbrida, por unir as duas possibilidades apontadas em (2): ela envolve uma projeção lexical na qual o DP é gerado e também envolve uma categoria funcional, que seleciona esse AP. Em resumo, a estrutura que vamos propor para as SCs é a que se encontra em (3).

(3)



Neste capítulo, nosso objetivo é tentar propor uma derivação das construções depictivas de sujeito e de objeto a partir das representações em (1) e da estrutura da SC depictiva proposta em (3). Mais especificamente, queremos discutir como ocorre a valoração de traços- ϕ (i.e., a concordância) nessas sentenças e como ocorre a dupla

atribuição de papel temático ao DP que é o argumento partilhado nessas sentenças. Dito isso, este capítulo está organizado do seguinte modo. Na primeira seção, apresentamos os nossos pressupostos teóricos relativos à derivação de uma sentença, que são os pressupostos minimalistas. Na segunda seção, tratamos especificamente da derivação de sentenças depictivas e da valoração de traços- ϕ , tendo por base o quadro teórico apresentado e as hipóteses que estamos assumindo neste trabalho. Nessa segunda seção, vamos mostrar que a proposta para a derivação de construções depictivas de sujeito não apresenta maiores problemas; em contrapartida, veremos que a tentativa de derivar as construções depictivas de objeto apresenta problemas e deve, assim, ser revista em trabalhos futuros. Na terceira seção, concluímos o capítulo, fazendo um resumo do que foi visto nele.¹

1. Pressupostos teóricos: Minimalismo

Neste capítulo, desejamos propor (ou tentar propor) uma derivação para as sentenças depictivas que esteja em conformidade com o quadro geral do Minimalismo, concebido e reformulado a partir de Chomsky (1995, e trabalhos subsequentes). Até o momento, nós tratamos das sentenças depictivas e das evidências sintáticas que nos levaram a determinar sua representação estrutural sem esclarecer os pressupostos teóricos subjacentes à exposição que foi desenvolvida, restringindo-nos a clarificar apenas alguns pontos mais cruciais para a argumentação — por exemplo, quando tivemos de enunciar os fundamentos da Teoria de Ligação antes de apresentarmos os dados relativos a essa teoria ou quando explicamos de modo simplificado o “esqueleto” da derivação de uma sentença dentro do viés minimalista antes de discutirmos o local de adjunção das predicções depictivas. Em outros momentos, também mencionamos noções e tratamentos teóricos (e.g., a exposição sobre abordagens de “predicação” no Capítulo 1, a menção ao Critério Temático, etc.) para sinalizar de antemão ao leitor alguns pontos importantes para o tema da predicação.

Optamos conscientemente por não explicitar antes os nossos pressupostos teóricos por três razões: porque nós presumimos que o leitor deste trabalho possuísse algum conhecimento prévio sobre a teoria gerativa estudada nas últimas décadas, de modo que

¹ Agradeço à professora Helena Guerra Vicente e à Bruna Moreira pela leitura de uma versão preliminar do presente texto e por seus comentários atentos. Agradeço ao professor Marcus Lunguinho e ao professor Julio Barbosa pelas discussões sobre a estrutura das SCs e sobre concordância, de onde retirei muitas das ideias que estão apresentadas neste capítulo. Por limitações de tempo, não pude desenvolver adequadamente boa parte das recomendações dadas por eles.

ele poderia acompanhar a discussão realizada sem grandes dificuldades; porque vários dos trabalhos citados até agora foram desenvolvidos em um período anterior ao minimalismo (e.g., a era GB), mas ainda possuem intuições e análises valiosas, de forma que não quisemos realizar um grande confronto teórico entre os autores apresentados e essa perspectiva mais recente da teoria gerativa (embora tenhamos feito isso em alguns momentos); por fim, por uma questão de organização: como trataremos da derivação de sentenças depictivas neste capítulo, julgamos adequado apresentar aqui o funcionamento geral da derivação dentro do quadro minimalista.

Feitos esses esclarecimentos, podemos partir para a apresentação dos aspectos do quadro minimalista que são relevantes para esta dissertação. Esta seção está dividida da seguinte maneira. Na subseção 1.1, abordamos os pressupostos gerais assumidos dentro do Minimalismo, detalhando a concepção de linguagem e de derivação subjacentes à nossa discussão. Na subseção 1.2, tratamos das noções relativas à arquitetura do sistema, explicando as operações disponíveis no sistema computacional. Ainda nessa subseção, abordamos a possibilidade de *sideward movement* (movimento lateral), o que será importante para este trabalho. Na subseção 1.3, versamos sobre as categorias funcionais, sobre os tipos de traços não-interpretáveis e sobre a noção de fase. Na subseção 1.4, detalhamos o mecanismo de *Agree*, exemplificando como ocorreria uma derivação que faz uso dessa operação. Por fim, na subseção 1.5, abordamos a questão da atribuição de papel temático e apresentamos as hipóteses que estamos assumindo quanto ao estabelecimento das relações temáticas. Excetuando o entendimento acerca da noção de movimento e a concepção acerca das relações- θ (que serão explicados em detalhes), nossos pressupostos seguem basicamente os textos de Chomsky (2000, 2001 e 2004).

1.1 Background e pressupostos gerais

Chomsky assume que existe uma Faculdade da Linguagem (FL), entendida como um componente do cérebro humano, um “órgão”, dedicado à linguagem (Chomsky, 2000: 89–90). Conforme Chomsky, a Faculdade da Linguagem possui um estado inicial, S_0 , determinado geneticamente, a partir do qual se desenvolvem os estados que FL pode assumir, sob influências de um ambiente linguístico (Chomsky, 2000: 90). Cada estado de FL é uma possível Língua(-I) L, ou seja, uma especificação de S_0 com parâmetros valorados, de forma que S_0 é um estado em que os parâmetros não estão marcados quanto

ao seu valor (Chomsky, 2004: 104).² Chama-se Gramática Universal (GU) a teoria do estado inicial S_0 ou, simplesmente, S_0 . Uma língua (uma gramática particular) é entendida como um estado atingido por FL, i.e., L.

Segundo o autor, L é tomado como um sistema cognitivo que possui informações sobre som, significado e organização estrutural; os sistemas de performance, que são externos à FL, mas internos ao indivíduo, acessam as informações fornecidas por L por meio de *níveis de interface* (IL) (Chomsky, 2000: 90; 2001: 1). Os sistemas de performance estão subdivididos em dois tipos: sistema sensorio-motor (SM) e sistema conceitual-intencional (C-I); assume-se que esses dois tipos de sistema acessem níveis de interface distintos (Chomsky, 2000: 91; Chomsky, 2004: 91).

L gera expressões do tipo $Exp = \langle Phon, Sem \rangle$, internas à mente, de modo que Phon fornece informações (de “som”) para SM e Sem provê informações (de “significado”) para C-I (Chomsky, 2000: 91). Conforme o autor, teorias de PF e LF procuram investigar e explicitar a natureza de Phon e Sem, respectivamente (Chomsky, 2000: 91).³ Para que FL, o órgão da linguagem, seja utilizada, ela tem de satisfazer o que Chomsky chama de “condições de legibilidade”: os sistemas de performance devem ser capazes de acessar as expressões geradas por L nas interfaces, para que possam ler essas expressões e utilizá-las como “instruções” (Chomsky, 2000: 94).

Conforme Chomsky (2000: 95), se Exp é legível em um nível de interface, contendo apenas informações que os sistemas externos podem utilizar, diz-se que a computação dessa expressão *converge* nesse nível de interface, mas caso Exp não seja legível, sua computação *não converge* (em inglês, *crash*). O autor supõe, ainda, que apenas certos traços são legíveis nas interfaces: são os chamados *traços interpretáveis*. Os traços que não são legíveis em IL são chamados *traços não-interpretáveis*. Desse modo, pode-se dizer que uma expressão só converge em um nível de interface se ela possuir traços interpretáveis (Chomsky, 2000: 95). Neste trabalho, nosso interesse reside na convergência de Exp em LF.

Dentro do projeto minimalista, uma questão fundamental que se deseja estudar, segundo Chomsky, é a seguinte: em que medida FL é uma solução ótima para as condições de legibilidade, que podem ser compreendidas como especificações de *design* impostas pelos sistemas externos, fornecendo representações legíveis nos níveis de interface (cf. Chomsky, 2000: 97; 2001: 1)? Em outras palavras, quão bom seria o *design*

² Lembramos aqui que o Programa Minimalista se insere no modelo de Princípios e Parâmetros.

³ “Procuram investigar e explicitar” é nossa tradução para “seek to spell out” (Chomsky, 2000: 91).

de FL (Chomsky, 2000: 92)? Aceitando a hipótese de que a linguagem é, de fato, uma solução ótima para tais condições (e essa hipótese seria a *tese minimalista mais forte*), Chomsky (2000: 96, 99) assume que o procedimento gerativo envolveria certas condições de economia, que estão refletidas em alguns princípios presentes nesse quadro, tais como: aquilo que Hornstein, Nunes & Grohmann (2005: 7–8) denominam *princípios de economia metodológica*, como “menos é melhor” (e.g. é melhor que haja apenas uma relação primitiva do que duas, se possível); e o que os autores chamam de *princípios de economia substantiva*, que incluem condições de menor esforço, a eliminação de elementos desnecessários à derivação (e.g., passos derivacionais supérfluos), o fato de que operações só são permitidas se houver razão para que elas sejam aplicadas, a ideia de que movimentos curtos são preferíveis a movimentos longos, a hipótese de que o Princípio de Interpretação Plena se sustenta, a valorização de maneiras de se reduzir o *search space* da computação, entre outros (cf. Chomsky, 2000: 99).⁴

Nesse quadro, Chomsky (2000: 100; 2001: 10) estipula que a Faculdade da Linguagem disponibiliza um conjunto de traços F e um procedimento computacional para a linguagem humana, C_{HL} , capaz de acessar os traços em F. Uma língua L particular é formada a partir desses traços, que são propriedades linguísticas. L é tomada como um procedimento derivacional que mapeia F a {Exp}, sendo {Exp} equivalente a {PF, LF} (Chomsky, 2001: 10). Uma vez que L seleciona de F um conjunto de traços específico, {F_L}, esses traços são, então, reunidos em itens lexicais (LI) de um léxico (Lex) dessa língua, constituindo-se, a partir disso, uma forma de configuração paramétrica (cf. Chomsky, 2001: 10). Quando entram na computação, os itens lexicais são tomados como unidades (Chomsky, 2001: 10).

Os itens lexicais, segundo Chomsky (2001: 10), são formados minimamente por três tipos de traços: traços fonológicos, traços semânticos e traços formais. Os traços fonológicos fornecem instruções para a interface sensorio-motora, gerando, portanto, uma representação em PF (cf. Chomsky, 2000: 91; 2001: 10). Os traços semânticos, por sua vez, fornecem instruções para C-I e são interpretados em LF, cuja computação é chamada

⁴ Nesse raciocínio, segundo afirma Chomsky, deseja-se também eliminar níveis que não sejam os níveis de interface e preservar a Condição de Inclusividade (*Inclusiveness Condition*) e a teoria de *Bare Phrase Structure* (Chomsky, 2001: 2–3). Com isso, Chomsky explica que não deve haver, ao longo da derivação, a introdução de novos elementos, como índices, vestígios, categorias sintáticas ou níveis-barras (Chomsky, 2001: 2–3). No entanto, vamos continuar utilizando representações arbóreas contendo rótulos, índices, vestígios, categorias sintáticas e projeções de nível barra por uma questão de conveniência. Desse modo, vamos representar o movimento de um argumento por meio da utilização de um vestígio (*t*) coindexado com o DP localizado na posição para a qual esse argumento se move.

narrow syntax (Chomsky, 2001: 7, 10), que também acessa os traços formais ao longo da derivação (Chomsky, 2001: 10).

Supõe-se que os traços fonológicos são, em sua maioria (ou em sua totalidade), não-interpretáveis, e que esses traços são apagados ou convertidos em traços interpretáveis de alguma forma pelo componente fonológico (Chomsky, 2001: 3). Como dito anteriormente, não é de nosso interesse investigar como isso ocorre. Interessam-nos mais de perto os traços formais não-interpretáveis, que, conforme Chomsky (2001: 10–11), são um subconjunto dos traços formais que não pertencem ao conjunto dos traços semânticos e devem ser eliminados da *narrow syntax* para que a derivação possa convergir em LF. Esse subconjunto inclui traços de flexão não-interpretáveis em LF (*LF-uninterpretable inflectional features*), que são removidos na *narrow syntax* por meio da relação de concordância com traços interpretáveis (Chomsky, 2001: 3), o que será detalhado nas próximas subseções.

É importante observar que o entendimento a respeito da natureza dos traços interpretáveis e não-interpretáveis e do seu comportamento dentro do sistema (e, de modo geral, o entendimento acerca da derivação) foi sofrendo algumas modificações ao longo dos textos de Chomsky dentro do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 2000, 2001, etc.). Na versão em Chomsky (2001), por exemplo, entende-se que a interpretabilidade dos traços é determinada no léxico pela GU: os traços não-interpretáveis não possuem valores especificados quando entram na derivação, enquanto os traços interpretáveis entram na derivação com valores especificados (Chomsky, 2001: 5). Para o autor, a distinção entre esses dois tipos de traços deve ser indicada ao longo da derivação, e não apenas no léxico. O que determina o valor dos traços não-interpretáveis é *Agree*, operação associada à concordância, após a qual ocorre a aplicação de *Spell-Out*, operação que remove de um determinado objeto sintático os materiais não-interpretáveis em LF e envia esse objeto ao componente fonológico (Chomsky, 2001: 5).

1.2 Arquitetura do sistema, operações e *sideward movement*

Estamos assumindo, com Chomsky (1995), que os itens lexicais presentes em uma derivação são retirados (selecionados) da numeração, que é um arranjo de itens lexicais, e não diretamente de Lex. Nesse viés teórico, a estrutura de uma sentença é formada derivacionalmente por meio da “junção” de itens lexicais presentes na numeração e de

objetos maiores, formados a partir desses itens. Ao fim da derivação, é necessário que todos itens presentes na numeração tenham sido selecionados (cf. Chomsky, 1995).

A possibilidade de “agrupamento” de itens lexicais e da formação de novos objetos sintáticos a partir deles é decorrente da existência de *Merge*, que, conforme Chomsky (2001: 3), é uma operação indispensável para um sistema recursivo e não requer justificativa. Conforme o autor, essa operação é capaz de tomar dois objetos α e β e formar um objeto novo, $\gamma = \{\alpha, \beta\}$ (Chomsky, 2001: 3). Além de *Merge*, o sistema computacional contaria com duas outras operações, *Agree* e *Move*, que, diferentemente de *Merge*, não “vêm de graça” (Chomsky, 2001: 3). *Move* e *Agree* estão relacionados com a existência de traços não-interpretáveis, que devem ser eliminados para que a derivação possa convergir. O funcionamento geral dessas três operações está exposto em (4), a seguir:

(4) OPERAÇÕES DO SISTEMA COMPUTACIONAL

(i) *Merge*: toma dois objetos sintáticos (α, β) e forma $K(\alpha, \beta)$ a partir deles.

(ii) *Agree*: estabelece uma relação (concordância, checagem de Caso) entre um item lexical (LI) α e um traço F em algum espaço de busca restrito (seu domínio). Ao contrário de *Merge*, essa operação é específica à linguagem, e, por conjectura, relativa a condições de *design* para a linguagem humana;

(iii) *Move*: combinação de *Merge* e *Agree*. Essa operação estabelece concordância entre α e F e faz *merge* de P(F) e αP , em que P(F) é um sintagma determinado por F (não necessariamente sua projeção máxima) e αP é uma projeção cujo núcleo é α . P(F) se torna o especificador de α ([Spec, α]). O movimento de P para [Spec, ϕ] é um Movimento-A, em que ϕ é um traço de concordância.

(Chomsky, 2000: 101; adaptado)⁵

⁵ O que está escrito em (4) foi retirado, traduzido e adaptado de Chomsky (2000). No original: “(...) the operation *Merge*, which takes two syntactic objects (α, β) and forms $K(\alpha, \beta)$ from them. A second is an operation we can call *Agree*, which establishes a relation (agreement, Case checking) between an LI α and a feature F in some restricted search space (its *domain*). Unlike *Merge*, this operation is language-specific, never built into specific-purpose symbolic systems and apparently without significant analogue elsewhere. We are therefore led to speculate that it relates to the design conditions for human language. A third operation is *Move*, combining *Merge* and *Agree*. The operation *Move* establishes agreement between α and F and merges P(F) to αP , where P(F) is a phrase determined by F (perhaps but not necessarily its maximal projection) and αP is a projection headed by α . P(F) becomes the specifier (Spec) of α ([Spec, α]). Let us refer to *Move* of P to [Spec, ϕ] as A-movement, where ϕ is an agreement feature (ϕ -feature); other cases of *Move* are \bar{A} -movement” (Chomsky, 2000: 101).

Chomsky (2000: 122) assume que *Agree* ocorre na relação entre uma sonda, conjunto de traços- ϕ não-interpretáveis, e um alvo, que são traços compatíveis (*matching features*) com essa sonda e que estão em seu domínio. A operação *Agree* seria, então, o apagamento de traços não-interpretáveis dessa sonda (Chomsky, 2000: 122). Em uma versão mais recente da teoria, diz-se que *Agree* valora esses traços não-interpretáveis (Chomsky, 2001: 5). Detalharemos o mecanismo dessa operação na subseção 1.4, em que será apresentado um esquema geral de derivação para exemplificar melhor como se dá essa relação entre sonda e alvo. Nesta dissertação, vamos adotar esse mecanismo para explicar as relações de concordância que se estabelecem na sentença e na *small clause*.

Quanto a *Move*, Chomsky (2000: 101) a identifica como uma operação complexa que, além de ser composta de duas outras operações (*Merge* e *Agree*), envolveria um passo adicional de determinar o sintagma a ser movido, P(F), por *pied-piping*. Dadas a complexidade dessa operação e as condições de *design* e economia que atuam sobre as derivações, as operações *Merge* e *Agree* seriam preferíveis, quando comparadas a *Move*, visto que as duas primeiras são mais simples (Chomsky, 2000: 101–102). De fato, *Merge-over-Move* torna-se uma espécie de princípio de economia na perspectiva minimalista e engloba esse entendimento de que o sistema computacional deve, sempre que possível e sempre que isso implicar uma solução ótima, optar por fazer *Merge* de um determinado elemento da numeração, em vez de realizar *Move* de um item já inserido na derivação.

A operação *Move* estaria relacionada com a propriedade de deslocamento que as línguas apresentam, e.g., o fato de um determinado elemento poder ser interpretado em um local diferente daquele em que ele é realizado foneticamente (cf. Nunes, 2003). É importante notar que o *status* de *Move* como uma operação independente ou como o resultado de *Copy + Merge* — isto é, cópia de um elemento e *Merge* desse mesmo elemento em uma outra posição, em razão de alguma condição de convergência da derivação — é matéria de discussão na teoria gerativa (cf. Nunes, 1995; Hornstein, 2001; Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010; entre outros). A esse respeito, observa-se que a noção de movimento passou por reformulações na literatura, especialmente na transição do modelo de Regência e Ligação ao Programa Minimalista (para discussão, cf. Nunes, 2004).

Há propostas que advogam por uma opção teórica mais simples e econômica para captar a possibilidade de movimento em uma língua, dispensando *Move* como uma operação do sistema computacional. É o caso de trabalhos como os de Nunes (1995, 2001, 2004, entre outros), por exemplo, que explora a *teoria de movimento por cópia*

introduzida em Chomsky (1993) em sua proposta. Conforme explica Nunes (2003: 206), essa nova perspectiva teórica rompeu com o entendimento acerca da operação de movimento que era vigente no modelo de Regência e Ligação. No período GB, entendia-se que o movimento de um determinado objeto deixava um vestígio (categoria vazia que não possui realização fonética) em sua posição original, capaz de vincular as propriedades do objeto movido para efeitos de interpretação e de formar uma cadeia não-trivial com esse elemento (Nunes, 2003: 206). Com Chomsky (1993), a ideia de vestígio dá lugar à noção de cópia, o que, em uma perspectiva minimalista, traz uma série de vantagens teóricas (cf. Nunes, 2004). É com base nessa noção e em considerações minimalistas que Nunes (1995, 2001, 2004) desenvolve sua proposta, que alia a noção de cópia e *Merge* à formação (e redução) de cadeias para efeitos de linearização, sem a necessidade de tomar *Move* como uma operação do sistema.⁶

Sem adentrar muito nas implicações da proposta de Nunes ou em uma discussão mais aprofundada sobre o *status* de *Move*, destacamos aqui que, de acordo com essa nova concepção de movimento por cópia, passa a ser possível interpretar movimentos de objetos sintáticos como simples aplicações de *Copy* e *Merge* (cf. Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010). Esse novo entendimento dentro do quadro minimalista, por sua vez, abriu espaço para a possibilidade de o sistema dispor de instâncias de movimento que Nunes (1995) denominou como *movimento lateral* (*sideward movement*).⁷ Como explica Nunes (2014: 82), se movimento é o resultado das operações *Copy* e *Merge*, é possível que o sistema copie um elemento α de um objeto sintático K e faça *Merge* desse elemento com L, outro objeto sintático, independente e separado de K, como exemplificado em (5). Em outras palavras, o sistema pode copiar um elemento de uma “árvore” sintática independente e fazer *Merge* dele com um outro objeto, independente e separado dessa árvore. Isso é possível porque, dentro do quadro minimalista, o sistema pode operar com múltiplas *root trees*, como explicam Boeckx, Hornstein & Nunes (2010: 86).

⁶ O autor critica a concepção de *Move* como uma operação composta pelas sub-operações *Copy* + *Merge* + Formar cadeia + Apagar vestígio. Propõe, em alternativa, que *Move* é resultado das operações *Copy*, *Move*, Formar Cadeia e Reduzir Cadeia (operação que apaga *links* de cadeias para efeitos de linearização) (Nunes, 2004: 5). Segundo o autor, sua proposta apresenta vantagens teóricas desejáveis e previsões empíricas corretas (cf. detalhes em Nunes, 2004). Neste trabalho, contudo, não vamos adentrar no tópico da linearização da estrutura.

⁷ A literatura sobre esse tema inclui trabalhos como Nunes (1995, 2001, 2004), Hornstein (2001), Boeckx, Hornstein & Nunes (2010), Bobaljik & Brown (1997), entre outros.

- (5) a. $K = [\dots \alpha \dots]$
 $L = [\dots]$
- b. *Copy*
 $K = [\dots \alpha^i \dots]$
 $L = [\dots]$
 $M = \alpha^i$
- c. *Merge*
 $K = [\dots \alpha^i \dots]$
 $P = [\alpha^i [L \dots]]$

(Nunes, 2014: 82)

Neste trabalho, vamos assumir que a teoria de movimento por cópia está correta e que “movimento” se reduz a aplicações de *Copy* e *Merge*. Vamos também adotar a hipótese de que movimento lateral é permitido em uma derivação, possibilidade que nós exploraremos para lidar com o movimento de argumento a partir da *small clause* depictiva adjunta para uma posição na oração matriz, como será explicado na próxima seção. Vamos assumir também que um objeto não precisa ser copiado para uma posição que c-comande o local de onde ele se “moveu”; em outras palavras, estamos assumindo que c-comando não está incluído na definição de movimento (cf. Hornstein, 1999: 79), e que, portanto, não é pré-requisito para que um objeto sintático possa se mover.⁸ Note-se que, com isso, também não estamos assumindo que *Agree*, que exige c-comando (i.e., o alvo deve estar no domínio da sonda), seja um subcomponente do mecanismo de movimento, divergindo, nesse aspecto, de Chomsky (2000, 2001, 2004) (cf. Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010: 85).

Sobre esse ponto, é importante distinguir movimento (*Copy* + *Merge*) de formação de cadeia.⁹ Na proposta de Nunes (2004: 94), duas cópias devem estar em uma relação de c-comando para formarem uma cadeia. No caso de uma derivação que envolve *sideward movement* de um objeto sintático e posterior movimento desse elemento para uma posição mais alta que as outras duas cópias (i.e., a cópia “original” e a cópia formada por movimento lateral), a formação de cadeia ocorreria a partir dessa cópia mais alta, que c-comanda as duas cópias mais baixas (que não estabelecem uma relação de c-comando

⁸ Como afirma Nunes (2004: 6), essa concepção de movimento também dispensa a estipulação de que só se pode fazer *Merge* de um elemento copiado com um objeto sintático que contém o elemento original.

⁹ No sistema de Chomsky, contudo, movimento implica formação de cadeia. Não estamos seguindo esse pressuposto.

entre si) (Nunes, 2004: 93–95). Portanto, embora não seja necessário que um objeto sintático se mova para uma posição que c-comande a posição original de onde ele se moveu, é possível que c-comando seja uma condição sobre a formação de cadeias e sobre a linearização e interpretação das sentenças (cf. Nunes, 1995, 2001, 2004). Contudo, não estamos assumindo isso aqui; neste trabalho, não vamos defender uma posição a respeito da formação de cadeias, nem vamos nos aprofundar nesse aspecto. Assim, não vamos fornecer uma explicação para a linearização das sentenças depictivas. A questão da formação de cadeias para efeito de interpretação das cópias, portanto, fica em aberto, especialmente para o caso das construções depictivas orientadas para objeto direto.¹⁰ Para nossos propósitos, são suficientes as hipóteses de que *sideward movement* é possível e que “movimento” não depende de c-comando entre um objeto copiado e a posição original onde esse elemento foi gerado.

1.3 Categorias funcionais, traços não-interpretáveis e fase

Retornemos agora à questão dos itens lexicais. Chomsky (2000) os subdivide em duas categorias: substantivas (lexicais) e funcionais. Para o autor, as categorias funcionais principais são C, T e ν . Dentro do Programa Minimalista, uma categoria funcional deve estar associada a um aspecto semântico, não no sentido de atribuição de papel- θ , mas no sentido de uma contribuição semântica não temática, de tal forma que as categorias funcionais sejam interpretáveis nos níveis de interface (cf. Chomsky, 1995; Adger, 2002: 132; Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 162).^{11, 12} As categorias funcionais também estão ligadas à articulação gramatical da sentença, de modo que é possível conceber que elas formam um “esqueleto sintático” acima das projeções lexicais, contribuindo para o estabelecimento das relações sintáticas nas sentenças (Adger, 2002: 132).

Do ponto de vista semântico, Chomsky (2000: 102) afirma que C expressa força e modo e que T expressa finitude (*tense*); quanto a ν , este é tomado como o “verbo leve”

¹⁰ Concordo com a observação feita pelo professor Jairo Nunes de que um dos problemas de deixar essa questão em aberto resulta no fato de que a análise passa a permitir a hipergeração (*overgeneration*), o que é indesejável.

¹¹ O pressuposto de que categorias funcionais devem possuir alguma interpretação nos níveis de interface (LF e PF) motiva a eliminação de projeções de Agr em uma perspectiva minimalista, visto que essa categoria não seria motivada em termos de LF, mas seria um construto teórico associado unicamente a Caso/concordância (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 162–169).

¹² A situação de ν é um pouco diferente: ele possui uma relação temática com seu especificador, atribuindo a ele papel temático de agente. No entanto, ele não atribui papel- θ ao seu complemento, o VP (Adger, 2002: 132). A contribuição semântica de ν é geralmente associada à expressão de causatividade. Na terminologia de Chomsky (2001), o ν que possui uma estrutura argumental completa é identificado como ν^* .

em sentenças transitivas, podendo selecionar um DP como argumento externo na posição [Spec, ν]. O autor assume que essas categorias podem possuir traços- ϕ não-interpretáveis, relacionados aos sistemas de concordância e Caso e à propriedade de deslocamento; as categorias T e ν , mais especificamente, devem apresentar obrigatoriamente esses traços (Chomsky, 2000: 102). Do ponto de vista da seleção dessas categorias, Chomsky afirma que C pode não ser selecionado por outra categoria, diferentemente do que ocorre com T e ν , que devem ser selecionados. No caso de T, essa categoria pode ser selecionada por C, situação em que se considera que T possui um conjunto completo de traços- ϕ , ou pode ser selecionado por V, situação em que não possui um conjunto completo de traços- ϕ (ou seja, é defectivo, T_{def}) (Chomsky, 2000: 102–104).¹³ T e ν partilham o fato de selecionarem elementos verbais.

No Capítulo 1, comentamos que o Princípio da Projeção Estendida (EPP) apresentado em Chomsky (1981, 1982) é interpretado em Chomsky (1986) em termos do princípio geral de saturação de função, estando relacionado com a ideia de preenchimento da grade argumental de um predicado e também com a noção de saturação sintática de um predicado por um sujeito, de modo que essa última noção estava especialmente atrelada à necessidade de preenchimento da posição [Spec, T]. No Minimalismo, o EPP passa ser interpretado de modo mais geral, como um traço não-interpretável que corresponde à propriedade que um núcleo possui de disponibilizar uma posição de Spec que deve ser preenchida (Chomsky, 2000: 102).¹⁴ Disso decorre que o traço-EPP de T disponibiliza um Spec a ser preenchido pelo sujeito da sentença, o traço-EPP de C se refere ao Spec a ser preenchido por um sintagma-*wh* e o traço-EPP de ν está relacionado com o sintagma alçado por *object shift* (Chomsky, 2000: 102). Sendo um traço não-interpretável, o EPP deve ser satisfeito (apagado) para que a derivação possa convergir.

Outro traço não-interpretável no sistema de Chomsky é o traço de Caso, presente nos nominais. Caso estrutural é tomado por Chomsky (2000: 122) como um “reflexo de um conjunto de traços- ϕ não-interpretáveis”. O raciocínio envolvendo Caso estrutural é o seguinte. Os nominais entram na derivação com um conjunto de traços- ϕ interpretáveis, mas com um traço de Caso não-interpretável, que deve ser eliminado para a convergência da derivação. O traço de Caso de um DP é aquilo que o torna ativo para o sistema, ou

¹³ Contudo, há propostas que consideram que o PB dispõe de um T finito com um conjunto incompleto de traços- ϕ , como Ferreira (2000). Isso será comentado mais à frente.

¹⁴ Ver Butler (2004) para considerações sobre a evolução de EPP nos trabalhos de Chomsky e sobre as acepções apontadas.

seja, disponível para operações, e é eliminado na relação de concordância que ocorre entre os traços- ϕ interpretáveis do DP (o alvo) e uma sonda (conjunto de traços- ϕ não-interpretáveis). Segundo Chomsky (2000: 123–124), a manifestação do Caso de um DP depende da sonda com a qual ele se relaciona: se a sonda for T, o Caso será *nominativo*; se for *v*, o Caso será *acusativo*; se for um T de controle, o Caso será *nulo*. É importante destacar aqui que o traço de Caso do DP é apagado/valorado como um *reflexo* da relação de concordância. Além disso, Chomsky assume que apenas uma sonda com um conjunto completo de traços- ϕ pode apagar o traço de Caso de um DP, de forma que uma sonda defectiva (com um conjunto incompleto de traços- ϕ) não pode eliminar Caso (cf. Chomsky, 2000: 125).¹⁵ Essa informação será reprisada na próxima subseção.

Para finalizar esta subseção, cabe uma palavra a respeito da noção de *fase* e sobre sua relação com *Spell-Out*. Em Chomsky (2000: 106), uma fase é caracterizada como a contraparte sintática de proposições, ou seja, como um objeto sintático (situado na memória ativa) que é, de certa forma, independente, no que diz respeito a propriedades de interface. Chomsky (2000: 106) assume que podem ser fases um sintagma verbal no qual todos os papéis temáticos foram atribuídos ou uma oração plena (*full clause*) com força e finitude: portanto, *vP* e *CP* são fases para Chomsky (2000), mas não um *TP* finito ou um sintagma verbal inacusativo, por exemplo.

A noção de fase introduzida no Minimalismo aparece atrelada a condições de economia e também a questões de ciclicidade da derivação. Mais especificamente, em Chomsky (2000: 107–108; 2001: 11–13), sugere-se que uma derivação procede fase a fase, de modo que isso estaria relacionado com a condição de que movimentos são curtos, cíclicos e sucessivos. Chomsky (2001) associa a noção de fase à de *Spell-Out* cíclico. Como explica o autor, assim que uma fase se completa e que os traços dentro da computação cíclica são apagados, eles são enviados para o componente fonológico no nível da fase forte pela operação *Spell-Out*, que remove da derivação de LF (a *narrow syntax*) os traços não-interpretáveis que foram valorados/checados (Chomsky, 2001: 12).¹⁶ Nesse sentido, o autor supõe que essa ciclicidade permite que estágios da derivação sejam “esquecidos” aos poucos, o que reduz o fardo computacional (Chomsky, 2001: 12–13). Isso só seria possível por causa da chamada Condição de Impenetrabilidade da Fase

¹⁵ Por “conjunto completo de traços- ϕ ”, subentende-se que estamos lidando com os traços de pessoa e número, pelo menos.

¹⁶ Observamos que Chomsky (2001: 12) faz uma distinção entre fases fortes (que têm a opção de um traço EPP, que dispara movimento de um sintagma) e fases fracas. O *CP* e o *v*P* seriam fases fortes. Essa distinção, contudo não será relevante para este trabalho.

(*Phase-Impenetrability Condition*), enunciada em (6), que estipula que o domínio de uma fase, i.e., o complemento de seu núcleo, é enviado para *Spell-Out* no nível da fase forte.

- (6) CONDIÇÃO DE IMPENETRABILIDADE DA FASE (PIC)
- (i) Dado $HP = [\alpha [H \beta]]$, seja β o domínio de H e α , sua borda;
 - (ii) O domínio de H não é acessível a operações fora de HP; apenas H e sua borda estão acessíveis a essas operações.

(Chomsky, 2000: 108; Chomsky, 2001: 13)¹⁷

Não discutiremos a fundo os desdobramentos da noção de fase neste trabalho, mas sinalizamos que uma das questões relevantes para o caso das construções depictivas, que já foi posta na literatura sobre predicados secundários, seria determinar se a *small clause* nessas construções é ou não uma fase. Embora a teoria de Chomsky não pareça dar espaço para se considerar que *small clauses* sejam fases, há trabalhos que desafiam essa visão e consideram que predicções (incluindo as SCs) se caracterizam como fases/domínios de *Spell-Out* (cf. Ko, 2011; You, 2016). Por implicar um estudo mais aprofundado, esse tópico fica para trabalhos futuros.

1.4 Concordância: detalhando o mecanismo de *Agree*

Nesta subseção, vamos explicar mais detalhadamente o mecanismo de concordância proposto por Chomsky (2000, 2001), focando no aspecto da eliminação de traços- ϕ e do traço-EPP, uma vez que utilizaremos o sistema de *Agree* para explicar as relações de concordância que se estabelecem nas sentenças com predicados depictivos. Como foi dito anteriormente, o mecanismo de concordância envolve a hipótese de que itens lexicais entram na derivação com traços formais interpretáveis e não-interpretáveis. Para que ocorra a convergência da derivação, os traços não-interpretáveis devem ser eliminados, diferentemente dos traços interpretáveis, que podem ser lidos em LF. O conjunto de traços de concordância é identificado como um conjunto de traços- ϕ , que são interpretáveis para a categoria dos nomes (N), e não-interpretáveis para categorias funcionais que concordam com os nominais, como T e *v*.

Como enunciado em (4), a operação *Agree* estabelece uma relação (de concordância, checagem) entre um item lexical α e um traço F em seu domínio (Chomsky,

¹⁷ No original: “Given $HP = [\alpha [H \beta]]$, take β to be the domain of H and α (...) to be its edge. (...)” (Chomsky, 2000: 108); “The domain of H is not accessible to operations outside of HP; only H and its *edge* are accessible to such operations” (Chomsky, 2001: 13).

2000: 101), resultando no apagamento de traços não-interpretáveis. Foi dito também que, nessa relação, um conjunto de traços- ϕ não-interpretáveis é tomado como uma sonda (*probe*), que procura um alvo (*goal*), que é um conjunto de traços “compatíveis” (*matching features*) com os quais a sonda pode estabelecer concordância (Chomsky, 2000: 122). Os traços- ϕ do alvo são interpretáveis. Seguindo essa lógica, em uma relação de concordância entre T e um DP ou entre ν e um DP, os traços- ϕ não-interpretáveis das categorias funcionais T e ν são as sondas, enquanto os traços- ϕ interpretáveis do DP (traços de gênero, número e pessoa) que se relaciona com alguma dessas sondas são o alvo.

Chomsky (2000: 122) afirma que *matching* é uma relação entre uma sonda e um alvo. No entanto, conforme o autor, nem todo par compatível leva à ocorrência de *Agree*: para que haja *Agree*, é necessário que um alvo esteja no domínio (D(P)) de uma sonda (P) e que sejam satisfeitas condições de localidade (Chomsky, 2000: 122). Dessa forma, o autor assume os seguintes pressupostos para o sistema sonda-alvo, isto é, as condições para que ocorra *Agree* e consequente apagamento de traços não-interpretáveis:

- (7) CONDIÇÕES PARA O SISTEMA SONDA-ALVO
 - a. *Matching* é identidade de traços.
 - b. D(P) é a irmã de P.
 - c. Localidade se reduz a “c-comando mais próximo”.

(Chomsky, 2000: 122)¹⁸

Pela definição apresentada, estar no domínio de uma sonda significa ser c-comandado por ela. Portanto, uma sonda não pode se relacionar com um alvo que esteja “acima” dela, ou seja, fora do seu espaço de c-comando, limitando-se a “olhar para baixo” para procurar um alvo compatível. Além das condições expostas acima, é necessário que o alvo e sonda estejam ativos para que a operação de *Agree* possa acontecer (Chomsky, 2001: 6). Essa exigência pode ser chamada de *Condição de Atividade*. Segundo Chomsky (2000: 123), são os traços não-interpretáveis que servem para implementar operações; logo, são traços não-interpretáveis da sonda e do alvo que os tornarão ativos e que devem ser eliminados sob *Agree* (cf. Chomsky, 2001: 6). No caso do alvo, em uma relação-A, estar ativo significa possuir um traço não-interpretável de Caso estrutural (não valorado).

¹⁸ Tradução de “Matching is feature identity. / D(P) is the sister of P. / Locality reduces to ‘closest c-command’” (Chomsky, 2000: 122).

Quando esse traço é valorado/chechado, o alvo (no caso, o elemento nominal) não pode mais entrar em relações de concordância e fica “congelado em seu lugar” (*frozen in place*) (Chomsky, 2000: 123). Consequentemente, um alvo inativo também não pode satisfazer um traço EPP de uma categoria em uma posição mais alta, porque não pode se mover (Chomsky 2000: 123). Para a sonda, nesse tipo de relação, estar ativo significa ter um conjunto de traços- ϕ não-interpretáveis (não-valorados) (Chomsky, 2001: 6).

Como dito anteriormente, o traço de Caso do alvo é apagado/valorado como consequência da relação de concordância que se estabelece entre sonda e alvo, se houver *matching* de traços- ϕ . Também foi dito que o valor atribuído ao traço de Caso depende da sonda com a qual o alvo estabelece concordância: é nominativo, se a sonda for T, e é acusativo, se a sonda for *v*. Chomsky assume que um conjunto de traços- ϕ deve ser apagado como uma unidade, e também assume que apenas uma sonda com um conjunto completo de traços- ϕ pode apagar o traço de Caso de um DP, de modo que uma sonda defectiva (que não é ϕ -completa) não pode valorar o traço de Caso do alvo, como explicado anteriormente (cf. Chomsky, 2000: 124; Chomsky, 2001: 6–7). Em resumo, essas duas outras exigências para o sistema sonda-alvo estão enunciadas em (8):¹⁹

- (8) a. O alvo e a sonda devem estar ativos para que *Agree* seja aplicado.
b. α deve ter um conjunto completo de traços- ϕ (deve ser ϕ -completo) para apagar os traços não-interpretáveis de um elemento compatível β .

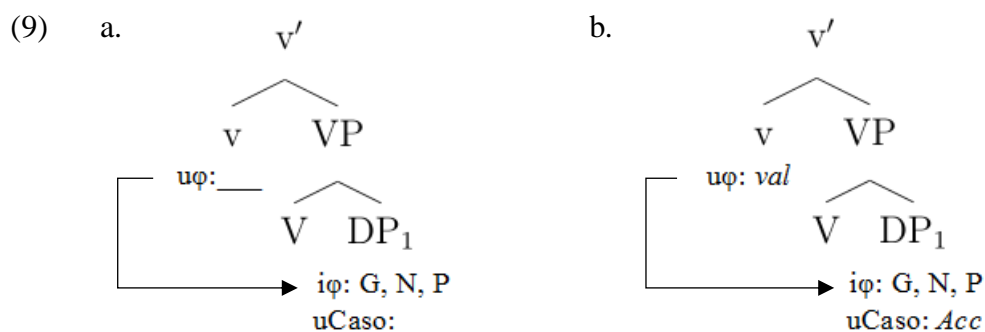
(Chomsky, 2001: 6)²⁰

Para ilustrar como ocorreria o mecanismo de *Agree*, tomemos uma sentença transitiva simples, que possui em sua numeração dois DPs e as categorias T e *v*. No caso em questão, o conjunto de traços- ϕ não-interpretáveis de T e de *v* atuam como sondas, enquanto o conjunto de traços- ϕ interpretáveis dos DPs são os alvos. A categoria T também possui um traço-EPP, não-interpretável, que exige *Merge* de um elemento em [Spec, T]. Analisemos por partes a derivação. Em (9), vemos a relação de concordância

¹⁹ Além disso, é necessário considerar a possibilidade de Restrições de Intervenção Defectiva (*defective intervention constraints*) em um sistema de concordância, que estamos ignorando neste trabalho por não ser uma questão relevante para nós (a esse respeito, cf. Chomsky, 2000: 123).

²⁰ Tradução de: “Goal as well as probe must be active for Agree to apply. / α must have a complete set of ϕ -features (it must be ϕ -complete) to delete uninterpretable features of the paired matching element β ” (Chomsky, 2001: 6).

que se estabelece no âmbito do vP : após a formação do sintagma verbal mais baixo (*Merge* de V e DP_1) e seleção desse VP por v , obtém-se a configuração em (9a):²¹



O DP_1 entra na derivação com traços interpretáveis de gênero, número e pessoa, mas com um traço não-valorado de Caso. Ao fazer *Merge* com V , esse DP recebe um papel- θ ; esse é o argumento interno.²² Em seguida, v seleciona o VP, que passa a estar em seu domínio de *c*-comando. A sonda em v é ϕ -completa e procura por um alvo com traços- ϕ compatíveis em seu domínio: encontra o DP_1 , que cumpre esses requisitos (vide (9a)). O v e o DP_1 entram em uma relação de *Agree* e os traços- ϕ não-interpretáveis da sonda são valorados/apagados; como consequência, o Caso do DP_1 valorado como acusativo, de modo que esse DP é interpretado como o objeto direto (vide (9b)).²³ Nesse contexto, uma vez que o traço de Caso do DP_1 é checado/apagado, ele não pode mais se mover ou entrar em uma nova relação de concordância (cf. Chomsky, 2000: 123).²⁴

Em um momento da derivação, ocorre o *Merge* de outro nominal, DP_2 , na posição [Spec, v], que recebe um papel- θ . Trata-se do argumento externo. Esse DP também entra na derivação com os valores dos traços- ϕ (gênero, número e pessoa) especificados, uma vez que são interpretáveis, e também possui um traço de Caso não-interpretável a ser valorado. Ocorre *Merge* de T e vP . Nessa configuração, os traços- ϕ não-interpretáveis de

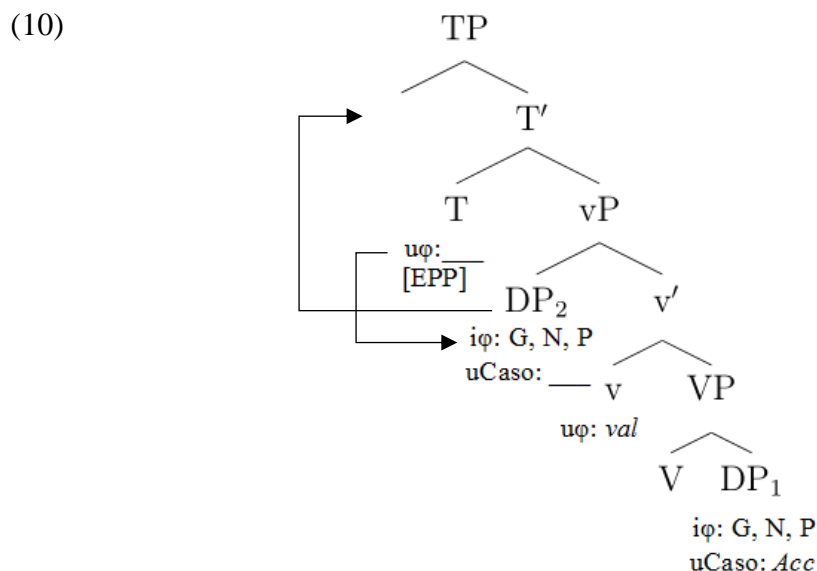
²¹ Nos exemplos a seguir, “ $u\phi: ___$ ” deve ser lido como “conjunto de traços- ϕ não-interpretáveis não checados/não-valorados”, “ $u\phi: val$ ” significa que o conjunto de traços- ϕ foi valorado na sintaxe. Semelhantemente, “ $uCaso: ___$ ” indica que o traço não-interpretável de Caso não foi valorado, e “Nom” e “Acc” indicam os valores que um traço de Caso recebe após se relacionar com T ou v .

²² Trataremos da atribuição de papel temático na próxima subseção.

²³ Na realidade, Chomsky (2001: 5) distingue “valoração” de “remoção” dos traços não-interpretáveis, assumindo que a operação *Spell-Out* remove os traços não-interpretáveis valorados logo após a aplicação de *Agree*, de modo cíclico. Por conveniência, estamos assumindo “valorar”/ “checar” e “apagar” (remover) como sinônimos neste trabalho, sem mencionar o momento da aplicação de *Spell-Out*.

²⁴ Outra opção teórica seria considerar que v pode checar Caso acusativo do DP em uma posição de Spec mais externa (cf. Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005: 122–123), mas não estamos advogando por isso neste trabalho.

T são uma sonda e procuram por um alvo em seu domínio. Os traços- ϕ interpretáveis do DP₂ (que estão no domínio de T) fazem *matching* com o conjunto de traços- ϕ de T, de forma eles podem entrar em uma relação de concordância (vide (10)). T também possui um traço [EPP], que pode ser satisfeito pelo DP₂.²⁵



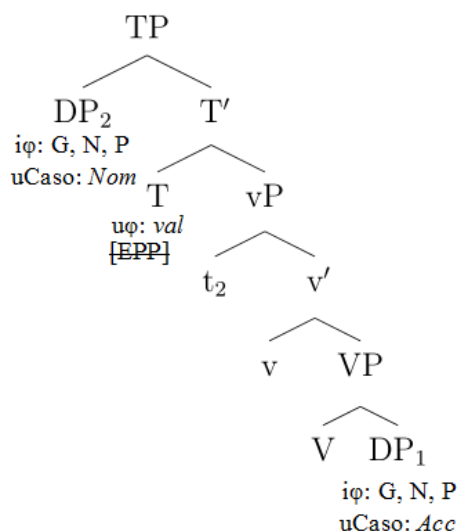
Após o *matching* do conjunto de traços- ϕ entre o par sonda-alvo, a operação *Agree* valora os traços não-interpretáveis de T conforme os valores especificados no alvo (cf. Chomsky, 2000: 123). Como consequência de sua relação com T, o DP₂ terá seu traço de Caso valorado como nominativo. Isso só é possível porque T possui um conjunto completo de traços- ϕ . Para satisfazer o traço-EPP de T, o DP₂ é movido (alçado) para a posição de [Spec, T].²⁶ Esse DP é o sujeito superficial da sentença em questão. Como ilustrado em (11), nessa etapa da derivação os traços- ϕ não-interpretáveis mencionados foram todos valorados, e EPP foi satisfeito.²⁷ A derivação terminará com a formação do CP acima de TP.

²⁵ O traço [EPP] de T também pode, em princípio, ser satisfeito pelo *Merge* de um expletivo; no entanto, na derivação que estamos exemplificando e nas sentenças de que vamos tratar neste capítulo não há um expletivo na numeração (cf. Chomsky, 2000: 126).

²⁶ Lembramos que estamos utilizando o vestígio para representar o movimento do DP por conveniência, em vez de uma cópia.

²⁷ Como optamos por desvencilhar movimento de *Agree* neste trabalho, diferentemente do que é pressuposto em Chomsky, mas mantivemos a ideia de que um DP com traço de Caso valorado não pode participar de outro movimento-A, teríamos de fornecer uma explicação sobre por que motivo o DP consegue apagar o traço-EPP de T, o que, em tese, ele não pode fazer se já tiver tido seu traço de Caso valorado. Nesse sentido, teríamos de explicar se a valoração de Caso do DP ocorre antes ou depois do movimento do DP para eliminar o traço-EPP de T (ou se tudo isso ocorre simultaneamente, ou se valoração de Caso e apagamento de EPP são coisas que não possuem relação entre si). Estamos ignorando esse

(11)



De modo mais concreto, a derivação que acabamos de apresentar poderia corresponder a uma sentença como (12), por exemplo, em que “o bolo” seria o DP₁, e “O João” seria o DP₂.

(12) O João comeu o bolo.

No exemplo de derivação que comentamos, as sondas em questão eram todas φ -completas, capazes de checar Caso do DP. É oportuno, portanto, comentar como ocorreria uma derivação envolvendo uma sonda defectiva (não φ -completa), o que será relevante para compreender a nossa análise de sentenças depictivas mais à frente. Para tanto, vamos apresentar um exemplo de derivação fornecido em Ferreira (2000: 11–14). A esse respeito, o autor apresenta a seguinte sentença:

(13) João tentou beijar Maria.

(Ferreira, 2000: 11)

No caso dessa sentença, o autor assume que o T da oração encaixada (não-finito) é φ -incompleto (cf. Ferreira, 2000: 12).²⁸ Na curso da derivação dessa sentença, o autor explica que, em primeiro lugar, ocorre *Merge* de “beijar” e “Maria”, de forma que esse DP recebe um papel temático do verbo.²⁹ Depois, o núcleo *v* seleciona o VP formado e

problema neste trabalho e simplesmente assumindo que o traço de Caso do DP pode ser valorado/chechado na posição de Spec de um núcleo φ -completo que possui o traço-EPP.

²⁸ Vamos comentar mais a análise de Ferreira (2000) em outras subseções.

²⁹ Na realidade, Ferreira (2000) assume que papel temático é um traço a ser checado, como comentaremos na próxima subseção. Estamos, portanto, adaptando a explicação dada pelo autor.

ocorre *Merge* de “João” à estrutura, do modo esse nominal passa a ocupar a posição de [Spec, ν], onde recebe um papel temático externo (cf. Ferreira, 2000: 11). Esses passos resultam no estágio em (14a). Conforme explica o autor, ν possui traços- ϕ não-interpretáveis e entra em relação de concordância com “Maria”, o que elimina os traços ilegíveis da sonda e o traço de Caso de “Maria” (Ferreira, 2000: 12). Em seguida, T (não-finito) faz *Merge* com o ν P formado. Os traços- ϕ não-interpretáveis de T são uma sonda, que se relaciona com “João”. Na concordância sonda-alvo, ocorre a eliminação dos traços ilegíveis de T; no entanto, como estamos lidando com um conjunto incompleto de traços- ϕ , segundo o autor, o traço de Caso de “João” não é apagado (Ferreira, 2000: 12). O sintagma “João” se move para [Spec, T], em razão do traço-EPP de T. Esses passos resultam na representação em (14b).

- (14) a. Estágio 1
 $[_{\nu P} \text{João } [_{\nu'} \nu [_{\nu P} \text{beijar Maria }]]]$
- b. Estágio 2
 $[_{TP} \text{João}_i [_{T'} T [_{\nu P} t_i [_{\nu'} \nu [_{\nu P} \text{beijar Maria }]]]]]$

(Ferreira, 2000: 12–13)³⁰

O autor observa que “João” continua ativo e capaz de participar de outras relações de concordância, uma vez que seu traço de Caso ainda não foi valorado/chechado. A incapacidade de valorar traço de Caso é, como dissemos, a grande peculiaridade de uma sonda defectiva. A derivação prossegue: ocorre a formação do CP (oração encaixada) e posterior *Merge* desse sintagma com o verbo “tentou”, formando-se um VP. Um núcleo ν faz *Merge* com esse VP (cf. Ferreira, 2000: 13). Após esses passos, a derivação chega no ponto representado em (15a). O autor continua a explicação: o sintagma “João” se move de dentro do CP e passa a ocupar a posição em [Spec, ν], onde recebe outro papel temático (*checa* o traço temático de ν , na análise de Ferreira (2000)). Depois, ocorre *Merge* de T (finito) com esse sintagma ν P; como esse T possui um conjunto completo de traços- ϕ e um traço-EPP, o movimento de “João” para [Spec, T] *checa* o traço de Caso desse sintagma nominal e satisfaz [EPP] de T, de modo que “João” fica inativo para movimentos-A posteriores (Ferreira, 2000: 13). Essas passos resultam na representação

³⁰ As derivações em (14) e (15) foram retiradas de Ferreira (2000: 12–14), mas optamos por utilizar a representação em colchetes aqui, enquanto o autor utiliza representações arbóreas.

faz sentido, de fato. No entanto, não adotaremos o raciocínio por trás dessa versão do Critério- θ neste trabalho. Esse é o assunto que discutimos a seguir.

1.5 A respeito de papéis temáticos

No Capítulo 1 deste trabalho, apresentamos a versão clássica do Critério Temático proposta em Chomsky (1981), enunciada novamente em (16). Dentro do modelo de Regência e Ligação, esse critério pode ser entendido como uma condição de adequação a ser aplicada nos níveis de Estrutura Profunda, Estrutura Superficial e LF (cf. Rodrigues, 2004: 126; Ferreira, 2000: 6–7). Em linhas gerais, o Critério-Theta, formulado dessa maneira, impede que um só argumento receba mais de um papel temático em uma determinada derivação.

(16) CRITÉRIO TEMÁTICO (CHOMSKY 1981)

Cada argumento carrega um, e apenas um, papel- θ , e cada papel- θ só pode ser atribuído a um, e apenas um, argumento.

(Chomsky, 1981: 36)³¹

No entanto, como observa Rodrigues (2004: 126), esse Critério é muito forte e não é compatível com sentenças com predicados secundários, em que um só argumento recebe mais de um papel temático (e.g., *Maria saiu irritada*). A autora explica que, para lidar com esse tipo de construção, Chomsky (1986) reformula o Critério-Theta em termos da noção de cadeia, assumindo a condição enunciada em (17). Segundo a autora, essa propriedade do sistema permite que um argumento receba mais de um papel- θ , como no caso das construções de predicação secundária, desde que esse argumento não se mova para uma posição temática (Rodrigues, 2004: 127).³²

(17) CONDIÇÃO DE CADEIA (CHOMSKY 1986)

Se $C = (\alpha_1, \dots, \alpha_n)$ é uma CADEIA máxima, então α_n ocupa sua única posição- θ e α_1 ocupa sua única posição de marcação de Caso.

(Chomsky, 1986: 137)³³

³¹ No original: “Each argument bears one and only one θ -role, and each θ -role is assigned to one and only one argument” (Chomsky, 1981: 36).

³² Remetemos o leitor a Rodrigues (2004) para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto e para referências que criticam a abordagem de Chomsky em termos de cadeias.

³³ No original: “If $C = (\alpha_1, \dots, \alpha_n)$ is a maximal CHAIN, then α_n occupies its unique θ -position and α_1 its unique Case-marked position” (Chomsky, 1986: 137).

Nota-se que, na teoria de Chomsky, uma preocupação fundamental é garantir que o movimento de argumentos seja sempre para posições não temáticas (cf., por exemplo, discussão em Chomsky, 1981: 112–117). Mesmo dentro do Minimalismo de Chomsky, em que não se postula mais a existência de níveis como a Estrutura Profunda, o impedimento sobre movimento de argumentos para posições temáticas parece se manter — dessa vez, motivado por razões de economia do sistema, como o *Last Resort Principle* (‘Condição de Último Recurso’) e o princípio *Greed* (Rodrigues, 2004: 127–128; Chomsky, 1993). Em trabalho mais recente, Chomsky (2000: 103) assume o princípio de que posição temáticas não podem ser preenchidas por argumentos via movimento, mas apenas por argumentos via “puro *Merge*” (ou seja, o *Merge* que não faz parte de *Move*) (cf. Rodrigues, 2004: 135).³⁴

Diante do quadro delineado, podemos dizer que há duas questões independentes, mas intimamente relacionadas, que já foram colocadas na literatura a respeito da atribuição de papel- θ : (i) a possibilidade de um argumento DP receber mais de um papel temático; e (ii) a possibilidade de um argumento se mover para uma posição temática. Aliado a essas questões está o fato de que papéis temáticos não são tratados como traços formais no quadro minimalista de Chomsky, mas em termos configuracionais (cf. Hale & Keyser, 1993, 2002; Chomsky, 1995). De fato, é esse pressuposto a respeito da natureza de um papel- θ que leva o autor a rejeitar a possibilidade enunciada em (ii): nessa visão, um movimento deve ser sempre motivado pela necessidade de se checar algum traço, o que se segue dos princípios *Last Resort* e *Greed*; portanto, um argumento não poderia se mover para uma posição temática, pois nesse lugar ele não checaria algum traço formal (Rodrigues, 2006: 128). Um exemplo concreto que se tem em mente nesse raciocínio é a agramaticalidade, em inglês, resultante da seguinte derivação (com a leitura pretendida ‘John bateu em si mesmo’):

(18) John [_{VP} *t*] [_{VP} HIT *t*]

(Rodrigues, 2004: 128)

Rodrigues explica que, no viés minimalista assumido por Chomsky, não poderia existir um verbo como HIT, que possui a mesma estrutura argumental que *hit*, ‘bater’, mas que não atribui/cheça Caso. A derivação em (18) fracassaria porque *John*, depois de

³⁴ O autor enuncia o referido princípio da seguinte maneira: “Pure Merge in θ -position is required of (and restricted to) arguments” (Chomsky, 2000: 103).

receber um papel- θ interno, não poderia se mover para [Spec, V] (ou para [Spec, *v*], em análises mais recentes) para receber um papel- θ externo, pois nessa posição ele não teria nenhum traço a checar, violando-se *Greed* (cf. Rodrigues, 2004: 128)).³⁵

Neste trabalho, vamos optar por uma perspectiva teórica diferente daquela adotada por Chomsky no que diz respeito a papéis temáticos e a movimento para posições- θ . Na análise que tentaremos desenvolver aqui, vamos defender as duas possibilidades enunciadas em (i) e (ii) e assumir que papéis temáticos são traços formais (atribuídos/valorados sob *Merge*), divergindo, portanto, de Chomsky (1995, entre outros) nesses aspectos. Alguns trabalhos que defendem a possibilidade de movimento para posições- θ são os de Nunes (1995, 2001, 2004, entre outros), Hornstein (1999, 2001), Ferreira (2000, 2009), Bošković (1994), para citar alguns. Comentamos a seguir algumas razões que nos levam a também adotar esse posicionamento teórico.

Analisemos primeiramente o ponto mencionado em (i), que é a possibilidade de um argumento receber mais de um papel temático. Essa questão está ligada à formulação do Critério-Theta em (16), que, como dissemos, rejeita a ideia de que um único DP possa receber mais de um papel- θ . A esse respeito, observamos que outras propostas na literatura gerativa já buscaram reformular essa condição ou repensá-la de alguma maneira.³⁶ Hornstein (2001), por exemplo, assume uma visão radical, argumentando que muito do módulo-theta pode ser até mesmo eliminado. Nesse sentido, o autor afirma que o Critério-Theta pode ser desmembrado em três partes, enunciadas a seguir:

(19) TRÊS PARTES DO CRITÉRIO-THETA

- a. Todos os papéis- θ de um predicado devem ser atribuídos.
- b. Cada nominal deve ter um papel- θ .
- c. Atribuição de papel- θ é uma relação de um-para-um, i.e., um nominal pode ter, no máximo, um papel- θ .

(Hornstein, 2001: 217)³⁷

³⁵ Como apontado por Rodrigues (2004: 129), Lasnik (1995) critica o sistema de Chomsky, afirmando que ele é redundante e que *Greed* não é necessário para descartar uma derivação como (18) se considerarmos que um papel- θ é um traço do DP a ser checado. Remetemos o leitor a essas duas referências para mais detalhes.

³⁶ Alguns autores propõem que a restrição não se dá sobre o DP, mas sobre o atribuidor de papel temático (o predicado), assumindo que um argumento pode receber mais de um papel- θ , desde que cada papel seja atribuído por um predicado diferente. Schein (1995: 49), por exemplo, assume simplesmente que “A θ -role assigner α assigns a unique θ -role”; como se pode observar, adotar esse tipo de condição não restringe a quantidade de papéis que um argumento pode receber.

³⁷ Os pontos enunciados foram retirados e traduzidos da seguinte passagem no original: “Consider the theta-criterion. It falls into three parts. The first is that all theta-roles of a predicate must be assigned. The second

O autor afirma que as duas primeiras partes do Critério ((19a) e (19b)) podem ser entendidas como instâncias do Princípio de Interpretação Plena, que enuncia a exigência de que todas as expressões tenham uma interpretação na interface C-I (Hornstein, 2001: 217). Dessa forma, o autor mostra que é possível traduzir essas partes do Critério simplesmente como condições de legibilidade, o que é, inclusive, conceitualmente desejável do ponto de vista minimalista. O problema, segundo o autor, reside na terceira parte, (19c): essa correspondência um-para-um não é uma condição de interface e não segue logicamente de nenhum princípio; trata-se de uma condição interna de um módulo da gramática, conceitualmente desnecessária se esse módulo for eliminado (Hornstein, 2001: 217). De uma perspectiva minimalista, portanto, não há nada que impeça um argumento de receber mais de um papel temático. Concordamos com Hornstein (2001) nesse aspecto.

Uma vez garantido que não há nenhuma condição de legibilidade proibindo um DP de receber mais de um papel- θ , precisamos nos certificar de que o movimento para posições- θ não é barrado por outras razões — o que nos leva a discutir a questão apontada em (ii). Como vimos anteriormente, o quadro minimalista delineado por Chomsky impede o movimento para posições temáticas ao entender que ele não seria fruto de *Greed* e que isso provocaria uma violação da Condição de Último Recurso. Como também foi dito, esse raciocínio é construído com base na hipótese de que papéis temáticos não são traços formais. Ora, mas os pressupostos minimalistas não exigem que essa hipótese seja necessariamente admitida. De fato, isso já foi notado na literatura gerativa: há autores que rejeitam essa suposição a respeito da natureza de papéis temáticos e assumem que papéis- θ são traços (cf. Bošković, 1994; Hornstein, 1999, 2001; Ferreira, 2000; entre outros). Como explica Hornstein (1999: 79; 2001: 79), tratar um papel- θ como um traço a ser checado permite que se respeite *Greed*, uma vez que um DP se moveria para uma posição- θ com o intuito de checar esse traço. Isso significa que, do ponto de vista teórico, portanto, não há nada que proíba o movimento para posições- θ .

Interessantemente, do ponto de vista empírico, essa restrição também não parece ter fundamento. A esse respeito, Ferreira (2000) mostra que uma teoria que permite o movimento para posições- θ é capaz de explicar os mesmos dados que aparentemente dão suporte empírico para uma teoria que defende a impossibilidade desse movimento. Vejamos a seguir alguns dos argumentos reunidos pelo autor. Em primeiro lugar,

is that every nominal must have a theta-role. The third is that theta-role assignment is one-to-one, i.e. a nominal can have at most one theta-role” (Hornstein, 2001: 217).

retornemos ao caso do verbo *hit* ('bater'), que atribui/cheça Caso acusativo ao seu argumento interno. Ferreira (2000: 7–8) explica que é possível que alguém pense que uma sentença como (20a) é agramatical porque o argumento *John*, depois de receber um papel temático na posição de argumento interno do verbo, não poderia se mover para [Spec, ν] para receber outro papel- θ , o que explicaria a inexistência da derivação em (20b):

(20) a. *John hit.
'João bateu'.

b. [TP John_i [_{VP} t_i ν [_{VP} hit t_i]]]

(Ferreira, 2000: 7)

No entanto, o autor argumenta que essa suposição não é necessária para se descartar a derivação em (20b) e explicar a agramaticalidade de (20a). Como aponta o autor, a chave para explicar a má formação dessa construção reside na atribuição de Caso, não na atribuição de papel- θ : como o verbo *hit* atribui Caso acusativo, *John* teria seu traço de Caso eliminado ao se relacionar com a sonda ν , estando impossibilitado de se mover posteriormente para [Spec, T] porque já estaria inativo nesse momento da derivação (Ferreira, 2000: 8). Dessa forma, a agramaticalidade da sentença em (20a) poderia ser explicada independentemente de se aceitar ou não a hipótese de movimento para posições- θ .

Agora retornemos ao caso exemplificado em (18), que apresenta um verbo HIT hipotético, que seria igual a *hit* em tudo, com a exceção de que HIT não atribui/cheça Caso acusativo. Por ser incapaz de atribuir Caso, esse verbo deve permitir a derivação em (20b) (esquema semelhante ao apresentado em (18)), caso ele exista, como explica Ferreira. Segundo o autor, para aqueles que argumentam contra a possibilidade de movimento para posições- θ , um verbo como HIT não deve existir, uma vez que a proibição desse tipo de movimento seria a única razão para impedir essa derivação, que não poderia mais ser explicada em termos de Caso; em contrapartida, os defensores da possibilidade de movimento para posição- θ preveem que esse tipo de verbo pode existir sem problemas (Ferreira, 2000: 8–9).

De fato, a existência de verbos como HIT é atestada. Conforme explica Ferreira (2000: 9), verbos como *wash* ('lavar'), *shave* ('barbear') e *dress* ('vestir') apresentam uma alternância interessante, de modo que permitem que seu complemento seja foneticamente realizado ou não (vide (21a) e (21b)). Segundo o autor, se admitirmos,

seguindo Hornstein (1997), que esses verbos são atribuidores opcionais de Caso acusativo e que a derivação da variante em (21b) é a que se encontra em (21c) (igual a (20b)), então esse tipo de verbo traria a comprovação empírica de que um verbo como HIT existe, contrariando a hipótese daqueles que argumentam contrariamente à possibilidade de movimento para posições- θ e corroborando a expectativa daqueles que a defendem (cf. Ferreira, 2000: 9).

- (21) a. John shaved himself.
 ‘João se barbeou’.
- b. John shaved.
 ‘João barbeou’.
- c. [TP John_i [_{VP} t_i v [_{VP} shaved t_i]]]

(Ferreira, 2000: 9)

O segundo argumento com base em evidência empírica que é apresentado por Ferreira (2000) e que favorece a hipótese de que o movimento para posições- θ é possível advém do par de verbos *believe* (‘acreditar’) e BELIEVE. Como afirma o autor, o raciocínio por trás desses verbos é semelhante ao que foi utilizado para explicar o contraste entre *hit* e HIT. Ferreira (2000: 8) explica que a agramaticalidade da sentença em (22a) também pode ser entendida em termos de atribuição de Caso, como no caso de *hit*: a derivação em (22b) seria impossível porque *believe* atribui Caso acusativo, de modo que *John* teria seu traço de Caso apagado antes de poder chegar a [Spec, T]. Assim, vê-se que a explicação para a agramaticalidade de (22a) não depende de nenhuma suposição a respeito do movimento para posições- θ .

- (22) a. *John believes to be intelligent.
 ‘João acredita ser inteligente’.
- b. [TP John_i [_{VP} t_i v [_{VP} believes [TP t_i to be intelligent]]]]

(Ferreira, 2000: 7)

Com relação ao verbo hipotético BELIEVE, que seria igual a *believe*, mas sem poder atribuir Caso acusativo, Ferreira (2000: 9) afirma que sua existência não seria prevista por aqueles que defendem a impossibilidade do movimento para posições

temáticas, pelo mesmo motivo que um verbo como HIT não é previsto de acordo com esse posicionamento. No entanto, novamente, para aqueles que defendem o movimento para posições- θ , um verbo como BELIEVE poderia existir tranquilamente (Ferreira, 2000: 9). Dito isso, o autor mostra que esse tipo de verbo existe, de fato: trata-se da classe de verbos de controle, como *try* ('tentar'), exemplificado em (23a). Ferreira (2000: 10) explica que é possível conferir à construção em (23a) a derivação em (23b) (idêntica a (22b)), se admitirmos que *try* se comporta como BELIEVE e que o T da oração encaixada não atribui Caso. As sentenças com verbos de controle, portanto, forneceriam evidência adicional para aqueles que admitem movimento para posições- θ .

- (23) a. John tries to be intelligent.
 'João tenta ser inteligente'.

b. [TP John_i [_{VP} t_i v [_{VP} tries [_{TP} t_i to be intelligent]]]]

(Ferreira, 2000: 10)

Como observa Ferreira (2000: 10), a existência de construções com verbos de controle levou à postulação da categoria PRO, que é utilizada por aqueles que são contrários à hipótese de movimento para posições temáticas para explicar a gramaticalidade de uma sentença como (23a). Nesse caso, essa categoria nula seria o sujeito de um T não-finito encaixado, complemento dos verbos de controle. Dentro desse raciocínio, PRO seria necessário nessas estruturas por ser a única categoria capaz de checar o Caso nulo, atribuído por esse tipo específico de T não-finito (Ferreira, 2000: 10). No entanto, como demonstrado, é possível explicar adequadamente a sentença em (23a) sem a necessidade de se recorrer a PRO. Basta que se considere a possibilidade de movimento para posições- θ e que se aceite a hipótese de que T infinitivo não atribui Caso, o que gerará a derivação em (23b) (Ferreira, 2000: 10; Hornstein, 1999, 2001).

Assim, Ferreira mostra que aceitar a possibilidade de movimento para posições temáticas leva ainda a outra vantagem, que é a de dispensar essas duas estipulações que se mostram desnecessárias quando submetidas a uma análise minimalista: a existência de uma categoria especial PRO e o pressuposto de que apenas um tipo específico de T não-finito atribui Caso a essa categoria, que seria o Caso nulo (Ferreira, 2000: 10). A esse respeito, Hornstein (1999, 2001) mostra que é possível derivar as propriedades de estruturas de controle a partir de uma análise de movimento, demonstrando que a suposta categoria PRO se comporta como um vestígio (cópia) deixado pelo movimento-A do DP

que o “controla”.³⁸ A análise de Hornstein para as referidas construções de controle tem sido chamada de *Movement Theory of Control* (MTC). Em nossa proposta de análise, faremos uso da MTC, na medida em que também entenderemos que as construções depictivas, tipicamente analisadas como estruturas de controle, podem ser derivadas por meio de movimento do DP — que é gerado no interior da *small clause* e se move para uma posição temática na oração matriz. Essa análise será detalhada na próxima seção. Como afirmam Marušič, Marvin & Žaucer (2003: 4), embora Hornstein não trate de predicções secundárias em seu trabalho, uma análise de construções depictivas em termos de movimento é uma extensão natural de sua proposta.

Diante do exposto nesta subseção, fica demonstrado que as questões apresentadas em (i) (possibilidade de um DP receber mais de um papel temático) e em (ii) (possibilidade de um DP se “mover” — ou seja, ocorrer *Copy* e *Merge* desse DP — para uma posição- θ) são compatíveis com o prisma minimalista, juntamente com a hipótese de que papéis temáticos são traços.³⁹ Todas essas assunções são cruciais para a análise que buscaremos apresentar aqui. Assumiremos também que papéis- θ são “atribuídos” ao DP por meio de *Merge* do DP em uma posição temática. É importante destacar que esses pressupostos são coerentes com a hipótese, que também estamos assumindo, de que movimento se reduz a *Copy* + *Merge*: como explica Nunes (2009: 5), se papéis- θ são atribuídos durante o curso da derivação via *Merge*, e se movimento envolve *Merge*, a possibilidade de atribuição de papel- θ por meio de movimento surge naturalmente.

2. Proposta de derivação e de valoração de traços- ϕ nas construções depictivas

Nesta seção, vamos apresentar nossa proposta de derivação para as construções de predicção secundária depictiva, tomando por base os pressupostos elencados na seção anterior. Para tanto, na subseção 2.1, apresentamos algumas hipóteses que estamos assumindo em nossa análise; trata-se de um resumo dos pressupostos apresentados na seção anterior e da introdução de novas hipóteses acerca das sentenças depictivas compatíveis com as características dessas construções. Na subseção 2.2 e na subseção 2.3, apresentamos a proposta de derivação de construções depictivas de sujeito e de objeto, respectivamente.

³⁸ Hornstein se refere a uma subclasse de estruturas de controle, que é a de Controle Obrigatório. Remetemos o leitor a Hornstein (1999, 2001) para um estudo mais aprofundado que fundamenta a *Movement Theory of Control*. Ver também Boeckx, Hornstein & Nunes (2010).

³⁹ Boeckx, Hornstein & Nunes (2010: 82–83) mostram que a MTC é compatível tanto com uma visão configuracional de papéis temáticos quanto com a hipótese que considera papéis- θ como traços.

2.1 Resumo das hipóteses adotadas e estrutura interna da *small clause* depictiva

Tendo em vista as características das construções depictivas que discutimos ao longo deste trabalho e as ferramentas teóricas que apresentamos na seção anterior, é possível resumir as hipóteses que são cruciais para as derivações que vamos propor. Esses pressupostos estão elencados a seguir:⁴⁰

(24) RESUMO DOS PRESSUPOSTOS

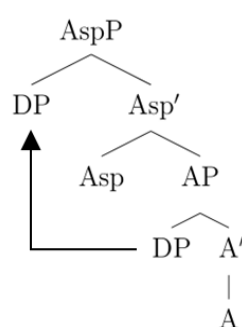
- a. Um mesmo argumento pode receber mais de um papel- θ .
- b. Papel- θ é um traço que o predicado contém e que deve ser checado (ou seja, “atribuído” a um DP).
- c. Um DP recebe um papel- θ ao fazer *Merge* com o sintagma predicativo que tem um papel- θ a atribuir.
- d. “Movimento” é entendido como *Copy + Merge*.
- e. A necessidade de se checar papel- θ pode ativar movimento.
- f. O movimento de argumentos para posições temáticas é permitido.
- g. O sistema permite movimento lateral.
- h. Operações de movimento não se submetem à condição de c-comando, o que significa que um objeto sintático pode se mover para uma posição que não c-comande o seu local de origem.
- i. As relações de concordância se estabelecem por meio da operação *Agree*.
- j. Uma *small clause* depictiva não apresenta uma projeção TP.
- k. *Small clauses* depictivas são adjuntos.
- l. Uma *small clause* depictiva apresenta um sintagma aspectual AspP. Asp é uma categoria funcional ϕ -incompleta e possui traços não-interpretáveis de gênero e número.
- m. Construções de predicação secundária depictiva podem ser entendidas como estruturas de controle.

Dentre os pressupostos apontados, (24a) a (24i) já foram explicados na seção anterior. Assim, o que ainda exige alguma explicação são as hipóteses restantes. (24j) e (24k) seguem como consequência das propriedades das sentenças depictivas que explicamos ao longo desta dissertação (vide Capítulo 1). As *small clauses* não possuem *tense* (‘finitude’), o que pode ser traduzido pela ausência de uma categoria TP (cf. Cardinaletti & Guasti, 1995: 2–4; Den Dikken, 2006: 48). O caráter de adjunto das mini-orações em questão segue do fato de que elas não integram a grade argumental do verbo matriz, sendo dispensáveis.

⁴⁰ A elaboração desse resumo tomou por base a maneira como Hornstein (1999: 78) organizou suas assunções. Além disso, algumas das hipóteses que estamos adotando são partilhadas pelo autor.

Com relação a (24l), estamos pressupondo que um sintagma aspectual AspP é responsável por captar a propriedade *stage level* que um depictivo veicula em uma sentença. Trata-se de uma categoria aspectual que é defectiva, por ser ϕ -incompleta (só possui traços de gênero e número).⁴¹ Esse núcleo Asp seria capaz de tomar como complemento um sintagma AP compatível com suas restrições seletivas. No caso das construções depictivas, Asp seleciona uma projeção AP, que, por sua vez, abriga o depictivo e o seu sujeito (i.e., uma SC à la Stowell). Também estamos supondo que Asp possui um traço [EPP] que vai alçar para seu Spec o DP contido no AP. A estrutura resultante da combinação entre a projeção lexical AP e AspP está esquematizada a seguir:

(25)



Vamos chamar de *small clause*, portanto, toda a projeção AspP. A respeito da estrutura em (25), é preciso observar que ela apresenta apenas o mínimo do que consideramos necessário para caracterizar uma *small clause* depictiva, que é a combinação de uma projeção lexical (na qual o DP receberá um papel temático) e uma projeção funcional Asp, responsável por codificar as propriedades *stage level* desse adjetivo. O núcleo de Asp também será necessário para mediar a relação de concordância entre o DP e o adjetivo, como será explicado a seguir. Ainda sobre a hipótese de que o adjetivo “recebe” a interpretação *stage level* no âmbito da Asp e de que, portanto, a “eventualidade” depictiva é codificada no âmbito de AspP, gostaríamos de observar que essa é apenas uma análise embrionária que estamos assumindo, de modo que suas consequências não foram propriamente verificadas por nós. Em trabalhos futuros, será necessário realizar um estudo semântico e sintático mais apurado para verificar a viabilidade de uma análise como essa. Além disso, é possível que o sintagma adjetival

⁴¹ A ideia de associar uma projeção AspP à propriedade *stage level* surgiu a partir das leituras de Rodrigues (2006) e Felser (1999), que tratam da existência dessa categoria em construções com complementos de verbos de percepção. No entanto, as autoras defendem uma análise diferente daquilo que estamos propondo aqui, além de realizarem considerações muito mais elaboradas a respeito dessa categoria.

seja mais complexo do que o que está sendo suposto aqui — englobando, por exemplo, um *aP* (vide nota de rodapé n. 44 deste capítulo).

Por fim, com relação a (24m), assumimos que as construções depictivas podem ser analisadas como construções de controle porque apresentam algumas características típicas de sentenças de controle obrigatório (cf. Hornstein, 1999). Por exemplo, a sentença em (26a) mostra que o depictivo deve ter um antecedente.⁴² As sentenças em (26b) mostram que, quando há elipse do depictivo, veicula-se uma leitura *sloppy*. A sentença em (26c) mostra que a categoria nula que é sujeito do depictivo é interpretada como uma variável ligada quando controlada por um “Só-DP” (cf. Hornstein, 1999; Nunes, 2014; Ferreira, 2000; Fong, 2015; etc.).⁴³

- (26) a. *Choveu cansado.
- b. (i) O João_k estudou cansado e a Maria_j também.
(*Maria_j também estudou ec_j/*_k cansada*)
(ii) ?O João comeu uma pizza crua e uma carne também.
- c. Só o João estuda cansado.

Estamos supondo que esse tipo de característica basta para que consideremos as sentenças depictivas como instâncias de construções de controle. A seguir, tratamos, finalmente, da derivação das construções depictivas.

2.2 Derivando construções depictivas de sujeito

Consideremos a seguinte sentença transitiva em (27), que contém um predicado secundário depictivo (*cansado*) orientado para sujeito (*O João*).

⁴² Sentenças com um argumento implícito, como *Essa música não pode ser cantada bêbado*, apresentada no capítulo anterior, entrariam em outro paradigma (pareando com sentenças com sujeito indefinido, por suposição), que não estamos considerando aqui. Nosso interesse neste capítulo reside apenas nas construções em que a categoriza vazia que é sujeito da *small clause* possui um referente.

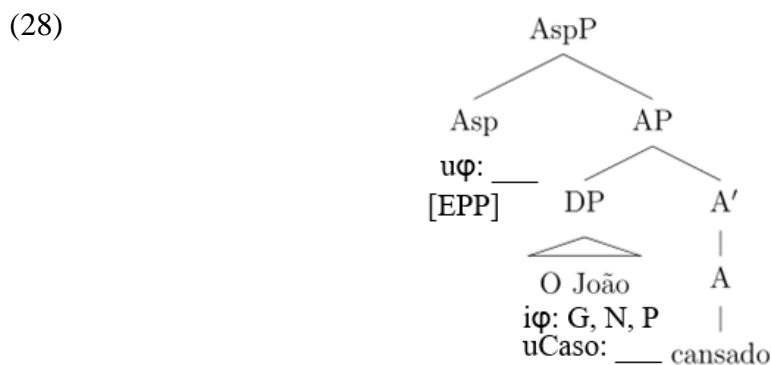
⁴³ As sentenças em (26) foram elaboradas com base nas seguintes construções com gerúndio apresentadas em Fong (2015: 110, 161) diante de diagnósticos de controle:

- (i) *Choveu caminhando no parque.
(ii) O João deixou o filho brincando e a filha também.
(iii) A Maria_i corre ouvindo música e o João também.
(iv) Somente o João corre ouvindo música.

Agradeço ao professor Jairo Nunes por me ajudar com a elaboração do dado em (26a) na ocasião da minha defesa. Gostaria também de observar aqui que teria sido interessante explorar a relação (e as eventuais similaridades) entre a análise que buscamos desenvolver neste trabalho e a proposta de Fong (2015) para as construções com gerúndio, o que não fizemos por uma questão de tempo.

(27) O João_i leu a carta cansado_i.

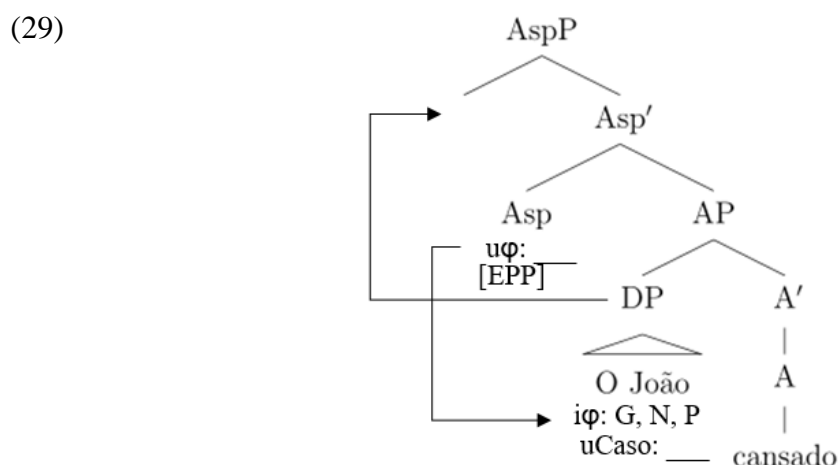
Como argumentamos ao longo deste trabalho, a derivação dessa sentença envolve a formação de uma SC na qual são gerados o DP [O João] e seu predicado, o depictivo *cansado*. Voltemos nossa atenção para a derivação dessa *small clause* depictiva primeiramente. O DP [O João] é retirado da Numeração e faz *Merge* com o adjetivo depictivo *cansado*.⁴⁴ Ao fazer *Merge* com o adjetivo, o DP recebe um papel temático. Forma-se, assim, a projeção AP.⁴⁵ Em seguida, um núcleo Asp é retirado da Numeração e faz *Merge* com esse AP. O DP entra na derivação com um traço não-interpretável de Caso e com um conjunto de traços-φ interpretáveis (para gênero, número e pessoa). Asp, por sua vez, entra na derivação com um conjunto incompleto de traços-φ e com um traço [EPP]. Quando ocorre *Merge* de Asp, a derivação atinge o passo exemplificado em (28):



⁴⁴ Observamos que o adjetivo não entra na derivação com os morfemas de gênero e número, mas vai adquirilos no curso da derivação (no movimento a Asp). Portanto, entenda-se que a palavra “cansado” aqui representa apenas a raiz do adjetivo, e não sua forma final flexionada.

⁴⁵ A rigor, o AP não deveria possuir projeções vácuas (o nível A'), se seguirmos a lógica minimalista. Ao ser representada da forma indicada, essa estrutura se conforma à *small clause* clássica de Stowell. Assim, talvez fosse mais adequado representar a projeção AP como [_{AP} [_{DP} O João] cansado] simplesmente. Contudo, observamos que parece haver evidência empírica de que o sujeito de um predicado adjetivo se localiza na posição de especificador do predicado, e não como seu complemento, uma vez que os complementos de adjetivos no português são introduzidos por preposição, como mostram os seguintes exemplos: Chateado *com ele*. / Cansado *de sofrer*. / Feliz *por você ter vindo* (se assumirmos que esses elementos são, de fato, complementos do adjetivo). A esse respeito, remetemos o leitor ao trabalho de Cinque (1990). Também é possível, como sinalizamos anteriormente, que a projeção adjetival seja mais complexa do que o que estamos supondo aqui, envolvendo um núcleo funcional Pr ou *a* mediando a relação de predicação, de modo a tomar como complemento o AP, da seguinte maneira: [_{aP} [_{DP} O João] [_{a'} a [_{AP} cansado]]]. De fato, essa é uma possibilidade; no entanto, não estamos adotando essa opção aqui por dois motivos: (i) essa análise exigiria um estudo mais aprofundado sobre a relação de predicação, o que não fizemos neste trabalho; (ii) precisaríamos motivar a postulação de uma projeção *aP* ou *PrP*, o que também implica um estudo mais detalhado. Para os propósitos desta dissertação, a *small clause* de Stowell basta, pois nosso foco é nas relações de concordância estabelecidas em uma construção depictiva e nos movimentos que aí ocorrem. O detalhamento da projeção adjetival e da natureza da relação de predicação fica para trabalhos futuros.

Como se verifica em (28), os traços- ϕ não-interpretáveis de Asp e os traços- ϕ interpretáveis compatíveis do DP estabelecem uma relação sonda-alvo, visto que os traços relevantes do DP estão no domínio de c-comando dos traços de Asp que atuam como uma sonda. Como estão asseguradas as condições para o sistema sonda-alvo, a relação *Agree* pode ocorrer sem problemas. A representação em (29) exemplifica isso, mostrando que os traços- ϕ do DP funcionam como um alvo para os traços- ϕ de Asp, além de apontar que o DP pode se deslocar para [Spec, Asp] para satisfazer o traço [EPP] desse núcleo.⁴⁶



Contudo, como dissemos, Asp possui um conjunto incompleto de traços- ϕ , uma vez que prescinde do traço [pessoa], e apresenta apenas os traços não-interpretáveis de [gênero] e [número].⁴⁷ Assim, trata-se de uma sonda defectiva, incapaz de valorar e de apagar o traço não-interpretável de Caso do DP. Mesmo assim, na relação de concordância com os traços- ϕ do DP (especificados como masculino, singular e 3ª pessoa), Asp tem seu conjunto de traços- ϕ valorados (como masculino e singular). Com o movimento do DP para [Spec, Asp], o traço [EPP] é satisfeito. O DP deixa uma cópia em sua posição de origem. Nesse momento, a derivação atinge o estado em (30).

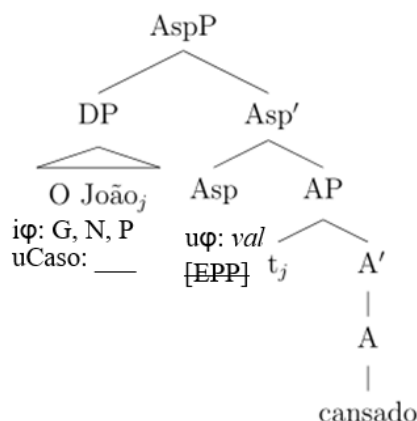
⁴⁶ Seguindo uma sugestão feita pelo professor Jairo Nunes, poderíamos encontrar uma motivação para o movimento do DP para a posição de [Spec, Asp] (i.e., uma motivação para “EPP”) por meio da análise do quantificador *tudo* em sentenças como a seguinte, assumindo-se que o quantificador *tudo* permaneceria enclado em uma posição mais baixa:

(i) Eles comeram a carne *tudo* crua.

Observamos, no entanto, que não tivemos tempo de explorar esse argumento neste trabalho, de modo que fica pendente para trabalhos futuros desenvolver essa explicação para o movimento do DP.

⁴⁷ Nesse tipo de derivação, é possível que o adjetivo (ou Asp) possua um traço não-interpretável de Caso, visto que há línguas que exibem caso morfológico no depictivo (cf. Marušič, Marvin & Žaucer, 2003). No entanto, como o PB não apresenta morfologia de caso no adjetivo, não estamos assumindo isso aqui.

(30)



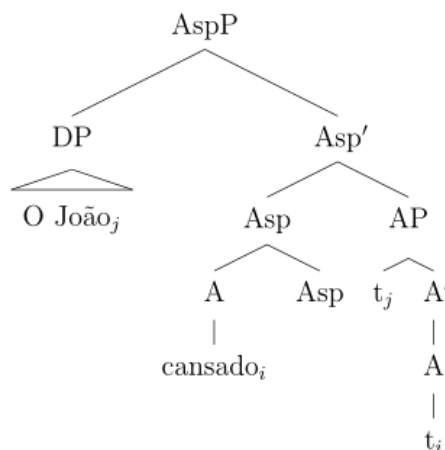
Em seguida, o adjetivo se move e se adjunge a Asp, vide (31). Esse tipo de movimento também pode ser entendido como uma instância de *Copy* e *Merge*.⁴⁸ Estamos supondo que quando o adjetivo (melhor dizendo, a raiz do adjetivo) se adjunge a Asp, ele adquire a morfologia de concordância relevante por meio dos traços-φ valorados de Asp — no caso, a morfologia de gênero (masculino) e número (singular). Isso explicaria o fato de os adjetivos no PB concordarem com seu referente em gênero e número, mas não em pessoa. Além disso, estamos supondo que é por meio da adjunção ao núcleo desse sintagma aspectual que o adjetivo adquire a interpretação *stage level* típica dos predicados depictivos. *Grosso modo*, a projeção funcional AspP pode ser entendida como a realização sintática de um evento (cf. Felser, 1999; Rodrigues, 2006: 80).^{49,50}

⁴⁸ Boeckx, Hornstein & Nunes (2010: 86) explicam como o movimento de V-para-T ocorre sob a análise de *sideward movement*. Estamos supondo que aqui ocorreria algo semelhante. Ademais, é possível fazer um paralelo entre o movimento de A para Asp e o movimento de V-para-T ou de V para *v* (cf. Adger, 2002: 137), mas não vamos fornecer explicações adicionais sobre isso.

⁴⁹ Ressaltamos que as referidas autoras, ao tratarem de Asp, lidam com configurações um tanto diferentes das que estamos tentando delinear neste capítulo e focam em outro tipo de sentença (notadamente, sentenças com verbos de percepção). Apenas importamos das autoras a associação entre Asp e propriedades *stage level* e sinalizamos o fato de que tanto nossa análise quanto a das autoras lidam com uma projeção AspP. Nossa análise não tem a pretensão de ir além disso; na realidade, parece-nos bem evidente, a esse ponto, que precisamos explorar mais a fundo as propriedades aspectuais das construções depictivas e desenvolver melhor essa análise em termos da categoria Asp.

⁵⁰ Se admitirmos uma linha de análise como a de Fong (2015), no caso de uma construção depictiva em que o predicado secundário é um gerúndio (e.g., *O João fez a tarefa chorando*), o núcleo Asp seria realizado como o morfema {-ndo}. A respeito de Asp, observamos que esse núcleo tem sido utilizado em diferentes análises para lidar com fenômenos relativamente distintos (cf. Moutella, 1995; Lunguinho, 2011; Felser, 1999; entre outros). Diante disso, é possível que cada situação que conta com uma projeção AspP envolva a ativação de um subconjunto específico de traços de Asp, mas isso é apenas uma especulação de nossa parte. Um estudo detalhado sobre a natureza de Asp e sobre os seus traços fica pendente.

(31)

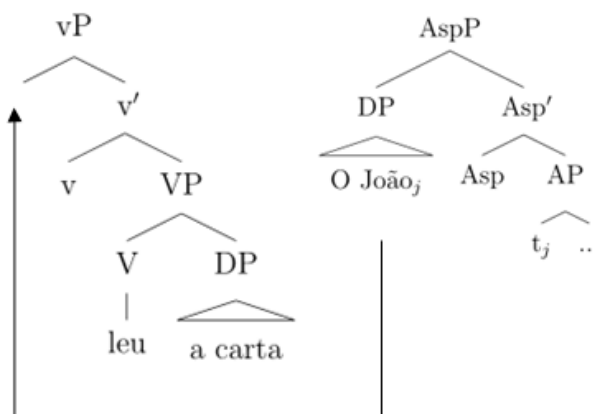


Nesse ponto da derivação, o DP não teve seu traço de Caso valorado, de modo que ele continua ativo para realizar movimento para uma posição-A e para participar de outras relações de concordância. Voltemos nossa atenção agora para a derivação da oração matriz, que contém o verbo *ler*. No caso dessa oração, ocorre primeiramente o *Merge* do verbo *leu* com o DP [a carta], ambos retirados da Numeração. Por meio desse *Merge*, que forma o VP, o DP, o argumento interno do verbo, recebe um papel temático.

Em seguida, um v é retirado da Numeração e faz *Merge* com o VP. O conjunto completo de traços- ϕ de v é uma sonda que procura em seu domínio por um alvo. Encontra o conjunto de traços- ϕ interpretáveis do DP (especificados como feminino, singular, 3^a pessoa), que são compatíveis com a sonda. O v e o DP entram uma relação de *Agree*, de forma que os traços não-interpretáveis da sonda são valorados e, como consequência da relação de concordância com v , o DP [a carta] tem seu traço de Caso valorado como acusativo. Uma vez que esse DP tem seu traço de Caso checado, ele não pode mais se mover. No entanto, v ainda tem outro papel temático a atribuir a um argumento externo em [Spec, v].

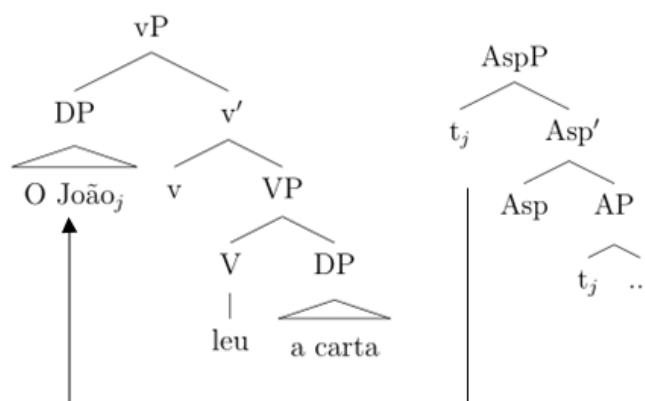
Estamos supondo que a necessidade de se atribuir/checar papel- θ pode ativar movimento; portanto, é justamente isso que vai disparar o movimento do DP [O João] da *small clause* AspP para essa posição. O esquema em (32) ilustra essa possibilidade.

(32)



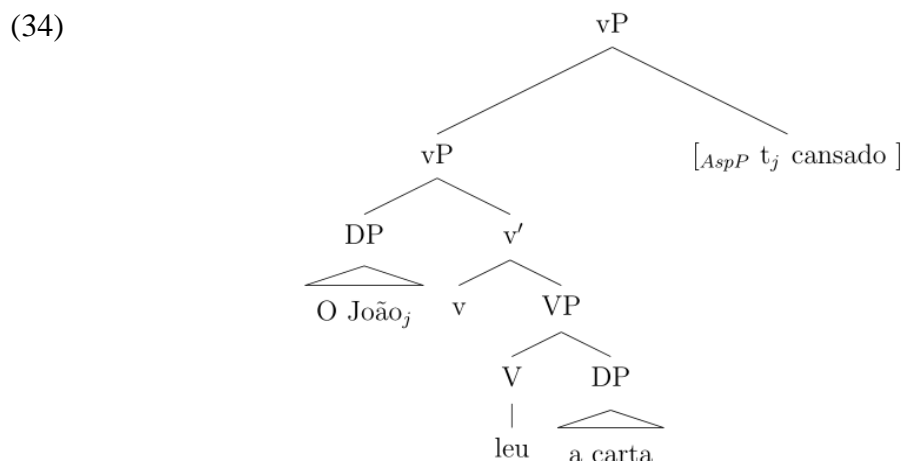
Não há na Numeração um DP que possa checar o papel- θ remanescente de v . O sistema, então, faz uma cópia do DP [o João], que ainda está ativo para participar de movimento-A. Posteriormente, ocorre *Merge* dessa cópia com a estrutura formada pela derivação da oração matriz; ou seja, o DP em questão “se move” para [Spec, v]. Trata-se de uma instância de movimento lateral. Conforme exposto na seção anterior, um objeto não precisa se mover para um local que c-comande a posição de onde ele saiu. Assim, o tipo de movimento que ocorre aqui é compatível com os pressupostos teóricos que estamos assumindo. Esse “deslocamento” está exemplificado em (33). Em [Spec, v], o DP [O João] recebe um segundo papel temático, pois nesse local ele checa o papel- θ externo atribuído por v via *Merge*. Fica explicado, assim, de que modo um único DP recebe dois papéis temáticos em uma construção de predicação secundária.

(33)



Em seguida, ocorre *Merge* de AspP (a *small clause*) com o v P que foi formado após o *Merge* do DP [O João] em seu especificador. É por meio do *Merge* de AspP com v P que a *small clause* se torna um adjunto de v P. É importante frisar que o *Merge* de AspP ocorre *após* o movimento do DP [O João], i.e., antes de AspP se tornar um adjunto: isso

garante que não haja nenhuma violação envolvendo a extração de adjuntos, que são entendidos como ilhas (objetos sintáticos a partir dos quais a extração de elementos é proibida ou muito difícil) (cf. Nunes, 2014: 82; Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010: 93). A representação ilustrada em (34) mostra a estrutura formada após essa adjunção de AspP a vP.^{51,52}

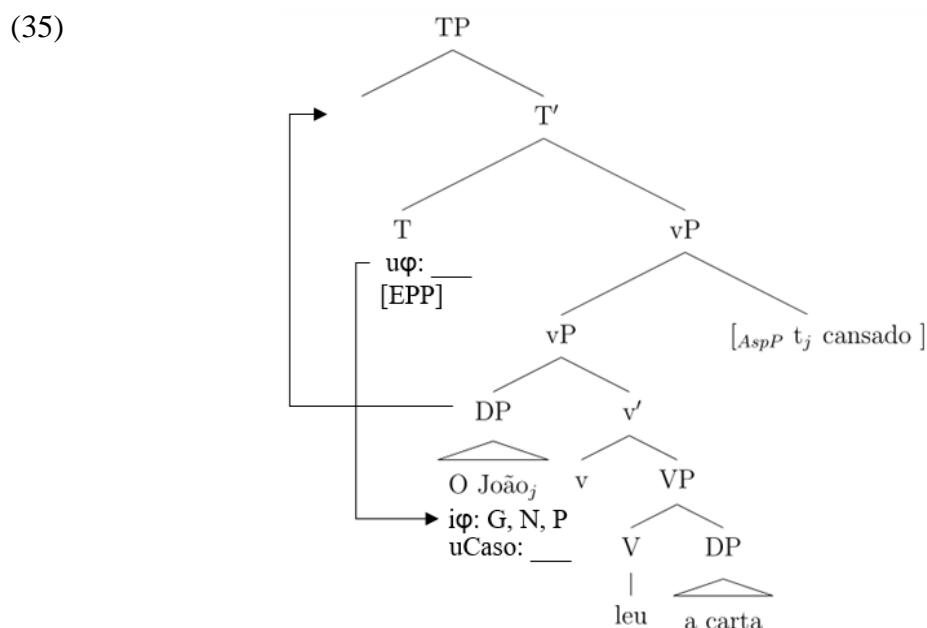


Após a adjunção da mini-orção, a derivação segue normalmente. Retira-se da Numeração T, que possui um conjunto completo de traços- ϕ não-interpretáveis e um traço [EPP] que deve ser satisfeito pelo *Merge* de um sintagma na posição de especificador em TP. Ocorre o *Merge* de T e do vP formado após a adjunção. Nesse estágio, nota-se que o conjunto de traços- ϕ de T atua como uma sonda que pode estabelecer *Agree* com um alvo em seu domínio. O conjunto de traços- ϕ interpretáveis do DP [O João] é compatível com essa sonda, de forma que sonda e alvo fazem *matching*. Nota-se que o DP em questão não teve seu Caso valorado na posição [Spec, v], de modo que ele ainda pode se mover e

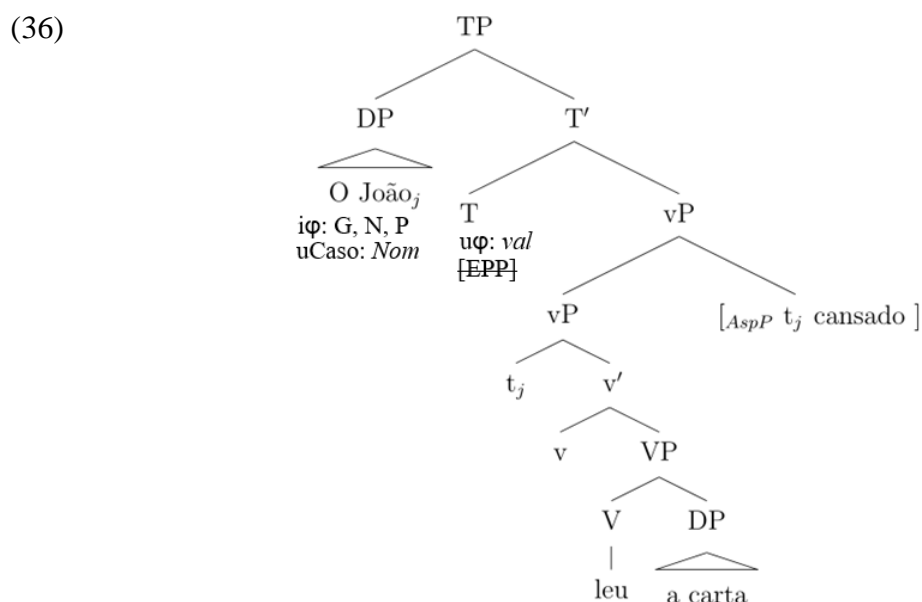
⁵¹ É possível associar a adjunção de AspP (à oração matriz) ao fato de que o evento denotado na predicação secundária (*João cansado*) está temporalmente “ancorado” à oração principal (a ideia semântica de que “João leu o livro quando estava cansado”, como visto no Capítulo 1 deste trabalho). No entanto, nós não desenvolvemos essa ideia aqui, de modo que fica pendente para trabalhos futuros uma análise que capte corretamente as propriedades temporais das construções depictivas.

⁵² Não adotamos uma teoria de adjunção específica, mas, de maneira geral, supomos que não haveria um tipo distinto de *Merge* para lidar com a adjunção (em oposição ao *Merge* de argumentos, por exemplo), diferentemente do que é proposto por Chomsky (2000, entre outros). Contudo, reconhecemos que XPs adjuntos têm propriedades bastante distintas de argumentos (por exemplo, não recebem papéis temáticos, não fazem parte da grade argumental do verbo, etc.). Reconhecemos também que um trabalho mais rigoroso sobre predicação depictiva requer uma análise mais elaborada a respeito dos processos de adjunção, o que não tivemos tempo de realizar aqui. Basicamente, a adjunção de um XP a uma determinada projeção (seu “alvo”) teria as propriedades gerais de não alterar a informação da categoria desse alvo, não modificar o nível dessa projeção (i.e., conservar o “nível-barras” do alvo) e fazer o adjunto herdar as propriedades relativas à categoria da projeção à qual se adjunge (Hornstein & Nunes, 2008: 59–60).

estabelecer concordância com os traços- ϕ de T. A representação em (35) mostra as características e propriedades que acabamos de descrever.



Como sonda e alvo estão em uma relação apropriada, ocorre a operação *Agree*. Os traços- ϕ não-interpretáveis de T são valorados em conformidade com os valores do conjunto de traços- ϕ de *O João*. Como T é ϕ -completo, ele é capaz de valorar o traço de Caso do DP (como nominativo). O movimento de *O João* para [Spec, T] satisfaz [EPP] de T. Tendo seu traço de Caso valorado, o DP fica, então, incapaz de realizar outros movimentos-A. Atinge-se o ponto exemplificado em (36).



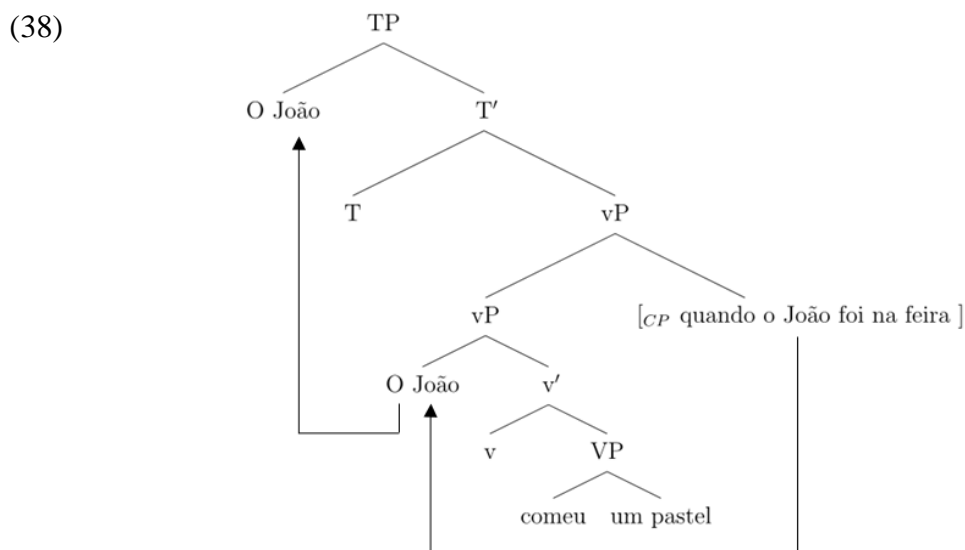
A derivação termina com a formação do CP da oração matriz. Nota-se que, a essa altura, todos os traços não-interpretáveis foram valorados/checados, de forma que a derivação pode convergir sem problemas.

Um aspecto interessante a respeito da análise que acabamos de propor para as construções depictivas de sujeito é o fato de ela ser semelhante à proposta de Ferreira (2000) para as construções com sujeito nulo em adjuntos, como (37):

(37) O João comeu um pastel quando foi na feira.

(Ferreira, 2000: 52)

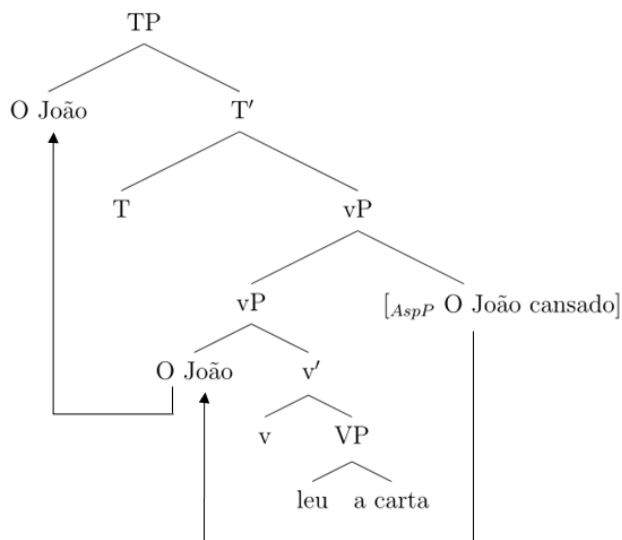
Para esse tipo de sentença, Ferreira (2000) propõe a seguinte derivação representada pelo esquema em (38), que, conforme o autor, é inspirada na análise de Hornstein (1998) para as construções de controle de PRO dentro de adjuntos (a partir da posição de sujeito).



(Ferreira, 2000: 52; adaptado)

Compare-se a análise de Ferreira (2000) em (38) com nossa proposta de derivação para construções depictivas orientadas para sujeito, com os movimentos esquematizados em (39):

(39)



De fato, as duas análises possuem semelhanças. Ferreira (2000) propõe que T finito na oração adjunta em questão tem um conjunto incompleto de traços- ϕ , de modo que não é capaz de atribuir Caso ao DP *O João*. Como esse DP não tem seu traço de Caso valorado, ele continua ativo para participar de movimentos-A posteriores. Em nossa proposta para as construções depictivas, o Caso do DP também não é valorado na mini-oração, pois Asp é ϕ -incompleto. Ferreira (2000) também assume a possibilidade de movimento para posições temáticas, o que leva o DP *O João* a se mover para [Spec, v] e receber um papel- θ nessa posição. O autor também assume a possibilidade de movimento lateral proposta por Nunes (1995, 2001, entre outros).

Assim, vê-se que a proposta de Ferreira (2000) para a derivação de sentenças com sujeito nulo em adjuntos e o nosso esboço de análise para as construções depictivas de sujeito coincidem nos aspectos apontados. Contudo, nós divergimos do autor no seguinte ponto: para explicar alguns dados do PB, o autor faz uso crucial da proposta de Nunes de que movimento é o resultado de *Copy + Merge + Formar Cadeias + Reduzir Cadeias* e de que o apagamento de cópias se dá no interior de uma cadeia (que, por sua vez, exige c-comando entre cópias) (cf. Ferreira, 2000: 53; Nunes, 1995, 2001, 2004). Assim, para que a sentença em (38) seja linearizada, é fundamental, para o autor, o fato de que a cópia mais alta na posição de [Spec, T] esteja c-comandando as demais cópias do DP. Nós, diferentemente, não estamos assumindo nenhuma posição a respeito da linearização das sentenças depictivas. Embora seja possível importar a análise de Nunes a respeito da formação de cadeias para fins de linearização para as construções depictivas de sujeito, o

mesmo não poderá ser dito para as sentenças com depictivos de objeto. Retornaremos a esse assunto ao fim da próxima subseção.

2.3 Tentativa de derivar construções depictivas de objeto (e alguns problemas)

Vamos supor que a derivação das sentenças que contêm um depictivo orientado para objeto direto seja relativamente similar à derivação que detalhamos na subseção anterior, diferindo no local para onde o DP sujeito da *small clause* vai se mover. Tendo isso em mente, vamos apresentar os passos derivacionais nesta subseção de uma maneira mais simplificada. A sentença que temos em mente aqui é a que se encontra em (40). O adjetivo depictivo é *crua*, que está orientado para o DP *a carne*.

(40) O João comeu a carne_i *crua*_i.

Primeiramente, vejamos a derivação da mini-oração. O sintagma *a carne* recebe um papel temático quando ocorre *Merge* entre esse DP e o adjetivo *crua*. Em seguida, um núcleo Asp é retirado da Numeração e faz *Merge* com a estrutura recém-formada pelo DP e pelo AP. Isso resulta no passo em (41):

(41) [_{AspP} Asp [_{AP} [_{DP} a carne] [*crua*]]]

O conjunto incompleto de traços- ϕ de Asp são uma sonda, procurando por um alvo em seu domínio de c-comando. Asp também possui um traço [EPP]. O DP entra na derivação com um conjunto interpretável de traços- ϕ e com um traço de Caso não-interpretável, não valorado. Ocorre *Agree* entre sonda e alvo, de forma que Asp tem seu conjunto de traços- ϕ valorado, mas Asp não consegue valorar o traço de Caso do DP, visto que Asp é ϕ -incompleto. O movimento (i.e., *Copy* e *Merge*) do DP para [Spec, Asp] apaga o traço [EPP] de Asp. O adjetivo se move e se adjunge para o núcleo Asp, recebendo as informações morfológicas necessárias para sua flexão em gênero e em número e a informação semântica *stage level*. Esses passos levam ao estágio derivacional representado em (42), de modo que os vestígios e índices aqui apenas indicam os movimentos por cópia que foram efetuados na derivação.

(42) [_{AspP} [_{DP} a carne]_j [_{Asp'} *crua*_i + Asp [_{AP} t_j t_i]]]

Quanto à oração matriz, ocorreria primeiramente a formação do VP. Aqui, o verbo precisa atribuir um papel temático interno, o que pode ser feito, em princípio, por meio de *Merge* de um elemento na Numeração ou por meio do movimento de um elemento (cf. Nunes, 2014: 83). Portanto, no caso da derivação que estamos analisando aqui, o sistema tem a opção de fazer uma cópia do DP *a carne*, contido na *small clause*, e *Merge* desse DP com o verbo *comeu*, o que seria uma instância de movimento lateral. Essa possibilidade está representada em (43), em que K representa AspP, L representa o verbo (objeto sintático separado de K) e M apresenta o objeto formado após o movimento lateral (ou seja, a cópia de *a carne* a partir de K e *Merge* dessa cópia com L).^{53,54}

- (43) a. K = [a carne crua]
 L = [comeu]
- b. K = [a carneⁱ crua]
 M = [comeu a carneⁱ]

Depois que ocorre o referido movimento lateral do DP [a carne] para a posição de complemento do verbo, esse sintagma recebe o seu segundo papel temático. Depois, a mini-orção é adjungida ao VP, atingindo-se o passo derivacional em (44):

- (44) [VP [VP comeu a carne_j] [AspP t_j crua]]

Em seguida, ocorre *Merge* de *v* com a estrutura formada em (44). O conjunto completo de traços- ϕ não-interpretáveis de *v* atua como uma sonda, e em seu domínio está um alvo, o conjunto de traços- ϕ interpretáveis do DP [a carne]. Sonda e alvo entram em uma relação de concordância; os traços- ϕ de *v* são valorados e o traço de Caso do DP é valorado (como acusativo). Em seguida, ocorre *Merge* de *O João* em [Spec, *v*], de forma que esse DP recebe um papel- θ externo. Chega-se ao estágio em (45):

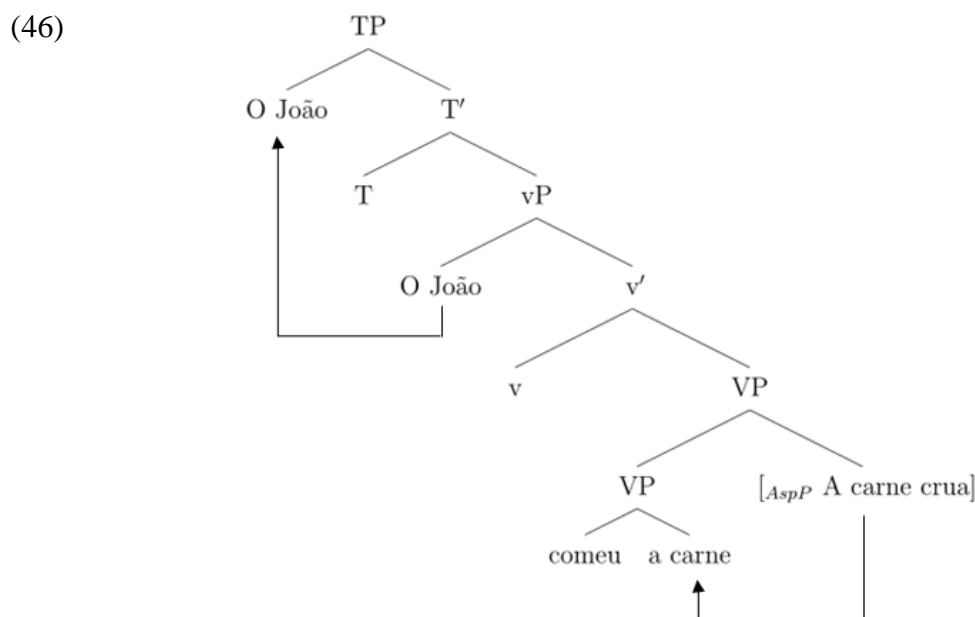
- (45) [_{VP} O João [_{v'} v [_{VP} [VP comeu a carne_j] [AspP t_j crua]]]]

A derivação continua, com a seleção de um T da Numeração que contém um conjunto completo de traços- ϕ não-interpretáveis e um traço [EPP] a ser satisfeito. Ocorre

⁵³ Nós elaboramos o esquema apresentado com base em Nunes (2014: 83).

⁵⁴ Como nos apontou o professor Jairo Nunes, essa tentativa de derivação viola o princípio *Merge-over-Move*. Isso será comentado por nós mais à frente e é justamente um dos problemas que nós identificamos com essa tentativa de derivação das construções depictivas de objeto direto.

Merge de T e vP. Os traços- ϕ de T são uma sonda e procuram um alvo em seu espaço de busca: encontram o DP [O João], que possui traços- ϕ interpretáveis. Ambos entram em uma relação de concordância e a operação *Agree* valoriza os traços- ϕ não-interpretáveis da sonda conforme os valores especificados no DP. Sendo ϕ -completo, T consegue valorar o traço de Caso do DP [O João] (como nominativo). O movimento desse DP para [Spec, T] apaga o traço [EPP] de T. Os movimentos que ocorrem nessa derivação estão esquematizados na representação em (46). A derivação termina com a formação de CP.



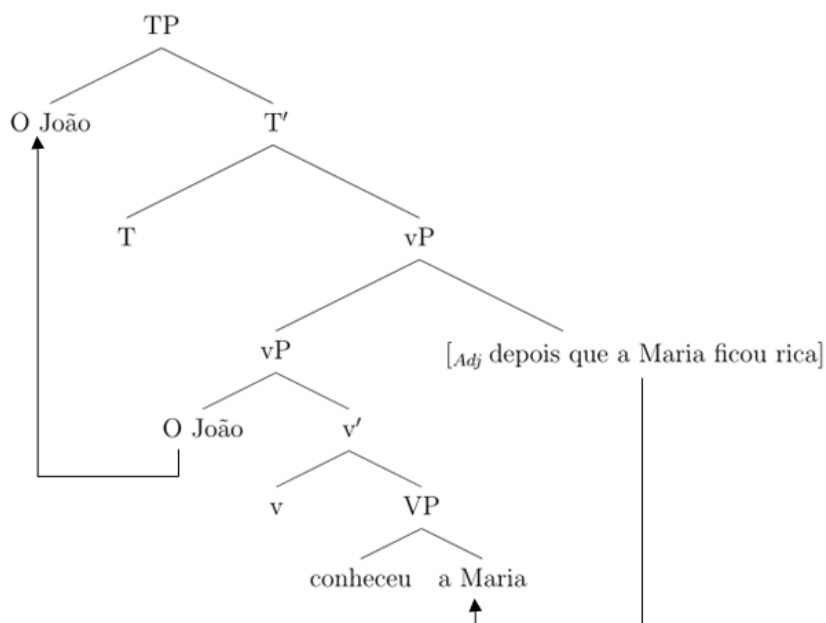
Na derivação de que acabamos de tratar, todos os traços não-interpretáveis foram valorados e podem ser apagados. Dentro da proposta que tentamos esboçar aqui, só conseguimos chegar a esse ponto na análise desse tipo de construção. No entanto, essa proposta para as sentenças depictivas de objeto direto enfrenta problemas e deve ser repensada, especialmente se levarmos em conta outros fatos da língua e considerações de economia. Vamos apresentar dois desses problemas a seguir.

Em primeiro lugar, observemos a sentença agramatical em (47), que contém um sujeito nulo em uma oração adjunta controlada por um objeto direto (diferentemente de (37)). Para explicar a agramaticalidade dessa construção, Ferreira (2000: 54) supõe que a derivação dessa sentença ocorreria conforme esquematizado em (48), com o movimento lateral de *a Maria* (da posição de sujeito da oração adjunta para a posição de objeto da oração principal). Nota-se que essa derivação é semelhante à nossa proposta em (46).

(47) *O João conheceu a Maria depois que ficou rica.

(Ferreira, 2000: 54)

(48)



(Ferreira, 2000: 55; adaptado)

A respeito da derivação em questão, o autor observa que ela não se encontra em uma configuração na qual Reduzir Cadeias pode ser aplicada, uma vez que não há c-comando entre as cópias de *a Maria* e, conseqüentemente, não há formação de cadeia (Ferreira, 2000: 54). Assumindo a proposta de Nunes, o autor explica que a estrutura não pode ser linearizada porque haveria mais de uma cópia visível no componente fonológico, uma vez que a operação que apagaria uma das cópias não pôde ser aplicada (Ferreira, 2000: 53–54). Isso explicaria, portanto, a agramaticalidade de (47). Nota-se que esse problema não ocorre com as sentenças com um sujeito nulo em oração adjunta controlado pelo sujeito da oração matriz (vide (37)), como explicado anteriormente.

Realizar uma comparação entre as representações em (46) (a tentativa de derivação de construções depictivas de objeto direto apresentada aqui) e em (48) (derivação que fracassa, na análise de Ferreira (2000)) é um problema para nós se assumirmos os mesmos pressupostos que Ferreira assume para a linearização desse tipo de sentença (ou seja, a teoria de Nunes). No caso da sentença em (46), não há c-comando entre as cópias de *a carne*, o que impede que haja a formação e redução de cadeia.⁵⁵ Por

⁵⁵ Se assumirmos que um elemento c-comanda seu “irmão” e os “filhos” desse irmão (definição informal) e que os objetos dominados por uma categoria não c-comandam os elementos de uma oração que se adjunge

esse motivo, não assumimos aqui nenhuma proposta com relação à linearização das sentenças depictivas (o que, por sua vez, implica outros problemas, como comentado anteriormente).

Como se pode ver, o problema apontado, na realidade, leva a uma questão grave e complexa, que é a seguinte: na medida em que sentenças depictivas de objeto passam a ser analisadas como instâncias gramaticais de construções de controle de objeto para dentro de um adjunto (que é o que estamos assumindo neste trabalho), como explicar o conhecido fato de que o sujeito de uma oração adjunta não pode ser controlada pelo objeto da oração matriz, mas é controlado pelo sujeito da oração principal, como ilustrado em (49)? Em outras palavras, como explicar a assimetria sujeito/objeto presente em construções de controle dentro de adjuntos e, ao mesmo tempo, manter as análises que estamos propondo aqui para a derivação de sentenças depictivas de sujeito e de objeto direto (cf. Nunes, 2014; Hornstein, 1999, 2001; entre outros)?

(49) *[O João]_i cumprimentou [a Maria]_k depois de [_{ec_i} / *_k entrar na sala].

(Nunes, 2014: 79)

Diante dessa questão, algo precisa ser reparado ou acrescentado em nossa análise. Uma saída seria repensar as relações de c-comando que se estabelecem na estrutura, de modo a verificar se a cópia do DP [a carne] que faz *Merge* com V em (46) poderia c-comandar a cópia desse DP em [Spec, Asp] da oração que se adjunge ao VP (ou se o contrário seria possível) dentro de alguma análise. Como nós não utilizamos nenhuma definição formal de adjunção, nem fizemos distinção entre categoria e segmento de categoria aqui, essa é uma questão que está em aberto para nós por definição, desde o início. Estamos apenas supondo que a possibilidade de c-comando entre as referidas cópias não existe, mas claramente esse é um assunto que requer mais atenção e reflexão de nossa parte. Uma outra solução para esse problema seria repensar o local de adjunção da *small clause*, assumindo-se que adjuntos podem ocupar a posição de irmão de V, algo que se assemelhe à análise de Larson (2004) para adjuntos, por exemplo. Outra alternativa, nesse mesmo rumo, seria explorar a possibilidade de expandir a projeção aspectual, no espírito de Ramchand (2008).⁵⁶ Por limitações de tempo, não pudemos

a essa categoria (e vice-versa). Mas remetemos o leitor a Carreira (2015) para uma discussão sobre possibilidades de c-comando em configurações de adjunção.

⁵⁶ Agradeço ao professor Jairo Nunes pela sugestão.

empreender nenhuma dessas outras possibilidades de análise nesta dissertação, o que pretendemos fazer em outra oportunidade.⁵⁷

O segundo problema que poderíamos apontar diz respeito às considerações de economia do sistema. Retornemos ao momento da derivação exemplificado em (43), repetido aqui como (50). Trata-se do momento de formação do VP da oração matriz em construções depictivas de objeto direto.

- (50) a. K = [a carne crua]
L = [comeu]
- b. K = [a carneⁱ crua]
M = [comeu a carneⁱ]

Seguindo a exposição de Nunes (2014: 83), podemos afirmar que, no momento da derivação apontado em (50a), em que o verbo *comeu* deve atribuir um papel temático interno, o sistema pode fazer *Merge* de um DP na Numeração (no caso, o DP *O João* ainda não foi selecionado da Numeração) ou de realizar uma cópia e *Merge* do DP *a carne* contido na mini-oração (movimento lateral), como explicado anteriormente. Se levarmos em consideração o princípio minimalista de *Merge-over-Move*, deveríamos esperar que o sistema realize *Merge* do elemento contido na Numeração (*O João*), em vez de mover *a carne*, o que seria mais econômico, do ponto de vista minimalista. No entanto, essa opção nos levaria à frase indesejada em (51) ao fim da derivação:

- (51) #A carne comeu o João crua.

Como afirma Nunes (2014: 83), Hornstein (1999, 2001) adota justamente essa combinação de movimento lateral com essas considerações sobre economia do sistema para explicar por que motivo uma sentença como (52) só possui a interpretação segundo a qual a oração adjunta é controlada pelo sujeito da oração principal, e nunca pelo objeto direto (assim como (49)).

- (52) John greeted Mary after entering the room.
'John cumprimentou Mary depois de entrar da sala'.

(Nunes, 2014: 82)

⁵⁷ Nota-se que, uma vez que sejam assumidas duas estruturas distintas para as construções depictivas de sujeito e para as construções depictivas de objeto direto, isso seria compatível com eventuais assimetrias que sejam observadas entre esses dois tipos de sentença.

Segundo afirma Nunes, isso significa que, entre as duas derivações em (53) e em (54), o sistema vai preferir por (54), que realiza *Merge* de *John* na posição de complemento do verbo em vez de mover *Mary* por meio de movimento lateral (cf. Nunes, 2014: 83). Isso explicaria a única possibilidade de leitura de (54d).

- (53) a. K = [Mary entering the room]
L = [greeted]
- b. K = [Maryⁱ entering the room]
M = [greeted Maryⁱ]
- c. [John^k [_{VP} [_{VP} ~~John^k~~] greeted Maryⁱ] [after Maryⁱ entering the room]]
- (54) a. K = [Mary entering the room]
L = [greeted John]
- b. K = [Maryⁱ entering the room]
M = [Maryⁱ greeted John]
- c. [Maryⁱ [_{VP} [_{VP} ~~Maryⁱ~~] greeted John] [after Maryⁱ entering the room]]
- d. Mary_i greeted John_k after *ec* _{i/*k} entering the room.

(Exemplos de Nunes (2014: 83))

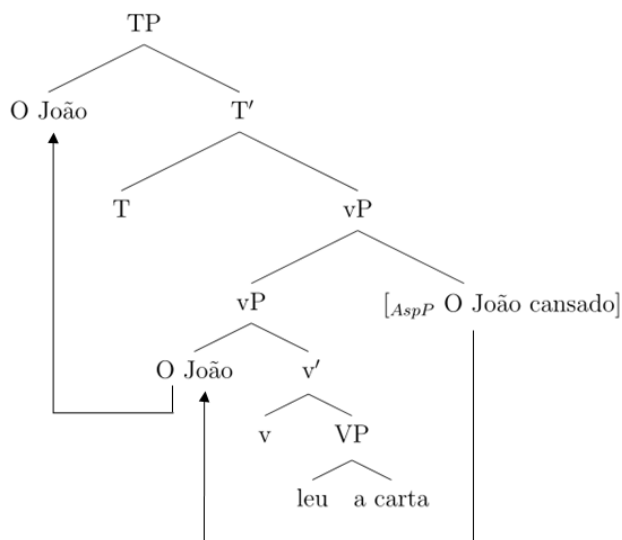
Dessa forma, se o princípio *Merge-over-Move* de fato se sustenta, uma derivação de construções depictivas de objeto direto como a que estamos propondo aqui deveria fracassar por uma questão de economia do sistema.⁵⁸ Se mantivermos todas as hipóteses mencionadas, o movimento do DP da *small clause* para a posição de complemento de V seria barrado e nunca teríamos a possibilidade de orientação do depictivo para um objeto direto. Nesse momento, nós não temos uma solução para o impasse a que chegamos com relação à tentativa de derivação de construções depictivas de objeto e esse problema também fica em aberto. Desse modo, não temos segurança na análise dessas construções em específico, mas apenas na análise para as construções depictivas de sujeito.

⁵⁸ A esse respeito, no entanto, notamos que Hornstein (2001: 113–117) trata da questão da violação de *Merge-over-Move* nas chamadas *purpose clauses* no inglês, por exemplo, o que pode trazer um caminho para se refletir sobre o problema de economia com o qual nos deparamos.

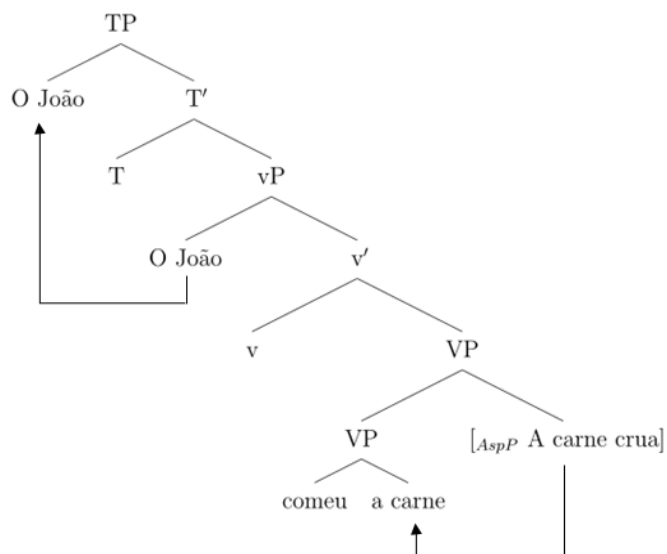
3. Conclusões parciais

Neste capítulo, procuramos apresentar propostas de derivação de sentenças depictivas de sujeito e de objeto direto, que apresentam os movimentos esquematizados em (55) e (56), respectivamente.⁵⁹

(55)



(56)



⁵⁹ Ainda em tempo, atentamos para o fato de que a proposta que apresentamos aqui não é totalmente original. Marušič, Marvin & Žaucer (2003), por exemplo, mencionam a análise de construções depictivas como instâncias de estruturas de controle. Ardid-Gumiel (2001), por sua vez, também implementa a possibilidade de movimento lateral em sua análise de sentenças depictivas. O trabalho de Carreira (2008), mais focado em questões relativas à possibilidade de fronteamento da *small clause* depictiva, também apresenta uma proposta de análise para um tipo de construção de predicação secundária por meio da combinação da teoria de Hornstein e da proposta de Nunes. A esse respeito, remetemos o leitor a Carreira (2008) para uma discussão interessante a respeito de algumas consequências que as propostas de controle como movimento e de *sideward movement* apresentam.

Além de tentar explicar os movimentos que ocorrem nessas derivações, nós também procuramos detalhar de que maneira ocorre a valoração de traços- ϕ , ou seja, a relação de concordância que se estabelece no interior da *small clause* e as que se dão no âmbito da oração principal. Boa parte desse capítulo se dedicou a explicar e justificar os pressupostos teóricos que nós assumimos para chegar a esses resultados. Nossas hipóteses foram resumidas no seguinte quadro (repetição de (24)):

(57) RESUMO DOS PRESSUPOSTOS

- a. Um mesmo argumento pode receber mais de um papel- θ .
- b. Papel- θ é um traço que o predicado contém e que deve ser checado (ou seja, “atribuído” a um DP).
- c. Um DP recebe um papel- θ ao fazer *Merge* com o sintagma predicativo que tem um papel- θ a atribuir.
- d. “Movimento” é entendido como *Copy + Merge*.
- e. A necessidade de se checar papel- θ pode ativar movimento.
- f. O movimento de argumentos para posições temáticas é permitido.
- g. O sistema permite movimento lateral.
- h. Operações de movimento não se submetem à condição de c-comando, o que significa que um objeto sintático pode se mover para uma posição que não c-comande o seu local de origem.
- i. As relações de concordância se estabelecem por meio da operação *Agree*.
- j. Uma *small clause* depictiva não apresenta uma projeção TP.
- k. *Small clauses* depictivas são adjuntos.
- l. Uma *small clause* depictiva apresenta um sintagma aspectual AspP. Asp é uma categoria funcional ϕ -incompleta e possui traços não-interpretáveis de gênero e número.
- m. Construções de predicção secundária depictiva podem ser entendidas como estruturas de controle.

Vimos, no entanto, que nossa proposta de análise levantou ainda uma série de questões que não foram respondidas aqui. Por exemplo, ficou a desejar um melhor detalhamento do papel da projeção AspP e das implicações semânticas e sintáticas de se admitir esse tipo de categoria em uma análise de sentenças com predicados depictivos.⁶⁰

⁶⁰ Agradeço ao professor Marcus Lunguinho por, na ocasião da defesa deste trabalho, ter levantado questões interessantes a respeito de Asp para as quais eu ainda não tenho uma resposta satisfatória, pelo fato de que não me debrucei suficientemente sobre esse tópico. Por exemplo, supondo-se que Asp seja o local da interpretação do adjetivo como *stage level* ou *individual level* (o que estou assumindo, em certo sentido), poderíamos nos deparar com os seguintes questionamentos: isso significaria que essas interpretações não são parte da informação lexical contida nos adjetivos? Em caso afirmativo, isso nos levaria à previsão de que todos os adjetivos podem ser interpretados como *stage level* ou *individual level*? Se sim, como lidar com o fato de que certos adjetivos só possuem interpretação *stage level* (como *grávida*) e outros, só

Também deixamos em aberto alguns problemas, como o impasse a que chegamos quando confrontamos nossa análise de sentenças depictivas de objeto direto com considerações de economia do sistema e com dados do PB que atestam a impossibilidade de um objeto direto controlar um sujeito nulo dentro de orações adjuntas. Estamos cientes desses problemas, que esperamos resolver em trabalhos futuros. Assim, alguns aspectos desenvolvidos neste capítulo, como a tentativa de derivação de construções depictivas de objeto direto, podem ser entendidos mais como uma tentativa de análise realmente do que como uma proposta pronta e plenamente desenvolvida.

interpretação *individual level* (como *mamífero*)? Creio que essas questões apontadas pelo professor devem ser levadas em consideração em trabalhos futuros e em um estudo mais aprofundado sobre as construções depictivas.

Conclusão

Neste trabalho, nós tomamos como objeto de estudo as chamadas construções de predicação secundária depictiva de sujeito e de objeto direto no português brasileiro, tais como as que se encontram em (1).

- (1) a. A Maria_i dirigiu o carro *bêbada*_i.
- b. O Pedro comeu a carne_i *crua*_i.

No início deste trabalho, nós traçamos três objetivos para a presente dissertação, que estão retomados em (2):

(2) OBJETIVOS DESTE TRABALHO

- (i) Caracterizar as construções de predicação secundária depictiva, realizando uma comparação entre essas estruturas e outras construções semelhantes.
- (ii) Definir a representação sintática das construções de predicação secundária depictiva, de modo a determinar se elas apresentam um constituinte *small clause* (e, em caso afirmativo, identificar o seu local de adjunção).
- (iii) Propor um esboço de análise para sentenças com predicados depictivos, apresentando uma derivação que esteja no caminho de explicar os fatos de concordância observados e a dupla atribuição de papel temático ao argumento partilhado.

O primeiro objetivo foi cumprido no **Capítulo 1**, mas nesse capítulo nós também tratamos de outros assuntos além do que foi delimitado em (2i). No início do capítulo, realizamos uma reflexão sobre a noção de “predicação”, mostrando que a tarefa de definir essa relação, do ponto de vista linguístico, é complexa. Vimos algumas propostas de abordagem dessa relação (e.g., Williams, 1980; Stowell, 1981, 1983; Rothstein, 1983; Bowers, 1993, 2001) com a finalidade de organizar alguns pontos de vista, mas não nos comprometemos com uma proposta teórica específica para definir essa relação. De maneira geral, nós nos valemos apenas de uma noção geral de predicação, que identifica essa relação com a atribuição de uma propriedade de um predicado ao seu sujeito ou com a saturação sintática do predicado por um sujeito. No entanto, para definir com mais

exatidão o que estamos entendendo por “predicado primário” e “predicado secundário”, elaboramos as definições (informais, de certa forma) retomadas em (3). Essas definições foram pensadas com base em uma reflexão a partir das definições apresentadas em Rothstein (2004a) e Den Dikken (2006).

(3) PREDICAÇÃO PRIMÁRIA E PREDICAÇÃO SECUNDÁRIA (NOSSA DEFINIÇÃO)

- a. Uma *predicação primária* é uma relação de sujeito-predicado que ocorre em um ambiente finito (e.g., oração sentencial) **ou** apresenta um sujeito não theta-marcado duplamente;
- b. Uma *predicação secundária* é uma relação de sujeito-predicado que ocorre em um ambiente não-finito e apresenta um sujeito duplamente theta-marcado.

Por meio dessa definição, foi possível classificar um depictivo como um predicado secundário porque o seu sujeito participa de duas relações temáticas e porque a relação do depictivo com o DP ocorre em um ambiente não-finito (*tenseless*), pois não há morfologia verbal ou de tempo nesse ambiente de predicação. Nós interpretamos esse fato em termos da ausência de uma categoria T na predicação secundária (cf. Cardinaletti & Guasti, 1995: 2–4). No entanto, notamos que essas definições só foram utilizadas para que pudéssemos isolar alguns dados relevantes e que elas são informais. Não tivemos a pretensão de usar essas definições para catalogar todos tipos de predicação que se verificam no PB, nem de explicá-las detidamente.

Em seguida, nós comparamos as construções depictivas com outras construções similares a elas (do ponto de vista semântico ou sintático), para delimitar e caracterizar o tipo de dado com o qual trabalhamos nos capítulos seguintes e, ao mesmo tempo, apresentar um panorama geral de diferentes tipos de sentença que circundam o tema amplo da predicação. Assim, as referidas sentenças de predicação secundária depictivas foram comparadas com: construções de *small clause* complemento; construções resultativas; sentenças com advérbios; sentenças com modificadores atributivos, cuja ordem linear provoca ambiguidade entre uma leitura depictiva e uma leitura atributiva; construções de alçamento; construções de *small clauses* livres; e construções copulares complexas. Com base nesse trabalho essencialmente expositivo e comparativo, isolamos as principais características de uma sentença com um predicado secundário depictivo, enunciadas novamente em (4):

(4) CARACTERÍSTICAS DE UMA CONSTRUÇÃO DEPICTIVA

(i) O predicado principal e o predicado secundário depictivo partilham um argumento. Esse argumento é chamado de “controlador” ou de “sujeito” do predicado depictivo. Em línguas como o português, o controle do depictivo por um argumento é marcado morfossintaticamente por meio da concordância.

(ii) O sujeito do depictivo faz parte da grande argumental do predicado matriz e recebe dois papéis temáticos: um do predicado principal, outro do predicado secundário depictivo.

(iii) O depictivo não faz parte da grade argumental do predicado principal, o que significa que ele não é obrigatório, mas opcional. Isso significa que ele pode ser retirado da sentença sem afetar as relações estruturais entre os constituintes da sentença, o que evidencia seu caráter de adjunto.

(iv) O predicado depictivo veicula uma leitura *stage level* e denota um estado (de um participante) que perdura ao mesmo tempo em que se dá a eventualidade expressa pelo predicado principal.

(v) O depictivo é um predicado não finito. Ele pode ser entendido como dependente do predicado principal no sentido de que a eventualidade expressa por ele está ancorada no tempo denotado pela predicação principal.

(vi) A paráfrase da construção depictiva é feita, geralmente, por meio do conectivo “quando” e da cópula “estar”.

(vii) O depictivo não é um modificador atributivo do seu sujeito, e não forma um constituinte NP com ele.

O segundo objetivo, apontado em (2ii), foi cumprido no **Capítulo 2**. Nele, nós nos restringimos a determinar a representação sintática de construções depictivas, com foco no PB, procurando responder a dois questionamentos: (a) as construções de predicação secundária envolvem a formação de um constituinte *small clause* englobando o predicado depictivo e o seu sujeito estrutural? (b) Se há, de fato, uma SC depictiva e se ela se adjunge à oração matriz, a que categoria ela está adjungida?

Para responder à questão (a), nós nos apoiamos principalmente no trabalho de Legendre (1997), que utiliza diferentes evidências sintáticas para defender que, no francês, um depictivo forma um constituinte *small clause* (de categoria Gender) com um PRO como sujeito. Aplicamos aos nossos dados do PB vários dos testes apresentados pela autora (e.g., sentenças na voz passiva, testa da clivagem e fatos associados à Teoria

de Ligação) e concluímos que, de fato, as sentenças depictivas envolvem a formação de uma *small clause*, que compreende o depictivo e o seu sujeito estrutural, que é uma categoria vazia. Contudo, ainda não especificamos nesse capítulo a categoria da *small clause* (utilizando “SC” apenas como um rótulo nesse momento), nem que tipo de categoria vazia seria o sujeito dessa SC. As representações exemplificadas em (5) mostram as conclusões provisórias a que chegamos nesse momento da dissertação:

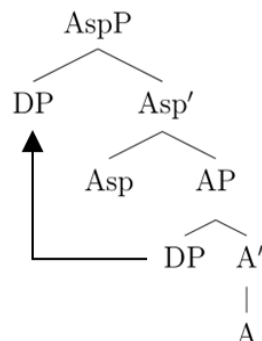
- (5) a. [Os meninos]_i fizeram a tarefa [_{SC} *ec*_i cansados_i].
b. A Maria comprou [os chaveiros]_i [_{SC} *ec*_i quebrados_i].

Com relação à questão (b), referente ao local de adjunção da *small clause* depictiva, nós utilizamos principalmente as evidências sintáticas apresentadas por Foltran (1999) para assumir que a SC depictiva de objeto direto está adjungida ao VP, enquanto a SC depictiva de sujeito está adjungida ao *vP* (divergindo de Foltran nesse último aspecto, uma vez que a autora considera que o depictivo de sujeito se adjunge ao IP). As principais evidências discutidas para tratar do tema da adjunção foram as seguintes: anteposição do VP, pseudo-clivagem, estruturas coordenadas reduzidas (sendo este teste retirado de Legendre (1997)), elipse do VP (evidência utilizada em Carreira (2015)), fenômenos de extraposição e posição de advérbios de modo em construções de predicação secundária. Contudo, fizemos uma ressalva com relação a esse tópico, atentando para a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o local de adjunção de uma *small clause* depictiva.

Por fim, o terceiro objetivo, apontado em (2iii), foi atendido no **Capítulo 3**. Para conseguir elaborar alguma análise para as estruturas de predicação secundária depictiva, partimos do pressuposto de que as representações sintáticas apresentadas no segundo capítulo estavam no caminho correto e verificamos sua plausibilidade diante de uma tentativa de derivá-las. A partir disso, nós detalhamos a estrutura interna da *small clause* depictiva. Um trabalho que deseje realizar essa tarefa e especificar a estrutura de uma SC deve responder à seguinte pergunta: (c) a relação de predicação secundária é estabelecida no interior de uma projeção funcional? Ou seja, o sujeito da SC está na posição de Spec da projeção do núcleo lexical predicador ou existe uma categoria funcional mediando a relação de predicação, com o sujeito em seu Spec e o XP predicativo na posição de complemento (cf. Bowers, 2001: 301)? Nossa resposta a esse questionamento foi adotar uma análise “híbrida”: assumimos que o predicado depictivo e o seu sujeito formam uma projeção lexical AP, mas também assumimos que uma categoria funcional Asp seleciona

esse AP. Nessa análise, o DP, gerado internamente ao AP, é movido para a posição de [Spec, Asp] (motivo pelo qual estamos considerando que essa é uma estrutura “mista”), como mostra (6):

(6)



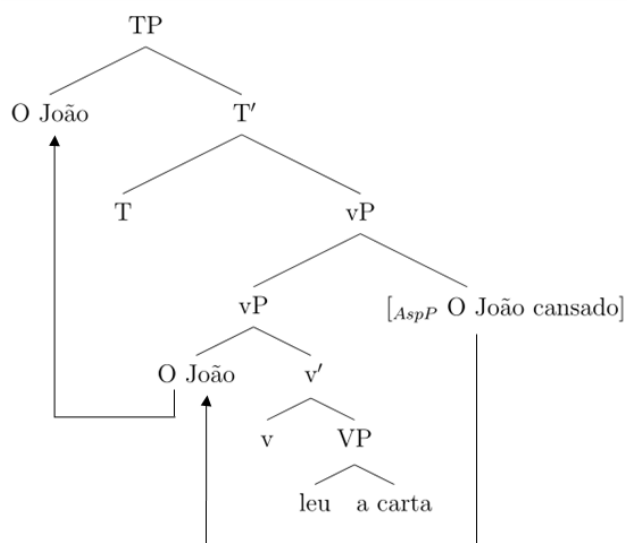
Combinando as representações em (5) e em (6), poderíamos passar ao tópico de como ocorre a derivação de construções depictivas de sujeito e de objeto direto. No entanto, antes de tratar disso, nós apresentamos os nossos pressupostos teóricos, ou seja, os pressupostos assumidos no quadro do Minimalismo. De modo geral, assumimos a lógica de Chomsky (2000, 2001, entre outros) com relação ao funcionamento de uma derivação e com relação às operações *Merge* e *Agree*. No entanto, assumimos algumas modificações do modelo de Chomsky quanto à questão do movimento e quanto à atribuição de papel temático. A respeito do movimento, assumimos a teoria de movimento por cópia (cf. Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010), que entende que o movimento de um determinado objeto é reflexo de operações de *Copy* e *Merge*. Também assumimos que o sistema permite instâncias de movimento lateral (cf. Nunes, 1995, 2001, entre outros), de forma que um determinado elemento pode se mover para uma posição que não c-comanda a sua posição de origem (cf. Hornstein, 1999). Com relação à atribuição de papel temático, assumimos, com Hornstein (1999, 2001; entre outros) que um DP pode receber mais de um papel temático, além de ser possível que um argumento se mova para uma posição temática. Essas e outras hipóteses que nós assumimos estão retomadas novamente em (7), a seguir.

(7) RESUMO DOS PRESSUPOSTOS

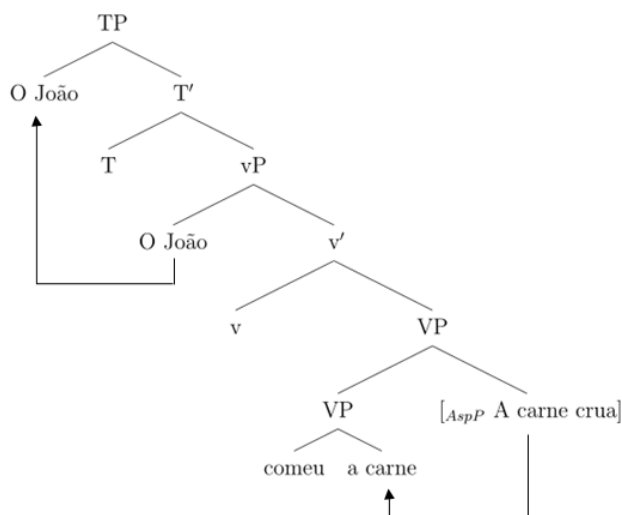
- a. Um mesmo argumento pode receber mais de um papel- θ .
- b. Papel- θ é um traço que o predicado contém e que deve ser checado (ou seja, “atribuído” a um DP).
- c. Um DP recebe um papel- θ ao fazer *Merge* com o sintagma predicativo que tem um papel- θ a atribuir.
- d. “Movimento” é entendido como *Copy + Merge*.
- e. A necessidade de se checar papel- θ pode ativar movimento.
- f. O movimento de argumentos para posições temáticas é permitido.
- g. O sistema permite movimento lateral.
- h. Operações de movimento não se submetem à condição de c-comando, o que significa que um objeto sintático pode se mover para uma posição que não c-comande o seu local de origem.
- i. As relações de concordância se estabelecem por meio da operação *Agree*.
- j. Uma *small clause* depictiva não apresenta uma projeção TP.
- k. *Small clauses* depictivas são adjuntos.
- l. Uma *small clause* depictiva apresenta um sintagma aspectual AspP. Asp é uma categoria funcional ϕ -incompleta e possui traços não-interpretáveis de gênero e número.
- m. Construções de predicação secundária depictiva podem ser entendidas como estruturas de controle.

Com base nesses pressupostos, detalhamos, nesse capítulo, como ocorreriam as seguintes derivações esquematizadas em (8) e em (9) para as construções depictivas de sujeito e de objeto, respectivamente:

(8)



(9)



A concordância entre o depictivo e o DP a que ele se refere é explicada nessa análise por meio do mecanismo de *Agree*. No âmbito da *small clause*, o DP, que possui um conjunto de traços- ϕ interpretáveis, é um alvo, que se relaciona com a sonda defectiva *Asp*, que possui traços- ϕ não-interpretáveis de gênero e número. Na relação de concordância, os traços- ϕ de *Asp* são valorados, conforme os valores especificados no DP. Contudo, *Asp* não é capaz de valorar o traço de Caso do DP, visto que é ϕ -incompleta. Estamos supondo que *Asp* possui um traço-EPP, que exige o *Merge* de um sintagma em sua posição de especificador, traço que é satisfeito com o movimento do DP para a posição para [Spec, *Asp*]. Esse raciocínio, portanto, explica como ocorre a concordância no âmbito da *small clause*.

A derivação continua: o DP, ainda ativo, é movido da *small clause* para uma posição temática na oração matriz (uma instância de movimento lateral). Como o DP recebe um papel temático do adjetivo depictivo na SC e outro ao fazer *Merge* em uma posição temática na oração matriz, fica explicado de que maneira o DP (argumento partilhado) recebe dois papéis temáticos nessas construções. No caso das sentenças com depictivo de sujeito que analisamos aqui, o DP se move da SC para [Spec, *v*] (argumento externo da oração matriz), e no caso das construções depictivas de objeto, o DP se moveria da SC para a posição de complemento de V (argumento interno da oração matriz). Em ambos os casos, a derivação prosseguiria com o DP se relacionando com sonda em T, no caso da construção depictiva de sujeito, e com a sonda em *v*, no caso da construções depictiva de objeto. Na relação com essas sondas na oração matriz, o DP teria seu traço de Caso valorado e se tornaria inativo. No caso de sentenças com um verbo inacusativo (e.g. “Maria chegou cansada”), supõe-se que o DP se moveria de dentro da

SC para a posição de complemento de V (sendo argumento interno), mas se relacionaria com a sonda T, assumindo-se que derivações com verbos inacusativos não apresentam uma projeção *v*.

Dessa forma, vê-se que cumprimos os objetivos estipulados em (2). Realizando um balanço geral do que foi apresentado nesta dissertação, é possível apontar algumas contribuições que esperamos ter oferecido com este trabalho. Em primeiro lugar, o Capítulo 1, com um viés bastante expositivo, apresentou descrições sobre as propriedades sintáticas e semânticas de sentenças depictivas e de outras construções relacionadas ao tema da predicação. Acreditamos que um leitor que não conheça em detalhes essas formas de predicação “não-canônica” pode se beneficiar das caracterizações que foram realizadas, uma vez que apresentamos um panorama das propriedades dessas estruturas. Além disso, indicamos diferentes referências bibliográficas nesse capítulo, que podem ser consultadas por aqueles que desejam se aprofundar no estudo das construções citadas.

Com relação ao que foi realizado no segundo capítulo, esperamos ter fornecido argumentos para a linha de trabalhos que defende a presença de uma *small clause* em construções de predicação secundária depictiva. Assim, esperamos que os dados e os testes apresentados nesse capítulo fortaleçam análises como as de Stowell (1983), Legendre (1997), Bowers (2001), entre outros, uma vez que esses autores concordam que o depictivo forma uma SC com seu sujeito, uma categoria vazia. Para os autores citados, a categoria em questão é PRO, mas, para nós, a categoria vazia é uma cópia do DP (que será apagada); de todo modo, as conclusões alcançadas nesse capítulo são compatíveis, em princípio, com qualquer uma dessas análises.

Com a análise que procuramos desenvolver no terceiro capítulo, esperamos ter contribuído para os estudos relativos à teoria de movimento como cópia, uma vez que apontamos um caminho de derivação que adota esse viés teórico. Acreditamos também que a proposta de análise sugerida apresenta a vantagem de dispensar PRO, uma categoria problemática, do ponto de vista minimalista (cf. Boeckx, Hornstein & Nunes, 2010). Além disso, com relação à concordância, pode-se dizer que a análise apresentada é elegante, pois unifica o mecanismo de concordância que ocorre na oração matriz e o que ocorre na *small clause*, uma vez que ambos são analisados em termos da mesma operação, *Agree*. Isso é desejável, em uma perspectiva minimalista. Enfim, acreditamos também que a proposta iniciada aqui pode ser desenvolvida em trabalhos futuros e, eventualmente, ser estendida a uma proposta mais ampla sobre diferentes tipos de construção. Por

exemplo, é possível que o contraste entre construções de SC complemento (com um predicado *individual level*) e construções depictivas (com um predicado *stage level*) seja explicado em termos ausência/presença da categoria Asp na *small clause*, além da hipótese de que o sujeito de uma SC complemento não se moveria para receber outro papel temático.

No entanto, a análise esboçada também apresenta alguns problemas e questões que deixamos em aberto. Por exemplo, com relação à estrutura da *small clause* depictiva, nós não desenvolvemos de maneira apropriada as motivações que podem levar à postulação da categoria Asp. Também não tratamos devidamente da relação entre Asp e o adjetivo, nem explicamos de que forma esse sintagma AspP pode veicular as propriedades *stage level* dos depictivos. Com relação às derivações propostas, deixamos em aberto a questão de como elas seriam linearizadas, o que gera um problema de hipergeração.

O problema mais relevante identificado neste trabalho reside na tentativa de derivação das construções depictivas de objeto, se assumirmos a proposta de adjunção da SC ao VP e os pressupostos apresentados em (7). Uma das dificuldades encontradas está no fato de que a derivação analisada para as construções depictivas de objeto não levou à possibilidade de formação de cadeia entre as cópias do DP em questão, diferentemente do que ocorre na derivação proposta para as construções depictivas de sujeito. Se assumirmos que a formação de cadeias é condição para linearização, como na teoria de Nunes (1995, 2004, entre outros), ficamos sem condições de explicar de que maneira as sentenças depictivas de objeto seriam linearizadas.

Por fim, podemos apontar o problema de tomarmos as construções depictivas como instâncias de construções (adjuntas) de controle obrigatório. A dificuldade reside, novamente, nas sentenças com depictivos de objeto direto. Sobre esse tópico, a questão é a seguinte: como conciliar o fato de que o PB não parece permitir controle de objeto direto dentro de adjuntos, em sentenças como “*O Pedro conheceu a Maria depois que ficou famosa”, com a análise de depictivos de objetos que nós oferecemos, que defende justamente essa possibilidade? Além disso, há o problema de que a tentativa de derivar as sentenças com depictivo de objeto gera uma violação do princípio *Merge-over-Move*. Essa e outras questões que foram apontadas ao longo desta dissertação permanecem em aberto, embora tenhamos apontado alguns caminhos para uma possível solução desses entraves.

Diante de todos os problemas trazidos pela tentativa de análise das construções depictivas de objeto direto esquematizada em (9), nossa postura é a de considerar que, em trabalhos futuros, alguns aspectos dessa análise devem ser revistos, como o local de adjunção da *small clause*, possivelmente. Em resumo, não estamos seguras dessa análise para as sentenças com depictivo de objeto e estamos cientes de que ela requer modificações. Por outro lado, com relação à análise desenvolvida no Capítulo 3 para as sentenças depictivas de sujeito, esquematizada em (8), não verificamos nenhum grande empecilho que nos levasse a reconsiderar nossa proposta de análise. Em outras palavras, julgamos que a proposta de derivação desenvolvida aqui para as construções depictivas de sujeito está no caminho correto, enquanto a proposta de análise para as construções depictivas de objeto deve ser repensada.

Referências Bibliográficas

- ACKRILL, John Lloyd (ed. e trad.). (1963). *Aristotle: Categories and De Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press.
- ADGER, David (2002). *Core syntax: A minimalist approach*. (versão não publicada).
- ALCOFORADO, Paulo (org. e trad.) (2009). *Gottlob Frege: Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- ANDREWS, Avery (1982). A note on the constituent structure of adverbials and auxiliaries. *Linguistic Inquiry* 13: 313–317.
- ARDID-GUMIEL, Ana (2001). The syntax of Depictives, Subjects, Modes of Judgements and I-L/S-L Properties. In: Nina Zhang (ed.) *ZAS Papers in Linguistics* 26.
- ASADA, Yuko (2012). Against the complex predicate analysis of secondary predication. *Proceedings of ConSOLE XVII*, p. 53-76.
- BACH, Emmon (1986). The Algebra of Events. *Linguistics and Philosophy* 9: 5- 16.
- BÄCK, Allan (2000). *Aristotle's theory of predication*. Leiden, Boston, Köln: Brill.
- BARBOSA, Julio (2008). *A estrutura sintática das chamadas 'construções resultativas em PB'*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- BERTUCCI, Roberlei (2014). Construções resultativas infinitivas em português brasileiro. *Alfa*, v. 59, n. 3, p. 623-644.
- BISOL, Leda (1975). *Predicados complexos do português: uma análise transformacional*. Porto Alegre: URGs.
- BOBALJIK, Jonathan & BROWN, Samuel (1997). Inter-arboreal operations: Head-movement and the Extension Requirement. *Linguistic Inquiry* 28: 345–356.
- BOECKX, Cedric, HORNSTEIN, Norbert & NUNES, Jairo. (2010). *Control as Movement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BORER, Hagit (1986). I-subjects. *Linguistic Inquiry* 17: 375-416.
- BOŠKOVIĆ, Željko (2009). Unifying first and last conjunct agreement. *Natural Language & Linguistic Theory* 27: 455–496.
- BOŠKOVIĆ, Željko (1994). D-Structure, Theta-Criterion, and movement into theta-positions. *Linguistic Analysis* 24: 247–286.
- BOWERS, John (1993). The syntax of predication. *Linguistic Inquiry* 24: 591-656.
- BOWERS, John (1997). A Binary Analysis of Resultatives. In BLIGHT, R. & MOOSALLY, M (eds.) *Texas Linguistic Forum* 38: 48-58.

- BOWERS, John (2001). Predication. In: BALTIN, Mark & COLLINS, Chris (eds) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Cambridge, MA: Blackwell.
- BRUENING, Benjamin (2015). Depictive Secondary Predicates, Light Verb Give, and Theories of Double Object Constructions. (manuscrito).
- BUTLER, Jonny (2004). On Having Arguments and Agreeing: Semantic EPP. *York Papers in Linguistics*, Series 2, issue 1: 1-27.
- CARDINALETTI, Anna & GUSTI, Maria Teresa (1995). Small clauses: some controversies and issues of acquisition. In: CARDINALETTI, Anna & GUSTI, Maria Teresa (eds.) *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press. p. 1–23.
- CARLSON, Greg (1977). A Unified Analysis of the English Bare Plural. *Linguistics and Philosophy*, Dordrecht, v. 1, p. 413–457.
- CARREIRA, Marcos (2008). *Diagnósticos de Constituição para Construções Predicativas Adjetivais*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- CARREIRA, Marcos (2015). *Predicação e ambiguidade de projeção: uma teoria unificada*. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- CARRIER, Jill & RANDALL, Janet (1992). The Argument Structure and Syntactic Structure of Resultatives. *Linguistic Inquiry* 23: 173-234.
- CHOMSKY, Noam (1955). *The Logical Structure of Linguistic Theory*. New York: Plenum.
- CHOMSKY, Noam (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1970). Remarks on nominalization. In JACOBS, Roderick & ROSENBAUM, Peter (eds.), *Readings in English Transformational Grammar*, Boston: Ginn. p.184-221.
- CHOMSKY, Noam (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- CHOMSKY, Noam (1982). *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1986). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger.
- CHOMSKY, Noam (1993). A minimalist program for linguistic theory. In HALE, Ken & KEYSER, Samuel J. (eds.) *The view from building 20: Essays in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (2000). Minimalist inquiries: The framework. In MARTIN, Roger, MICHAELS, David & URIAGEREKA, Juan (eds.) *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*, Cambridge, MA: MIT Press. p. 89-115.
- CHOMSKY, Noam (2001). Derivation by phase. In KENSTOWICZ, Michael (ed.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press. p. 1–52.
- CHOMSKY, Noam (2004). Beyond explanatory adequacy. In BELLETTI, Adriana (ed.). *Structures and Beyond*. Oxford: Oxford University Press. p. 104–131.

- CHOMSKY, Noam & LASNIK, Howard (1995). The theory of principles and parameters. In CHOMSKY, Noam (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CINQUE, Guglielmo (1990). Ergative adjectives and the lexicalist hypothesis. *Natural Language and Linguistic Theory* 8: 1-39.
- CINQUE, Guglielmo (1994). On the evidence for partial N-movement in the romance DP. In CINQUE, Guglielmo, KOSTER, Jan, POLLOCK, Jean-Yves, RIZZI, Luigi & ZANUTTINI, Raffaella (eds.) *Paths towards universal grammar*. Georgetown: Georgetown University Press. p. 85–110.
- DIKKEN, Marcel den (2006). *The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge, MA: MIT Press.
- DOWTY, David (1979). *Word Meaning and Montague Grammar: The Semantics of Verbs and Times in Generative Semantics and in Montague's PTQ*. Dordrecht: Reidel.
- FELSER, Claudia (1998). Perception and control: a Minimalist analysis of English direct perception complements. *Journal of Linguistics* 34: 351-385.
- FELSER, Claudia (1999). *Verbal complement clauses*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- FERREIRA, Marcelo (2000). *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- FERREIRA, Marcelo (2009). Null Subjects and Finite Control in Brazilian Portuguese. In NUNES, Jairo (ed.) *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 17-49.
- FOLTRAN, Maria José (1999). *As Construções de Predicação Secundária no Português do Brasil: Aspectos Sintáticos e Semânticos*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FONG, Suzana (2015). *Construindo um domínio não-finito: a sintaxe de orações de gerúndio em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FRANCHI, Carlos (2003). Predicação. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v.11, n.2. p.17-82.
- FRANCHI, Carlos, NEGRÃO, Esmeralda & MÜLLER, Ana (1998). Um exemplo de análise e de argumentação em sintaxe. *Revista da ANPOLL*, v. 5, p. 37-63.
- FREGE, Gottlob (2009 [1879]). Conceitografia, “Prefácio”. In FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem* (Tradução de Paulo Alcoforado).
- FUKUI, Naoki & SPEAS, Margaret (1986). Specifiers and projections. In: *MIT Working Paper in Linguistics* 8: 128-172.
- GIANNAKIDOU, Anastasia & MERCHANT, Jason (1999). Why Giannis can't scrub his plate clean: On the absence of resultative secondary predication in Greek. In MOZER, Amalia (ed.), *Greek Linguistics '97: Proceedings of the 3rd International Conference on Greek Linguistics*. Ekdotis Ellinika Grammata: Athens. p. 93-103.
- GUERRA VICENTE, Helena (2006). *O quantificador flutuante "todos" no português brasileiro e no inglês: uma abordagem gerativa*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.

- GUERRA VICENTE, Helena; QUADROS GOMES, Ana Paula (2013). Um tratamento unificado de grau para o quantificador flutuante e o intensificador *todo*. *Revista Linguística*, v. 9, n.1. p. 112-132.
- HALE, Ken & KEYSER, Samuel J. (1993). On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In Kenneth Hale and Samuel Jay Keyser (eds.), *The View from Building 20*. Cambridge, MA: MIT Press. p. 53–104.
- HALE, Ken & KEYSER, Samuel J. (2002). *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- HALLIDAY, Michael (1967). Notes on transitivity and theme in English, Part I. *Journal of Linguistics*: 37-81.
- HARLEY, Heidi & MIYAGAWA, Shigeru (a sair). Ditransitives.
- HIMMELMANN, Nikolaus P. & SCHULTZE-BERNDT, Eva (2005). Issues in the syntax and semantics of participant-oriented adjuncts: an introduction. In HIMMELMANN, Nikolaus & SCHULTZE-BERNDT, Eva (eds.). *Secondary Predication and Adverbial Modification: the Typology of Depictives*. Oxford: Oxford University Press. p. 1-67.
- HOEKSTRA, Teun (1988). Small clause results. *Lingua* 74: 101–139.
- HORNSTEIN, Norbert (1997). *Is The Binding Theory Necessary?* Ms., Universidade de Maryland, College Park.
- HORNSTEIN, Norbert (1998). Adjunct Control and Parasitic Gaps. *University of Maryland Working Papers in Linguistics*, 6: 102-121.
- HORNSTEIN, Norbert (1999). Movement and control. *Linguistic Inquiry* 30: 69–96.
- HORNSTEIN, Norbert (2001). *Move! A minimalist theory of construal*. Oxford: Blackwell.
- HORNSTEIN, Norbert & LIGHTFOOT, David (1987). Predication and PRO. *Language* 63: 23-52.
- HORNSTEIN, Norbert & NUNES, Jairo (2008). Adjunction, labeling, and bare phrase structure. *Biolinguistics* 2: 57–86.
- HORNSTEIN, Norbert, NUNES, Jairo & GROHMANN, Kleanthes (2005). *Understanding Minimalism*. Cambridge University Press.
- IKAWA, Hisako (1995). "PRO Analysis" for Subject- Oriented Secondary Predicates. *Coyote Papers: Working Papers in Linguistics from A-Z*. University of Arizona Linguistics Circle.
- ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley (1985). *Semântica*. São Paulo: Ática.
- IRIMIA, Monica-Alexandrina (2005). Types of secondary predication. *Toronto Working Papers in Linguistics* 25: 20–29.
- IRIMIA, Monica-Alexandrina (2012). *Secondary Predicates*. Tese de Doutorado. Universidade de Toronto.
- KATO, Mary (2007). Free and Dependent Small Clauses in Brazilian Portuguese. *D.E.L.T.A.*, 23, n. especial. p. 85-111.

- KAYNE, Richard (1975). *French Syntax: the transformational cycle*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- KAYNE, Richard (1984). *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris.
- KNÖPFLE, Andrea (2010). *A estrutura sintática das resultativas adjetivais no alemão: uma proposta a partir de Kratzer (2005)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- KNÖPFLE, Andrea (2014). *Resultativas em línguas ocidentais germânicas: generalizações descritivas, descobertas empíricas e questões analíticas*. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- KO, Heejeong (2011). Predication and edge effects. *Natural Language and Linguistic Theory* 29: 725-778.
- KOIZUMI, Masatoshi (1994). Secondary predicates. *Journal of East Asian Linguistics* 3: 25–79.
- KOOPMAN, Hilda & SPORTICHE, Dominique (1991). The position of subjects. *Lingua* 85: 211–258.
- KRATZER, Angelika (2005). Building Resultatives. In MAIENBORN, Claudia & WÖLLSTEIN, Angelika (eds.) *Event Arguments: Foundations and Applications*. Berlin (de Gruyter). p. 177-212.
- KUNZE, Jürgen (1997). Typen der reflexiven Verbverwendung. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft* 16: 83–180.
- LACERDA, Renato (2012). *Quantificadores flutuantes no português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- LARSON, Richard (1988). On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19: 335–391.
- LARSON, Richard (2004). Sentence-final adverbs and “scope”. In MOULTON, Keir & WOLF M Matthew (eds) *Proceedings of NELS* 34: 23-43.
- LASNIK, Howard (1995). Last Resort. In HARAGUCHI, Shosuke & FUNAKI, Michio (eds.) *Minimalism and linguistic theory*. Tokyo: Hituzi Syobo. p. 1-32.
- LEGENDRE, Géraldine (1997). Secondary predication and functional projections in French. *Natural Language and Linguistic Theory* 15: 43-87.
- LEVIN, Beth & RAPPAPORT-HOVAV, Malka (1995). *Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface*, Cambridge, MA: MIT Press.
- LEWIS, Frank (1991). *Substance and predication in Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOBATO, Lucia (1986). *Sintaxe Gerativa do Português: da Teoria Padrão à Teoria de Regência e Ligação*. Belo Horizonte: Vigília.
- LOBATO, Lucia (2004). Afinal, existe a construção resultativa em português? In: NEGRI, L, FOLTRAN, M.J. & PIRES DE OLIVEIRA, R (eds.) *Sentido e Significação: Em Torno da Obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto.

- LOBATO, Lucia (2008). Sobre o suposto uso adverbial de adjetivo: a questão categorial e as questões da variação e da mudança linguística. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia. (orgs.). *Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- LOBATO, Lucia (2016 [1990]). Por que não existem pequenas orações em posição de adjunto? *Caderno de Squibs: temas em estudos formais da linguagem*, v.2, n.2. p. 69-79.
- LUNGUINHO, Marcus (2011). *Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não-finitos*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MALING, Joan (2001), Dative: The Heterogeneity of the Mapping among Morphological Case, Grammatical Functions, and Thematic Roles. *Lingua* 111: 419–464.
- MARUŠIČ, Franc, MARVIN Tatjana & ŽAUCER, Rok (2003). *Depictive Secondary Predication with no PRO*. Trabalho apresentado no Formal Descriptions of Slavic Languages 6, Leipzig.
- MCGRATH, Matthew (2014). Propositions. In ZALTA Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring 2014 Edition. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/propositions>.
- MCNALLY, Louise (1993). Adjunct Predicates and the Individual/Stage Distinction. *The Proceedings of WCCFL* 12.
- MIOTO, Carlos & FOLTRAN, Maria José (2007). A favor de small clauses. *Cadernos de estudos linguísticos*, v. 49, n.1.
- MIOTO, Carlos, SILVA, Maria Cristina Figueiredo & LOPES, Ruth (2013). *Novo manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto
- MOUTELLA, Emília (1995). *O gerúndio oracional em português*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- MUNN, Alan (1999). First Conjunct Agreement: Against a Clausal Analysis. *Linguistic Inquiry* 30: 643-668.
- NAKAJIMA, Heizo (1990). Secondary predication. *Linguistic Review* 7(3): 275-309.
- NAPOLI, Donna Jo (1989). *Predication Theory: A Case Study for Indexing Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NEELEMAN, Ad (1994). *Complex Predicates*. Utrecht: Led.
- NEELEMAN, Ad & van de KOOT, Hans (2002). The Configurational Matrix. *Linguistic Inquiry* 33: 529-574.
- NICHOLS, Joanna (1978). Secondary predicates. *Berkeley Linguistics Society* 4: 114–27.
- NUNES, Jairo (1995). *The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program*. Tese de Doutorado. Universidade de Maryland, College Park.
- NUNES, Jairo (2001). Sideward movement. *Linguistic Inquiry* 31: 303–344.

- NUNES, Jairo (2003). Explorando a Teoria de Movimento por Cópia no Programa Minimalista. In: ALBANO, E.; COUDRY, M.; POSSENTI, S; ALKMIM T. (Org.). *Saudades da Língua*. Campinas: Mercado de Letras. p. 273-284.
- NUNES, Jairo (2004). *Linearization of Chains and Sideward Movement*. Cambridge, MA: MIT Press.
- NUNES, Jairo (2009). Brazilian Portuguese under minimalist lenses. In NUNES, Jairo (ed.) *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 3-14.
- NUNES, Jairo (2014). Adjunct Control and Edge Features. In: KOSTA, Peter; FRANKS, Steven; RADEVA-BORK, Teodora; SCHÜRCKS, Lilia (Orgs). *Minimalism and Beyond: Radicalizing the Interfaces*. 1ed. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 79-108.
- PINTO, Rosalvo Gonçalves (1991). *O predicado verbo-nominal: uma abordagem gerativa*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- POLLOCK, Jean-Yves (1989). Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20, 365-424.
- PYLKKÄNEN, Liina (2008). *Introducing Arguments*. Cambridge, MA: MIT Press.
- RAMCHAND, Gillian Catriona (2008). *Verb meaning and the lexicon: a first phase syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008
- REINHART, Tanya (1983). *Anaphora and semantic interpretation*. Chicago: University of Chicago Press.
- RIZZI, Luigi (1990). *Relativized Minimality*, Cambridge, MA: MIT Press.
- ROBERTS, Ian (1988). Predicative APs, *Linguistic Inquiry* 19(4): 703–710.
- ROBERTS, Ian (1997). *Comparative Syntax*. Londres: Edward Arnold.
- RODRIGUES, Cilene (2004). Thematic Chains. *D.E.L.T.A.*, 20(1): 123-147.
- RODRIGUES, Patrícia (2006). O Aspecto nas construções infinitivas e gerundivas complementos de verbos de percepção. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 77-98.
- RODRIGUES, Patrícia (2007). O gerúndio e as leituras concreta e imaginativa dos verbos de percepção em português brasileiro. *Cadernos de estudos linguísticos*, v. 9, n.1. p. 29-38.
- RODRIGUES, Patrícia & FOLTRAN, Maria José (2013). Construções de *small clauses* complexas em português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, v. 42, n. 1, p. 497–511.
- ROTHSTEIN, Susan. (1983). *The syntactic forms of predication*. Tese de Doutorado. Cambridge (MA). Massachusetts Institute of Technology.
- ROTHSTEIN, Susan (1992). Case and NP licensing. *Natural Language and Linguistic Theory* 10: 119-139.
- ROTHSTEIN, Susan. (2004a [2001]). *Predicates and their Subjects*. Dordrecht: Kluwer Academic Press.

- ROTHSTEIN, Susan. (2004b). *Structuring Events: A Study in the Semantics of Aspect*. Oxford: Blackwell.
- ROTHSTEIN, Susan (2006). Secondary Predication. In: EVERAERT, Martin & RIEMSDIJK, Henk van (eds.) *The Blackwell companion to syntax*. Blackwell Publishing.
- SAFIR, Ken (1983). On Small Clauses as Constituents. *Linguistic Inquiry* 14: 730-735.
- SALLES, Heloisa (2010). O aspecto e a alternância dativa. *Revista Letras*, Curitiba, n. 81, p. 193-211.
- SCHEIN, Barry (1995). Small clauses and predication. In: CARDINALETTI, Anna & GUASTI, Maria Teresa (eds.) *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press. p. 49–76.
- SCHULTZE-BERNDT, Eva & HIMMELMANN, Nikolaus P. (2004). Depictive secondary predicates in crosslinguistic perspective. *Linguistic Typology* 8(1): 59–131.
- SIBALDO, Marcelo (2009a). *A sintaxe das Small Clauses Livres do português brasileiro*. Tese de Doutorado. Maceió: Universidade Federal de Alagoas.
- SIBALDO, Marcelo (2009b). Qual a Estrutura das Small Clauses livres do Português Brasileiro? *Revista Letras*, Curitiba, v. 78, p. 125–145.
- SIMPSON, Jane (1983). Resultatives. In: LEVIN, L., RAPPAPORT, M. & ZAENEN, A. (eds.). *Papers in Lexical–Functional Grammar*. Bloomington, IN: Indiana University Linguistics Club.
- SIMPSON, Jane (2005). Depictives in English and Warlpiri. In HIMMELMANN, Nikolaus & SCHULTZE-BERNDT, Eva (eds.). *Secondary Predication and Adverbial Modification: the Typology of Depictives*. Oxford: Oxford University Press. p. 69-106.
- SPORTICHE, Dominique (1988). A Theory of Floating Quantifiers and Its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, 19.3: 425-449.
- SPORTICHE, Dominique, KOOPMAN, Hilda & STABLER, Edward (2014). *An Introduction to Syntactic Analysis and Theory*. Chichester, West Sussex: Wiley Blackwell.
- STALMASZCZYK, Piotr (1998). On defining predication in generative grammar. *Papers and Studies in Contrastive Linguistics* 34: 101-121. Poznań, Polônia: Adam Mickiewicz University.
- STOWELL, Timothy (1981). *Origins of Phrase Structure*. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology.
- STOWELL, Timothy (1983). Subjects across categories. *The Linguistic Review* 2: 285–312.
- STOWELL, Timothy (1995). Remarks on clause structure. In: CARDINALETTI, Anna & GUASTI, Maria Teresa (eds.) *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press. p. 271–286.
- TENNY, Carol L. (1987). *Grammaticalizing Aspect and Affectedness*. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology.
- TENNY, Carol L. (1992). The Aspectual Interface Hypothesis. In: SAG, Ivan A. & SZABOLSCI, Anna (eds.) *Lexical Matters*. Stanford, Cal: CSLI24, 1-27.

- VENDLER, Zeno (1967). *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, NY: Cornell.
- VERKUYL, Henk J. (1972). *On the Compositional Nature of the Aspects*. Dordrecht: Kluwer.
- WILLIAMS, Edwin (1975). Small Clauses in English. In: KIMBALL, John P. (ed.). *Syntax and Semantics*, v. 4. p. 249-273.
- WILLIAMS, Edwin (1980). Predication. *Linguistic Inquiry* 11 (1): 203-238.
- WILLIAMS, Edwin (1983). Against Small Clause. *Linguistic Inquiry*. 14 (2): 287-308.
- WINKLER, Susanne (1997). *Focus and Secondary Predication*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- YOU, Eunjung (2016). Parallel Derivation of Spanish Depictive Secondary Predication. *Linguistic Inquiry* 47(4): 723–739.